

unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Câmpus de Araraquara - SP

SÍLVIA MARIA GOMES DA CONCEIÇÃO NASSER

**O LEITOR MACHADIANO DAS CRÔNICAS
DA *GAZETA DE NOTÍCIAS***

ARARAQUARA – S.P.
2014

SÍLVIA MARIA GOMES DA CONCEIÇÃO NASSER

O LEITOR MACHADIANO DAS CRÔNICAS DA *GAZETA DE NOTÍCIAS*

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Teoria e análise linguística

Orientador: Prof. Dr. Arnaldo Cortina

ARARAQUARA – S.P.
2014

Sílvia Maria Gomes da Conceição Nasser

O LEITOR MACHADIANO DAS CRÔNICAS DA GAZETA DE NOTÍCIAS

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutor em Linguística e Língua Portuguesa.

Linha de pesquisa: Teoria e análise linguística

Orientador: Prof. Dr. Arnaldo Cortina

Data da defesa: 18/09/2014

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Arnaldo Cortina

Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara/UNESP.

Membro Titular: Profa. Dra. Fernanda Massi

Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara/ UNESP.

Membro Titular: Prof. Dr. Luiz Gonzaga Marchezan

Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara/ UNESP.

Membro Titular: Prof. Dr. Luiz Carlos Migliozi Ferreira de Mello

Universidade Estadual de Londrina

Membro Titular: Profa. Dra. Luzmara Curcino Ferreira

Universidade Federal de São Carlos

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Câmpus de Araraquara

Ao Mario, ao Ivan e ao Miguel.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho realizou-se devido à ajuda, à compreensão, ao estímulo, ao companheirismo, à amizade, à confiança de várias pessoas. A elas, um agradecimento especial:

ao meu orientador, Prof. Dr. Arnaldo Cortina, cuja competência, ética e dedicação é um exemplo de vida acadêmica, por ter acreditado em meu potencial e pela extrema paciência e compreensão com que sempre me orientou;

aos professores Luiz Gonzaga Marachezan e Matheus Nogueira Schwartzmann pelas contribuições a este trabalho na Qualificação;

aos professores dos Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa e em Literatura da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara pelo constante estímulo;

aos funcionários da Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara, pela atenção e pela ajuda;

aos meus pais, Yvani e Valentin, cujos ensinamentos foram os mais importantes da minha vida e aos meus irmãos, Carlos Eduardo e Valentin Jr, com os quais dei os primeiros passos na arte de conviver;

ao meu marido Miguel, cujo apoio, carinho e estímulo foram decisivos para a realização deste trabalho;

aos meus filhos Ivan e Mario, que me moveram neste percurso e foram os meus maiores incentivadores, de quem sempre recebi compreensão, carinho, sorrisos e companhia durante o período de pesquisa.

“Tecnicamente, o cronista é metonímico: através de um detalhe ele fala do todo. O jornal noticia, o cronista interpreta o fato afetivamente e alegoricamente. O cronista olha pelo buraco da fechadura.”

Affonso Romano de Sant’Anna(2013).

RESUMO

Machado de Assis esteve presente na imprensa brasileira, principalmente carioca, desde a produção de seu primeiro poema. Poeta, contista, romancista, dramaturgo e cronista, seus textos literários chegaram a seus leitores, primeiramente, por meio dos jornais nos quais colaborou. A maior produção desse autor foram as crônicas, das quais três quartos foram publicadas no jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, entre 1881 até 1897. Este trabalho, por meio da análise das crônicas publicadas na seção “Bons Dias!”, em 1888 e 1889, e em “A Semana”, durante os anos de 1892 e 1893, objetiva reconstruir os perfis dos leitores desses textos sob o prisma da semiótica greimasiana, sobretudo empregando elementos da análise do nível discursivo do percurso gerativo do sentido: técnicas de persuasão, escolha da temática, efeitos de objetividade e subjetividade criados pelo enunciador, contratos firmados. Tais contornos referem-se ao leitor construído no instante da produção do discurso o qual, como ato de comunicação, é elaborado por um enunciador que se dirige a um enunciatário. Essa imagem de leitor não representa somente um polo para o qual o discurso é dirigido, mas é também considerada na escolha dos constituintes discursivos feita pelo enunciador, o escritor virtual. Ao selecionar o vocabulário, as estruturas sintáticas, entre outros recursos em função desse destinatário, torna-o coautor do discurso. É esse leitor forjado que se busca nessas crônicas machadianas publicadas na *Gazeta de Notícias*: elas revelam uma interação entre enunciador e enunciatário de forma a aproximar aquele o máximo possível do “leitor real” que toma a *Gazeta* em mãos. Enquanto gênero reconhecidamente misto de referencialidade jornalística e narração literária, a crônica recebeu de Machado de Assis características peculiares: a possibilidade de trabalhar com vários temas, significados e linguagens (em outras palavras, abrangência temática, autonomia semântica e estética). O interesse pelos leitores dessas colunas povoadas pelas crônicas machadianas justifica-se, em primeiro lugar, por que exploram, mais do que em outras séries, a relação do cronista com o leitor; em segundo lugar, o autor publicou, nesse periódico, 477 crônicas, mais de três quartos de toda a sua produção. Ao (re)construir o leitor dessas crônicas por meio das pistas espalhadas pelo discurso, pelas marcas nele impressas, encontraram-se dois grupos: o primeiro formado pelos leitores que vislumbravam a crítica aguda às instituições políticas, os jogos de interesse pessoais e partidários que vestiam as decisões que conformaram a abolição e a Proclamação da República no país, tudo envolto pelo manto da ironia e da contradição que reveste as crônicas de “Bons dias!”; o segundo grupo de leitores constitui-se daqueles que buscavam, em “A semana”, o olhar atento às instituições sociais e políticas do Brasil republicano em um texto previsível, sem jogos de sentido e que têm a orientação do cronista para perceber a análise da realidade que este constrói.

Palavras-chave: Crônica. Machado de Assis. *Gazeta de Notícias*. Leitor. Semiótica.

RÉSUMÉ

Depuis la parution de son premier poème, Machado de Assis a marqué de sa présence la presse brésilienne et particulièrement la presse « carioca » (de Rio de Janeiro). Les lecteurs brésiliens ont connu les textes littéraires de cet auteur, qui était à la fois poète, conteur, romancier, dramaturge et chroniqueur, à travers les journaux auxquels il a collaboré. Les chroniques représentent la majeure partie de l'oeuvre de Machado de Assis et les trois quarts d'entre elles ont été publiés dans le journal *Gazeta de Notícias* de Rio de Janeiro, de 1881 à 1897. Ce travail vise à reconstruire les profils des lecteurs des chroniques publiées à la rubrique « Bons Dias! », de 1888 à 1889, et à la rubrique « A Semana », de 1892 à 1893. Pour ce faire, l'analyse des chroniques a suivi l'approche de la sémiotique greimasienne, en reprenant, notamment, les éléments du niveau discursif du parcours génératif du sens : les techniques de persuasion, le choix de la thématique, les effets d'objectivité et de subjectivité créés par l'énonciateur ainsi que les contrats établis. Les contours ainsi formés se réfèrent au lecteur construit au moment de la production du discours qui, en tant qu'acte de communication, est élaboré par un énonciateur s'adressant à un énonciataire. Cette image du lecteur représente un pôle vers lequel se dirige le discours et reflète aussi le choix des constituants discursifs, qui est fait par l'énonciateur, c'est-à-dire par l'écrivain virtuel. Les ressources employées par l'auteur en fonction de son destinataire, comme la sélection du vocabulaire et des structures syntaxiques, font de ce même destinataire le co-auteur du discours. Le lecteur ainsi conçu dans les chroniques machadiennes de la *Gazeta de Notícias* constitue l'objet de notre recherche. En effet, une interaction entre l'énonciateur et l'énonciataire, qui tente à rapprocher le plus possible l'énonciateur du « lecteur réel » de la *Gazeta*, apparaît dans ces chroniques. Machado de Assis a marqué de son empreinte le genre de la chronique, qui mêle le style journalistique et la narration littéraire. Ainsi, grâce à cet auteur, la chronique travaille désormais avec une pluralité de thèmes, de signifiés et de langages (autrement dit, avec une grande diversité thématique, avec une autonomie sémantique et esthétique). Ce travail sur les lecteurs des chroniques machadiennes parues dans ce journal se trouve pleinement justifié, car d'abord, ce sont ces chroniques qui exploitent le mieux la relation du chroniqueur avec le lecteur et ensuite, l'auteur a fait publier dans ce journal 477 chroniques, c'est-à-dire plus des trois quarts de toute sa production. La (re)construction du lecteur de ces chroniques à partir des pistes disséminées par le discours, à partir des marques qui y sont imprimées, a mis en évidence deux groupes de lecteurs : le premier est composé des lecteurs des chroniques de la rubrique « Bons dias! », qui cherchent et apprécient une critique aiguë, sur un ton ironique et contradictoire, des institutions politiques, des jeux d'intérêts privés et partidaires qui imprègnent les débats concernant l'abolition et la Proclamation de la République ; le second groupe est formé par les lecteurs des chroniques de la rubrique « A semana », qui apprécient un regard plus sérieux sur les institutions sociales et politiques du Brésil républicain, à travers un texte prévisible et sans jeux de sens, et qui se laissent guider par l'analyse des événements du chroniqueur.

Mots-clés: Chronique. Machado de Assis. *Gazeta de Notícias*. Lecteur. Sémiotique.

ABSTRACT

Machado de Assis was present in the Brazilian press, mainly of the Rio de Janeiro, since the production of his first poem. His novels, short stories and chronicles reached its readers, first, through the newspapers. In all these genres, he sought the new is created, in turn, a tradition, a different form of expression. His work is dominated by aesthetic sense: he has observed the society of his time with an acute and sensitive look and he has transformed that reality in art. For this reason, his work was not only as a historical document of the Brazilian society, but also as a literary heritage. This work analyzes the chronicles published in the sections “Bons Dias!” (1888-1889) and “A Semana” (1892-1893) of the 19th century Brazilian newspaper *Gazeta de Notícias* in order to draw profiles of readers of these two series. This approach considers the semiotics concepts of Greimas, especially the elements of the analysis of discursive level of generative path of sense: persuasion techniques, thematic choice, effects of objectivity and subjectivity created by the enunciator, contracts signed. Such contours refer to the reader built at the time of production of discourse. This image of the reader not only represents a pole to which the speech is directed, but is also considered in the choice of the discursive constituents made by the enunciator. It is this interaction between the enunciator and the virtual reader that will reveal the reader search in these Machado’s chronicles published in *Gazeta de Notícias*: they reveal an interaction between enunciator and enunciate to bringing that the maximum possible “real player” which takes the *Gazeta* in hands. The Machado de Assis’ chronicles have peculiar characteristics: the possibility of working with various themes, meanings and languages (in other words, comprehensiveness, autonomy and semantic aesthetics). The author exploited in “Bons dias” and in “A semana”, more than in other series that he wrote, the relationship between the narrator and his reader. Besides the author published in this journal 477 chronic, more than three-quarters of all its production. There should be an identification between the Machado’s texts and the readers of the *Gazeta* that sustained the collaboration of author between the years 1883 to 1897, without interruption. (Re)Build the reader of these chronicles by means of clues scattered throughout the speech, by the brands it printed and also glimpse the reflexes of society and the Brazilian man of the second half of the nineteenth century.

Keywords: Chronicles. Machado de Assis. *Gazeta de Notícias*. Reader. Semiotics.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A CRÔNICA E O JORNAL BRASILEIROS	16
1.1 As origens da crônica	16
1.1.1 A crônica machadiana: várias leituras, diferentes enfoques	19
1.1.2 A crônica: gênero textual, discursivo e literário	22
1.2 O jornal impresso brasileiro e a <i>Gazeta de Notícias</i>	34
1.2.1 Uma imprensa efetivamente atuante: o surgimento da <i>Gazeta de Notícias</i>	39
1.2.2 Machado de Assis, o escritor na imprensa	44
2 “BONS DIAS!” E “A SEMANA” (1892-1893): DUAS SÉRIES, DOIS CONTEXTOS, UM CRONISTA E UM ESTILO	48
2.1 A forma inovadora do diálogo em “Bons dias!”	51
2.2 “A semana” e o caráter do povo brasileiro	55
3 OS LEITORES DE “BONS DIAS!” E “A SEMANA” (1892-1893)	59
3.1 “Bons dias!”	60
3.1.1 O programa de “Bons dias!”	61
3.1.2 O início do jogo	67
3.1.3 Eleições e partidos	69
3.1.4 O <i>cretinismo</i>	76
3.1.5 Uma pausa	79
3.1.6 À véspera da abolição	82
3.1.7 Boa educação	85
3.1.8 À moda de Tchitchikof	89
3.1.9 Corpo e alma	94
3.1.10 Jornal velho	97
3.2 “A semana”	101
3.2.1 “Tudo pede certa elevação”	101
3.2.2 São Pedro e São Paulo	105
3.2.3 Remédio para o mal	108

3.2.4 Greves, déficit e presidencialismo	113
3.2.5 Tempos de papa	116
3.2.6 Revolta e loteria	118
3.2.7 Constância <i>versus</i> inconstância	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS	126
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	132
ANEXOS	134
ANEXO A – Prospecto: apresentação da <i>Gazeta de Notícias</i>	135
ANEXO B – Capa do primeiro número da <i>Gazeta de Notícias</i>	136
ANEXO C – Página 2 do primeiro número da <i>Gazeta de Notícias</i>	137
ANEXO D – O programa de “Bons dias!”	138
ANEXO E – O início do jogo	139
ANEXO F – Eleições e partidos	141
ANEXO G – O <i>cretinismo</i>	143
ANEXO H – Uma pausa	145
ANEXO I – À véspera da abolição	147
ANEXO J – Boa educação	148
ANEXO K – À moda de Tchitchikof	149
ANEXO L – Corpo e alma	151
ANEXO M – Jornal velho	153
ANEXO N – “Tudo pede certa elevação”	154
ANEXO O – São Pedro e São Paulo	156
ANEXO P – Remédio para o mal	157
ANEXO Q – Greves, déficit e presidencialismo	159
ANEXO R – Tempos de papa	161
ANEXO S – Revolta e loteria	162
ANEXO T – Constância <i>versus</i> inconstância	163

INTRODUÇÃO

O escritor produz seu texto para um público real, presença física que lê e consome a obra. No caso de uma crônica, publicada periodicamente em um jornal, essa relação concretiza-se de modo análogo: pertencentes a um mesmo momento histórico, determinados pelos traços culturais da sociedade em que se inserem, cronista e leitor instituem um diálogo que constrói uma imagem da realidade que os cerca.

O cronista, cultural e socialmente constituído, ao produzir seu texto, assume o papel de um enunciador de sentidos, de um sujeito produtor de um discurso. Assim, a pessoa real, presença concreta do escritor, desaparece, e emerge do texto o autor implícito, virtual. Esse enunciador, transfigurado em narrador, tem suas marcas características espalhadas por todo o discurso, no qual instaura o enunciatário com quem estabelece um diálogo e com quem divide os valores expressos. Têm-se, portanto, imagens elaboradas do escritor e do seu leitor, as quais não equivalem integralmente ao cronista que produz fisicamente o texto publicado no jornal, nem ao leitor real, presença física que consome o texto como mercadoria. Diferentemente deles, o leitor implícito não é um mero espectador, que toma o texto nas mãos e o lê; ao contrário, o enunciatário é um interventor, uma vez que todas as escolhas do enunciador foram feitas em função da imagem que elaborou do destinatário de seu discurso o qual interfere como filtro e produtor de sentidos.

É a partir da relação entre leitor e autor virtuais – enunciador e enunciatário do discurso – que se propõe, aqui, (re)construir a imagem do leitor das crônicas da *Gazeta de Notícias* escritas por Machado de Assis. Para isso, faz-se uma análise do nível discursivo – sua sintaxe e semântica – das crônicas, já que revela “as projeções da enunciação no enunciado, os recursos utilizados pelo enunciador para manipular o enunciatário, a cobertura figurativa dos conteúdos narrativos abstratos.” (BARROS, 1990, p.53).

As projeções da enunciação no enunciado, nas suas formas actancial, temporal e espacial, evidenciam as relações entre essas instâncias. Com a debreagem, instauram-se, no enunciado, os actantes, os espaços e os tempos da enunciação. A debreagem enunciativa projeta os actantes, o espaço e o tempo da enunciação no enunciado, o que aponta para um efeito de sentido de subjetividade; a debreagem enunciativa instaura, no enunciado, os actantes, o espaço e o tempo do enunciado (ele, lá, então), o que dá a impressão de objetividade. Há também as debreagens internas (o discurso direto) enunciativas e enuncivas, as quais revelam efeito de sentido de verdade, uma vez que o diálogo cria a ilusão de se estar ouvindo o outro,

ou seja, as palavras soam como verdadeiras, uma vez que são a reprodução do que foi dito. A análise da debreagem mostra-se, portanto, determinante na conformação do narratário das crônicas machadianas, e é a ela que se recorre constantemente. Com a embreagem (efeito de retorno à enunciação), a qual suspende a oposição entre o eu/aqui/agora da enunciação e o ele/lá/então do enunciado, obtêm-se diferentes efeitos de sentido, como a objetividade, ao se substituir a 1.^a pela 3.^a pessoa, ressaltando-se o papel social e não o individual; o distanciamento entre enunciador e enunciatário, ao se empregar o lá no lugar de aí/aqui, retirando-se a pessoa com quem se fala do espaço enunciativo; a presentificação do passado para reviver, ou atualizar fatos ocorridos, ao usar o tempo verbal presente em vez do pretérito.

O outro aspecto da sintaxe discursiva que se apresenta na conformação desse leitor são as relações argumentativas entre enunciador e enunciatário. Uma vez que a finalidade de um ato comunicativo não é informar, mas persuadir o outro a aceitar o que está sendo comunicado, o ato de comunicação passa a ser um jogo de manipulação do enunciador com o objetivo de fazer o enunciatário crer naquilo que ele transmite. Dessa forma, a argumentação é o conjunto dos procedimentos linguísticos e lógicos por ele empregados, por meio dos quais estabelece um contrato com o seu leitor.

As marcas da enunciação no enunciado revelam como esse contrato fiduciário se firma: se há um acordo entre enunciado e enunciação, ou seja, o que enunciador propõe na enunciação é o que realmente acontece no enunciado; não há surpresas para o enunciatário, pois a narrativa segue nos limites da previsibilidade, da certeza, pois consegue perceber o jogo entre verdades e falsidades (o que parece é, não há espaço para mentiras), acompanha as orientações do enunciador e vê suas previsões concretizarem-se. Por outro lado, se há um conflito, uma oposição entre o que o enunciador propõe e a leitura que deve ser feita pelo enunciatário, este enfrenta um discurso repleto de surpresas, de imprevisibilidades. Exige um leitor que seja astuto para perceber os sentidos dispersos em meio a falsidades, disfarces e mentiras, além de produzir saberes distintos. Aí está o desacordo entre enunciado e enunciação.

Na semântica discursiva, há a concretização das mudanças de estado do nível narrativo. Torna-se, portanto, importante a sua análise, pois é reveladora da instância da enunciação, momento em que se projeta a imagem do enunciatário. As formas de concretização do sentido processam-se por meio da tematização e da figurativização. Enquanto esta é responsável por revestir os actantes do nível narrativo, transformando-os em atores do nível discursivo, composta por um conjunto de figuras lexemáticas relacionadas à concretização de um tema; aquela remete ao tema propriamente dito, aos aspectos morais,

éticos implicados pelas figuras. A análise dos percursos figurativos e temáticos revela os efeitos de realidade ou de irrealidade no texto e sua implicação ideológica. Sustentam, com a coerência que estabelecem no discurso, o fazer persuasivo do enunciador e o fazer interpretativo do enunciatário.

Também a intertextualidade tem um papel fundamental no estudo da imagem do leitor enquanto um construtor de textos, pois o processo que estabelece na leitura é o de produção de “um texto que tinha como referente outro texto.” (CORTINA, 2000, p.58).

A escolha do *corpus* – as crônicas produzidas por Machado de Assis e publicadas na *Gazeta de Notícias* – justifica-se, em primeiro lugar, porque Machado de Assis esteve presente na imprensa brasileira, principalmente carioca, desde a produção de seu primeiro poema; como poeta, contista, romancista e cronista, seus textos literários chegaram a seus leitores, primeiramente, por meio de jornais e revistas com os quais colaborou. A maior produção desse autor foram as crônicas, um total de 616, das quais três quartos delas foram publicadas no jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, de 1881 até 1897 (SOUSA, 1955). Esse periódico marcou a história do jornal no Brasil, uma vez que, entre tantos outros aspectos inovadores, foi o primeiro jornal popular – seus exemplares eram vendidos por meninos-jornaleiros; enquanto os demais, somente por assinatura – e era especialmente formulado para os letrados da capital federal que desejavam literatura amena de romances-folhetins e apreciavam colunas de crônicas de variedades (EL FAR, 2004). Ao mesmo tempo em que consagrava os escritores dando-lhes colunas em suas páginas, a *Gazeta de Notícias* também se consolidava como um jornal que prezava a literatura: o espaço a ela reservado dava importância ao jornal popular, conferindo-lhe um *status* elevado.

Em segundo lugar, Machado de Assis foi também um crítico de sua época e, principalmente, do comportamento humano. De visão agudíssima, o escritor, poeta e cronista mostrou uma preocupação constante com a alma humana. Segundo Corção (1958 apud ASSIS, 2006), em suas crônicas, veem-se, paradoxalmente, o interesse pelos acontecimentos do mundo e o desapego deles, pois o escritor focaliza a realidade com atenção curiosa, ao mesmo tempo em que traduz uma experiência profunda e transcendente do homem sobre a mesma realidade que relata. Isso faz suas crônicas não se submeterem somente aos fatos, mas as torna, até hoje, atuais.

Machado de Assis iniciou sua colaboração como cronista na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro em 18 de julho de 1883, assinando como Lelio a seção “Balas de estalo”, juntamente com outros três escritores: Valentim Magalhães, Ferreira de Araújo e Henrique Chaves. Em março de 1886, encerrava sua participação no jornal. Em seguida, em setembro

do mesmo ano, com o pseudônimo de João das Regras, inaugurava sua coluna de crônicas dialogadas “A+B”, a qual se encerrou no mês seguinte. Em novembro do mesmo ano, iniciou a “Gazeta de Holanda”, nova seção com 48 crônicas escritas em quadras e assinadas por Malvolio, a qual se encerrou em fevereiro de 1888. Em 5 de abril de 1888, Machado publicou a primeira crônica de “Bons dias!”. Essa sua nova coluna teve 49 crônicas anônimas em prosa e foi publicada durante os anos de 1888 e 1889. Somente em 1892, retornou como cronista com uma nova seção, “A semana”. Embora anônima, era de conhecimento geral que o autor dos textos ali publicados era Machado de Assis (SOUSA, 1955). Essa sua colaboração estendeu-se até 1897.

Com um *corpus* tão extenso e heterogêneo, para a realização da análise proposta, fizeram-se necessários três recortes. O primeiro deles considerou somente as crônicas nas quais o sujeito para quem o enunciador se dirige é materializável na língua, ou seja, em que ocorre a materialização do enunciatário, a fim de se conformar uma imagem de leitor. O segundo levou em conta as crônicas em prosa e pertencentes a colunas elaboradas somente por Machado de Assis. Eliminaram-se, portanto, a série “Balas de estalo”, por apresentar textos de outros autores; “A+B”, por ter a estrutura dialogada, diferentemente da maioria das suas crônicas, e “Gazeta de Holanda”, por constituir-se somente de textos em versos. O último recorte considera o período de publicação: são anos marcadamente importantes no contexto político brasileiro, que assinalam momentos de mudanças histórico-sociais, ou seja, os pontos de instauração e de início de um novo *status* sociopolítico da nação brasileira. Assim, 1888 e 1889, anos em que ocorreram, respectivamente, a abolição da escravidão e a Proclamação da República, trazem as crônicas de “Bons dias!”; dos seis anos em que a coluna “A semana” foi publicada – de 1892 a 1897 –, selecionamos os dois primeiros anos, 1892 e 1893, fundamentais para o estabelecimento da República no Brasil, uma vez que, nesse período, eclodiram a Revolta da Armada e a Revolução Federalista como principais reações à nova ordem estabelecida. O *corpus* restringe-se, portanto, às seções “Bons dias!” e “A semana”, nos seus dois primeiros anos, o que lhe dá mais uniformidade. Para a análise das crônicas de “Bons dias!” e “A semana”, tomaram-se como referência as obras organizadas por John Gledson e publicadas em 2008¹ e 1996², respectivamente, por se constituírem o apanhado mais completo que se tem dessas seções.

¹ ASSIS, M. *Bons dias!* Introdução e notas de John Gledson. 3.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008c.

² ASSIS, M. *A semana: crônicas (1892-1893)*. Edição, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996.

Os mecanismos de construção de sentido que remetem ao fazer receptivo do leitor, concebido como feixe de estratégias do próprio texto literário, serão examinados a partir da observação das crônicas selecionadas. Dessa maneira, a relação entre o leitor e o texto é um dos pontos de relevância neste trabalho, uma vez que o processo desencadeado pelo ato de leitura nos remete à produção de sentidos que podem ser apreendidos por meio das estratégias discursivas utilizadas por Machado de Assis.

O propósito de restaurar o perfil do leitor machadiano realiza-se, neste trabalho, por meio de três capítulos. O primeiro deles apresenta, inicialmente, o histórico da crônica, as diversas abordagens da crônica machadiana já realizadas por vários trabalhos, entre eles, os de Pujol (1934), de Brayner (1992), de Granja (1992), de Meyer (1996), de Chalhoub (2005) e de Cruz Júnior (2006), a fim de compará-las com a análise aqui proposta – esboçar o perfil do leitor desses textos –, além de exibir algumas linhas metodológicas que tratam da questão do gênero para a linguística e para a literatura. Encerra-se com o ponto de vista apresentado por Machado de Assis sobre a crônica e uma relação de elementos característicos desse gênero. Na sua segunda parte, esse capítulo traz a história do jornal impresso brasileiro desde as suas origens até o surgimento da *Gazeta de Notícias*, destacando o papel inovador desse periódico. Oferece ainda um panorama da contribuição de Machado de Assis como cronista ao fazer um levantamento das suas crônicas, considerando as datas de publicação e os jornais com os quais colaborou. Expõe a *Gazeta de Notícias* como o periódico para o qual contribuiu mais efetivamente.

O segundo capítulo mostra a recorrência de recursos empregados na crônica machadiana, evidenciando a sua preocupação em estabelecer o diálogo amistoso com o seu leitor, o emprego da ironia e a justaposição de assuntos variados, os quais tenuamente são tecidos e conformados como um todo crítico em cada crônica.

O terceiro capítulo traz as análises das crônicas que revelarão os tipos de leitores configurados: primeiramente o leitor autônomo, capaz de percorrer o texto livremente, sem necessidade de condução por parte do cronista, de perceber a crítica subjacente às ironias e às oposições de “Bons dias!”; em seguida, o leitor de “A semana”, nos anos de 1892 e 1893, lançado em meio a muitos acontecimentos, que tem a orientação do cronista para perceber a análise da realidade que este constrói.

1 A CRÔNICA E O JORNAL BRASILEIROS

[...] a crônica é sempre de alguma maneira o tempo feito texto [...].
(NEVES, 1992, p.82).

1.1 As origens da crônica

A palavra crônica, em sua etimologia, apresenta uma estreita relação com o tempo. Segundo Moisés (2003), originou-se do grego *chronikós*, que significa “relativo ao tempo” (*chronos*), que chegou até nós pelo latim *chronica*. Acrescenta que, no início da era cristã, referia-se a um conjunto de fatos ordenados de acordo com a sua ocorrência no tempo, sem elementos interpretativos ou uma preocupação em apresentar-lhes as causas. No século XII, atingiu o seu momento mais importante, quando se aproximou da historiografia e passou a apresentar – graças a cronistas como Fernão Lopes, em Portugal, e Afonso X, na Espanha, por exemplo – elementos literários. Embora, durante a Renascença, fosse substituído por “história”, o vocábulo crônica ainda continuou a ser empregado com o sentido histórico, como ilustra Moisés (2003, p.101): “nas *Chronicles of England, Scotland and Ireland*, de 1577, de Raphael Holinshed, ou nas *chronicle plays*, peças de teatro calcadas em sentido verídico, como não poucas de Shakespeare”.

No século XIX³, revestida de sentido literário, a crônica voltou a ser empregada como o registro cotidiano veiculado pelo jornal. Essa nova forma de expressão surgiu em 1799, quando Julien-Louis Geoffroy, ao fazer crítica diária da atividade dramática, publicava, em *feuilletons* do *Journal des Débats*, em Paris, já um esboço do que seria a crônica na sua acepção moderna (MOISÉS, 2003). A partir de 1836, ainda de acordo com o estudioso, vários escritores brasileiros passaram a imitar esse modo de escrever.

Candido (1992) esclarece que a crônica, antes de ser crônica propriamente dita, foi “folhetim” – a tradução do termo francês *feuilleton* –, ou seja, um artigo de rodapé sobre as questões do dia – políticas, sociais, literárias etc. Deixou de ser comentário e informação e passou a divertir, pois aliou ao fato a linguagem leve, por vezes divertida e desprezou a

³ Bender e Laurito (1993) apontam que a palavra crônica também indica os hábitos e os costumes de uma época, como se pode notar nas obras de Joaquim Manoel de Macedo (1970) e de Manuel Antônio de Almeida (1997), *A moreninha* (que veio a público em 1844) e *Memórias de um sargento de milícias* (cujas publicações em volume se deu primeiramente em 1854) respectivamente, denominadas **crônicas de saudade**. Esses romances estão repletos de referências a tipos humanos e usos do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX. No âmbito da literatura, complementam que as memórias que se desejam guardar também são denominadas crônicas e exemplificam com a obra de Raul Pompeia (1997), *O Ateneu* (publicada originalmente em 1888), cujo subtítulo é “crônica de saudades”.

argumentação e a crítica política para acrescentar o tom poético. Meyer (1992) e Neves (1992) traçam um percurso da crônica: *le feuilleton* era o nome de uma seção dos jornais franceses do século XIX que se situava no final (para os franceses, *rez-de-chaussée*; rés do chão na língua portuguesa) da primeira página e destinava-se ao entretenimento. Inicialmente era um espaço heterogêneo – continha piadas, charadas, receitas culinárias e de beleza, crítica literária e teatral, narrativas de crimes etc. –, mas passou a ser destinado a publicações semanais determinadas: crítica de teatro, resenha de livros, contos, crônicas etc.

Apesar de nascida na França, a crônica, no Brasil, assumiu um caráter e um tom diferentes, como aponta Brito Broca (1958 apud MOISÉS, 2003, p.102):

[...] estamos criando uma nova forma de crônica (ou dando erradamente este rótulo a um gênero novo) que nunca medrou na França. Crônica é [...] prosa poemática, humor lírico, fantasia, etc., afastando-se do sentido de história, de documentário que emprestam os franceses.

Para se compreender a crônica, é necessário um olhar sobre o jornal, veículo original de sua publicação⁴. Nele, as notícias, as reportagens, os editoriais, a publicidade etc. são publicados dia a dia e cumprem o seu papel: informar. Morrem assim que o cumprem. Ao lado deles, estão os textos que ultrapassam o cotidiano, que buscam o abstrato e se querem universais: poemas, contos, romances, ensaios etc. A crônica situa-se entre esses dois polos, o fato cotidiano em forma de notícia e o texto literário; é, portanto, ambígua. Apesar de, muitas vezes, apresentar o acontecimento, não tem como objetivo informar, logo não tem o caráter efêmero da notícia; traz, em seu cerne, algo de permanente.

Ora reportagem ora literatura, ora impessoal ora subjetiva, ora narrativa de banalidades ora imaginação, seu criador, o cronista, pode ser chamado de “poeta ou ficcionista do cotidiano” (MOISÉS, 2003, p.104). Ele tece considerações sobre um fato, faz reflexões de quem experimenta, como o leitor, os acontecimentos, de quem se sente atingido, alvo dos fatos que narra, que presencia, que pertence ao mesmo universo social veiculado em forma de notícia. Qualquer mote – política, economia, esporte, trânsito, amizade, culinária – é desenvolvido com emoção trágica, cômica, humorística, pessimista, depressiva etc.

É um texto curto, escrito, na maior parte das vezes, em tom subjetivo, que dialoga com o leitor em um estilo direto, espontâneo, jornalístico, entre oral e literário. Logo conjuga os fatores que parecem atrair os leitores: o subjetivismo, o efeito de realidade e a proximidade

⁴ Como o foco deste trabalho considera as crônicas machadianas publicadas no jornal *Gazeta de Notícias*, será considerado o jornal escrito, publicado em papel, diariamente.

com o interlocutor. Sua linguagem é um misto de referencialidade jornalística e polissemia da metáfora; sua agilidade, simplicidade e poeticidade distinguem-na das demais publicações jornalísticas. De consumo fácil e imediato, acessível ao leitor da sua época, a crônica apresenta-se “menos exigente de rigor e profundidade que de fluência e ourivesaria” (MOISÉS, 2003, p.118).

Neves (1992) volta-se para a crônica brasileira do século XIX e início do XX, apontando-a como registro dos acontecimentos de um tempo social vivido perpassado pelo tom subjetivo do cronista, que emerge desde a escolha dos fatos. Afirma que seu estilo literário próprio, marcado pela leveza, pela simplicidade, pela subjetividade, pelo cotidiano como pelo suporte em que é veiculada, o jornal, atinge um maior número de leitores do que qualquer outro gênero e estabelece uma cumplicidade lúdica entre autor e leitor. Isso não passou despercebido aos homens da imprensa do século XIX: escritores de nome, então “na moda”, eram pagos para, com suas crônicas, fazer crescer as tiragens.

Candido (1992, p.14), ao afirmar que a crônica não é um “gênero maior”, desfia elementos característicos que, simultaneamente à sua descategorização, colocam-na num patamar respeitável e efetivamente literário:

Em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas. Ela é amiga da verdade e da poesia nas suas formas mais diretas e também nas suas formas mais fantásticas – sobretudo porque quase sempre utiliza o humor.

Acrescenta que a crônica, no seu sentido moderno, é um gênero feito para durar exatamente o período que uma notícia dura. No outro dia está fadada, como o jornal que lhe serve de veículo, a ser “dispensada”. E, novamente, vem em defesa da crônica:

Por se abrigar neste veículo transitório, o seu intuito não é o dos escritores que pensam em “ficar”, isto é, permanecer na lembrança e na admiração da posteridade; e a sua perspectiva não é a dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés do chão. Por isso mesmo consegue quase sem querer transformar a literatura em algo íntimo com relação à vida de cada um, e quando passa do jornal ao livro, nós verificamos meio espantados que a sua durabilidade pode ser maior do que ela própria pensava. (CANDIDO, 1992, p.14).

Os argumentos de Candido (1992) têm justificativa, pois, no século XIX, os próprios escritores – Machado de Assis, José de Alencar, Lima Barreto, Olavo Bilac, Euclides da Cunha, Coelho Neto entre outros – acentuavam a sua importância ao utilizarem largamente

esse gênero. Seu caráter ambíguo soma a essa especificidade – o cotidiano – a reação quase que imediata a um desses fatos, a sua seleção e rearranjo, além de acrescentar-lhes a fantasia, a ficção literária. Produz, portanto, novos discursos cujos sentidos ultrapassam o espaço físico e o intervalo temporal da realidade que privilegiou. Nela, encontramos os elementos da notícia e os propriamente literários, o que não torna o cronista um repórter, mas um artista do cotidiano (MOISÉS, 2003): pinça determinados acontecimentos, organiza-os dando-lhes uma nova conformação da qual extrai uma trama de tensões humanas e relações sociais.

1.1.1 A crônica machadiana: várias leituras, diferentes enfoques

Embora considerada gênero menor, um texto tão fluido quanto o tempo, que se perde em meio às novas surpresas factuais do cotidiano, a crônica encontra, em reconhecidos escritores nacionais como Lima Barreto, Coelho Neto, José de Alencar, Graciliano Ramos e Machado de Assis, entre outros, os grandes exemplos de que, apesar de volúvel, ela é impermeável ao tempo quando revela, em meio à atribulação cotidiana, o olhar perspicaz de cronistas que dela extraem as preocupações e os sentimentos humanos.

Machado de Assis dedicou 40 anos de sua vida a contribuir com jornais e revistas, e a sua produção de crônicas é, sem dúvida, espantosa: são, segundo Sousa (1955), mais de 600 publicadas. Tal prática não passou despercebida, e muitos estudos voltaram-se para a abordagem da crônica machadiana. Por apresentar duas facetas bem características e distintas, o aspecto artístico do cotidiano, a crônica atraiu principalmente os enfoques literário e histórico.

O projeto “As crônicas de Machado de Assis: história e literatura na imprensa do Brasil oitocentista”, desenvolvido entre 2005 e 2007 e coordenado por Sidney Chalhoub⁵, contou com a colaboração de Lúcia Granja, Jefferson Cano, Leonardo Affonso de Miranda e Ana Flávia Cernic Ramos e resultou na coleção “Crônicas de Machado de Assis”, composta de 5 volumes e publicada pela Unicamp entre 2008 e 2009. Traz um estabelecimento definitivo dos textos de várias crônicas machadianas, além de notas informativas e de recuperação do contexto em que foram publicadas.

No primeiro deles, *Comentários da semana* (ASSIS, 2008a), dedicado ao resgate das crônicas publicadas entre outubro de 1861 e maio de 1862, Lúcia Granja e Jefferson Cano responsabilizam-se pela organização e pelas notas presentes; a mesma tarefa é assumida por

⁵ CECULT. Centro de Pesquisa em História Social da Cultura. *Projetos*. Disponível em: <<http://www.cecult.ifch.unicamp.br/projetos/concluidos>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

Lúcia Granja e John Gledson no livro *Notas semanais* (ASSIS, 2008b), em que as crônicas escritas entre junho e setembro de 1878, no jornal *O Cruzeiro*, são apresentadas. Segundo esses organizadores, tais textos são reveladores da situação histórica em que Machado de Assis se inseria e, principalmente, tiveram um “papel essencial no seu progresso criativo.” (ASSIS, 2008b, p.80). O enfoque dado a essas crônicas é o papel de contribuinte efetivo para o exercício constante do escritor; são textos que preparam e auxiliam o autor na elaboração de seus romances.

Bons dias! (ASSIS, 2008c), volume organizado por Gledson, apresenta textos publicados em 1888 e 1889, no jornal *Gazeta de Notícias*. Rico em notas que situam histórica e socialmente as crônicas, constitui um resgate valioso desses textos.

Somam-se a esses volumes mais dois. A *História de 15 dias* (ASSIS, 2009a), cuja organização e notas são de Leonardo Affonso de Miranda Pereira, traz as crônicas assinadas com o pseudônimo de Manasses, publicadas na revista *Ilustração Brasileira*, no período de julho de 1876 a abril de 1878. A proposta é oferecer os textos integrais e contextualizá-los. Em *O Espelho* (ASSIS, 2009b), João Roberto Faria resgata a colaboração de Machado durante o segundo semestre de 1859 no periódico de mesmo título do volume.

Há, em todos esses livros, abundantes notas explicativas e descritivas dos fatos abordados nas crônicas, muitas citações de datas e nomes, o que revela o objetivo principal do projeto e que, sem dúvida, permite uma melhor compreensão dos textos machadianos.

Nos estudos literários, há várias contribuições que assinalam a crônica machadiana como exercício para a experimentação e o aprimoramento do escritor. Facioli (1982, p.86), por exemplo, assegura que a “prática textual do cronista é a mesma do romancista, do contista e do poeta” Machado de Assis. Pereira (1988) aponta a colaboração machadiana para o *Diário do Rio de Janeiro* como fundamental para o amadurecimento pessoal e para a formação de seu estilo caracterizado, a partir de então, segundo a autora, por uma consistência adquirida pelo exercício da crônica. Também Granja (1992) vê a crônica jornalística de Machado de Assis como um ensaio para a produção de romances e contos e observa que muitas das estratégias neles empregadas já existiam anteriormente nesses textos veiculados pela imprensa. Ao analisar as crônicas machadianas publicadas em *O Diário do Rio de Janeiro*, entre outubro de 1861 e maio de 1862 e entre junho de 1864 e maio de 1865, Granja (2000) aponta quais são esses procedimentos: a presença do narrador volúvel e não confiável, o tom de diálogo, o emprego da paródia e da citação. Brayner (1992, p.414) comunga desse ponto de vista: as crônicas produzidas pelo autor constituíram um “campo de provas para toda a

espécie de experimentação dos limites do narrar”, o que beneficiou a sua obra. Para a autora, tais produções são imprescindíveis para o estudo de seus romances e contos.

Meyer (1996) parte das fontes europeias publicadas nos jornais brasileiros no final dos anos de 1860 para apresentar a origem do romance folhetim brasileiro. Analisa – com o instrumental da narratologia clássica e das teorias sobre o romance (organização narrativa e temáticas recorrentes) – os folhetins publicados em três jornais, *Jornal do Commercio*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Correio Mercantil*, nos anos de 1839 a 1870. Heineberg (2004) procurou demonstrar como o romance folhetim foi o gérmen do romance brasileiro propriamente dito. Cita Machado de Assis como um romancista reconhecido, que iniciou a sua carreira como escritor de folhetins e acabou incorporando em seus romances técnicas deles provenientes, como o diálogo com o leitor.

Pujol (1934, p.277), que denomina os cronistas de “*diseurs de rien*”, pois, para eles, o fato nada mais é do que um pretexto para o exercício da imaginação e do engenho, considera o cronista Machado de Assis diferente do romancista Machado de Assis no que diz respeito à atitude diante das frivolidades humanas. Enquanto este mostra o desencanto diante das situações e evidencia o pessimismo melancólico de quem não vê saída para o triste destino dos homens, aquele ri da condição humana, ironiza as situações e caricaturiza os indivíduos, numa postura clara de que sorrir é melhor do que protestar inutilmente. Pujol (1934), portanto, considera a crônica como laboratório para a elaboração do estilo dos escritores, mas vê o cronista Machado como um crítico divertido e sutil, enquanto o romancista se apresenta rabugento e pessimista.

Cruz Junior (2006), ao empregar os pressupostos bakhtinianos do dialogismo, estabelece a analogia entre os narradores dos romances, das crônicas e dos contos a partir da relação entre ficção e realidade.

Ao lançar seu olhar de historiador sobre as crônicas machadianas, Chalhoub (2005, p.70) afirma que há dois pontos de vista a respeito dos fatos nelas apresentados: o de um narrador fictício e o do próprio escritor e que, portanto, diferentes possibilidades de análise devem ser consideradas ao abordá-las, a fim de que se percebam as “situações de maior ou menor elaboração narrativa no que concerne à distância relativa entre autor e narrador ficcional.” Com Neves e Pereira, Chalhoub afirma que há uma relação forte entre história e literatura na crônica de Machado e ressalta que a importância desses textos se dá como “campo de experimentação literária e como testemunho de um tempo vivido” (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005, p.12). Emerge, novamente, o conceito de que tais produções

machadianas serviram mais como exercícios que contribuíram para a formação do romancista e do contista do que como uma obra independente e autônoma a ser considerada para análise.

Neste trabalho, a abordagem das crônicas machadianas difere-se das apresentadas pelos autores anteriormente relacionados, porque, em primeiro lugar, toma seus textos como independentes, não os relacionando aos romances ou contos produzidos, além de que não se volta para os elementos históricos e/ou literários presentes seja na totalidade da obra machadiana, seja nas crônicas. Em segundo lugar, não se preocupa com os pontos de vista do narrador ficcional dessas crônicas ou do seu escritor, uma vez que considerar a linguagem como um “simples suporte de ‘mensagens’, que circulam entre emissores e receptores quaisquer” (LANDOWSKI, 1992, p.10) significa ignorarmos as interações ocorridas, com a ajuda do discurso, entre os sujeitos – individuais ou coletivos – que nele se inserem. O texto, objeto material, elaborado por um sujeito cultural e socialmente constituído, de existência real, é consumido por outros sujeitos presentes na sociedade da qual escritores e leitores fazem parte. Além do plano da expressão – letras, fonemas, palavras, organização sintática –, há o plano do conteúdo, em que está a intencionalidade e a explicação subjacentes aos fatos textuais. Assim, o que aqui se propõe é, por meio da análise do nível discursivo, segundo a proposta greimasiana, traçar um esboço do leitor instaurado no instante da produção do discurso, cuja imagem, projeção evidencia-se no enunciado. Esse enunciatário, figurativizado em leitor, é, assim como o enunciador, responsável pelos sentidos expressos nas crônicas machadianas da *Gazeta*.

1.1.2 A crônica: gênero textual, discursivo e literário

Ao tomarmos as crônicas de Machado de Assis publicadas nas colunas “Bons dias!” e “A semana” como um *corpus* de análise, convém que se apresentem os enfoques utilizados para abordá-las, comparando-os a outras linhas metodológicas. Mais do que uma comparação, é uma maneira de justificar as abordagens escolhidas, uma vez que a crônica, por constituir-se como gênero híbrido – articula ficção e história –, necessita de diferentes focalizações. A questão que se levanta ao se estudar a crônica, portanto, é a referencialidade. Ao mesmo tempo em que ela é exterior ao enunciado, também é articulada no discurso.

Seguem abordagens linguísticas voltadas para o estudo do sentido: a semiótica greimasiana, os gêneros discursivos segundo Bakhtin (2006), o discurso e os tipos textuais e discursivos segundo Fontanille (1999, 2007), para, em seguida, introduzir-se a questão dos gêneros literários, os quais serão focalizados segundo as perspectivas de Compagnon (2001),

dos formalistas e de Candido (1992). Todos os pesquisadores anteriormente listados discutiram e avaliaram esses diferentes enfoques, o que não colocou um fim à questão; logo abrem um campo interessante de estudo que não cabe aqui ser desenvolvido, mas aventado.

Greimas e Courtés (2008, p.228), em seu *Dicionário de semiótica*, definem gênero como uma “classe de discurso” que pode ser reconhecida por meio de critérios de caráter socioletal, os quais se originam ou de uma classificação fundamentada na categorização particular do mundo, ou de uma “teoria dos gêneros” baseada em postulados ideológicos implícitos, assentada em uma taxionomia de cunho não científico e que repousa, portanto, sobre o reconhecimento de conotações sociais. Os autores destacam que “tal teoria nada tem de comum com a tipologia dos discursos”, cujas classificações repousam em critérios internos estritamente semióticos. Ao considerarem o contexto cultural europeu, também apresentam os dois eixos sobre os quais a teoria a que denominam “moderna” dos gêneros se estabeleceu: o clássico, cuja definição da forma e do conteúdo dos discursos literários é de base não científica – a comédia e a tragédia são exemplos –, e o pós-clássico, fundamentado na noção de referência, segundo a qual existe uma norma subjacente, uma realidade que permite marcar as narrativas como aceitáveis – “os gêneros fantástico, maravilhoso, realista, surrealista, etc.” Em síntese, os autores afirmam que a teoria dos gêneros, de caráter literário, é ideológica, cultural e de base não científica.

Daí se afirmar a necessidade de uma tipologia dos discursos, baseada em propriedades formais. Para tratar dessa tipologia, recorre-se novamente a Greimas e Courtés (2008), para quem o estabelecimento de tipologias, na semiótica, coloca-se nos níveis da cultura (de que trata a sociossemiótica), dos discursos e dos gêneros (cujas classificações repousam no reconhecimento de conotações sociais).

A abordagem de Bakhtin (2006) dos gêneros discursivos volta-se para o fato de que a linguagem é uma atividade humana a qual, por ser multiforme, exige que as formas de uso da língua reflitam as condições específicas de seu uso, bem como as suas finalidades. Em cada campo de utilização da língua, existem enunciados característicos e relativamente estáveis a que autor denominou **gêneros de discurso**. Comportam, portanto, elementos recorrentes no conteúdo formal, no estilo e na forma composicional.

Por serem determinados pela especificidade de cada esfera do conhecimento humano, à medida que esses campos multiplicam-se e desenvolvem-se, tem-se também a riqueza e a diversidade de gêneros. É o que Bakhtin (2006) denominou heterogeneidade funcional dos gêneros, a qual exemplificou com réplicas do diálogo cotidiano, relatos do dia a dia, cartas,

comando militar lacônico, ordem, documentos oficiais, manifestações públicas, manifestações científicas e gêneros literários.

Devido à natureza dialógica do enunciado, Bakhtin (2006) divide os gêneros discursivos em **primários** e **secundários**. Estes provêm de um convívio cultural mais complexo, são, portanto, mais desenvolvidos e organizados; seu caráter ideológico pode ser histórico, social e/ou político. Ao gênero secundário pertencem o romance, o drama, as pesquisas científicas e os grandes gêneros publicitários. Aqueles nascem da comunicação discursiva imediata, do vínculo direto com a realidade concreta no instante da produção. São exemplos o diálogo cotidiano, a carta, o relato do dia a dia, o comando militar. Isso não significa que os gêneros primários não tenham uma ideologia: eles a possuem, mas é, segundo Bakhtin (2006), uma ideologia denominada **do cotidiano**.

Ao abordar a questão estilística, Bakhtin (2006) afirma que há uma relação orgânica entre o gênero e o estilo, o qual, dependendo da natureza do enunciado – primário ou secundário –, pode ser um estilo **em geral** ou **individual**. Nesse ponto, o autor diferencia os gêneros de discurso do gênero literário, considerando exatamente o estilo individual, o qual é característico do gênero literário e faz parte da sua estrutura, já que dá condições à expressão da individualidade. Em oposição, os gêneros discursivos têm forma padronizada – como exemplo, aponta os documentos oficiais e as ordens militares –, o que implica a presença de aspectos superficiais, biológicos da individualidade. Continua essa abordagem explicitando que o estilo de linguagem tem caráter funcional, estabelecendo uma igualdade entre estilo de linguagem e estilo de gênero das esferas da atividade humana. A função – científica, técnica, oficial, cotidiana – aliada às condições de comunicação constituem os gêneros, tipos relativamente estáveis de enunciados estilísticos, composicionais e temáticos. As mudanças de estilos de linguagem acarretam mudanças de gêneros de discursos; já a linguagem literária constitui um sistema dinâmico e complexo de estilos de linguagem. A conclusão do autor é que, como os enunciados incorporam a vivência do ser humano em dada sociedade, os gêneros discursivos são “correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem” (BAKHTIN, 2006, p.268).

A questão dos gêneros textuais, discursivos e literários aí não se esgota. Retomando o *Dicionário de semiótica*, de Greimas e Courtés (2008), ao lado da proposta de uma tipologia de discursos, faz-se necessário também abordar a definição de discurso e a de texto apresentadas por esses autores. Primeiramente, expõem a ideia de que o conceito de discurso identifica-se com o de processo semiótico o qual surge como um conjunto de práticas

discursivas (linguísticas e não linguísticas), objeto da **linguística discursiva**. Nesse sentido, Greimas e Courtés (2008) apontam, então, discurso como sinônimo de texto.

Já Fontanille (2007) apresenta definições que estabelecem diferenças entre texto e discurso, além de considerações acerca do contexto. Ao retomar as visões de Hjelmslev (2009), em *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*, e de Benveniste (2006), em *Problemas de linguística geral II*, traz o modo como a maior parte das concepções linguísticas interpreta o texto e o discurso: “*Grosso modo*, [...] o *texto* [é visto] como um objeto material analisável, no qual se podem detectar estruturas, e o *discurso* como o produto dos atos de linguagem.” (FONTANILLE, 2007, p.89, grifo do autor). Adiciona que o texto é uma totalidade delimitada, resultante da primeira etapa do processo de análise, que segmenta e baliza o objeto, e que o discurso é um conjunto significativo no qual “a produção [...] a enunciação, não poderia ser dissociada de seu produto, o enunciado.” (FONTANILLE, 2007, p.86).

Quando se tomam as crônicas aqui tratadas como um *corpus*, trata-se de **textos** jornalísticos breves, destinados a um espaço determinado, limitado, que apresentam **discursos** variados, o político, o econômico, o social, o humano. Mas não se pode restringir o texto à expressão e o discurso ao conteúdo: é uma visão simplista e resumida. Novamente Fontanille (2007, p.83) esclarece que texto e discurso constituem conjuntos significantes e são “pontos de vista diferentes sobre o mesmo processo significante”: o **ponto de vista do texto** e o **ponto de vista do discurso**. Se tomarmos a significação como a união do plano do conteúdo com o plano da expressão, há um percurso que leva do conteúdo à expressão e vice-versa: é o percurso gerativo de sentido. Por sua vez, constituída de várias fases, essa via, que conduz das estruturas mais abstratas, profundas e elementares às organizações mais concretas, superficiais e figurativas, ou vice-versa, apresenta dois sentidos possíveis: um descendente, que parte do plano da expressão e chega ao plano do conteúdo, o qual o autor afirma remeter ao **ponto de vista do texto**; e o outro percurso, ascendente, – do plano do conteúdo ao da expressão –, para o qual aponta o **ponto de vista do discurso**.

Apesar de aparentemente simétricos, esses dois pontos de vista apresentam uma diferença radical: segundo Fontanille (2007), a noção de contexto somente é imperativa se se toma o ponto de vista do texto, já que esse focaliza um grupo de elementos restritos os quais, sem o contexto para interpretá-los, ter-se-ia uma apreensão insatisfatória, limitada dos dados. Por outro lado, quando se assume o ponto de vista do discurso, não é necessário recorrer ao contexto, porque o discurso considera todos os elementos concorrentes para o processo de significação como pertencentes “de direito ao *conjunto significante*, isto é, ao discurso, não importa quais sejam esses elementos.” (FONTANILLE, 2007, p.92, grifo do autor).

Se texto e discurso são enfoques distintos de um mesmo processo, então a questão dos gêneros discursivos e textuais aparentemente se resolve: se o **nível de pertinência** é o **discurso**, trata-se de **gênero discursivo**; se é o **texto**, de **gênero textual**.

Fontanille (1999) tratou da questão da definição dos gêneros em literatura e concluiu que tal demarcação está sujeita às transformações decorrentes da passagem do tempo e das diferentes culturas em que se inserem. Ao apontar o gênero como um conjunto de convenções que o define, segundo a tradição literária, o autor afirma que “Se se procura distinguir os gêneros entre si, percebe-se rapidamente que as variáveis envolvidas mudam constantemente e, em particular, de nível de pertinência” e conclui que “A *forma de uma teoria dos gêneros* não pode ser a de uma combinatória ou de um sistema, porque cada combinação de critérios provoca, para cada um deles, uma redistribuição e uma mudança de valor. Também não pode ser estritamente diacrônica” (FONTANILLE, 1999, p.158 e 161, grifo do autor, tradução nossa). Propõe, então, a noção de **práxis enunciativa**, que “repousa sobre [...] a estabilidade das categorias, a esquematização do discurso, a mudança cultural e as congruências locais e provisórias.”

Fontanille (1999) aborda, então, o gênero literário como um objeto semiótico, que obedece aos princípios gerais dessa categorização: “Cada gênero literário será, por conseguinte, constituído pela reunião de um tipo discursivo e de um tipo textual” (FONTANILLE, 1999, p.162, tradução nossa). Tal junção se dá em termos de coerência discursiva, coesão textual e congruência, esta resultante da superposição das duas primeiras. Um gênero define-se, segundo as suas proposições, pela duração ou tempo de sua enunciação, pela forma aberta ou fechada, levando-se em conta a produção ou a edição, pelas modalizações dominantes da enunciação, pelos valores em circulação e pelos tipos discursivos complementares que aceita.

Os **tipos textuais** caracterizam as constantes presentes no **plano da expressão**, cuja coesão refere-se ao gerenciamento das partes entre si e no todo. Classificam-se de acordo com os seguintes critérios: **longo** ou **breve**, de natureza sociocultural, referente ao tempo da enunciação, ou seja, à duração da narrativa; **aberto** ou **fechado**, considerando-se a unidade de leitura ou edição. Emergem quatro propriedades dos tipos textuais: a **recursividade**, que se refere a um texto longo com partes independentes (aberto), mas que podem ter seu sentido completado entre si, como um poema épico; a **fragmentação** caracteriza os gêneros que dão uma visão limitada e lacunar do tema abordado (breve e aberto), como em cartas e em crônicas, se tomadas separadamente; a **concentração**, a propriedade dos gêneros os quais, em

um espaço breve, concentram o essencial, como no soneto; o **desdobramento**, junção de um tipo longo e outro fechado, como um romance policial.

Ao lado dos tipos textuais, Fontanille (1999) trata dos **tipos discursivos** os quais se relacionam ao **plano do conteúdo** e são caracterizados pela sua coerência, a qual tem como base um sistema de valores que, no discurso, pode ser dado pelo valor de uma figura ou pelo valor que os sujeitos do discurso dão a essa figura. Os tipos discursivos nascem, portanto, a partir de dois critérios que consideram, por um lado, as modalidades da enunciação – “o contrato, os tipos de atos de linguagem requeridos, as modalizações dominantes de um ponto de vista pragmático” – e de outro, “*as axiologias e as formas de avaliação* – os tipos de valores propostos, assim como as condições de sua atualização e de seu reconhecimento no discurso.” (FONTANILLE, 1999, p.164, grifo do autor, tradução nossa).

O autor, então, estabelece relações entre as modalizações dominantes – assumir e aderir (crenças); querer e dever (motivações); saber e poder (aptidões); ser e fazer (efetuações) – que permitem constituir atos de linguagem típicos, os quais, “por sua vez, determinam quatro tipos de discurso: *discursos incitativos, persuasivos, de habilitação e de realização*”, no interior dos quais “a modalidade dominante define os subtipos” (FONTANILLE, 1999, p.165, grifo do autor, tradução nossa) e os exemplifica da seguinte forma:

[...] no interior dos discursos incitativos, o *dever* caracteriza mais particularmente os discursos *prescritivos*; [...] nos discursos de habilitação, o *saber* caracteriza mais particularmente os discursos *informativos* [...] e os discursos de *aprendizagem* [...]; no interior dos discursos de realização, o *ser* definirá um discurso que “suscita” uma presença, por exemplo, graças à hipótese, e o *fazer*, um discurso dito *performativo*.

Uma segunda tipologia dos tipos discursivos emerge quando Fontanille (1999, p.166, grifo do autor, tradução nossa) considera “de um lado, a *intensidade de adesão* ou das reações que a colocação dos valores suscita e, de outro, as suas *manifestações concretas* no discurso”: o **discurso exclusivo**, que focaliza e valoriza constantemente “uma temática, uma figura, uma atitude etc.”, como o discurso moralista ou militar; o **discurso discreto**, ao contrário do exclusivo, que apresenta valores débeis, enfraquecidos, como as piadas; o **discurso participativo**, cuja adesão é forte e manifesta-se em ampla extensão, como ocorre no romance sentimental; o **discurso difuso** assemelha-se ao participativo quanto à extensão, mas, em relação à adesão, apresenta fragilidade.

Por fim, Fontanille (1999) conclui que um gênero, além de ser o resultado da combinação das propriedades de um tipo textual com as de um tipo discursivo, pode ser também contaminado por um tipo discursivo, independentemente do gênero textual em que se realiza: ao se nomear um romance, uma tragédia ou uma epopeia, por exemplo, emprega-se o substantivo, que associa as propriedades de um tipo textual e as de um tipo discursivo. Ao se referir ao romanesco, ao trágico ou ao épico, o adjetivo aponta somente para o tipo discursivo.

Dentre os enfoques teóricos sobre o gênero, Compagnon (2001) aborda também a questão do que é ou não literário. Afirma que, na Antiguidade, a visão aristotélica de gênero concebia apenas a existência de dois deles: o épico e o dramático, os quais consistiam em ficção e imitação, o que os tornava efetivamente arte poética. A lírica, por ser uma expressão subjetiva em primeira pessoa, não existia como gênero. Da Antiguidade ao século XIX, os gêneros épico e dramático passaram a lírico, dramático e épico expressos em forma de poesia; no século XIX, o lírico passa a se referir somente às produções poéticas, enquanto o dramático e o épico, escritos em prosa, passam a ser, respectivamente, teatro e romance.

O sentido moderno da literatura implica não só a forma da expressão como exposto anteriormente, mas também a forma do conteúdo: a beleza, segundo o cânone clássico, estava no aspecto universal; na moderna literatura, atrelada ao Romantismo, advinha do particular, do individual, do nacional, do histórico. Desloca-se, assim, o foco: da obra a imitar na Antiguidade para os escritores dignos de admiração no Romantismo. Desse ponto de vista, somente a poesia, o teatro e o romance seriam efetivamente gêneros literários; as demais produções seriam subgêneros, não literatura.

Compagnon (2001, p.34) afirma que o critério de valor que inclui um texto na literatura não é literário nem teórico, mas ético, social e ideológico, portanto extraliterário:

A tradição literária é o sistema sincrônico dos textos literários, sistema sempre em movimento, recompondo-se à medida que surgem novas obras. Cada obra nova provoca um rearranjo da tradição como totalidade (e modifica, ao mesmo tempo, o sentido e o valor de cada obra pertencente à tradição).

Do ponto de vista formalista, a literatura caracteriza-se por uma linguagem própria – conotativa, sistemática, de uso estético – em oposição à linguagem cotidiana – que é denotativa, espontânea, de uso referencial e pragmático. Acrescentam-se a essa forma da expressão mais elementos diferenciadores do texto literário: este independe da psicologia, da história; não é documento, nem representação do real, nem expressão do autor. Já Jakobson

(1974) concebe as funções da linguagem no processo comunicativo e designa a poética – centrada na mensagem – como a função primordialmente literária.

A discussão sobre o que é literário e seus gêneros apresenta um rol metodológico extenso. Compagnon (2001, p.44) também afirma que toda definição de literatura implica preferências, o que significa dizer que “[...] não há essência da literatura, ela é uma realidade complexa, heterogênea, mutável.” Ressalta-se o conceito de que a significação de um texto literário não se reduz ao seu contexto de origem, está na sua aplicação, pertinência: “[...] os textos literários são justamente aqueles que uma sociedade utiliza, sem remetê-los necessariamente ao seu contexto de origem. Presume-se que sua significação (sua aplicação, sua pertinência) não se reduz ao contexto de sua enunciação inicial.” (COMPAGNON, 2001, p.44).

Emerge desses estudos de Compagnon (2001), outra discussão: a literatura tem relação com o mundo? Para tratar essa questão do contexto na obra literária, parte de visões fundamentais de variados autores: Aristóteles, Barthes, Saussure, Pierce, Jakobson, Bakhtin, Riffaterre, entre outros.

Aristóteles, em sua *Poética*, elabora a noção de *mimêsis*. Segundo Compagnon (2001, p.97), este “é o termo mais geral e corrente sob o qual se conceberam as relações entre a literatura e a realidade.” Até 1946 – ano da publicação da obra de Erich Auerbach, *Mimêsis. La representation de la réalité dans la littérature occidentale* –, esse conceito não foi questionado. A partir dos anos de 1960, a teoria literária deixou de aceitar a imitação e persistiu na autonomia da literatura em relação à realidade, ao referente, ao mundo: um texto literário deveria ser lido pelas referências que ele continha a ele mesmo. Jakobson (1974), na esteira de Saussure (2006) e Peirce (1972), funda a teoria literária segundo esses conceitos linguísticos que acabam por extinguir da análise a referência ao real: Saussure (2006), ao falar de signo linguístico, associa-lhe duas faces – o significante e o significado – dando um foco sincrônico ao seu estudo: a língua é forma, não é substância, ou seja, devem ser consideradas as relações sincrônicas no interior do sistema. Peirce (1972), em vez de apresentar um conceito diádico como o saussuriano, considera o signo assimétrico ou triádico: **aquilo** que representa **algo** para **alguém** (objeto, *representamen* e interpretante, respectivamente). Esse sistema caracteriza-se por uma semiose sem fim e sem origem. De comum às duas teorias do signo, tal como a teoria literária as recebeu, tem-se que “o referente não existe fora da linguagem, mas é resultado da significação, depende da interpretação.” (COMPAGNON, 2001, p.99). Desse modo, Jakobson (1974), ao destacar a função poética – centrada no código

– como a função essencialmente literária e prevalecente sobre a referencial – focada no contexto –, revela que a tônica, em literatura, recai sobre a mensagem.

Segundo Compagnon (2001), Barthes (1970), em *S/Z*, rejeita toda hipótese referencial na relação entre a literatura e o mundo, a fim de retirar da teoria literária todas as alusões referenciais. Para ele, o referente – resultado da semiose entre signos, não mais entre signo e referente – não existe anteriormente ao texto. Formula, então, a relação entre literatura e realidade baseado no que chama de “ilusão referencial” ou “efeito de real”, que pode ser resumido na ideia de que “verossímil [...] [é] uma convenção ou código partilhado pelo autor e pelo leitor.” (COMPAGNON, 2001, p.110). Não se trata de produzir “uma ilusão do mundo real, mas uma ilusão do discurso verdadeiro sobre o mundo real.”

Em meio às diversas abordagens sobre gênero e literatura, afirma-se que a crônica é um relato em permanente relação com o tempo – no sentido em que o que se trata na crônica está relacionado com fatos expostos no jornal, pois ela emerge das notícias nele vinculadas – de onde tira, como memória escrita, sua matéria principal, o que fica do vivido. A crônica se afastou da História com o avanço da imprensa e do jornal. Tornou-se “folhetim”, parte da estrutura dos jornais, uma seção informativa e crítica. Aos poucos foi se apartando e se constituindo como gênero literário: a linguagem se tornou mais subjetiva, mas com uma elaboração interna complexa, carregando a força da poesia e do humor.

Segundo Sá (1985), a crônica é um texto que se caracteriza por ser essencialmente um diálogo curto, breve. Nela, geralmente, o cronista se apresenta em primeira pessoa, trata o seu interlocutor, o leitor, como a segunda pessoa do discurso. Esses elementos conferem-lhe um tom subjetivo. De outro modo, o cronista, por vezes, tem que abandonar o tom pessoal para inscrever no texto as ocorrências cotidianas. A terceira pessoa é o recurso empregado para dar o tom de objetividade que a apresentação dos fatos da realidade exige. Ainda, segundo Sá (1985), engana-se quem considera esse aparente distanciamento uma falta de opinião; na verdade, o seu apagamento é uma das formas de manipular o seu leitor. O ponto de vista do cronista está sempre presente: ora por meio do emprego de anafóricos e catafóricos referentes à primeira pessoa; ora, quando a presença de dêiticos remete o leitor a elementos do contexto extralinguístico, por meio de seleção e arranjo que expõem a sua forma pessoal de compreender os fatos.

A crônica, cujas características relacionam-se ora a um texto literário, ora a um texto jornalístico, encontra em Machado de Assis um escritor que lhe confere autonomia estética, semântica e enorme abrangência temática. Para Machado, o que seria a crônica? Alguns de seus escritos fornecem opiniões evidentes sobre tal gênero.

Em “O jornal e o livro” (ASSIS, 2006, v.3, p.945), Machado expõe que o jornal, além de ser um meio de propagação de notícias, dá um tom de debate aos assuntos econômicos, políticos, sociais, enfim, propicia a manifestação sobre o estar no mundo:

O jornal, *literatura quotidiana*, no dito de um publicista contemporâneo, é reprodução diária do espírito do povo, o espelho comum de todos os fatos e de todos os talentos, onde se reflete, não a ideia de um homem, mas a ideia popular, esta fração da ideia humana.

O livro não está decerto nestas condições – há aí alguma coisa de limitado e de estreito se o colocarmos em face do jornal. Depois, o espírito humano tem necessidade de discussão, porque a discussão é movimento. Ora, o livro não se presta a essa necessidade, como o jornal. A discussão pela imprensa-jornal anima-se e toma fogo pela presteza e reprodução diária desta locomoção intelectual. A discussão pelo livro esfria pela morosidade, e esfriando decai, porque a discussão vive pelo fogo. O panfleto não vale um artigo de fundo.

Isto posto, o jornal é mais que um livro, isto é, está mais nas condições do espírito humano. (ASSIS, 2006, p.945, v.3, grifo do autor).

Obviamente, como pode ser notado pela história da imprensa no Brasil, que será reproduzida no capítulo seguinte, nem todo jornal propiciava uma discussão livre dos assuntos. O jornal escrito, do ponto de vista institucional, tem uma marca, uma personalidade jurídica, estatuto social, pois é uma empresa. Simultaneamente, por trás de seu título, é necessário que, para que conquiste um público leitor fiel, esse diário firme-se como um sujeito semiótico (LANDOWSKI, 1992). O jornal deve ter, portanto, uma identidade, um perfil, um tom que atraiam um leitor que se identifique com o periódico e até que veja, nele, um reflexo de si.

A crônica, que nasce, na sua acepção moderna, no jornal, agrega os valores desse meio, onde o espírito humano encontra, segundo Machado, o espaço livre para o debate. A *Gazeta de Notícias* nasceu com este propósito libertário, de ser um espaço democrático de exposição de ideias e de veiculação da literatura da época. Assim a crônica machadiana publicada nesse periódico, como se poderá observar, também apresenta pontos de vista distintos, olhares críticos, dúvidas, reflexões e questionamentos sobre as ocorrências cotidianas e capta as representações e as experiências vivenciadas pelo homem brasileiro do século XIX, constituinte importante da sociedade brasileira atual.

Em crônica publicada em 1.º de novembro de 1877, na revista *A Ilustração Brasileira*, o cronista aponta para a ideia de que tal produção nasce de fatos corriqueiros que se justapõem, a que ele dá um tratamento crítico e jocoso e que se tornam um todo revelador da sociedade:

Há um meio certo de começar a crônica por uma trivialidade. É dizer: Que calor! que desenfreado calor! Diz-se isto, agitando as pontas do lenço, bufando como um touro, ou simplesmente sacudindo a sobrecasaca. Resvala-se do calor aos fenômenos atmosféricos, fazem-se algumas conjeturas acerca do sol e da lua, outras sobre a febre amarela, manda-se um suspiro a Petrópolis, e *la glace est rompue*; está começada a crônica.

Mas, leitor amigo, esse meio é mais velho ainda do que as crônicas, que apenas datam de Esdras. Antes de Esdras, antes de Moisés, antes de Abraão, Isaque e Jacó, antes mesmo de Noé, houve calor e crônicas. No paraíso é provável, é certo que o calor era mediano, e não é prova do contrário o fato de Adão andar nu. Adão andava nu por duas razões, uma capital e outra provincial. A primeira é que não havia alfaiates, não havia sequer casimiras; a segunda é que, ainda havendo-os, Adão andava baldo ao naipe. Digo que esta razão é provincial, porque as nossas províncias estão nas circunstâncias do primeiro homem.

[...]

Não posso dizer positivamente em que ano nasceu a crônica; mas há toda a probabilidade de crer que foi coetânea das primeiras duas vizinhas. Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia. Provavelmente começaram a lastimar-se do calor. Uma dizia que não pudera comer ao jantar, outra que tinha a camisa mais ensopada do que as ervas que comera. Passar das ervas às plantações do morador fronteiro, e logo às tropelias amatórias do dito morador, e ao resto, era a coisa mais fácil, natural e possível do mundo. Eis a origem da crônica. (ASSIS, 2006, p.369-370, v.3).

O calor é um mote corriqueiro, que “quebra o gelo”, estabelece o contato com o leitor e desanda para os demais assuntos. O cronista, além de revelar que a crônica, tal qual o meio em que é veiculada, é uma manifestação democrática, aponta para as trivialidades que traz como motes para o reconhecimento das falhas da sociedade em que se insere; mais do que isso, revela, por meio dos fatos, as angústias, as necessidades e dúvidas que atingem o ser humano.

Apesar de agudas e nevrálgicas as observações que emergem de seus escritos, Machado de Assis cultivou a gentileza. Em texto publicado em 8 de outubro de 1865, no *Diário do Rio de Janeiro* – “O ideal do crítico” –, ao abordar a questão do papel do crítico literário, o autor afirmou que

Moderação e urbanidade na expressão, eis o melhor meio de convencer; não há outro que seja tão eficaz. Se a delicadeza das maneiras é um dever de todo homem que vive entre homens, com mais razão é um dever do crítico, e o crítico deve ser delicado por excelência. Como a sua obrigação é dizer a verdade [...], cumpre-lhe, a ele sobretudo, não esquecer nunca esse dever. (ASSIS, 2006, p.801, v.3)

Embora o enfoque seja a crítica literária, não há como desvincular o crítico literário do cronista e, por conseguinte, estabelecer uma analogia entre eles, uma vez que o conjunto de

suas crônicas revela um cuidado com seu leitor, que se evidencia pela urbanidade e pela delicadeza expressas, por exemplo, por meio de adjetivos, como em “leitor amigo” e em “leitor amado” (ASSIS, 1996, p.143 e 144) pelo cumprimento inicial e pelo final – “Bons dias!” e “Boas noites” – em todas as crônicas da série “Bons dias!” e, principalmente, pelo modo como aborda os fatos, alvos constantes de suas críticas, evidente nos conselhos que dá à sua própria pena (sempre ser cordial, justa, reservada):

Tirei hoje do fundo da gaveta, onde jazia a minha pena de cronista. A coitadinha estava com um ar triste, e pareceu-me vê-la articular por entre os bicos, uma tímida exprobração. [...] Limpei-a, acariciei-a, e, como o Abencerragem ao seu cavalo, disse-lhe algumas palavras de animação para a viagem que tínhamos de fazer. Ela, como pena obediente, voltou-se na direção do aparelho de escrita [...]. Compreendi o gesto mudo da coitadinha, e passei a cortar as tiras de papel, fazendo ao mesmo tempo as seguintes reflexões, que ela parecia escutar com religiosa atenção:

– Vamos lá; que tens aprendido desde que te encafuei entre os meus esboços de prosa e de verso? Necessito mais que nunca de ti; vê se me dispensas as tuas melhores ideias e as tuas mais bonitas palavras; vais escrever nas páginas do *Futuro*. Olha para que te guardei! Antes de começarmos o nosso trabalho, ouve, amiga minha, alguns conselhos de quem te preza e não te quer ver enxovalhada. Não te envolvas em polêmicas de nenhum gênero, nem políticas, nem literárias, nem quaisquer outras; de outro modo verás que passas de honrada a desonesta, de modesta a pretensiosa, e em um abrir e fechar de olhos perdes o que tinhas e o que eu te fiz ganhar. O pugilato das ideias é muito pior que o das ruas; tu és franzina, retrai-te e fecha-te no círculo dos teus deveres, quando couber a tua vez de escrever crônicas. Seja entusiasta para o gênio, cordial para o talento, desdenhosa para a nulidade, justiceira sempre, tudo isso com aquelas meias-tintas tão necessárias aos melhores efeitos da pintura. Comenta os fatos com reserva, louva ou censura, como te ditar a consciência, sem cair na exageração dos extremos. E assim viverás honrada e feliz.

E havendo dito estas coisas à minha pena, tinha eu acabado de preparar o papel, e eis que ela começou, entre os meus já desacostumados e emperrados dedos, a mencionar que no dia 4 deste mês se efetuou o encerramento da assembleia legislativa, cerimônia sobre a qual nada há que dizer, porque foi conforme os estilos que por sua natureza nada oferecem de notável⁶. (ASSIS, 1938).

A crônica emerge em meio às notícias, reportagens, editoriais, enfim, em meio à objetividade da informação do jornal como um momento de subjetividade e de reflexão. Relaciona-se com a atualidade e a associa a reflexões; é um estar próximo dos acontecimentos ao citá-los e, simultaneamente, um afastamento deles ao comentá-los. Emprega a debreagem enunciativa, na maioria das vezes, o que provoca um efeito de subjetividade e proximidade entre cronista e leitor, simulando o diálogo descompromissado entre eles.

⁶ Publicado originalmente em *O Futuro*, Rio de Janeiro, em 15/09/1862 (SOUSA, 1955).

Mescla literatura e jornalismo: deste retém o apontamento dos episódios diários, o texto curto e rápido, compacto e instantâneo, coeso e conciso; daquela, a subjetividade, a imaginação, o gracejo, a predileção pelas figuras como a ironia, a metalinguagem, a alegoria, as repetições, a antítese, a preterição e a metáfora, sem se tornar um labirinto conotativo.

Sua volubilidade, dado o seu caráter fluido e instantâneo, enfraquece quando o interesse pelos fatos cede ao interesse pelas reflexões, e a crônica se torna transcendental; agrega, então, a poesia, a crítica, a filosofia, o flagrante, o retrato, a opinião, a interpretação, o humor. A crônica eterniza, assim, o instantâneo.

1.2 O jornal impresso brasileiro e a *Gazeta de Notícias*

Para discorrer sobre a crônica machadiana, é preciso também falar da imprensa no Brasil, uma vez que o nascimento da crônica brasileira se deu no seio da imprensa carioca do século XIX.

Os papéis impressos surgiram na Europa do século XV; na América, no século XVI; já a imprensa periódica data do século XVII na Europa e surge nas colônias inglesa e espanhola no século XVIII. As publicações, no Novo Mundo, além de escassas, estavam sujeitas à vigilância e à repressão das autoridades. A experiência brasileira não foi diferente, embora tenha acontecido, de forma sistemática, somente a partir de 1808, mesmo ano em que a família real portuguesa saiu de Portugal, fugindo das tropas de Napoleão, e cruzou o Atlântico, aportando no Brasil (MOREL, 2008; SODRÉ, 2007)⁷.

Com a chegada de D. João VI e da corte, o Brasil ganha o *status* de sede da monarquia portuguesa. O Rio de Janeiro, onde se instalam, aparelha-se para funcionar como a nova capital do império luso-afro-brasileiro: fundou-se o Banco do Brasil, a Biblioteca Nacional, abriram-se os portos, criaram-se órgãos governamentais e, em 13 de maio de 1808, fundou-se a Imprensa Régia a fim de divulgar toda a legislação e papéis diplomáticos (EL FAR, 2004). Em médio prazo, a Imprensa Régia foi responsável pela impressão de vários periódicos, textos literários e de conhecimentos gerais, além de marcar os primeiros anos da imprensa

⁷ Veríssimo (1900) afirma que a imprensa no Brasil se estabeleceu em 1808, com o decreto de 13 de maio, mas sua introdução se dera antes. Segundo o autor, em meados do século XVIII, Gomes Freire de Andrade, então governador do Rio de Janeiro, consentiu que se fundasse uma tipografia nessa capitania. Dela saíram poucas obras geralmente sem indicação de local ou data. Seu impressor era o próprio dono, Antônio Isidoro da Fonseca.

brasileira com o atraso, a censura e o oficialismo, uma vez que os impressos sofriam a censura prévia⁸.

Dessa oficina, saiu, em 10 de setembro de 1808, o primeiro jornal oficial, a *Gazeta do Rio de Janeiro*. Voltado para os acontecimentos das monarquias europeias, notícias da família real portuguesa, com alguns documentos de ofício, enquanto jornal oficial, não possuía atrativos para o público leitor, nem apontava os problemas e as efervescências da democracia. O que veiculava não passava de notícias superficiais da nobreza presentes na imprensa lusitana e inglesa.

No mesmo ano, também surgiu o *Correio Brasiliense*⁹. Idealizado por Hipólito da Costa, esse periódico oposicionista e crítico, que abordou os grandes problemas brasileiros, era feito na Inglaterra (MARTINS, 2008) e entrava clandestinamente no Brasil, porque, até então, nada aqui era impresso por proibição extrema da Coroa Portuguesa, a qual visava garantir, assim, que ideias revolucionárias não se disseminassem pelo território brasileiro e abalassem o domínio português (EL FAR, 2004).

Segundo Sodré (2007), o *Correio* trazia, em suas 140 páginas mensais, o estudo das questões que mais afetavam a Inglaterra, Portugal e Brasil, com uma clara intenção doutrinária, desejando ter um peso na opinião pública; a *Gazeta*, enquanto periódico oficial, não se prestava a disputar a preferência ou a opinião de seus leitores. Com uma periodicidade mais curta – inicialmente mensal e depois trissemanal –, com poucas folhas, intenção informativa e preço baixo, é o embrião do jornal; já o *Correio Brasiliense* aproxima-se da publicação conhecida como revista doutrinária. Este se torna, durante o período colonial, alvo da censura, uma vez que representava uma ameaça evidente aos propósitos absolutistas.

Em declínio, o absolutismo necessitava defender-se, divulgar seus benefícios e virtudes, combater as ideias que lhe eram contrárias. Consequentemente, no período compreendido entre a chegada da família real, em 1808, e a independência do Brasil, em 1822, foram muitos os periódicos portugueses publicados no Brasil e na Europa que visavam ao elogio ao período joanino. De existência efêmera, combatiam, principalmente, as ideias do *Correio Brasiliense*, e nenhum deles exerceu influência sobre o público leitor brasileiro. Entre eles, *Idade de Ouro do Brasil*, impresso em Salvador, na Bahia, que circulou entre maio

⁸ A Imprensa Régia era administrada por uma junta composta por José Bernardo de Castro, Mariano José Pereira da Fonseca e José da Silva Lisboa, à qual competia “ ‘examinar papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião e os bons costumes’. [...] Nada se imprimia sem o exame prévio dos censores reais frei Antônio de Arrábida, o padre João Manzoni, Carvalho e Melo e o infalível José da Silva Lisboa.” (SODRÉ, 2007, p.19).

⁹ Impresso em Londres, Inglaterra, mensalmente na oficina de W. Lewis, o *Correio* circulou de 1.º de junho de 1808 a dezembro de 1822. (SODRÉ, 2007).

de 1811 e junho de 1823, quando as forças portuguesas dali foram expulsas; *Varietades ou Ensaios de Literatura* e *O Patriota*, ambos ensaios frustrados de periódico cultural, este com dois anos de vida (janeiro de 1813 a dezembro de 1814), aquele, com apenas dois números (fevereiro e julho de 1812); *O Investigador Português*, impresso em Londres, de 1811 a fevereiro de 1819, uma iniciativa do governo português de posicionar-se contra o *Correio*.

Na passagem da fase colonial para a Independência do Brasil, situou-se a revolução constitucionalista portuguesa, que propiciou o decreto de 21 de setembro de 1820, o qual estabeleceu a liberdade de imprensa, supostamente livrando os impressos da censura oficial prévia. Embora tal lei apontasse para uma nova era na imprensa brasileira, na verdade, existia, em 1821, ano do retorno da corte para Portugal e instituição da regência de D. Pedro, ainda uma imprensa áulica, defensora do absolutismo. Publicam-se, nesse mesmo ano, no Brasil, o *Semanário Cívico*, que começou a circular na Bahia, em 1º de março; *Minerva Brasileira*, que fazia coro com *Idade de Ouro*, entre abril e dezembro; *Amigo do Rei e da Nação*, de março a junho, e *O Bem da Ordem*, de março a dezembro, ambos no Rio de Janeiro; *O Conciliador do Reino Unido* e *Jornal dos Anúncios* (SODRÉ, 2007).

O primeiro jornal realmente informativo a circular no Brasil foi o *Diário do Rio de Janeiro* em 1º de junho de 1821. Omissos nas questões políticas, o *Diário* apresentava informações locais e particulares, como assassinatos, “demandas, reclamações, divertimentos, espetáculos, observações meteorológicas, marés, correios” e anúncios que tratavam de “escravos fugidos, leilões, compras, vendas, achados, aluguéis” (SODRÉ, 2007, p.50).

Em 4 de agosto do mesmo ano, na Bahia, surge o *Diário Constitucional* (depois denominado *O Constitucional*, uma vez que perdeu seu caráter diário), o periódico que defendeu os interesses brasileiros e rompeu com a imprensa áulica. Sobreviveu até agosto de 1822, quando, após tentativas de combatê-lo por meio dos tradicionais *Semanário Cívico* e *Idade de Ouro do Brasil*, além de fomentar o nascimento de periódicos que a ele se opusessem – *A Sentinela Baiense* (de 21 de junho a 7 de outubro), *O Analisador Constitucional* (de julho a dezembro), *O Espreitador Constitucional* (de agosto de 1821 a julho de 1822), *O Baluarte Constitucional* (julho a dezembro) entre outros –, foi fechado por um assalto militar (SODRÉ, 2007).

De setembro de 1821 a outubro de 1822, circulou, no Rio de Janeiro, o *Revérbero Constitucional Fluminense*, com o objetivo evidente de apoiar a Independência, como comprova a justificativa de seus redatores para a sua suspensão: “Empreendido só para o fim de proclamar a Independência de seu país, nada mais lhe resta a desejar, uma vez que ele (o país) vai ter uma Assembleia Constituinte e Legislativa, que já tem um Imperador da sua

escolha, que é Nação e Nação livre.” (SODRÉ, 2007, p.57). Estavam errados, pois a Constituinte foi dissolvida, ilimitado o poder do rei, o liberalismo, derrotado e a imprensa estava novamente sujeita a censura. O *Revérbero* e *O Constitucional* constituíram os veiculadores da liberdade que o Brasil buscava no período da Independência. É importante notar que, na primeira metade do ano da Independência brasileira, muitos foram os periódicos lançados, evidenciando o momento de tensão e marcando as tendências originadas: de um lado, uma direita que erigia a figura do rei acima do poder popular; de outro, uma esquerda que acreditava na Assembleia (representante do povo) acima do governante, tendência temida porque apontava para uma futura república. Antes mesmo da coroação de D. Pedro, era concreto seu poder ilimitado, a derrota do liberalismo e a censura que se iniciava. A segunda metade do ano de 1822 conheceu, portanto, poucos jornais.

Segundo Sodré (2007), com a instalação da Assembleia Geral, Senado e Câmara em 6 de maio de 1826, criaram-se condições para o ressurgimento da imprensa. Circulou, então, a *Astreia* (até 1832), seguida de outros periódicos nos quais se refletiam os debates frutos das divergências entre o imperador e a Câmara. Vários jornais – comprados ou financiados pelo monarca – surgiram com o intuito de sufocar essa discussão livre que se iniciava na imprensa, entre eles a *Gazeta do Brasil*, de maio de 1827 até janeiro de 1828, e o *Diário da Câmara dos Deputados à Assembleia Legislativa do Império do Brasil* (de 1826 a 1830). A partir de 1827, vários jornais circularam não só na corte, mas também nas províncias, entre eles, destacam-se o *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro, o *Farol Paulistano*, em São Paulo, o *Diário de Porto Alegre*, no Rio Grande do Sul, e *O Astro de Minas*, em Minas Gerais.

Entre 1831 e 1840, período regencial, aumentou o número de periódicos principalmente por ser um momento marcado pela explosão de associações, de motins e de rebeliões (MOREL, 2008). A imprensa, dessa forma, refletia a construção do Estado brasileiro com suas incoerências e instabilidades. Com a antecipação da maioria de D. Pedro II, em 1840, o debate existente na imprensa continua, mas menos impetuoso. O número de jornais diminui, mas a imprensa consolida-se, não mais quantitativamente, mas pela estabilização.

Em 1841, a coroação de D. Pedro II marca o início do Segundo Reinado. Segundo Martins (2008), como nação independente, livre da sombra colonial, o Brasil dessa época aparentava um campo fértil para que sua imprensa ganhasse força, expressão e fincasse suas raízes. Multiplicaram-se os tipos de periódicos, uma vez que o país esforçava-se para participar da cultura ocidental. Mas esse desenvolvimento não ocorreu prontamente, já que, apesar da Independência, do Primeiro Reinado, da Regência e da Maioridade – mudanças

institucionais determinantes para a constituição da nação brasileira –, o Brasil ainda era dominado por uma monarquia católica centralizadora, com uma estrutura escravista, feudal e monocultora. A sociedade mantinha-se, portanto, dos pontos de vista social, econômico e político, estática, tradicional, um obstáculo a uma imprensa livre e atuante.

Enquanto veiculadora de debates políticos acirrados, essa imprensa poderia ser chamada de política; paralelamente a ela, desenvolveram-se revistas e jornais voltados para a literatura, constituintes da imprensa denominada literária. Até então separadas, limitadas por objetivos distintos, nesse período emerge um jornalismo que é a fusão do político com o literário, uma vez que a imprensa política deixa de ser palco para as discussões, obediente aos interesses da monarquia e do latifúndio. *Niterói*, publicada em Paris, em 1836, por Gonçalves de Magalhães, já trazia essas duas faces do jornalismo que, em terras brasileiras, concretizou-se com a *Minerva Brasiliense* e *A Guanabara*, que circularam na Corte, respectivamente, entre 1843 e 1845 e entre 1851 e 1855 (SODRÉ, 2007). Nesse contexto, mantinha-se, como expressão do jornalismo conservador, no Rio de Janeiro, o *Jornal do Comércio*; em São Paulo, o *Correio Paulistano*; em Pernambuco, o *Diário de Pernambuco*.

A partir de então, imprensa e literatura conjugam-se nos periódicos da segunda metade do século XIX. Nasce, na Corte, o *Correio Mercantil*. Jovem, com tendência partidária, esse jornal era “mais vibrante, movimentado, atraente, e logo se tornou o órgão mais difundido. [...] No jornal, ele [Francisco Otaviano de Almeida Rosa, seu diretor] soube reunir os melhores elementos intelectuais do tempo, distinguindo-se logo Manuel Antônio de Almeida”, que nele publicou o folhetim *Memórias de um sargento de milícias*, sob o pseudônimo de “Um Brasileiro”, e José de Alencar, que “passou a escrever crônicas, no rodapé domingueiro da primeira página, passando em revista os acontecimentos da semana.” (SODRÉ, 2007, p.190). Em 1855, Alencar saiu do *Correio Mercantil* e passou a publicar suas crônicas no *Diário do Rio de Janeiro*, o qual, de acordo com Sodré (2007, p.191), “constituiria exemplo marcante da conjugação da literatura com a imprensa.” Nele o autor publicou também *Cinco minutos*, *O guarani* e *A viuvinha*. Era a “época dos homens de letras fazendo imprensa” (SODRÉ, 2007, p.192). Para Arnt (2002), com a literatura, o jornal se tornou mais variado e atraente. Os acontecimentos cotidianos, os fatos políticos e as decisões econômicas que influenciavam o dia a dia dos cidadãos eram apresentados com humor e ironia pelos cronistas, que assumiram o posto de “historiadores da cidade”.

1.2.1 Uma imprensa efetivamente atuante: o surgimento da *Gazeta de Notícias*

Sodré (2007) afirma que o surgimento e o desenvolvimento da imprensa brasileira aliam-se essencialmente à existência de condições políticas, já que, somente assim, ela desempenha sua função efetiva, tem um papel a cumprir na sociedade. Dessa forma, assevera ainda o autor que, no final dos anos 1860, a imprensa começa a agitar-se porque, com o fim da Guerra do Paraguai, reformas se impõem ao Brasil e o período de domínio da monarquia e da obediência a ela começa a declinar. Entre 1870 e 1872, mais de vinte jornais republicanos circulavam no país. Aliado ao grande número de novas publicações, um novo tom, de caráter jornalístico e polêmico, vai ressurgindo nos periódicos, fazendo-os, aos poucos, superar a estagnação em que viveram durante o Império. As lutas políticas eram, aos poucos, anunciadas nos jornais. De dezembro de 1870 até fevereiro de 1873, quando a sua redação foi atacada, circulou, no Rio de Janeiro, *A República*, pertencente ao Partido Republicano Brasileiro, periódico que lançou o manifesto republicano. Segundo Sodré (2007), após a primeira fase da imprensa, correspondente ao período da Regência no âmbito histórico, o período que vem após os anos 1870, de ebulição política provocada pelas ideias abolicionistas e republicanas, constituiu o segundo momento do jornalismo brasileiro.

E foi o surgimento da *Gazeta de Notícias*, segundo Sodré (2007, p.224-225)¹⁰, o grande acontecimento jornalístico: “era, realmente, jornal barato, popular, liberal [...] [e], com Ferreira de Araújo, Manuel Carneiro, Elísio Mendes e Henrique Chaves, jornalistas e não homens de letras, mostrava como a imprensa brasileira conquistava características definitivas.” Acolheu, em 1877, José do Patrocínio, o qual iniciou a sua campanha abolicionista nas suas páginas antes de fundar o seu próprio jornal, 10 anos mais tarde, *A Cidade do Rio*. Inovadora – cedendo maior espaço à literatura e às grandes preocupações, com desprezo pela política mesquinha –, a *Gazeta* se tornou um dos três maiores jornais do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, ao lado de *O País* e do *Jornal do Comércio*. Veríssimo (1900, p.41), assim se refere à *Gazeta*:

Em 1875 a *Gazeta de Notícias* fundada pelo Dr. Ferreira de Araújo [...] e outros, inaugurou no Brasil o jornal barato, popular, livre de compromissos partidários ou semelhantes, e também o jornal fácil de se fazer, sem sistema na distribuição das matérias, à portuguesa. Escritores dos mais estimados, e realmente distintos, do tempo dando a sua colaboração à *Gazeta* a tornaram

¹⁰ O primeiro exemplar da *Gazeta de Notícias* foi publicado no dia 2 de agosto de 1875 e continha 4 páginas – ver GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, ano 1, n.1, 02 ago. 1875.

querida em todo o país, onde a sua grande liberdade de apreciações e conceitos, a sua veia espirituosa, a sua variedade e leveza a fizeram popular.
[...]

À imitação da *Gazeta de Notícias*, fundaram-se vários jornais de pequenas notícias, venda avulsa, baratos. Nenhum, porém, teve o êxito dela.

Sem data, circulou, antes do lançamento do jornal, na Corte ¹¹, um folheto divulgador intitulado “Prospecto” (GAZETA DE NOTÍCIAS. Prospecto, 1875) ¹². Nele se anunciava que o diário era apartidário, trataria de questões de interesse geral, publicaria todos os telegramas políticos e comerciais do Brasil e do exterior, traria um folhetim-romance, novidades a respeito das artes – literatura, teatro, moda –, tudo entremeadado de notas curtas, apresentadas como curiosidades: comparações entre a extensão geográfica do Brasil e de outros países europeus, a origem da dívida pública portuguesa, as tiragens do *Diário de Notícias*, de Lisboa, e do *Petit Journal*, de Paris – 23 mil e cem mil exemplares, respectivamente –, acompanhadas da pergunta de quantos conseguiria tirar a *Gazeta de Notícias*. Além disso, havia notícias rápidas acompanhadas ora de observações irônicas, como afirmar que Londres era uma “feliz cidade” em função do número de mortos por fome em 1873, ora por informações engraçadas, como a de que a pessoa que comprara um revólver, o qual já tinha servido a 5 suicídios, ainda não havia se matado.

No rodapé desse prospecto multiutilitário – espaço intitulado FOLHETIM –, um texto audacioso faz referência ao fato de que todo jornal que se lançava trazia um programa. Com tom irônico, compara o programa de um jornal ao de um partido político, apontando que este nunca cumpre seus propósitos, logo não se deveria propor, no jornal, o que não se cumpriria; o leitor não poderia buscar no jornal o que fora prometido, mas não lhe fora dado: “O melhor programa de um jornal que quer agradar ao público é – agradar-lhe – sem programa.” (GAZETA DE NOTÍCIAS. Prospecto, 1875). A esse tom leve, que busca a nota cômica, junta-se a proposta de se elaborar um jornal em que o destaque é dado à literatura: “além de um folhetim romance, a *Gazeta de Notícias* todos os dias dará um folhetim da atualidade. Arte, literatura, teatro, modas, acontecimentos notáveis, de tudo a *Gazeta de Notícias* se propõe a trazer ao corrente os seus leitores.” (GAZETA DE NOTÍCIAS. Prospecto, 1875). Divulgava também a venda de exemplares avulsos, como e onde adquirir o jornal.

¹¹ Por ser um documento sem data, há controvérsias quanto à sua publicação. Miné (2005) e Asperti (2006) afirmam que o “Prospecto” circulou juntamente com o primeiro número da *Gazeta de Notícias*. Para Silveira (2011), a sua circulação é anterior a 02 de agosto de 1875, data da publicação do seu primeiro exemplar. Assume-se, neste trabalho, o último ponto de vista, uma vez que, no próprio folheto, afirma-se: “A publicação da *Gazeta de Notícias* começará brevemente e será anunciada com alguns dias de antecedência nas principais folhas da Corte e Províncias.” (GAZETA DE NOTÍCIAS. Prospecto, 1875).

¹² Ver Anexo A.

Segundo Miné (2005), a *Gazeta* não foi apenas um suporte da produção de grandes escritores como Eça de Queirós e Machado de Assis, mas também um projeto jornalístico com direcionamentos socioculturais. Nos anos 70 e 80 do século XIX, as suas páginas refletiam a agitação política e social, e a folha diária mostrava-se também engajada.

No seu primeiro número, a *Gazeta de Notícias* apresentou quatro páginas com cinco colunas cada. Na primeira delas (ver Anexo B), expôs os telegramas, destacando alguns com negrito. Empregou esse mesmo recurso para realçar as informações sobre o diário – seus locais de venda, um pedido de desculpa aos assinantes caso houvesse atraso na entrega dos primeiros exemplares, o horário de funcionamento do seu escritório, a arrecadação com a venda avulsa daquele primeiro número seria destinada ao benefício da Imperial Sociedade Amante da Instrução. Também notícias variadas da Argentina, dos Estados Unidos e da Itália ali apareceram ao lado de informações como a ocorrência do Baile do Cassino Fluminense, a chegada de figuras ilustres da Europa ao Rio de Janeiro, apresentações teatrais.

Ao pé da página, estampava-se a seção FOLHETIM, com o título “Folhetim da *Gazeta de Notícias*”, assinada por Lulu Senior, pseudônimo de Ferreira de Araújo, um dos fundadores do diário. Nela refletia a juventude de espírito de seus redatores, que nortearia a publicação:

Um jornal nasce com a idade de espírito de seus redatores.

[...]

A *Gazeta de Notícias* tem vinte e... tantos anos. Quer isto dizer que ainda tem coração para falar de amor às moças, ainda sabe rir com os rapazes, e apesar de recém-nascida sabe já ter juízo como os velhos, mas a seu modo. (SENIOR, 1875, p.1).

Afirma que a *Gazeta* é formada por um grupo de pessoas, portanto eram vários sentimentos, opiniões diferentes, o que contribuiria para que a folha fosse mais justa e imparcial. Por ser jovem, o seu ponto de vista otimista em relação aos fatos e seu apego à alegria são valorizados em oposição à cautela e à sisudez da velhice; propunha que a alma se abrisse aos sentimentos bons e fossem esquecidas as experiências amargas. Enfim, o que deveria ser a apresentação de um programa é um retrato do corpo de redatores: eles são a “mocidade”, querem

Viver, mas viver moços, rindo, amando, crendo no que é bom e justo, respeitando o que merece respeito, desprezando o que deve ser desprezado, erguendo altares a quem for digno deles, abatendo as estátuas dos falsos ídolos, tendo em mão o incenso para o talento e a virtude, na outra um chicote para os vendilhões do templo. (SENIOR, 1875, p.1).

Retomam a proposta do “Prospecto”, não apresentam programa, não prometem seguir linhas de conduta, de publicação; o jornal é o veículo da manifestação de espíritos jovens, atentos aos acontecimentos, preocupados com a realidade social que os cerca, voltados para a arte. Esse tom leve, jovem, irreverente, descontraído, marcado pelo humor vai permear a existência da *Gazeta*.

A página 2 (Anexo C) traz notícias curtas sobre fatos ocorridos no Brasil – a nomeação de um cônsul na Bahia, as atividades da Câmara e do Senado – e no exterior – a queda de meteoros nos Estados Unidos, a descoberta de uma montanha de 10.929 metros na Nova Guiné, a execução de um réu na Espanha. Informações úteis como as datas em que navios atracarão no Rio de Janeiro e dele partirão misturam-se ao cotidiano carioca: as más condições das ruas, a prisão de bêbados e desordeiros, a captura de escravo, o descarrilamento de bonde, a Festa de Nossa Senhora do Carmo, entre outros fatos. Ao pé da página, o FOLHETIM, seção ocupada pelo romance de Gustavo Aymard, *Ourson, o cabeça de ferro*.

Duas colunas da terceira página são a continuação do conteúdo da página anterior. As três outras colunas são preenchidas por declarações, preços do café, do açúcar, do fumo, do feijão, do milho, avisos de leilões e anúncios. A última página é preenchida totalmente por anúncios.

A *Gazeta de Notícias* ambicionava alcançar, por meio da combinação entre a matéria séria e a superficial, o respeito e a chacota, leitores também variados, o público jovem e o velho. Apresentava-se como imprensa imparcial, liberal e contrária ao tom tendencioso e partidário do *Jornal do Comércio* (CRESTANI, 2010). Como jornal atuante e livre das amarras moralistas e partidárias das folhas da época, a *Gazeta* não só combatia, de forma sempre irreverente e com humor, as instituições decadentes do Império, mas também atuava na luta pela liberdade de imprensa.

Sua organização era muito simples, inicialmente composta por quatro páginas divididas em oito colunas. Nelas, as matérias, em sua maioria sem título, sucediam-se separadas apenas por um traço curto, centralizado. As notícias e os textos literários ocupavam as duas primeiras páginas e, às vezes, parte da terceira. As duas últimas páginas eram reservadas à publicidade.

A excelente revisão de seus textos literários (HOUAISS, 1975 apud CRESTANI, 2010), os métodos de impressão modernos para a época, que garantiam a rapidez e a produção de muitos números com qualidade técnica, e a sua opção por uma diagramação simples, mas com uma concepção dinâmica de apresentação das matérias, que levava o leitor a transitar facilmente de uma notícia séria a uma nota superficial, de uma questão política a uma

anedota, garantiram à *Gazeta* um público bem diversificado. Os seus leitores têm, ao lado dos debates acerca da política, das reformas sociais pelas quais passava o Brasil da segunda metade do século XIX, informações acerca de crimes, escândalos e o bálsamo, o descanso da referencialidade, o folhetim. A ele era dado um espaço de destaque nas folhas do diário de Ferreira de Araújo e, segundo Sodré (2007, p.243), era

[...] o melhor atrativo do jornal, o prato mais suculento, que podia oferecer, e por isso o mais procurado. Ler o folhetim chegou a ser hábito familiar, nos serões das províncias e mesmo da Corte, reunidos todos os da casa, permitida a presença das mulheres. A leitura em voz alta atingia os analfabetos, que eram a maioria. [...] A *Gazeta de Notícias*, do Rio, renovando sob tantos aspectos a fisionomia da imprensa, submeteu-se ao gosto pelo folhetim.

Estas características – a atuação sociocultural, a distribuição diária e a possibilidade de assinatura mensal, as inovações técnicas, a sua forma de apresentação dinâmica e a multiplicidade de seu conteúdo – deram à *Gazeta de Notícias* o *status* de um dos melhores jornais de seu tempo. Sensível às necessidades de sua época, que pedia crítica e transformações, esse jornal acolheu a inquietação, discutiu as reformas, influenciou a sociedade. Firmou-se, portanto, como uma folha que participou, efetiva e principalmente, nas campanhas da proclamação da República e na abolição da escravidão.

Além de atuante no cenário sociopolítico, a *Gazeta* também se sobressaiu no processo de profissionalização do trabalho intelectual no Brasil. Foi responsável pela consagração de muitos escritores ao oferecer condições financeiras vantajosas a seus colaboradores e incentivar a produção literária, em um tempo em que a publicação de livros era inexpressiva e a imprensa era a instância de produção cultural da época. Estar entre os seus colaboradores era sinal de prestígio para jornalistas e escritores:

[...] a *Gazeta* de Ferreira de Araújo era a consagradora por excelência. Não era eu o único mancebo que a namorava: todos da minha geração tinham a alma inflamada daquela mesma ânsia. Não era dinheiro o que queríamos: queríamos nome e fama, queríamos ver nossos nomes ao lado daqueles nomes célebres. (BILAC, 1916, p.9).

No final do século XIX, a *Gazeta de Notícias* destacou-se como o jornal que mais espaço dava à literatura (SIMÕES, 2004): seu rodapé abrigava romances de escritores brasileiros e estrangeiros, suas colunas recheavam-se de poemas, crônicas e contos.

1.2.2 Machado de Assis, o escritor na imprensa

Em 12 de janeiro de 1855, no periódico *Marmota Fluminense* – para o qual colaborou até 1861 –, foi publicada a poesia “Ela”, de Machado de Assis. Era o seu primeiro trabalho literário veiculado em uma folha (SOUSA, 1955)¹³. A partir de então, o autor não mais se desvinculou da imprensa e construiu sua carreira de literato no jornal: durante a segunda metade do século XIX, o escritor notabilizou-se como romancista, poeta, contista, dramaturgo, crítico e também cronista. Os periódicos literários se multiplicavam, e Machado de Assis foi quem deu o melhor tom ao jornalismo literário. Nas revistas femininas, ao lado das tendências de moda, das receitas culinárias, dos conselhos de beleza, havia a literatura desse público leitor feminino; Machado nelas distribuía seus poemas, contos e romances, em que abordava o amor e o casamento segundo as tendências idealizadoras do Romantismo.

De outubro de 1858 até março de 1868, esteve no *Correio Mercantil*; em *O Espelho*, a sua colaboração – de setembro de 1859 a janeiro de 1860 –, pela primeira vez, foi de caráter obrigatório ao apresentar a crítica teatral. Além da assinatura comum e de suas iniciais – aí também empregou M.-as para rubricar seus textos –, usou pseudônimos: na *Semana Ilustrada*, jornal humorístico carioca, como Dr. Semana, assinou a sua participação de 1860 até 1875. Seus contos, poemas, romances, suas traduções, cartas, críticas, peças teatrais, homenagens, enfim sua produção espalha-se por muitos jornais e revistas brasileiras: *A Primavera* (revista semanal de literatura), *Jornal do Povo*, *A Saudade*, *O Binóculo*, *Revista Mensal da Sociedade*, *Ensaio Literários*, *O Jornal das Famílias*, *Biblioteca Brasileira*, *Almanaque Ilustrado da Semana Ilustrada* (todos do Rio de Janeiro); *Imprensa Acadêmica* (São Paulo), *Revista Contemporânea* (Lisboa), *Semanário Maranhense* (Maranhão) entre outros.

Como cronista, de acordo com Sousa (1855), publicou 566 crônicas em prosa e 50 em verso: de 1860 a 1865, no *Diário do Rio de Janeiro*, onde assinou com as suas iniciais M. A. e os pseudônimos, Gil, Job, Platão. De setembro de 1862 a julho de 1863, colaborou no periódico literário quinzenal *O Futuro*; de julho de 1876 até abril de 1878, a *Ilustração Brasileira*, publicação quinzenal, recebia ainda os textos de Machado de Assis assinados como Manasses. Em *O Cruzeiro*, também do Rio de Janeiro, o autor publicou, durante o ano de 1878, crônicas assinadas com o pseudônimo de Eleazar.

¹³ O poema “Ela” foi o primeiro trabalho de Machado de Assis publicado em um periódico; sobre a sua primeira produção literária, Sousa (1955) afirma que é o poema “A Palmeira”, datado pelo próprio Machado de 6 de janeiro de 1855.

Na *Gazeta de Notícias*, Machado de Assis iniciou a sua colaboração em 18 de dezembro de 1881. Ininterruptamente, ali publicou até 28 de fevereiro de 1897, voltando duas vezes em 1899, quatro vezes em 1900, e mais duas vezes, uma em 1902 e outra em 1904 (SOUSA, 1955). O autor recebeu, em 1876, o convite para fazer parte dos colaboradores, mas não o aceitou prontamente:

“A resposta é a que eu já receava dar-te. São tantos e tais os trabalhos que pesam sobre mim, que não me atrevo a tomar o folhetim da ‘Gazeta’. – Dize de minha parte ao Elísio que me penaliza muito a resposta...”

[...]

A colaboração de Machado de Assis, neste periódico, começa propriamente em 1881 [...]. Não obstante, o seu nome aí aparece, esporadicamente, desde 1877, subscrevendo poesias, em homenagem a José de Alencar e a Camões. Figura na relação dos colaboradores efetivos, até 1904. [...] Daí em diante, não é mais mencionado. (SOUSA, 1955, p.225-226).

Para a *Gazeta*, além de poesias, contos, tradução e crítica, Machado redigiu 475 crônicas, mais de três quartos de toda a sua produção (GLEDSON, 2006). Tais textos foram publicados em cinco colunas distintas, entre 1883 e 1897. Em três delas – “Balas de estalo”, “A+B” e “Gazeta de Holanda” – assinava com pseudônimos que eram revelados logo após o início de sua colaboração. Em “A semana”, embora as crônicas não fossem assinadas, sua autoria era conhecida; já “Bons dias!” não teve a sua autoria divulgada enquanto a seção era publicada. Gledson (2006) afirma que Sousa (1955) foi o responsável pela revelação da autoria de Machado de Assis somente nos anos 1950.

A primeira colaboração de Machado de Assis como cronista para a *Gazeta* apareceu na seção “Balas de estalo”, na qual publicou 124 crônicas ao lado de textos de Valentin Magalhães, Ferreira de Araújo e Henrique Chaves (BRAYNER, 1992) entre 2 de julho de 1883 e 3 de março de 1886, com o pseudônimo de Lelio, como comprova Sousa (1955, p.30, grifo do autor):

Lelio

Com este pseudônimo subscreveu Machado de Assis as suas crônicas na seção “Balas de estalo” na *Gazeta de Notícias* (Rio, 1883-1886).

[...]

Em *A Semana* (Rio, n.º 6, 7-2-1885), na seção “Revista dos colegas”, lê-se o seguinte: “*Gazeta de Notícias* – no dia 3 publicou umas deliciosas ‘balas de estalo’ de *Lelio*. Cremos que todos já sabem que *Lelio* é o Sr. Machado de Assis”.

Seis meses após o fim de “Balas de estalo”, no mesmo ano, feitas em forma de diálogo, sete crônicas foram publicadas na seção “A+B”, de 12 de setembro a 24 de outubro de 1886, sob a rubrica de João das Regras:

Em *A Semana* (Rio, n.º 93, 9-10-1886, p.327), na notícia do banquete oferecido a Machado de Assis, em comemoração ao 22.º aniversário da publicação das *Crisálidas*, fez-se a seguinte referência ao homenageado: “o jornalista que tem ilustrado os pseudônimos de *Eleazar*, *Lelio* e, atualmente, na *Gazeta de Notícias*, o de *João das Regras*.” (SOUSA, 1955, p.31, grifo do autor).

No mês seguinte, ao término de “A+B”, Machado iniciava, na mesma *Gazeta*, a publicação de crônicas em quadras as quais, num total de 48, compunham a “Gazeta de Holanda”. Publicadas entre 1º de novembro de 1886 e 24 de fevereiro de 1888, essas crônicas eram assinadas por Malvolio, como explica Sousa (1955, p.31):

Malvolio

Com este pseudônimo foram subscritas as crônicas rimadas sob o título de “Gazeta de Holanda”, na *Gazeta de Notícias* (Rio, 1887-1888). Em *A Semana* (Rio, n.º107, 15-1-1887, p.19-20), lê-se: “Às perguntas de vários de nossos assinantes sobre quais os escritores que na *Gazeta de Notícias* usam de pseudônimos satisfazemos com as seguintes informações: [...] MALVOLIO (“Gazeta de Holanda”) e LELIO (“Balas de estalo”) – Machado de Assis.

Mal encerrara a coluna “Gazeta de Holanda” em fevereiro de 1888, Machado já principiou a publicação de “Bons dias!” em abril de 1888. Iniciando todas as crônicas com a saudação “Bons dias!”, encerrava-as com um “Boas noites”, a que Sousa (1955, p.34) categoriza também como pseudônimo:

Boas noites

Machado de Assis usou este pseudônimo para subscrever as crônicas intituladas “Bons dias!”, na *Gazeta de Notícias* (Rio, de 5-4-1888 a 29-8-1889).

O pseudônimo está consignado no trabalho *Portugal-Brasil – Anônimos e pseudônimos mencionados no Dicionário Bibliográfico de Inocêncio e em outros opúsculos e obras – Organizado pelo Dr. José Alexandre Teixeira de Melo – (A-I) – Rio de Janeiro*.

As crônicas anônimas de “A semana” tiveram também a sua autoria revelada. Destaca-se o fato de que Machado publicou algumas delas no seu livro de contos *Páginas recolhidas*, de 1899, com o título “Entre 1892 e 1894”. Acrescenta-se que “A.A. [Artur Azevedo], em

rápida biografia de Machado de Assis (*O Álbum*, n.º 2, janeiro de 1893), assevera: ‘Atualmente escreve Machado de Assis, todos os domingos, na *Gazeta de Notícias*, uns artigos intitulados *A Semana*’ ” (SOUSA, 1955, p.31-32).

Para Brayner (1992, p.414), as crônicas em prosa de Machado de Assis constituíam um “campo de provas para experimentar os limites do narrar”, pois, nelas, o cronista escreve a oralidade que havia nas conversas nas ruas e nos saraus, a política e os fatos internacionais. Seu registro coloquial, mas culto aponta para o fato de que recolhe o cotidiano disperso – gerador de conteúdo humano e urbano das relações sociais do final do século XIX – e, sobre ele, elabora o literário. A sua matéria é o acontecimento, mantendo deles uma distância intencional, assumindo o papel de narrador estimulante, que dá ao leitor a oportunidade de perceber o assunto e suas conexões.

Machado elegeu a *Gazeta de Notícias* como seu campo preferido, uma vez que a maior parte de sua produção nela foi publicada. Um jornal atuante e inovador recebeu um dos maiores escritores brasileiros como cronista mais amadurecido, sem o tom exagerado nos paradoxos, sem as metáforas ousadas que caracterizavam suas crônicas dos anos 1870. Seus comentários volúveis, ambivalentes deram às suas crônicas dos anos 1880 e 1890 a melhor forma e tom, o que o tornou um observador “hábil na arte de captar a interação de ideias e atos da época” (BRAYNER, 1992, p.415).

Com estilo objetivo, preciso e econômico, deu um tom grave a fatos leves, superando, assim, a fragilidade da crônica cotidiana; e um tom brincalhão a coisas sérias, pintando, desse modo, um quadro crítico. As crônicas machadianas não envelheceram: por trás dos fatos, dos acontecimentos está a observação aguda da vida e a caricatura das fraquezas humanas. O Brasil que apresenta é imutável, pois suas críticas são atuais; as informações não se vinculam apenas à vida social e política do Rio de Janeiro e da São Paulo da segunda metade do século XIX: o oportunismo político entranhado na vida parlamentar, as dificuldades para a normalização da situação política, o desnudamento das feridas sociais existiram e ainda vivem na sociedade brasileira.

2 “BONS DIAS!” E “A SEMANA” (1892-1893): DUAS SÉRIES, DOIS CONTEXTOS, UM CRONISTA E UM ESTILO

Segundo Gledson (2006), as séries de crônicas assinadas por Machado de Assis na *Gazeta de Notícias* recebiam a influência dos acontecimentos políticos e dos fatos históricos, ou seja, relacionavam-se e subordinavam-se ao contexto em que eram publicadas. Com esse argumento, apresenta os parâmetros que limitavam e justificavam o seu início e o seu fim. Afirma, por exemplo, que Machado de Assis encerra repentinamente a série “Gazeta de Holanda”, composta por 48 crônicas em verso, talvez porque buscasse uma forma mais adequada do que os versos para tratar dos assuntos vigentes – era o início de 1888, período de ebulição política e social no Brasil. O escritor inaugura, então, na *Gazeta de Notícias*, uma nova seção em prosa: “Bons dias!”. Era o dia 5 de abril de 1888, um mês antes da assinatura da Lei Áurea em 13 de maio de 1888. A coluna se estende até 29 de agosto de 1889, a dois meses da Proclamação da República. “Bons dias!” traz, em suas 49 crônicas, um painel do Brasil constituído dos momentos que antecedem e sucedem a abolição; traça o contorno da sociedade que aguarda a Proclamação da República e a vê chegar. São 17 meses da vida social, política, econômica e histórica brasileira tratados com o olhar agudo, sensível e crítico de Machado de Assis e por ele transfigurados e transformados em arte.

“A semana”, a mais longa série produzida por Machado de Assis (de 1892 até 1897), abarca o período em que se organizava o novo regime instaurado, a República, marcado por instabilidades que se encerraram somente em 1930, com o fim da República Velha e início da Era Vargas (LOPEZ; MOTA, 2008). Acrescenta-se que, embora a colaboração de Machado para essa série tenha se encerrado em 1897, ela não deixou de existir. Olavo Bilac assumiu-a no mesmo ano, rebatizou-a de “Crônica” e aí produziu quase 500 crônicas até 1908.

Uma série, portanto, é um combinado de fatos jornalísticos – o contexto a que Gledson (2006) se refere – e de narração literária, que lhe dá autonomia estética e semântica, além de vestir os acontecimentos de contornos humanitários. Os eventos históricos e cotidianos de onde o *corpus* emergiu referem-se a dois períodos cruciais para a instauração e para a organização do sistema republicano no Brasil: o primeiro deles engloba a abolição e a Proclamação da República, que são abordadas em “Bons dias!”; o segundo alude aos dois anos que sucedem o governo provisório (1892 e 1893), que são tratados em “A semana”. Estes anos, 1892 e 1893, ficaram conhecidos como “anos de horror” devido à opressão exercida pelo governo do Marechal Floriano Peixoto, então presidente da República. Como consequência dessa violência, eclodiram duas grandes revoltas no Brasil: a da Armada, no Rio

de Janeiro, e a Federalista, no sul do país. Todos esses eventos, marcados pela instabilidade, foram tratados com o olhar crítico do cronista.

Evidentemente os fatos que circundam as crônicas têm papel fundamental, uma vez que elas nascem da visão subjetiva a respeito deles, e podem até determinar uma série, mas não necessariamente serem os únicos parâmetros para a sua existência. A coluna que o cronista elabora é um espaço que não tem um tempo de vida pré-definido, pois depende de vários fatores, não somente da relação entre o escritor e a época em que ele vive. É manifesto que Gledson (2006) assume o ponto de vista segundo o qual o escritor Machado de Assis se revela no cronista que se inscreve nas seções, pois estabelece afinidade entre os fatos apresentados, geradores das crônicas, e a visão pessoal do escritor a respeito desses acontecimentos. Além disso, coloca como parâmetros de enfoque os acontecimentos veiculados pela crônica e vinculados ao momento social capturado¹⁴.

Como todo fenômeno cultural, a literatura se constitui também do enredamento dos fatos que constituem e caracterizam a sociedade onde ela nasce, mas isso não significa que eles têm papel crucial de determiná-la, caracterizá-la, constituir seu valor ou de interferir diretamente em suas características.

Segundo Candido (2006), o vínculo entre a obra e o contexto histórico-social em que foi produzida direcionou os estudos analíticos literários. Inicialmente, no século XVIII, valorizava-se a obra segundo o aspecto da realidade nela focalizado, ou seja, a abordagem dada ao real em determinado momento histórico era a medida do seu valor, pois era o seu elemento mais importante. Passada essa tendência, uma nova e oposta posição emergiu: os constituintes contextuais eram secundários e não deveriam ser considerados, uma vez que a importância de uma obra literária residia nas “operações formais postas em jogo, conferindo-lhe uma peculiaridade que a torna de fato independente de quaisquer condicionamentos, sobretudo social, considerado inoperante como elemento de compreensão.” (CANDIDO, 2006, p.13). Das duas tendências, nasce uma terceira que retira o radicalismo de ambas: toda obra literária tem a sua integridade que não pode, nem deve dissociar o texto de seu contexto,

¹⁴ Gledson (1996) evidencia a preocupação que norteou as edições por ele organizadas das crônicas machadianas de *Bons dias!* e de *A semana*: “as notas que, como na edição de *Bons dias!*, tentam dar um contexto a estas crônicas: espero que as tornem mais acessíveis, mais interessantes e mais informativas. Esta introdução, tal como as notas, tenta situar as crônicas no seu momento histórico e assim torná-las mais compreensíveis como série [...]. De fato, se há uma história para contar que ligue as crônicas como um todo, ela baseia-se na reação de Machado à cena política e social que o cercava, num período muito turbulento.”

ou seja, o que é externo ao texto (seu contexto) “desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*.”¹⁵ (CANDIDO, 2006, p.14, grifo do autor).

Para Fontanille (2007), do **ponto de vista do discurso**, não há necessidade de se recorrer ao contexto como elemento externo ao discurso, uma vez que este considera todos os dados presentes como integrantes do processo de significação.

Também ao contrário do que propõe Gledson (2006), ao confundir Machado de Assis, escritor real, com a imagem de Machado produzida no texto, o cronista que se apresenta nas colunas “Bons dias!” e “A semana” da *Gazeta de Notícias* não é o autor real; é, sim, a imagem do autor, um efeito de sentido.

Para a semiótica francesa, a enunciação é a instância de produção do discurso, é o ato que dá existência ao sentido. O sujeito enunciador, ao elaborar seu discurso, leva em conta a imagem de leitor estabelecida, o enunciatário, e, assim, realiza escolhas enunciativas que refletem no enunciado. Para Greimas e Courtés (2008), o enunciatário, portanto, é tão responsável pela produção do discurso quanto o enunciador. No enunciado, produto da enunciação, um ato individual, ambos são projetados como narratário e narrador, respectivamente. No caso das crônicas machadianas, o sujeito enunciador é o autor dos textos, mas não se trata do Machado real, mas da imagem construída do enunciador no enunciado. O leitor também não é o consumidor do jornal, fisicamente presente, mas a projeção do enunciatário no texto. As marcas da enunciação no enunciado elaboram a imagem do *ethos* do enunciador e do enunciatário. Como explica Fiorin (2007, p.29),

[...] a análise do *ethos* do enunciador nada tem do psicologismo que, muitas vezes, pretende infiltrar-se nos estudos discursivos. Trata-se de aprender um sujeito construído pelo discurso e não uma subjetividade que seria a fonte de onde emana o enunciado, de um psiquismo responsável pelo discurso.

“Bons dias!” e “A semana” são séries distintas escritas em momentos diferentes do Brasil do século XIX, mas apresentam elementos comuns na sua elaboração, como a ironia, a preterição, a intertextualidade, a digressão, o constante dirigir-se ao leitor, que apontam para um estilo voltado para a crítica à sociedade que se conformava nessas crônicas.

¹⁵ Para o autor, o tratamento à parte dado aos elementos contextuais da obra literária é legítimo do ponto de vista da sociologia da literatura, que não considera o valor intrínseco da obra. Já para a crítica literária, que considera o valor estético na análise, interessam os fatores que “atuam [efetivamente] na sua organização interna” (CANDIDO, 2006, p.14)

2.1 A forma inovadora do diálogo em “Bons dias!”

“Bons dias!” parece ter sido lapidada, pois, em todas as 49 crônicas, há uma saudação inicial – “Bons dias!” – e uma final – “Boas noites”, que podem ser traduzidas como o desejo de diálogo do cronista. Tudo se passa como se ele e o leitor se encontrassem na rua, tal é o tom dado pelos cumprimentos. O contato inicial abre o seu caminho para desfiar os assuntos cotidianos, fazer revelações, dar opiniões, dirigir-se ao leitor; a despedida marca o final da discussão acerca do conteúdo político e social tratado. Segundo Gledson (2006), por não serem assinadas, apenas finalizadas com um cumprimento, além de nenhum elemento a respeito do seu autor ter sido evidenciado nas crônicas nem em outro meio, o autor conseguiu o seu anonimato, o qual foi preservado até a revelação de Sousa (1955).

Após o costumeiro Bons dias!, o começo de sua coluna é sempre inovador e, principalmente, atraente, uma vez que objetiva conquistar o leitor, dele se aproximar. Vários recursos são empregados e, dentre eles, alguns são recorrentes: o diálogo com o leitor, o emprego de reticências, o uso de frases feitas, de palavras não usuais, de expressões conhecidas ou até mesmo parodiadas.

A referência inicial ao leitor vem exemplificada no primeiro parágrafo da crônica do dia 5 de abril de 1888:

Hão de reconhecer que sou bem criado. **P**odia entrar aqui, chapéu à banda, e ir logo dizendo o que me parecesse; depois ia-me embora, para voltar na outra semana. Mas não, senhor; **ch**ego à porta, e o meu primeiro cuidado é dar-lhe os bons dias. Agora, se o leitor não me disser a mesma coisa, em resposta, é porque é um grande malcriado, um grosseirão de borla e capelo; ficando, todavia, entendido que há leitor e leitor, e que eu, explicando-me com tão nobre franqueza, não me refiro ao leitor, **q**ue está agora com este papel na mão, mas ao seu vizinho. Ora bem! (ASSIS, 2008c, p.79, grifo nosso).

O narrador instaura o diálogo com o leitor, envolve-o nas suas explicações sobre a sua postura – ao seu cumprimento, deveria ser correspondido –, forja uma conversa que parece se desenrolar com a presença física de ambos, evidenciada pelo fato de o narrador afirmar estar à porta do local em que se encontra o leitor, como se ali chegasse fisicamente. Em seguida, tal ilusão se desfaz, e remete o leitor para a sua real situação: se tem conhecimento do que diz o cronista, é por meio da leitura do jornal. Supostamente se encontram e saúdam-se, mas, na realidade, o leitor está afastado dele, o que não altera a nuance dada à conversa, pois tudo se passa como se essa distância não existisse (o adjetivo “este” para indicar o jornal que o leitor

tem em mãos é um anafórico que remete ao objeto próximo da primeira pessoa, a pessoa que fala – o cronista).

O mesmo recurso inicia a crônica do dia 4 de maio de 1888: “– Desculpem-me se lhes não **tiro o chapéu**; estou muito constipado. **Vejam**, mal posso respirar. [...] Creio até que estou abatido e magro. **Não?** Estou; **olhem** como fungo” (ASSIS, 2008c, p.99, grifo nosso). Novamente simula o contato visual com os leitores, que se evidencia por não tirar o chapéu, pedir a eles que o observem, forjando, portanto, a familiaridade que sustenta a crônica.

Tal expediente está presente no dia 17 de dezembro do mesmo ano: “Posso aparecer? Creio que agora está tudo sossegado” (ASSIS, 2008c, p.205). A pergunta dirigida ao leitor é a forma de apontar a série de péssimos acontecimentos que, então, circundavam a sociedade brasileira: a febre amarela que fazia muitas vítimas, os assassinatos que ocorriam, a seca no Ceará que fora a pior desde 1877 (GLEDSON apud ASSIS, 2008c).

Em outras datas, os textos iniciam-se da mesma forma:

11 de maio de 1888: “**Vejam os leitores** a diferença que há entre um homem de olho alerta, profundo, sagaz, próprio para remexer o mais íntimo das consciências (eu em suma), e o resto da população.” (ASSIS, 2008c, p.103, grifo nosso).

1º de junho de 1888: “**Agora fale o senhor** que eu não tenho nada mais que lhe dizer. **Já o saudei**, graças à boa educação que Deus me deu” (ASSIS, 2008c, p.123, grifo nosso).

16 de agosto de 1888: “**Agora** que tudo está sossegado, **aqui venho** de chapéu na mão e dou-lhes os bons dias de costume. Como passaram do outro dia para cá?” (ASSIS, 2008c, p.165, grifo nosso).

22 de outubro de 1888: “**Não me acham alguma diferença? Devo estar pálido** [...]. Podia contar-lhes a minha doença; para os convalescentes, não há prazer mais fino [...]; e se o ouvinte vai de bonde [...] então é que a narração nunca mais acaba.” (ASSIS, 2008c, p.179, grifo nosso).

O emprego de palavras não usuais ou até mesmo engraçadas, de ditados ou máximas sentenciosas e de frases famosas de outros autores, ou até mesmo paródias instauram não só a curiosidade, mas também criam a atmosfera amigável, típica de uma conversação entre

peessoas que se conhecem e têm um grau de proximidade. Mais ainda: a crítica por meio da ironia (outra recorrência em “Bons Dias!”) também aí se manifesta.

A palavra “cretinismo” enceta a crônica do dia 27 de abril de 1888 e assume duplo sentido – imbecilidade e doença crônica –:

O *cretinismo* nas famílias fluminenses é geral. Não sou eu que o digo: é o Dr. Maximiano Marques de Carvalho. [...] ‘Não vedes todos esses indivíduos de pernas inchadas, que se arrastam pelas ruas desta capital? Não vedes que são portadores de enormes sarcoceles e de hidroceles e hematoceles?’ (ASSIS, 2008c, p.95).

Ao visualizar a palavra, o leitor lhe dá o sentido mais usual e desperta curiosamente para a crônica, como a procurar a origem desse “cretinismo”.

Em 19 de maio de 1888, assim se inicia a crônica: “Eu pertenço a uma família de profetas *après coup, post facto, depois do gato morto*, ou como melhor nome tenha em holandês.” (ASSIS, 2008c, p.109, grifo do autor). As expressões destacadas pelo cronista acenam novamente para a curiosidade no leitor: aquele tivera conhecimento prévio de um fato. E realmente a narrativa que se segue evidencia que ele já sabia que a escravidão seria abolida: antes da assinatura da Lei Áurea, tratara de alforriar um escravo seu.

Conquistar a adesão do leitor é o objetivo em 28 de outubro de 1888: “Vive a galinha com sua pevide. Vamos nós vivendo com a nossa polícia.” (ASSIS, 2008c, p.187). A máxima popular “Vive a galinha com sua pevide” valoriza o que se é e o que se tem e, no caso, trata-se da comparação entre a polícia da Inglaterra, que se mostra incapaz de prender o famoso assassino, *Jack the ripper* (Jack, o estripador) e a milícia brasileira, concluindo que a inoperância, no caso, não era somente brasileira.

A paródia do texto bíblico assumida pelo narrador em 26 de janeiro de 1889 – “*Saniotas sanitatum et omnia sanitas*. Gracioso, não? É meu; quero dizer, é meu no sentido de ser de outro. Achei essa paródia de *Eclesiastes* em artigo de crítica de uma folha londrina.” (ASSIS, 2008c, p.223, grifo do autor) – chama a atenção do leitor, por meio do humor, para o problema de saúde pública que o Rio de Janeiro enfrentava, a febre amarela.

“Vi não me lembra onde...” (ASSIS, 2008c, p.218), insinua ao leitor que virá, em seguida, algo que remete a um assunto a ser tratado pelo cronista. Mas a expectativa é quebrada quando se aborda o costume de perambular pelas ruas e observar tudo o que se passa para tratar como matéria de sua seção. Esse desvio não funciona como um “balde de água fria” lançado no leitor, pois, em vez de desestimulá-lo porque não teve suas expectativas

atendidas, confirma o pacto existente entre eles: o cronista ali está para oferecer ao leitor o cotidiano carioca e a realidade brasileira que ambos vivenciam.

A política brasileira é o alvo preferido do cronista, que a julga contraditória e foco de interesse dos envolvidos. Um dos fatos ocorridos que demonstra tais características foi a indicação de um só candidato pelos três partidos, o liberal, o conservador e o republicano. Seu inconformismo diante do fato fica evidente com a frase que inicia a crônica do dia 22 de agosto de 1889: “Quem nunca invejou não sabe o que é padecer” (ASSIS, 2008c, p.291 e p.292), seguida de sua confissão sobre invejar roupas e posses, ainda mais uma pessoa de tamanha importância. A inveja é somente o meio para demonstrar, ironicamente, que as eleições representavam apenas jogos de interesse: “Upa! Que caso único. Todos os partidos armados uns contra os outros no império, naquele ponto uniam-se e depositavam sobre a cabeça de um homem os seus princípios. Não faltará quem ache tremenda a responsabilidade do eleito”.

Esse constante diálogo estabelecido com o leitor firma-se nos temas desenvolvidos em “Bons dias!” – a abolição da escravidão e a instauração da República no Brasil –, tratados sob o viés irônico do cronista o qual, ao disfarçar a verdade, desafia o leitor a reconhecê-la em suas imperfeições e assumir o olhar crítico sobre a realidade política do Brasil. A questão ética e moral referente aos direitos humanos não é o cerne da sua abordagem, pois Machado escreve a seção quando a abolição já era um fato certo, portanto os aspectos ideológicos estão fora do enfoque, seriam supérfluos. Interessam ao cronista os aspectos econômicos e políticos decorrentes desse novo cenário social: livres os escravos, estabelecer-se-ia uma crise econômica, já que muitos eram a favor da indenização dos ex-senhores de escravos; aponta o despropósito de empréstimos feitos pelo governo brasileiro; discute as eleições – um projeto que pretendia acabar com o voto secreto, as alianças políticas feitas em benefício pessoal, desafiando as oposições partidárias, as quais, segundo o cronista, inexistiam –, a instauração da república.

É essa nuance que revela, em parte, o leitor machadiano dessas crônicas: alguém que não só vive os fatos, os acontecimentos de um Brasil em transformação, mas também é capaz de, junto com o cronista, elaborar uma visão crítica da situação que se forja e hábil para perceber que as mudanças propostas não passavam de situações pré-concebidas pela elite política brasileira.

Das 49 crônicas produzidas, apenas 5 fogem a esses temas. Três delas – publicadas em 7 e 22 de março e 20 de abril de 1889 – têm como alvo Antônio de Castro Lopes, cujo pedantismo é criticado pelo cronista, que discute a questão do uso de estrangeirismos na

língua portuguesa. A do dia 19 de março de 1889 aborda a modéstia e a humildade, enquanto que a de 30 de março de 1889 é a única crônica que trata de economia.

Ao final de cada crônica, encerrava a conversa ao dar as “Boas noites”. Traz, por meio desse recurso, o cenário corriqueiro, cotidiano do Rio de Janeiro do século XIX: dois conhecidos encontram-se em um lugar público, saúdam-se, trocam impressões, em tom amigável, sobre acontecimentos e, por fim, despedem-se.

Nascida para ser publicada semanalmente, a coluna cumpriu o seu propósito durante metade de sua vida. Durante os quatro primeiros meses (de abril a julho de 1888), por exemplo, as crônicas povoaram a coluna quase que semanalmente (um total de 17 crônicas); nos meses subsequentes, as publicações ocorreram de duas a três vezes em cada mês, com a regularidade semanal em janeiro, fevereiro, março e agosto de 1889. As crônicas, em princípio, eram publicadas às quintas-feiras, mas essa regularidade não se manteve: apareceram às sextas-feiras, aos sábados, aos domingos, segundas e terças-feiras.

As crônicas de “Bons dias!” criticam a sociedade e o homem de seu tempo, portanto trazem, ao lado da visão aguda dos fatos que relatam ou a que fazem referência, a experiência humana que subjaz a todo acontecimento; apresentam a realidade política, social, econômica e histórica do Brasil da segunda metade do século XIX. Constituem, portanto, um documento riquíssimo. Ao mesmo tempo, o seu caráter crítico também nos dá a visão do brasileiro a respeito da época em que vivia. Seu tom literário reside, principalmente, no fato de que, ao estabelecerem um diálogo constante com seu leitor, criam um vínculo que lhes permite abordar questões humanas em um estilo que privilegia o emprego de figuras, principalmente da ironia.

2.2 “A semana” e o caráter do povo brasileiro

As crônicas de “A semana”, apesar de virem sem assinatura – Brayner (1992, p.413, grifo do autor) assinala que Machado de Assis, nessa seção, não mais as assina, nem mesmo com um pseudônimo, porque “cai no anonimato daqueles que não precisam mais assinar para serem reconhecidos. Ele é o seu estilo.” –, tinham a sua autoria conhecida, como comprova o testemunho de Artur Azevedo: “A.A. [Artur Azevedo], em rápida biografia de Machado de Assis (*O Álbum*, n.º 2, janeiro de 1893), assevera: ‘Atualmente escreve Machado de Assis, todos os domingos, na *Gazeta de Notícias*, uns artigos intitulados A Semana [...]’ ”. (SOUSA, 1955, p.34).

Publicadas entre 24 de abril de 1892 e 28 de fevereiro de 1897, essas crônicas dominicais recolhiam notícias dispersas e lhes davam um enquadramento de significação, pois o autor delas extraía um “conteúdo pitoresco, humano e urbano das relações sociais do Rio de Janeiro do final do século, vistos com olhos [...] do humor” (BRAYNER, 1992, p.412), em uma linguagem coloquial, mas culta.

O que se descortina nesses textos, no entanto, é uma reflexão constante sobre o caráter nacional brasileiro. Cronista e leitor estão implicados em situações em que os sistemas políticos, os hábitos de votos e as atitudes mentais arraigadas constituem um círculo vicioso. (GLEDSON apud ASSIS, 1996). Fatos cotidianos aparentemente desconexos são apresentados e comentados ao mesmo tempo em que uma linha os vai costurando, unindo-os e dando a eles um sentido comum. É como se construísse, em cada crônica, uma colcha de retalhos: furtos, mortes, eleições, acidentes, posse de ministério, notícias do exterior, tudo vai se conformando e tecendo a sociedade brasileira por meio do retrato da vida carioca. Cumpre, assim, o contrato de leitura estabelecido com o leitor: trabalhar sobre o acontecimento. Instalado no texto, o leitor percebe, então, o assunto e suas conexões, pois o cronista coloca sobre os fatos um viés literário, subjetivo, que retira da notícia a sua transparência e objetividade. Emerge a visão questionadora dos conceitos e valores estabelecidos e a crítica às mais variadas esferas.

A crítica emerge do diálogo que o cronista estabelece com o seu leitor, o qual é encetado por meio de variados recursos: o leitor está presente constantemente nos textos ora por meio de vocativos, que apenas o convocam como narratário, ora por referências constantes que o conduzem por argumentos, por descrições de fatos e reflexões a respeito do cenário que pinta, solicitando o narratário como parceiro nas considerações apresentadas. Assim, busca não só atrair a atenção do leitor para a leitura, como também conquistar a sua adesão para o que será discutido.

Ao iniciar a série semanalmente, a atenção do leitor é sempre clamada, seja por dirigir-se diretamente a ele, como na crônica do dia 1º de outubro de 1893, que assim começa: “**Leitor**, o mundo está para ver alguma coisa mais grave do que **pensas**.” (ASSIS, 1996, p.307, grifo nosso), seja por meio do emprego de um dêitico que aponta para a personalidade de Tiradentes, herói nacional brasileiro: “Este Tiradentes, se não toma cuidado em si, acaba inimigo público.” (ASSIS, 1996, p.160). O emprego do demonstrativo “este” aponta o mártir da Independência brasileira como uma figura comum do cenário histórico nacional que cronista e leitor dividem, o que os aproxima. Além disso, ao colocar em dúvida o caráter de Tiradentes, cuja morte não fora comemorada durante o Império, mas passou a ser uma data

cívica com o advento da República (GLEDSON apud ASSIS, 1996), atrai a atenção do leitor para o fato de que a imagem de herói nacional vinculada ao inconfidente será questionada, o que o move a prosseguir a leitura e desvendar a suposição feita a respeito da figura histórica.

Esse efeito de proximidade com o leitor é alcançado também por meio de outros recursos, como frases feitas, paródias e ironia. No dia 5 de junho de 1892, a conhecida expressão popular “De boas intenções o inferno está cheio” ganhou uma nova versão – “Não só o inferno está calcado de boas intenções. O céu emprega os mesmos paralelepípedos” (ASSIS, 1996, p.68) – para elogiar a fundação de um clube cívico destinado a promover a educação cívica por meio de palestras, concertos e comemorações. Em vez da crítica implícita no ditado original – nada se constrói com bons pensamentos –, há o elogio a pessoas que se voltavam para o interesse comum em meio a uma maioria que visava somente ao próprio bem.

A ironia desponta em 26 de fevereiro de 1893, ao iniciar a sua coluna semanal em meio ao cenário de crise e guerras nos âmbitos nacional e internacional¹⁶: “O que mais me encanta na humanidade é a perfeição.” (ASSIS, 1996, p.203). Ao elogio, seguem-se críticas veementes ao caráter marcadamente desleal, maldoso, maledicente do ser humano e, principalmente, à sociedade essencialmente criminosa, interesseira e injusta que constituiu.

O modo sutil e imprevisível de abordar as questões problemáticas da sociedade não só brasileira é fruto de um espírito sagaz que elabora um estilo marcado também pelo emprego recorrente da intertextualidade e da preterição. “*Ex fumo dare lucem*”, frase célebre de Horácio¹⁷, apresenta a crônica do dia 21 de agosto de 1892 cujo alvo crítico são os impostos aplicados, no caso específico, aos charutos, o que provocou uma greve dos vendedores dessa mercadoria. O jogo de significado com as palavras fumaça e fogo é notório: da tradução da expressão latina, tem-se: da fumaça chega-se à luz, numa alusão ao fato de que da reflexão chega-se a um senso comum, à razão. Ao apresentar a greve dos charuteiros contra o aumento do imposto, a expressão passa a ter o sentido comum de “onde há fumaça há fogo”, ou seja, tal greve é mais uma manifestação da insatisfação diante das medidas tomadas pelo novo governo.

¹⁶ No Rio Grande do Sul, ocorria a guerra Federalista; em Pernambuco, havia a ameaça de uma guerra civil; em São Paulo, houve a tentativa de derrubar o governador Bernardino de Campos. No contexto mundial, as eleições seguiam tumultuadas na Espanha, e a França conquistava uma nova colônia na África, Daomé (GLEDSON apud ASSIS, 1996).

¹⁷ Gledson (apud ASSIS, 1996, p.107), em nota a essa crônica, afirma que *Ex fumo dare lucem* são “Palavras da *Ars poética* de Horácio: ‘*Non fumum ex fulgore, sede ex fumo dare lucem*’ – e lema da companhia do gás.” É a inscrição que se encontra na fachada da Imperial Companhia para a Iluminação da Cidade do Rio de Janeiro, uma fábrica de gás encarregada da iluminação do Rio de Janeiro no século XIX. A frase latina, cuja tradução é da fumaça ao fogo, na crônica, assume o sentido de “onde há fumaça, há fogo”.

A crônica do dia 6 de novembro de 1892 desperta a atenção do leitor ao propor uma narrativa rápida do que lhe acontecera: “ Vou contar às pressas o que me acaba de acontecer” (ASSIS, 1996, p.145). Em vez de apresentar o fato, inicia uma digressão que toma praticamente toda a crônica, para somente revelar o acontecimento que anunciara nos últimos parágrafos: o cronista errara a data da eleição e aparecera uma semana após a data oficial para votar.

Durante o ano de 1892, a coluna abordou, entre os fatos cotidianos que exibia, as questões econômicas referentes ao Encilhamento¹⁸ e ao estabelecimento da República¹⁹. No ano seguinte, a onda de revoltas concretizadas na Revolução Federalista e na Revolta da Armada²⁰, resultantes da oposição ao governo de Floriano Peixoto, destaca-se como tema dominante, sempre perpassado pelo tom pessimista.

O próprio título da série sugere um apanhado dos acontecimentos semanais apresentados por crônicas supostamente leves e triviais, mais recreativas que educativas ou críticas, publicadas semanalmente aos domingos. Machado de Assis, nas suas crônicas de “A semana”, inquiriu os conceitos da época, questionou as transformações, procurou conhecer os comportamentos e avaliou a capacidade de sobrevivência do novo na sociedade brasileira.

¹⁸ Entre 1890 e 1891, Rui Barbosa, então ministro da Fazenda, iniciou uma reforma financeira no Brasil, que consistiu, principalmente, no aumento da emissão de moeda circulante e na criação de bancos regionais emissores, uma vez que a abolição transformara os escravos em mão-de-obra assalariada, daí a necessidade de um montante para pagar-lhes, além de que visava à expansão da indústria brasileira por meio de créditos. Além dos fatores econômicos, Rui Barbosa acreditava em que os industriais, beneficiados pelos créditos cedidos pelo governo republicano, apoiá-lo-iam. O resultado da reforma, o Encilhamento, foi o aumento da especulação e da inflação, enfim, a instauração de uma crise econômica gerada pelo fechamento de empresas, desemprego e falências. Em 1892, com Rodrigues Alves no Ministério da Fazenda, tentou-se reverter esse cenário decadente. (LOPEZ; MOTA, 2008).

¹⁹ Proclamada a República em novembro de 1889, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto são escolhidos, por eleição indireta, presidente e vice-presidente da República respectivamente. No final de 1891, com a renúncia de Deodoro, Floriano assume a presidência de um Brasil em crise, apoiado pelos cafeicultores e militares. (LOPEZ; MOTA, 2008).

²⁰ Na presidência, Floriano não convocou novas eleições, o que cindiu as Forças Armadas: uma parte o apoiou e a outra, liderada pelo almirante Custódio de Melo, rebelou-se contra as autoridades republicanas, culminando na Revolta da Armada, em setembro de 1893. Instigados pela eclosão da rebelião no Rio de Janeiro, os federalistas monarquistas do Rio Grande do Sul aproveitaram a confusão e avançaram contra o governo republicano: tomaram Santa Catarina e pretendiam tomar também o Paraná. Ambas as revoltas foram violentamente sufocadas por Floriano. Somente a Revolução Federalista resultou em mais de 10 mil mortos (LOPEZ; MOTA, 2008).

3. OS LEITORES DE “BONS DIAS!” E “A SEMANA” (1892-1893)

O *corpus* aqui analisado se constitui das crônicas em que as referências ao narratário são materializadas na língua por meio de substantivos, pronomes, verbos, dêiticos espaciais e temporais, enfim, elementos que remetem à instância da enunciação, responsáveis também pela produção de sentido. Nesses textos em que a imagem do leitor é projetada, o narrador estabelece um diálogo com o narratário ou para instigá-lo a refletir sobre os fatos que apresenta e, ao mesmo tempo, analisa e critica; ou para conduzi-lo a um ponto de vista, a uma opinião por ele construída, guiando-o pelos exames já constituídos. Optou-se por escolher como *corpus* as crônicas em que o narratário emerge não somente como um destinatário a quem, por meio da função fática, o narrador aponta somente como seu interlocutor, mas aquelas em que o narratário tem participação efetiva, ou seja, em que sua presença está contextualizada por meio de efeitos de sentido em que dele é cobrada uma participação nos fatos que são apresentados.

Vale salientar que a apreciação das crônicas privilegiará o estudo do nível discursivo, patamar mais superficial do percurso gerativo de sentido proposto pela semiótica greimasiana, pois a análise da vestimenta figurativa dada aos conteúdos abstratos, os recursos empregados pelo enunciador para manipular o enunciatário e a enunciação delineada no enunciado são reveladores do esboço da imagem do leitor.

No decorrer das análises, empregar-se-ão constantemente os procedimentos metodológicos; logo se optou por apresentar uma síntese e não um tratamento esmiuçado da teoria empregada, a fim de que não se incorra em uma repetição enfadonha de preceitos teóricos.

Primeiramente, apresentam-se as estratégias de construção de efeitos de sentido, que se relacionam às projeções do sujeito da enunciação no enunciado; em seguida, aborda-se a manifestação ideológica no discurso, que emerge da relação entre temas e figuras, os quais recuperam os sujeitos e os objetos de valor do nível narrativo.

Toda abstração que caracteriza os sujeitos, os seus percursos e as suas relações com objetos de valor ou modais recobre-se de maior concretude e variedade no nível discursivo. Desse modo, as relações que se estabelecem entre os sujeitos – no nível narrativo, entre destinador e destinatário –, no plano discursivo, passam a constituir um diálogo entre enunciador e enunciatário. Ambos se tornam parceiros na construção do sentido, uma vez que todas as escolhas realizadas pelo enunciador levaram em consideração o enunciatário elaborado. Ao mesmo tempo, o enunciador cumpre o seu papel de manipulador ao persuadir o

enunciatório a crer no seu discurso. Toda essa rede de relações é possibilitada por meio da instauração de contratos de veridicção, determinados por um conjunto de referências contextuais e situacionais necessariamente inscritas no discurso, e pode ser apreendida pela projeção da enunciação no enunciado. Os traços da enunciação estão espalhados no enunciado e são reconhecíveis pelo procedimento da *debreagem* – enunciva, quando o espaço e o tempo não coincidem com aqueles da enunciação e a voz é de um narrador em 3.^a pessoa; ou enunciativa, quando, ao contrário, a enunciação projeta um eu/aqui/agora, responsável por um discurso em 1.^a pessoa, simulando o espaço e o tempo em que o discurso é enunciado. Os efeitos de sentido resultantes são, respectivamente, a objetividade e a subjetividade.

No patamar discursivo do percurso gerativo do sentido, há a manifestação ideológica do sujeito da enunciação, uma vez que, nele, os elementos abstratos são concretizados sensorialmente em figuras do mundo real. O conceito de isotopia da semiótica greimasiana é uma ferramenta teórica operativa no tratamento de temas e figuras, porque se refere à reiteração de elementos que, ao se relacionarem sintagmaticamente em determinados contextos, compartilham um mesmo campo semântico. Ou seja, uma crônica sobre eleições, ou sobre fatos corriqueiros pode problematizar mais do que seu tema central e veicular, de acordo com o modo de organizar os fatos, uma visão de mundo específica.

É precisamente a partir de um exercício de reflexão atenta sobre o *corpus* proposto, com o emprego das ferramentas analíticas da semiótica greimasiana, que se busca conformar o esboço dos leitores das crônicas de Machado de Assis.

3.1 “Bons dias!”

A série “Bons dias!” estrutura-se em oposições. Desde a imagem que o cronista elabora de si mesmo para apresentar ao leitor, passando pela saudação inicial e final – a oposição dia e noite – até o modo como trata dos temas, tudo aponta para uma grande tensão que se reflete no diálogo que o cronista estabelece com o leitor que configura. Tais incoerências têm como função primordial a crítica que recai sobre o período da abolição e da Proclamação da República que o cronista forja sob um olhar compenetrado e direto. Para cada maneira crítica de apontar os fatos, emprega elementos contraditórios que atingem o efeito desejado.

O escritor dialoga, pondera e argumenta. Suas ironias e o humor são armas de ataque às instituições e aos atos medíocres e oportunistas dos políticos, os quais, apesar de terem os seus nomes citados, constituem mais tipos sociais universais sobre os quais recai o seu olhar,

que denota o pessimismo diante da situação política retratada. Elaborar um texto do qual, sob a aparente polidez da apresentação dos temas de que trata (o tom ponderado), emerge uma agressão crítica às ações que julga oportunistas. Por vezes, parece distanciar-se do leitor, não se importar com a sua compreensão. Porém esse distanciamento nada mais é do que um recurso com contorno crítico, pois o leitor que esboça, assim como o cronista, reconhece e percebe a insensatez que acomete a política brasileira; é capaz de acompanhar os jogos, as contradições e as ironias empregadas, reconhecendo nesses recursos a crítica mordaz que constrói.

Tais crônicas estruturam-se principalmente na oposição entre enunciado e enunciação; esse conflito revela um texto em que o contrato fiduciário entre enunciador e enunciatário é constantemente quebrado, pois aquele constrói a crônica fundamentando-a, principalmente, na ironia: o que se afirma no enunciado é negado implicitamente na enunciação – que parece, mas não é. O texto, então, torna-se contraditório, marcado pela incerteza e pela imprevisibilidade, o que configuraria uma mentira, mas que não se efetiva, porque a intenção do enunciador não é enganar, mas encobrir o verdadeiro sentido que quer dar aos fatos que apresenta. Exige, então, um enunciatário que seja ágil e preparado para lidar com um texto que não o guia pelos sentidos, mas que o convida a desvendar esses sentidos. Apto para desvendá-los, encobertos que estão pela astúcia do enunciador, esse leitor de “Bons dias!” assume uma postura crítica frente aos fatos e participa do processo de construção de uma sociedade que foge aos padrões impostos pela elite dominadora do poder.

As crônicas de “Bons dias!” em que se encontra a materialização do enunciatário – o narratário figurativizado como leitor – são elaboradas para um leitor que consegue retirar o véu que encobre a sua estrutura, conformada sobre as oposições categóricas e graduais entre enunciado e enunciação. Isso significa que ele é capaz de desvendar, nos meandros repletos de ironias, preterições, reticências e eufemismos, na imprevisibilidade daí decorrente, a crítica a uma sociedade contraditória, que se fortalece na exploração e na sujeição de indivíduos fracos perante o forte poder econômico vigente.

3.1.1 O programa de “Bons dias!”

A primeira crônica de “Bons dias!” foi publicada no dia 5 de abril de 1888 (Anexo D). Nela, o autor se apresenta ao leitor e aponta que, como abertura da nova seção, deveria apresentar um programa, ou seja, o que ele pretendia com as suas crônicas, quando ali estaria presente; mas assume não ter um programa, preferir não anunciar nada e garantir apenas a sua

presença naquele espaço uma vez por semana²¹: “declaro que não apresento programa. [...] acho perigoso que uma pessoa diga claramente o que é que vai fazer; o melhor é fazer calado. [...] No mais é o que se está vendo; cá virei uma vez por semana, com o meu chapéu na mão, e os *bons dias* na boca.” (ASSIS, 2008c, p.79-80, grifo do autor).

Nesse aspecto, essa crônica assemelha-se com o FOLHETIM publicado no “Prospecto” (Anexo A) antes do lançamento da *Gazeta de Notícias*, que também se nega a apresentar um programa – “O melhor programa de um jornal que quer agradar ao público é – agradar-lhe – sem programa.” (GAZETA DE NOTÍCIAS. Prospecto, 1875). Os editores da *Gazeta* mostravam-se inovadores, apartidários e, portanto, livres das imposições, libertos para se expressar. Cronista e jornal compartilham do tom leve, livre e à frente de seu tempo:

Bons dias!

Hão de reconhecer que sou bem criado. Podia entrar aqui, chapéu à banda, e ir logo dizendo o que me parecesse; depois ia-me embora, para voltar na outra semana. Mas, não senhor; chego à porta, e o meu primeiro cuidado é dar-lhe os bons dias. Agora, se o leitor não me disser a mesma coisa, em resposta, é porque é um grande malcriado, um grosseirão de borla e capelo; ficando, todavia, entendido que há leitor e leitor, e que eu, explicando-me com tão nobre franqueza, não me refiro ao leitor, que está agora com este papel na mão, mas ao seu vizinho. Ora bem! (ASSIS, 2008c, p.79).

O primeiro parágrafo constitui um preâmbulo metalinguístico em que o cronista faz uma apresentação inicial e elabora a imagem do seu leitor. Educadamente, cumprimenta-o com a expressão “Bons dias!” que encabeça a seção. Disposta no início da página, repete a estrutura comum das saudações. Estabelece, do ponto de vista do texto, o início do diálogo e emprega a debreagem enunciativa – actancial, temporal e espacial –, a qual projeta a enunciação no enunciado (é a enunciação enunciada): utiliza a primeira pessoa do singular (“me”), os verbos no presente (“sou”) e o advérbio “aqui”. O efeito de sentido obtido com esse recurso é aproximar-se do leitor, como se o instaurasse no instante da produção do discurso. Essa proximidade proporciona uma possibilidade de emprego de um tom mais amigável e próximo, o que possibilita a parceria cronista-leitor. Esse leitor não é real, mas uma imagem construída pelo enunciador a que denominamos enunciatário (BENVENISTE, 2006), o qual terá também, como o enunciador, a sua imagem construída e revelada: não é um leitor qualquer, desqualificado nos relacionamentos humanos, incapaz do ato mínimo

²¹ Apesar de o cronista garantir a sua presença na coluna semanalmente – “cá virei uma vez por semana, com meu chapéu na mão e os *bons dias* na boca.” (ASSIS, 2008c, p.81), houve algumas ausências segundo Sousa (1955).

necessário ao convívio social que é a saudação, a qual deve ser honesta como a postura do indivíduo diante dos demais e dos seus afazeres sociais. É o tema da polidez que emerge e que se concretiza por meio da caracterização do leitor que não é o seu enunciatório: “malcriado” e “grosseirão”.

Elaborado o leitor, o cronista volta a pintar a própria imagem. Honestidade e respeito permeiam a postura do narrador ao afirmar que o cumprimento não faz parte do estilo que propõe construir – a crônica –, mas é uma atitude honesta de quem realmente se importa com seu interlocutor. Essa maneira de ser vem concretizada pelo adjetivo “bem criado”, pela ação “dar-lhes bons dias” que remetem à intimidade que o narrador quer estabelecer com o narratário para conquistar a sua adesão às suas futuras afirmações.

Seu próximo passo é evidenciar o programa, ou seja, os seus objetivos, uma vez que inaugura uma nova coluna num jornal, o que pressupõe uma linha de conduta ideológica. Nega-se a apresentá-lo e, para isso, usa argumentos que evidenciam a ideia de que é melhor fazer calado do que anunciar abertamente o que se vai fazer.

Feito esse cumprimento, que não é do estilo, mas é honesto, declaro que não apresento programa. Depois de um recente discurso proferido no Beethoven, acho perigoso que uma pessoa diga claramente o que é que vai fazer; o melhor é fazer calado. Nisto pareço-me com o príncipe (sempre é bom parecer-se a gente com príncipes, em alguma coisa, dá certa dignidade, e faz lembrar um sujeito muito alto e louro, parecidíssimo com o Imperador, que há cerca de trinta anos ia a todas as festas da Capela Imperial, *pour étonner le bourgeois*; os fiéis levavam a olhar para um e para outro, e a compará-los, admirados, e ele teso, grave, movendo a cabeça à maneira de Sua Majestade. São gostos.) de Bismark. O príncipe de Bismark tem feito tudo sem programa público; a única orelha que o ouviu, foi a do finado Imperador, – e talvez só a direita, com ordem de o não repetir à esquerda. O Parlamento e o país viram só o resto. (ASSIS, 2008c, p.79).

Essa opinião remete o leitor a um texto divulgado no próprio jornal em 25 de março de 1888, dez dias antes da publicação da crônica. Trata-se da reprodução de fragmento de um discurso do então Ministro da Justiça Antônio Ferreira Viana, no Clube Beethoven – uma associação da qual Machado também fazia parte –, no qual afirma que o novo governo ia abolir a escravidão completamente sem indenizar os ex-donos de escravos e incondicionalmente. Na verdade, revelou-se publicamente que a abolição iria acontecer antes mesmo de ser anunciada oficialmente.

Cita Deus – ainda argumentando a favor da ausência de programa –, que fez um programa, que mais serviu para a valorização do homem do que para explicar a sua origem. Conclui que o melhor a fazer é ficar quieto, uma vez que as palavras podem revelar mais do

que se quer, ou são mal interpretadas, justificando, assim, a sua postura de não apresentar um programa, mas comprometer-se a estar, no mesmo espaço, semanalmente, conversando com o seu leitor, cumprimentando-o:

Deus fez programa, é verdade (E Deus disse: Façamos o homem à nossa imagem e semelhança, para que presida, etc. *Gênese*, I, 26); mas é preciso ler esse programa com muita cautela. Rigorosamente, era um modo de persuadir ao homem a alta linhagem de seu nariz. Sem aquele texto, nunca o homem atribuiria ao Criador, nem a sua gaforinha, nem a sua fraude. É certo que a fraude, e, a rigor, a gaforinha são obras do Diabo, segundo as melhores interpretações; mas não é menos certo que essa opinião é só dos homens bons; os maus creem-se filhos do Céu – tudo por causa do versículo da Escritura.

Portanto, bico calado. No mais é o que se está vendo; cá virei uma vez por semana, com o meu chapéu na mão, e os *bons dias* na boca. (ASSIS, 2008c, p.80).

Continua a sua apresentação por meio de um trocadilho: diz não ter papas na língua. O sentido que imediatamente vem à mente do leitor é que ele não mede o que diz, pouco se importando com o que disse e de quem disse. Mas o cronista avisa que não tem papas na língua no sentido de que escrever é seu ganha-pão: “Se lhes disser desde já, que não tenho papas na língua, não me tomem por homem despachado, que vem dizer coisas amargas aos outros. Não, senhor; não tenho papas na língua, e é para vir a tê-las que escrevo. Se as tivesse, engolia-as e estava acabado.” (ASSIS. 2008c, p.80).

Assume-se como um relojoeiro que abandonou a profissão porque se diz descrente do ofício por nunca encontrar relógios sincronizados. Prefere virar escritor a abandonar tudo. Ora, se todos os relógios marcassem a mesma hora, muito da função do relojoeiro perderia o sentido. Na verdade, tem-se uma metáfora para o caminhar da história – o passar do tempo marcado pelo relógio nos remete à cronologia dos fatos históricos; o fato de as horas não serem sempre as mesmas para os indivíduos pode significar que uns, mais que outros, são capazes de adiantar seu curso em função da posição que ocupam no cenário político marcado, naquela segunda metade do século XIX, pelas relações de poder. É nesse ponto nevrálgico que o cronista se coloca: é impossível se ter uma sociedade em que o curso da história se constitua com total igualdade de ideologias e vise a um alvo comum, pois os homens diferenciam-se, e cada indivíduo guarda os anseios pessoais, sempre sobrepostos aos interesses dos demais. Como ex-relojoeiro, o cronista, então, evidencia a inutilidade de sua antiga função: no relógio da história, constituído de ideologias sociais e políticas e desejos humanos, é impossível harmonizar seus elementos constituintes. A natureza se opõe à cultura;

os desejos, à sociedade; sucumbe o indivíduo em favor das leis que regem a estrutura social. Restam-lhe – não como sobejo, mas como matéria para o ofício de escritor – as incoerências humanas que refletem em toda a sociedade brasileira daquele período, as quais, com grande viés irônico – o que demonstrou em toda a crônica –, vai apontar e criticar em sua nova seção.

Mas aqui está o que é; eu sou um pobre relojoeiro, que, cansado de ver que os relógios deste mundo não marcam a mesma hora, descri do ofício. A única explicação dos relógios era serem iguaizinhos, sem discrepância; desde que discrepam, fica-se sem saber nada, porque tão certo pode ser o meu relógio, como o do meu barbeiro.

Um exemplo. O Partido Liberal, segundo li, estava encasacado e pronto para sair, com o relógio na mão, porque a hora pingava. Faltava-lhe só o chapéu, que seria o chapéu Dantas, ou o chapéu Saraiva (ambos da chapelaria Aristocrata); era só pô-lo na cabeça, e sair. Nisto passa o carro do paço com outra pessoa, e ele descobre que ou o seu relógio está adiantado, ou o de Sua Alteza é que se atrasara. Quem os porá de acordo?

Foi por essas e outras que descri do ofício; e, na alternativa de ir à fava ou ser escritor, preferi o segundo alvitre; é mais fácil e vexa menos. Aqui me terão, portanto, com certeza até à chegada do Bendegó, mas provavelmente até à escolha do Sr. Guaí, e talvez mais tarde. Não digo mais nada para os não aborrecer, e porque já me chamaram para o almoço. (ASSIS, 2008c, p.80).

Ao afirmar que não tem um programa e, em seguida, dizer-se um ex-relojoeiro, fica para o leitor que esse novo escritor reconhece os descompassos humanos e históricos, enxerga, ou tem instrumentos que o levam a enxergar, todo o mecanismo social e é capaz de apontar as incoerências públicas, políticas e históricas; é ele quem irá construir o contraponto a todo esse contexto: sua visão crítica, por vezes coberta de ironias e metáforas, por vezes direta, veiculada “sem papas na língua” revela ao leitor um painel competentemente avaliado da sociedade brasileira. O descompasso político ou a falta de sincronia que regia a política brasileira evidenciam-se: a abolição, devido ao seu caráter liberal, deveria ser obra do Partido Liberal e não dos Conservadores, que se anteciparam. Enquanto o Partido Liberal tentava convencer que a abolição da escravidão era de direito do ser humano, deixou o tempo passar, o que provocou uma atitude de fundo comercial e econômico, não mais humano: os próprios senhores queriam se livrar dos escravos. Dessa forma, remete também ao fato de que Dantas e Saraiva, ambos políticos liberais e aliados, fazem parte da aristocracia. Nada de liberal é acrescentado: quem comanda é a aristocracia seja ela liberal ou conservadora. Explicado o porquê de ser escritor, apresentado – ou não – o seu programa, volta-se para o tempo. Ficaria na seção até que o meteorito Bendegó chegasse ao Rio. Novamente, para se referir ao período

em que ficaria na seção, emprega o recurso de remeter o leitor a fatos políticos e públicos: o meteorito de Bendegó²².

“Bons dias!” apoia-se fundamentalmente em dois assuntos principais, a abolição, ocorrida em maio de 1888, e a Proclamação da República, em novembro de 1889, que figurativizam o tema da liberdade, cuja abordagem reflete as incoerências da sociedade brasileira que contextualizam tais acontecimentos. O que se tem nos 49 textos dessa série é um constante jogo de contradições, de oposições, reflexos da sociedade que o cronista pinta.

Tal jogo tem, nessa crônica inaugural, como peças principais, a saudação inicial e a final – a oposição dia *versus* noite, que também caracteriza o diálogo típico da crônica, aproximando-a de uma conversa cotidiana, como já apontado anteriormente –, a construção da *persona* do cronista e as constantes ironias.

Ao apresentar-se, afirmou escrever para ganhar dinheiro, para o próprio sustento: “não tenho papas na língua, e é para vir a tê-las que escrevo. Se as tivesse, engolia-as e estava acabado.” (ASSIS, 2008c, p.80). Também se diz um relojoeiro que desistiu do ofício porque dele desacreditara e, na crônica do dia 7 de março de 1889, sem motivo aparente, revelou que deixou a profissão devido à vista fraca, contradizendo o que afirmara anteriormente. A incoerência evidencia-se também nas referências à sua idade, aos seus hábitos e ao próprio nome. Em 27 de abril de 1888, disse ser a Rua do Ouvidor sua rua habitual e, em 26 de agosto do mesmo ano, afirmou lá não pisar desde 1834. No dia 1.º de junho de 1888, informou que se chamava Policarpo e que, em 1831, tinha 5 anos (portanto nascera em 1826 e teria 62 anos). Quatro meses depois, em 28 de outubro, sugeriu ter 40 anos e, em 2 agosto de 1889, apontou que ainda não tinha nascido em 1864.

Para finalizar, faz referência à extensão da crônica por meio da própria caracterização: afirma-se como alguém não afeito a publicações. Era a sua primeira vez:

Talvez o que aí fica, saia muito curtinho depois de impresso. Como eu não tenho hábito de periódicos, não posso calcular entre a letra de mão e a letra de forma. Se aqui estivesse o meu amigo Fulano (não ponho o nome, para que cada um tome para si esta lembrança delicada), diria logo que ele só pode calcular com letras de câmbio – trocadilho que fede como o Diabo. Já

²² Encontrado em 1784 no interior da Bahia, a 35 quilômetros da cidade de Monte Santo, próximo às margens do Rio Bendegó, o meteorito de Bendegó somente foi analisado por vários naturalistas a partir de 1820. Em 1883, o governo brasileiro preocupou-se em transferi-lo para o Museu Nacional do Rio de Janeiro para ser estudado. As providências para o transporte iniciaram-se em 1886, por ordem de D. Pedro II. Inicialmente teve que ser levado até a estação mais próxima da Estrada de Ferro da Bahia de São Francisco para depois ser transportado até a Corte. Esse percurso inicial foi custeado pelo Barão de Guai (Joaquim Elysio Pereira Martinho), a quem o cronista também se refere. O Bendegó chegou ao Rio de Janeiro em 1888. (DANTAS; KUBRUSLY, 2011).

falei três vezes no Diabo em tão poucas linhas; e mais esta, quatro; é demais. Boas Noites. (ASSIS, 2008c, p.80-81).

Cita um amigo que era muito bom em cálculo, observando a predileção dele ao ganho financeiro. Esse seu trocadilho tem cheiro desagradável – “fede como o Diabo” – talvez por remeter o leitor a uma ação humana vulgar por ser essencialmente material. Encerra a crônica com a saudação “Boas noites”: o cumprimento final soa como o encerramento do diálogo iniciado com “Bons dias!”

3.1.2 O início do jogo

O primeiro dos vários fatos relatados na coluna do dia 12 de abril de 1888 (Anexo E) é apresentado logo no início por meio da locução interjetiva de sentido irônico “Agora, sim, senhor.” (ASSIS, 2008c, p.85), que não se confunde com a frase “Sim, senhor”, com a qual se expressa uma obediência ou uma resposta afirmativa respeitosa:

Agora, sim, senhor.

[...] Ficou assentado isso: que as companhias farão cumprir, com a máxima observância, as posturas municipais e os regulamentos da polícia. Ora muito bem. Mas agora é sério, não? Desta vez cumprem-se; não é a mesma caçoada da promulgação que fez crer à gente que tais atos existiam, quando não passavam de simples exercícios de filosofia escolástica. Vão cumprir-se com a máxima observância. (ASSIS, 2008c, p.85).

O cronista referia-se aos desastres constantes provocados pelos bondes e sugeriu que as companhias deveriam cumprir as leis – o modo para se evitar tantos acidentes –, mas não o faziam. Não só as leis municipais eram desrespeitadas, as regras de convivência e o modo como as leis eram tratadas no país são alvo da sátira do cronista, uma vez que, apesar de existirem, não eram cumpridas: “Se aproveitassem a boa vontade das companhias, para obter que cumpram também o catecismo, as regras de bem viver, e um ou outro artigo constitucional? Seria exigir demais. Contentemo-nos com o bastante.” (ASSIS, 2008c, p.85).

O narrador supôs que sua crítica aguda poderia provocar um questionamento: em vez de apontar as mazelas da administração pública, por que não entrava ele para a vida pública e apresentava as soluções para os problemas assinalados? Para ele, o fato era grave, mas não o levaria à carreira política, já que não se julgava talhado para tal. Sua personalidade conformava-se para um aparte, para uma participação superficial; ocuparia um cargo, mas não

o desempenharia. Seu papel era o de um cronista, de um crítico dos acontecimentos, o que não significaria que fosse dar saídas para os problemas, mas apontá-los.

Do não cumprimento às leis, passou a abordar a questão dos partidos políticos. Chamava-lhe a atenção que os partidos brasileiros não tinham um programa próprio. Conservadores e liberais dividiam-se em dois partidos, mas comungavam das mesmas ideias²³. Nesse ponto, intervém o leitor: “– Estou a ver que reprove o fato de estar o Partido Conservador com ideias liberais...? interrompe-me o leitor.” (ASSIS, 2008c, p.86). A fala do leitor cria a ilusão de que o diálogo travado entre narrador e narratário é verdadeiro, como se o cronista fosse capaz de ouvi-lo. Esse efeito de sentido é alcançado devido ao emprego de debreagens enunciativas de 2.º grau – em primeira pessoa (“[Eu] Estou”), o narratário dirige-se ao narrador, tratado por você, que remete ao tu, segunda pessoa (“[você] reprove”) no presente do indicativo (“Estou a ver que reprove”). Tal recurso aponta para a estrutura das crônicas de “Bons dias!”: conformam-se como uma conversa entre o cronista e seus leitores cujo tom é de proximidade.

Avesso a questionamentos, o cronista afirma aceitar a pergunta do leitor somente porque a publicará: nesse ponto, fica evidente que o relacionamento entre eles é instalado na seção que publica, é uma construção, não uma realidade.

O diálogo entre ambos continua até ser interrompido bruscamente pelo cronista:

- Basta; mas por que é que nos países novos não será a mesma coisa?
- Porque nos países novos há em geral poucas ideias. Supunha uma família com pouca roupa; se o Chiquinho vestir o meu rodaque, com que hei de ir à missa?
- Diga-me, porém...
- Não lhe digo mais nada. Resta-me algum papel, e é pouco para fazer uma denúncia ao meu amigo Dr. Ladislau Neto. Com certeza, este meu amigo não sabe que há nas obras da nova Praça do Comércio uma pedra dividida em duas [...]. (ASSIS, 2008c, p.87).

O espaço é reduzido, e nada escapa ao cronista que, ao encerrar o assunto, assumiu a necessidade de ocupar o restante da crônica com uma denúncia ao diretor do Museu Nacional, Dr. Ladislau Neto: uma pedra datada de 1783, de valor histórico deveria ser recolhida ao Museu Nacional, não deixada exposta ao tempo. Tudo é apresentado como se não fosse do conhecimento do responsável: “Não parece ao meu amigo que esse mármore deve ser

²³ “As etiquetas partidárias e as plataformas não tinham muito significado para a maioria dos políticos. No partido liberal havia indivíduos de tendências conservadoras, e entre os membros do partido conservador, contavam-se alguns políticos cujas opiniões eram mais liberais do que as dos seus adversários.” (COSTA, 2007, p.160).

recolhido ao Museu Nacional? Se sim dê lá um pulo, e verá; se não, Boas Noites.” O tom irônico e crítico que inicia a crônica está presente em todo o seu corpo até o final e revela que o despreparo e o não comprometimento dos governantes brasileiros com a população estão nas leis que não são respeitadas, nos partidos políticos que não têm programas definidos, mas agem de acordo com os interesses de seus colaboradores, no descaso com as heranças e os bens públicos.

Diante de toda a incoerência administrativa apresentada, o leitor é convocado pelo cronista a perceber a que sociedade pertence e a refletir sobre os interesses pessoais que regem as atitudes políticas dos seus representantes. Conhecedor do momento em que vive, assiste aos fatos citados, não como mero espectador, mas como conhecedor das incoerências políticas e sociais que assolam o país da época da abolição e da Proclamação da República.

3.1.3 Eleições e partidos

A crônica de 19 de abril de 1888 (Anexo F) abre-se com pontos de reticência logo após o cumprimento habitual. Significam a espera, a expectativa do cronista em receber de volta a saudação do seu leitor. Ninguém lhe responde porque todos estão preocupados com as eleições:

... E nada; nem palavra, nada. Ninguém me responde; todos estão com os olhos na eleição do 1.º distrito. Mas, com seiscentas cédulas! Também eu, acabando, lá irei dar o meu recado, por sinal que já o trago de cor; mas cada coisa tem o seu lugar. Quando um homem chega e cumprimenta, parece que os cumprimentados o menos que podem fazer é retribuir o cumprimento; acho que não custa muito. Calaram-se, a pretexto de que vão votar, será político, mas não é político; não sei se me entendem. (ASSIS, 2008c, p.91).

Tudo se passa como se o narrador chegasse a uma roda de conversa, cumprimentasse as pessoas que ali já se encontravam e não obtivesse resposta. Esse efeito de sentido obtém-se pelo recurso da debreagem enunciativa – “**me** responde”, “também **eu** [...] lá **irei** dar o **meu** recado, por sinal que já o **trago** de cor” –, que projetam, no enunciado, o actante (eu) e os tempos enunciativos (o presente e o futuro). O advérbio “**lá**” vem indicar um espaço distante daquele em que se encontra o narrador; portanto contrapõe-se ao **aqui** enunciativo, mas que não é referido diretamente no primeiro momento – somente em um trecho mais à frente, há a referência ao espaço enunciativo: “quando entrei **aqui**” (ASSIS, 2008c, p.91, grifo nosso). Simultaneamente, instala também o narratário, projetado como **vocês** no enunciado: “não sei

se me **entendem**.” Ao empregar a 3.^a pessoa do plural para indicar o actante enunciativo **tu**, tem-se a imagem dos leitores que configura como parceiros, com quem dialoga e em quem busca correspondência para as críticas que constrói em seguida. Esse narratário, a quem revela a sua indignação, não se confunde com aqueles que desprezam o seu cumprimento, embora ambos pertençam à suposta “roda” de conversa do cronista. Os primeiros, atentos à sua fala; os demais estão preocupados demais com as eleições para refletirem sobre o que subjaz a esse fato e que será revelado no final da crônica: a ausência de princípios dos políticos brasileiros que se filiam a determinado partido sem estarem comprometidos com os programas que tal bancada representa. Apesar de julgarem, segundo o cronista, o gesto de voltar-se exclusivamente para as eleições uma atitude de consciência política, ele “não é político”.

Tal ignorância a respeito de fato tão interiormente relacionado às eleições colabora para que o cronista elabore, por meio de uma comparação entre a população da cidade e a do interior, uma crítica a essa atitude: desprestigia a suposta superioridade do povo da cidade, das pessoas da corte em relação ao povo do interior da roça. Aquele, supostamente mais educado, engajado, volta-se somente para um fato; enquanto este, independentemente das obrigações, não se esquece de seus deveres, entre eles, o cumprimento. A debreagem interna de 2.^o grau dá ao trecho um tom irônico e crítico, pois, o cronista, ao reproduzir o diálogo, ressalta a educação das pessoas que respondem ao cumprimento, quando, na verdade, não é somente uma simples resposta que busca, mas a receptividade, a disposição e, principalmente, o olhar agudo para os acontecimentos:

Enfim, por essas e outras é que eu gosto mais da roça. Na roça a gente vai andando em cima da mula; a dez passos já as pessoas bem educadas estão de chapéu na mão:

– Bons dias, Sr. Coronel!

– Adeus, José Bernardes.

– Toda a obrigação de V. Exa...

– Todos bons, e a tua?

– Louvado seja Deus, vai bem, para servir a V. Exa.

Que custa isso? Que custam dois dedos de boa criação? Nada. E note-se que lá fora, mesmo quando há eleição, ninguém se esquece dos seus deveres: às vezes até os cumprem com mais galhardia. Esta corte é uma terra de malcriados. (ASSIS, 2008c, p.91).

Tudo se passa como se o cronista fosse o alvo da indiferença de alguns interlocutores, mas não é; assim toda a crônica se estrutura num jogo contrastante entre a vivência do cronista e os acontecimentos políticos, econômicos e sociais do país em que mora. Essa justaposição introduz os fatos que o narrador quer apresentar e sobre os quais principalmente

reflete, para, finalmente, ao tê-los todos juntos, poder tecer a crítica à realidade em que se insere.

Ao comparar a “roça” com a cidade, elabora, por meio de uma isotopia figurativa, o tema da sujeição dos fracos: “de chapéu na mão” cumprimentam o “Sr. coronel” e se dispõem a “servir a V. Exa.” Tal postura indica a inferioridade de pessoas que se submetem às vontades daqueles que são socialmente superiores.

Novamente se volta para os leitores, para introduzir dois novos fatos sobre os quais recai o seu ponto de vista crítico – “*ce que est mon opinion*” (ASSIS, 2008c, p.92) e, mais uma vez, a abordagem é feita por meio da mesma oposição, cujo primeiro termo, o próprio cronista, vem apresentado inicialmente, para, depois, instaurar o segundo termo da comparação, o governo:

Pois olhem, quando eu entrei aqui, vinha alegre; tinha lido umas revelações do amigo Dr. Costa Ferraz, que me lavaram a alma das melancolias pecuniárias, únicas que me afligem deveras. As outras não passam de canseiras ridículas. Falta de dinheiro, isso dói; ao menos, para quem não é governo. (ASSIS, 2008c, p.91).

Afirma a sua alegria diante das revelações do Dr. Costa Ferraz, mas não as aborda imediatamente. Suspende e usa-as como contraponto para criticar o último empréstimo feito pelo governo brasileiro para custear a abolição que já fora anunciada. Ressalta o fato de o Brasil, naquela época, ser um país endividado por meio da comparação entre o cronista e o país; além disso, ao inverter os papéis do devedor e do credor, colocando este como subserviente àquele, aponta que, no Brasil da abolição, a busca por cargos políticos era uma questão de interesse pessoal:

O governo até parece que quanto mais lhe falta mais lhe dão, e, às vezes, em condições inesperadas, como o caso do **nosso** recente empréstimo. Quem é que **me fia** mais, desde outubro do ano passado, um jantarinho assim melhor? Seguramente ninguém, mas ao governo **fiam** tudo; **deve** muito e **emprestam**-lhe mais. Por isso, não admira que tanta gente queira ser governo. Só esse gosto de ver chegar o credor, de chapéu na mão, todo zumbaias, com uma bolsa debaixo do braço, tratando o devedor por majestade, palavra que dá vontade de **pôr a procissão na rua**. (ASSIS, 2008c, p.92, grifo nosso).

A 1.^a pessoa do singular (“me”) e do plural (“nosso”) e o tempo presente (“fiam”, “deve”, “emprestam”) dão o tom subjetivo próprio da visão pessoal do narrador a respeito das atitudes do governo; o pronome possessivo “nosso” coloca o leitor como brasileiro que, ao

lado do cronista, também sofre as resoluções dos governantes. A expressão “pôr a procissão na rua”²⁴ expressa a sua indignação. A questão econômica evidencia-se no emprego de verbos e substantivos relacionados a empréstimos, dívidas e gastos – “empréstimo”, “fiam”, “deve”, “emprestam”.

Em seguida, retoma o assunto que suspendera: as revelações do Dr. Costa Ferraz sobre a alimentação dos marinheiros da Armada, a leitura e a análise de tabelas referentes a valores nutricionais de alimentos em uma sessão da Academia de Medicina:

Mas, como eu ia dizendo, li umas revelações curiosas do amigo Dr. Costa Ferraz, na ata da última sessão da Imperial Academia de Medicina. Tratam das rações e das dietas da Armada. S. Exa. leu as tabelas vigentes e analisou-as. Chama-se ali regímen lácteo a uma porção de coisas em que entra algum leite. “De sorte que (comenta o ilustre facultativo), a passar o princípio, todos que tomam o seu café com leite e à sobremesa saboreiam um prato de arroz de leite, como indispensável pó de canela, se devem julgar sujeitos ao regímen lácteo!”

Refletindo bem, por que não? A razão de S. Exa. é só aparente. Eu vou com as tabelas. Nem quero saber se realmente o cirurgião-mor da Armada, como declarou nas bochechas da Academia, não as aprovou, não as viu sequer; porque desta circunstância apenas se pode concluir a perfeita inutilidade dos cirurgiões, mores ou menores [...]. Vou com as tabelas e vou mais longe, quer em prosa, quer em verso:

Vou com as tabelas,

Vou mais longe que elas. (ASSIS, 2008c, p.92).

A conjunção coordenativa adversativa “mas” acompanhada da expressão “como eu ia dizendo” são marcações reveladoras da situação de diálogo construída na crônica. A oposição apresentada anteriormente – a alegria do cronista contrapondo-se às incoerências governamentais – é retomada. Diz seguir com as tabelas e ir mais longe com elas; porém, em seguida, nega o que acabou de afirmar: “Não direi hoje até onde vou; vão sendo horas de ir votar” (ASSIS, 2008c, p.92). Afirma que não dirá até onde irá, mas diz: “Digo só que o digno acadêmico não viu que o regímen lácteo das tabelas deve ser entendido por um símile.” O recurso da preterição, nesse momento da crônica, traz de volta o assunto de maneira enviesada, ou seja, tudo se passa como se já tivesse sido encerrado, portanto anunciado como secundário, para atrair a atenção sobre ele, pois o que vem em seguida é um olhar que recai nos planos mais problemáticos da situação. Por meio de uma comparação entre um jogo de cartas, o jogo do solo, e o regime lácteo das tabelas, o cronista tece uma fina e elaborada crítica:

²⁴ Segundo Michaelis (2009a), “pôr a procissão na rua” significa “provocar um levante de quartéis”, “trazer todos os argumentos”.

Suponhamos o jogo do solo. Há o solo a dinheiro que corresponde ao leite de vaca, puro, abundante, exclusivo... Vaca e dinheiro são, como se sabe, expressões correlatas: diz-se *vaca do orçamento*; diz-se também: *o pelintra meteu a boca na teta*, quando se quer deprimir alguém, que andou mais depressa que nós, etc., etc. Mas além do solo a dinheiro, ou leite de vaca, há o solo a tentos, que é o que chamamos leite de pato. O regímen da Armada é deste último leite. (ASSIS, 2008c, p.92-93, grifo do autor).

Ao propor a símile, associa o fato de que o beribéri, tão comum nos marinheiros, causado pela alimentação escassa em vitamina B1 – presente, principalmente, no leite –, vem da alimentação inadequada recebida por essa mão de obra, daí o seu regime ser de “leite de pato”. Já aos oficiais corresponde o “solo a dinheiro”, comparável “ao leite de vaca, puro, abundante, exclusivo” com o qual se poderia aludir ao cardápio saboreado pelos oficiais. Segundo Marques e Lange (2008, p.81),

O rol de compras de mantimentos para a Escola de Marinheiros de Paranaguá, na qual definhavam muitos aprendizes, estava composto de bacalhau da terra nova, azeite doce e vinagre de Lisboa, carne seca e verde, canjica, café, farinha, feijão preto, açúcar branco, arroz, manteiga, pão, toucinho, mate em folha e sal. Oficiais deveriam saciar-se com refeições diferenciadas daquelas servidas aos aprendizes, desfrutando de víveres mais seletos.

A alimentação dos oficiais e a dos marinheiros vêm figurativizadas pelo “jogo do solo” a dinheiro e o “solo a tentos” respectivamente. O primeiro conforma-se por meio das figuras que remetem à fartura – “leite [...] puro, abundante” –, à qualidade da alimentação – “leite de vaca”, “exclusivo” – e ao fato de que tal qualidade tem um preço custeado pelo governo. As figuras “leite” e “vaca” remetem também ao uso inadequado e excessivo do dinheiro público por parte dos políticos – “vaca do orçamento” –; associadas à “teta” – “meteu a boca na teta” –, tecem o sentido de furto. Dessa forma, portanto, constrói a imagem dos responsáveis pelo poder na sociedade: viviam confortavelmente, usufruindo o que havia de melhor, à custa do dinheiro público. Por outro lado, os marinheiros deveriam se conformar com uma alimentação escassa, pobre em nutrientes, que os levava à doença, a qual é comparada a um jogo de “solo a tentos”, no qual não se aposta dinheiro, mas somente se marcam os pontos. Sem valor, o “solo a tentos” equivalia a “leite de pato”.

Têm-se, portanto, duas isotopias figurativas que estão relacionadas ao tema da sujeição: a das pessoas que moram na “roça”, aparentemente educadas, mas que, na verdade, submetem-se ao poder dos coronéis, e a do jogo do solo, que remete às diferenças entre a

alimentação dos oficiais e a dos marinheiros. Importante é observar que tais isotopias vêm contrapor o povo ao poder público; o fraco, ao forte; o indivíduo, à sociedade; oposições nas quais se baseia a crítica do cronista.

Findo o assunto, o caminho que o narrador aponta é igualmente o das eleições, princípio de todas as discussões que foram desencadeadas na crônica, as quais rumam para a falta de princípios que rege os políticos e as ações governamentais no Brasil do século XIX. Afirmado ter pouco espaço para comentar e muitos fatos para apresentar, além de que o cronista também tem seu dever de votar ainda para cumprir, salta para o seu próximo alvo: “Mas já vão sendo horas de ir votar e ainda não dei conta de uma reclamação que recebi. Há dias reuniu-se o Banco Predial, para tratar dos escravos que lá estão hipotecados” (ASSIS, 2008c, p.93). A comparação que faz da reunião com o concílio dos deuses presente em *Os Lusíadas*, de Camões²⁵, dá a medida de como as ações são tomadas – distantes da realidade, os homens de poder escolhem pela opção mais adequada aos seus propósitos pessoais –: “Pelo caminho lácteo.../ Logo cada um dos deuses se partiu/ Fazendo seus reais acatamentos/ Para os determinados aposentos.” (ASSIS, 2008c, p.93).

Em tal reunião, um dos acionistas, José Luís Fernandes Vilela, durante o seu discurso, afirma que, devido às leis do Ventre Livre e do Sexagenário, já não havia mais escravos no Brasil²⁶. O narrador, diante dessa afirmação, apresenta a sua crítica:

Confesso que estimei ler tão agradável notícia; mas como não há gosto perfeito nesta vida, recebi daí a pouco uma mensagem assinada por cerca de 600.000 pessoas (ainda não pude acabar a contagem dos nomes), pedindo-me que retifique o discurso do Sr. Fernandes Vilela. Há escravos, eles próprios o são. Estão prontos a jurá-lo e concluem com esta filosofia, que não parece de preto: “As palavras do Sr. Fernandes Vilela podem ser entendidas de dois modos, conforme o ouvinte ou o leitor trouxer uma enxada às costas, ou um guarda-chuva debaixo do braço. Vendo as coisas, de guarda-chuva, fica-se com uma impressão; de enxada, a impressão é diferente”. (ASSIS, 2008c, p.93).

As cartas recebidas constituem não só ficção, mas a visão crítica do cronista, que entendia que a escravidão deveria ser abolida, que os sofrimentos vivenciados pelos escravos

²⁵ Cf. Canto I, estrofe 41 (CAMÕES, 1980).

²⁶ A respeito do cenário descrito por Machado de Assis, acrescenta-se que, desde a década de 1870, São Paulo já incentivava a imigração de europeus financiada pelos cafeicultores, que tornavam-se cada vez mais independentes da mão de obra escrava. Também os produtores açucareiros do Norte e Nordeste, devido à crise econômica que afetava o açúcar, não tinham mais como arcar com os custos dos escravos, vendiam ou alforriavam-nos. Portanto a manutenção da escravidão interessava principalmente aos cafeicultores fluminenses e do Vale do Paraíba (LOPEZ; MOTA, 2008).

somente eles os sentiam²⁷.

O cronista parece encerrar a sua crônica definitivamente com um adeus, forma diferente da saudação usual “Boas Noites”:

Adeus. Já sabem que o Coronel Almeida, deputado provincial pelo 14.º distrito da Bahia, tendo sido acusado de traição ao Dr. César Zama, declarou [...] que abandonava o seu partido. Exemplo austero e digno de imitação! dada uma acusação dessas, botemos o nosso partido fora, como um simples colete de seda enlameado. Mas os princípios que nos ligavam ao partido? Perdão; mas os botões que nos abotoavam o colete?
Boas Noites. (ASSIS, 200c8, p.94).

E realmente o adeus é adiado para que o cronista feche sua crônica com a crítica que subjaz às eleições: não se trata de eleger um representante que pertença a um ou outro partido, que traga consigo princípios e ideologias os quais regem suas atitudes; mas de eleger uma pessoa que se filia a um partido segundo conveniências pessoais. Tal julgamento se constrói da seguinte forma: ao apontar tal fato, volta a empregar a debreagem enunciativa actancial – por meio da 3.ª pessoa do plural (vocês), em “Já **sabem**”, dirige-se aos leitores estabelecendo a proximidade característica do diálogo que funda na crônica. Tal familiaridade abre espaço para a ironia, “Exemplo austero e digno de imitação!”, que consiste em caracterizar, no enunciado, tal atitude como positiva e exemplar, e, ao mesmo tempo, negá-la na enunciação. Tal oposição evidencia-se por meio de outro recurso, a metáfora, que conecta duas isotopias diferentes ao aproximar o colete – peça de vestuário masculino – de um partido político: ambos podem ser trocados. As figuras “deputado”, “abandonava”, “partido”, “assembleia” remetem ao plano de leitura referente à política, enquanto “botemos fora” “um simples colete de seda enlameado” apontam para a troca de roupa suja. A fim de mostrar que, no Brasil, os princípios que vinculam o político ao seu partido não são empecilhos para a troca partidária, desde que preservados os interesses desses indivíduos, compara-os aos botões, que não constituem impedimentos para a troca de roupa.

A oposição categórica entre enunciado e enunciação, manifestada pelo uso da ironia, e a metáfora como conector de diferentes isotopias conduzem o leitor por um caminho tortuoso: o cronista nada revela de imediato, forja situações que, aparentemente, constituem um modelo, para logo as desmascarar e revelar o lado egoísta, individual e, principalmente,

²⁷ O movimento abolicionista apresentava duas correntes: a dos “moderados” e a dos “radicais”; estes pregavam o uso da violência, enquanto aqueles defendiam a abolição por meio de uma reforma da legislação vigente. “Mas os grupos poderiam ser divididos em duas comunidades muito mais nítidas: negros e brancos...” (LOPEZ; MOTA, 2008, p.535).

interesseiro dos homens que tinham a condução da sociedade da época. O leitor construído na crônica do dia 19 de abril de 1888 deve ser capaz de circular pelos meandros elaborados em meio aos fatos e descobrir o véu que os encobre. Além disso, deve ser conhecedor da literatura mundial, já que um trecho de *Os lusíadas* vem como elemento de uma comparação elaborada pelo narrador, da história de seu país – leis do Ventre Livre e do Sexagenário –; enfim, o leitor deve não só ter acesso ao conhecimento, mas desenvolver o espírito crítico que dele advém.

3.1.4 O *cretinismo*

“O *cretinismo* nas famílias fluminenses é geral.” (ASSIS, 2008c, p.95), assim se inicia a crônica do dia 27 de abril de 1888 (Anexo G) e soa como uma ofensa à ignorância dos cariocas. Mais do que ofensa, a frase é a primeira de várias críticas que se seguirão, referentes aos acontecimentos políticos ocorridos no Brasil.

Sobre os fatos, o cronista lança o seu olhar, que tudo vê e percebe o quanto as decisões, as manifestações e as atitudes das pessoas em relação a eles mascaram seus interesses pessoais. O ataque às reações das pessoas e às instituições vem coberto pela ironia que se revela em várias passagens do texto.

Na primeira delas, logo após afirmar que a população é imbecil, atribui as palavras ao catedrático Maximiano Marques de Carvalho, “defensor ardente do sistema homeopático” (GLEDSON apud ASSIS, 2008c, p.95), apontando que o filósofo era um perspicaz observador das condições físicas dos indivíduos: “– ‘Não vedes todos esses indivíduos de pernas inchadas, que se arrastam pelas ruas desta capital? Não vedes que são portadores de enormes sarcoceles e hidroceles e hematoceles?’ ” (ASSIS, 2008c, p.95). Há, nesse primeiro parágrafo da crônica, um jogo de sentidos: para o cronista, a imbecilidade é a doença que se espalha e é mascarada pelo outro sentido da palavra *cretinismo*, o de que os indivíduos estão fisicamente doentes. O termo polissêmico “*cretinismo*” vem trazer ao enunciado a ideia de doença física da população, o que é negado na enunciação, em que se afirma a burrice das pessoas.

O jogo essência *versus* aparência revela-se na oposição entre mente e corpo, uma vez que a imbecilidade revela-se no espírito das pessoas, que buscam a sua autopromoção, o seu bem, a sua realização pessoal, além de que seu olhar para os problemas sociais é ingênuo e superficial, e a doença crônica manifesta-se na aparência física do indivíduo e nas manifestações de sua limitação mental. O que o narrador faz, portanto, é afirmar a doença

física da população e, simultaneamente, não negar a imbecilidade do povo, ao contrário, confirmá-la. A primeira comprovação chega até o leitor quando Machado de Assis propõe saída para a mão de obra liberta:

[...] aumentar o número de criados de serviço, de tal maneira que ninguém tenha menos de três, ainda à custa de grandes sacrifícios... Aqui, quem supõe que está sendo empulhado é o leitor; e eu digo-lhe que sim, só para ter o gosto de o desempulhar depois. Costuma ler os volumes da nossa legislação? Leia o de 1824: lá vem um aviso que lhe explicará tudo. Foi expedido em 7 de fevereiro de 1824 ao intendente-geral da polícia, mandando que às pessoas de primeira consideração se não conceda mais que três criados de porta acima, e às de segunda somente um. Já o leitor começa a entender. Restaurando-se este aviso (aliás revogado expressamente), não haverá ninguém que não queira ser da primeira consideração, com três criados de porta acima. Por gosto, duvido que uma pessoa se deixe ficar entre as de segunda, menos ainda de terceira [...]. Há de custar; mas [...] sacrificando alguns divertimentos, deixando mesmo de pagar algum credor mais pacato, chega-se à primeira consideração [...]. (ASSIS, 2008c, p.96).

No trecho destacado, a debreagem enunciativa instala no enunciado os actantes eu/tu (narrador/narratário, cronista/leitor: “e **eu lhe digo**”) e o tempo (presente – “supõe”, “está sendo empulhado”, “digo”, “Costuma” – e futuro – “explicará”), que instauram a subjetividade, o tom de proximidade entre o cronista e o leitor. Este não se enquadra no cretinismo que assola a sociedade da época, uma vez que o narrador afirmou que este, ante o absurdo risível de aumentar o número de criados como solução para os escravos libertos que não quisessem trabalhar nas fazendas, sentiu-se zombado pelo cronista. Por sua vez, em princípio, concordou que era uma troça, mas baseada em um fato concreto, embora absurdo: uma lei para limitar o número de criados fora feita em 1824, mas não foi revogada. A imbecilidade em relação às resoluções legais aí se evidencia.

A preocupação consigo mesmo, o voltar-se para a aparência, o exhibir-se, o parecer em oposição ao ser caracterizam a superficialidade da sociedade às vésperas da abolição. Acima do indivíduo, dos anseios pessoais, está o julgamento da sociedade, a consideração e a valorização social dependentes do poder econômico, daí se submeter a sacrifícios financeiros para ser “classificado”.

Esse jogo, essência *versus* aparência, que emerge na crônica, desde o seu início, com o emprego da palavra “cretinismo” em suas duas acepções²⁸, acentua-se no anseio do indivíduo

²⁸ “cretinismo cre.ti.nis.mo *sm* (*cretino+ismo*) 1 *Med* Doença crônica caracterizada por parada de desenvolvimento físico e mental, com distrofia dos ossos e metabolismo basal diminuído, devido à falta ou

pelo reconhecimento social no trato de questões relativas à abolição, também vem moldar as atitudes filantrópicas. Antes de encerrar a crônica, dois pequenos parágrafos referem-se às lutas internas travadas pelos membros de uma sociedade filantrópica do Rio de Janeiro do século XIX, a sociedade dos Dez Mil, os quais se acusavam de “malversação” (GLEDSON apud ASSIS, 2008c, p.98). Machado apresenta uma saída: entre as duas diretorias que se acusavam constantemente, uma delas iria assumir o mandato da sociedade. Como escolher uma se eram iguais e acusavam-se das improbidades que praticavam? Por meio da loteria. Comprar-se-ia um bilhete; se ele fosse o sorteado, uma diretoria assumiria; se não, a outra.

O conflito que se instaura nesse final da crônica é o mesmo em que a crônica inteira se estrutura, a oposição entre enunciado e enunciação: afirma-se no enunciado a doença, a saída ridícula para a mão de obra liberta e como escolher entre duas diretorias corruptas de uma sociedade filantrópica; nega-se, na enunciação, a habilidade e a inteligência da população para a compreensão dos problemas políticos e sociais que vive, a ponto de ridicularizá-la pela busca da realização de seus anseios e necessidades individuais, priorizando as imposições sociais. Contraditória a relação entre enunciado e enunciação, imprevisível o texto – o povo parece doente fisicamente, mas não é; levar escravos para dentro das casas não é a solução para os libertos –: o que parece ser, na verdade, não é. O texto não se configura como uma mentira, porque a intenção do enunciador não é enganar, mostrar uma circunstância inventada, que não existe; sua intenção é desvelar uma situação que necessita de saídas racionais, maduras, que privilegiem a sociedade, o bem comum, não determinadas classes e seus interesses.

É por meio da ironia, da oposição entre enunciação e enunciado que se revela a crítica à sociedade brasileira da época. Os temas da liberdade, do poder e da ganância vêm figurativizados pelos percursos compostos pelas figuras dos “libertos”, dos “criados de servir”, do ser “de primeira consideração”, do ser “de segunda consideração” e da “sociedade dos Dez Mil”.

Ao elaborar um texto que, no enunciado, apresenta disparates, situações absurdas que encobrem a ignorância da população, o descaso dos governantes, o interesse pessoal regendo os cargos políticos e a valorização da aparência de uma sociedade que prima por manter um *status* inabalável daqueles que a regulam, elabora um discurso que só pode ser aceitável quando o seu leitor é capaz de perceber, na profundidade dessas incoerências sociais, a crítica sagaz que ali se coloca. Dirigida a um leitor que acompanha avidamente o dia a dia político,

hipofunção congênitas da glândula tireoide. É a forma infantil ou congênita dessa deficiência, enquanto o mixedema é a forma adulta ou adquirida. 2 Burrice, imbecilidade.” (MICHAELIS, 2009b).

econômico, social e urbano de seu país, veiculado nos jornais, a crônica machadiana elabora um leitor também crítico de uma sociedade e de uma época.

3.1.5 Uma pausa

Novamente o recurso empregado na crônica do dia 19 de abril de 1888 inicia a do dia 4 de maio (Anexo H): entre o cumprimento inicial e o texto, há os pontos de reticência, os quais indicam uma espera não mais do cronista, mas do leitor que supostamente aguarda pela atitude do cronista de tirar o chapéu simultaneamente ao cumprimento:

... Desculpem, se lhes não tiro o chapéu; estou muito constipado. Vejam; mal posso respirar. Passo as noites de boca aberta. Creio até, que estou abatido e magro. Não? Estou; olhem como fungo. E não é de autoridade, note-se; *ex-auctoritate qua, fungor*, não senhor; fungo sem a menor sombra de poder, fungo à toa... (ASSIS, 2008c, p.99).

Nesse primeiro parágrafo, a debreagem enunciativa actancial (o emprego da 1.^a pessoa – “tiro”, posso”, “Passo”, “Creio”, “estou” – e da 3.^a pessoa indicando o “eu” dirigindo-se ao “tu”, aqui tomado por vocês – “Desculpem”, “lhes”, “Vejam”, “olhem”) e temporal (o uso do presente do indicativo) dá o tom subjetivo que aproxima leitor e cronista ao ponto de criar-se um efeito de sentido em que ambos situam-se em uma cena na qual podem não só conversar, mas visualizar-se.

Lamenta estar muito doente e distanciar-se de dois acontecimentos importantes: o primeiro deles, a abertura das câmaras em 3 de maio, com o anúncio da abolição feito pela Princesa Isabel (GLEDSON apud ASSIS, 2008c). O segundo, a sua presença no Senado em tal ocasião lhe proporcionaria a rara oportunidade de, por meio de uma conversa com Castro Carreira, senador cearense, compreender a política do Ceará:

A segunda razão da saúde que eu desejava ter agora prende com a primeira. Já o leitor adivinhou o que é. Não se pode conversar nada, assim mais encobertamente, que ele não perceba logo e não descubra. É isso mesmo; é a política do Ceará. Era outro plano meu; entrava pelo Senado, e ia ter com o senador cearense Castro Carreira [...]. (ASSIS, 2008c, p.99).

Ao referir-se ao leitor, tem-se o recurso contrário à debreagem enunciativa actancial do início, a embreagem actancial. Ao empregar “o leitor” e “ele” para se referir ao narratário, o narrador seleciona objetivamente o seu leitor, ou seja, ressalta a sua característica, a esperteza, pois capta rapidamente, nas entrelinhas, o que o cronista objetiva. Mas tal recurso

vem como ironia: a política cearense não é assunto de interesse para o cronista, nem para o leitor, uma vez que, segundo Gledson (apud ASSIS, 2008c, p.101), “ninguém entendia, nem provavelmente se preocupava com a política complicadíssima do Ceará, com seus partidos dentro dos partidos.”

O que se segue é um suposto diálogo entre o cronista e o senador Castro Carreira: ao forjá-lo, cria-se um efeito de sentido de verdade, pois as palavras do cronista guiariam as do senador para o esclarecimento, o que não acontece. A única revelação é a de que os políticos brasileiros agiam, aparentemente, de acordo com os seus princípios, o que não era verdade. Tem-se, portanto, no enunciado, a imagem da política cearense que se assenta em famílias tradicionais, não segue programas partidários, muito menos se baseia em princípios, o que encobre a crítica aos políticos brasileiros que, aparentemente, guiavam-se por normas. A ironia, então, consiste nessa oposição entre enunciado e enunciação: o diálogo travado conduz o leitor menos pela intrincada política do Ceará do que para as controversas atitudes dos membros dos partidos políticos do Brasil da segunda metade do século XIX:

- Saberá V. Ex.^a que eu não entendo patavina dos partidos do Ceará...
- Com efeito...
- Eles são dois, mas quatro; ou, mais acertadamente, são quatro, mas dois.
- Dois em quatro.
- Quatro em dois.
- Dois, quatro.
- Quatro, dois.
- Quatro.
- Dois.
- Dois.
- [...]
- Bem, os princípios. Sabe que o grupo Aquirás, com um troço liberal, tomou conta da mesa; mas o grupo Ibiapaba acudia com outro troço liberal, e puseram água na fervura. Quais são os princípios?
- Os primeiros de todos devem ser os da boa educação, sem os quais não há política. Dai-me boa educação, e eu vos darei boa política, diria o Barão Louis. São os primeiros de todos os princípios.
- Os segundos...
- Os segundos são os comuns – ou que o devem ser, a todos os partidários, quaisquer que sejam as denominações particulares; refiro-me ao bem da província. É o terreno em que todos se podem conciliar.
- De acordo, mas o que os separa?
- Os princípios.
- Que princípios?
- Não há outros; os princípios.
- Mas Aquirás é um título, não é um princípio; Ibiapaba também é um título.
- Há entre o céu e a terra mais acumulações do que sonha a vossa vã filosofia... (ASSIS, 2008c, p.100-101).

O leitor da crônica vê-se diante de um texto contraditório, marcado pela incerteza, pelo jogo entre o ser e o parecer no qual os políticos parecem ter princípios, preocupar-se com o bem da população, mas estão preocupados somente em defender os interesses pessoais, de suas famílias, de sua classe. É por meio de conflitos – essência *versus* aparência, indivíduo *versus* sociedade – que o narrador elabora a sua argumentação, o seu fazer-crer, conduzindo o seu leitor a perceber o risível e ridículo papel desses indivíduos. Os princípios não são empecilhos, pois troca-se de partido como se troca um colete, como na crônica do dia 19 de abril.

Ao elaborar um discurso que prima pela imprevisibilidade, emprega, na sua arquitetura, recursos que refletem essas oposições: a debreagem de segundo grau, ou seja, o discurso direto, faz com que se dê veracidade ao que se narra, uma vez que se cria a ilusão de se estar ouvindo o outro. Ao mesmo tempo, é um diálogo fictício, como o próprio cronista afirma inicialmente: a doença lhe tolhia a oportunidade dessa conversa. Envolto em fantasia (não se pode dizer em mentira, já que o cronista não quer enganar o leitor, ao contrário, o parecer e o não ser são reveladores da imagem forjada dos políticos de seu país), o leitor somente pode perceber a crítica que subjaz a tudo.

A intertextualidade agrega um valor mais agudo às críticas, porque torna grotesca a imagem de um senador que tem a sua veia egoísta revelada: “Dai-me boa educação, e eu vos darei boa política” (ASSIS, 2008c, p.100) é uma deturpação da frase de Joseph Dominique, barão Louis, ministro de Napoleão, “Dai-me boa política e eu vos darei boas finanças” (GLEDSON apud ASSIS, 2008c, p.102); também a conhecida citação presente em *Hamlet*, de Shakespeare, traduzida e modificada pelo cronista, “Há entre o céu e a terra mais acumulações do que sonha a vossa vã filosofia...” (ASSIS, 2008c, p.101) adiciona humor à crítica já instaurada²⁹.

Do diálogo fictício, o cronista volta a lamentar, no enunciado, a doença que o acometera e o impedira de ir às câmaras; na enunciação, não há dúvidas quanto ao fato de que os políticos brasileiros são movidos por interesses pessoais, pelo poder, pelo desejo de levar vantagem, enfim por anseios egoístas que se contrapõem aos princípios morais e éticos que deveriam guiar as suas ações. Encerra a crônica como a estruturou: por meio da oposição entre enunciado e enunciação.

²⁹ “*There are more things in heaven and earth, Horatio, / Than are dreamt of in your philosophy*” (SHAKESPEARE, 1983, p.49).

3.1.6 À véspera da abolição

Publicada no dia 11 de maio de 1888, dois dias antes da data oficial da abolição, a crônica (Anexo I) focaliza a libertação dos escravos no Brasil do ponto de vista do cronista, o qual a contextualiza na sociedade monárquica vigente e na republicana que estava por vir. Estrutura-se em dois momentos: o primeiro, no qual há a crítica por meio da apresentação dos fatos que culminaram na abolição, e o segundo, em que essa mesma apreciação vem por meio de um suposto diálogo entre o cronista e uma pessoa não identificada, mas que pertence à roda de discussão.

Assim se inicia: “Vejam os leitores a diferença que há entre um homem de olho alerta, profundo, sagaz, próprio para remexer o mais íntimo das consciências (eu em suma), e o resto da população.” (ASSIS, 2008c, p.103). Ao empregar o recurso da debreagem enunciativa actorial e temporal – o pronome pessoal “eu” e os verbos “há”, no presente, e “Vejam”, no imperativo, que aponta para os leitores – e nomear-se “homem de olho alerta, profundo, sagaz”, aproxima-se dos leitores em cujas consciências é supostamente capaz de remexer. Lado a lado, cronista e leitor críticos opõem-se ao restante das pessoas que somente assistem aos acontecimentos:

Toda a gente contempla a procissão na rua, as bandas e bandeiras, o alvoroço, o tumulto, e aplaude ou censura, segundo é abolicionista ou outra coisa; mas ninguém dá a razão desta coisa ou daquela coisa; ninguém arrancou aos fatos uma significação, e, depois, uma opinião. Creio que fiz um verso. (ASSIS, 2008c, p.101).

Os trechos destacados constituem os dois parágrafos iniciais da crônica e criam uma sugestão de que se terá, na sequência, uma análise dos acontecimentos que cercaram a abolição. O período que os encerra, “Creio que fiz um verso”, é um recurso metalinguístico – o emprego reiterado da conjunção “ou”, do substantivo “coisa”, a rima entre “significação” e “opinião” – que interrompe a provável observação dos fatos. Em meio a um momento que carece de um olhar analista, que o próprio cronista assume como necessário e aponta a si próprio como alguém capaz de fazê-lo, ele irrompe com uma afirmação sobre o estilo empregado. Acrescenta a isso uma afirmação contundente:

Eu, pela minha parte, não tinha parecer. Não era por indiferença; é que me custava a achar uma opinião. Alguém me disse que isto vinha de que certas pessoas tinham duas e três, e que naturalmente esta injusta acumulação trazia a miséria de muitos; pelo que, era preciso fazer uma grande revolução

econômica, etc. Compreendi que era um socialista que me falava e mandei-o à fava. Foi outro verso, mas vi-me livre de um amolador! (ASSIS, 2008c, p.103).

A metalinguagem emerge, de novo, para interromper uma reflexão. A ideia que se tem, então, é a de que o cronista, apesar de aparentar ser crítico, diferente dos demais cidadãos, e, aparentemente, supor que irá opinar sobre os acontecimentos, é igual à maioria, superficial. Apesar de aparentar ser crítico, mas não ser, ele não se configura um mentiroso, pois, em seguida, ao tratar a questão das alforrias incondicionais dadas aos escravos pelos seus proprietários, inicia a apresentação de seu ponto de vista. Há, portanto, um jogo: o narrador afirma ter opiniões, ser crítico e capaz de provocar reflexões; contraditoriamente, também não ter opinião alguma e, somente então, iniciar uma reflexão sobre os fatos que antecederam a abolição: “Não foi o ato das alforrias em massa dos últimos dias, essas alforrias *incondicionais*, que vêm cair como estrelas no meio da discussão da lei da abolição. Não foi; porque esses atos são de pura vontade, sem a menor explicação.” (ASSIS, 2008c, p.103, grifo do autor).

O tom galhofeiro, irônico, que desvia a atenção do assunto sério para afirmações jocosas retorna:

Lá que eu gosto da liberdade, é certo; mas o princípio da propriedade não é menos legítimo. Qual deles escolheria? Vivia assim, como uma peteca (salvo seja), entre as duas opiniões, até que a sagacidade e profundidade de espírito com que Deus quis compensar a minha humildade, me indicou a opinião racional e os seus fundamentos. (ASSIS, 2008c, p.103-104).

Como anteriormente, a brincadeira serve como um preâmbulo irônico à abordagem crítica dos fatos:

Não é novidade para ninguém que os escravos fugidos, em Campos, eram alugados. Em Ouro Preto, fez-se a mesma coisa, mas por um modo mais particular. Estavam ali muitos escravos fugidos. Escravos, isto é, indivíduos que, pela legislação em vigor, eram obrigados a servir a uma pessoa; e fugidos, isto é, que se haviam subtraído ao poder do senhor, contra as disposições legais. Esses escravos fugidos não tinham ocupação; lá veio, porém, um dia em que acharam salário, e parece que bom salário. Quem os contratou? Quem é que foi a Ouro Preto contratar com esses escravos fugidos aos fazendeiros A, B, C? Foram os fazendeiros D, E, F. Estes é que saíram a contratar com aqueles escravos de outros colegas, e os levaram consigo para suas roças. (ASSIS, 2008c, p.104).

O que alicerça tal sociedade e também a crônica é a oposição. O cronista se opõe à sociedade, é crítico, seu olhar mergulha nos fatos e deles retira o seu sentido oculto, que se esconde sob os interesses pessoais. A afirmação “Vivia [...] como uma peteca” evidencia a contradição em que se estruturam as transformações socioeconômicas por que passava o Brasil no final do século XIX. A abolição, que representaria a transição de um período de escuridão, de opressão, para outro momento caracterizado pela luz, pela liberdade, foi apenas uma passagem da escravidão para o regime de mercado de trabalho, ambos os relacionamentos econômicos e sociais opressivos, porque, enquanto os escravos submetiam-se a trabalhos sem ganhos, propriedades que eram de seus donos, quando alforriados, livres, submeter-se-iam aos salários miseráveis e demissões. Desse modo, a sociedade brasileira monárquica e escravocrata passava a uma estrutura republicana com mercado de trabalho. Apenas os nomes mudaram, porque a sociedade era dominada pelas oligarquias que oprimiam os indivíduos em favor dos seus interesses. Na luta pela sobrevivência, na busca pela vida (valor eufórico), portanto, o escravo brasileiro deveria negar-se como indivíduo, ceder às imposições sociais (submeter-se como escravo e, depois, como trabalhador explorado pelos patrões) e abrir mão de sua natureza livre. Em resumo, a liberdade, a realização do ser humano enquanto indivíduo não sujeito às imposições sociais, estados considerados eufóricos, devem ser negados para que se alcance a vida, fim último.

A fuga dos escravos é a busca da liberdade, é a afirmação da natureza humana do indivíduo e a negação da cultura e da sociedade. Se o objetivo é a vida, a sobrevivência, então, como seres sociais fracos, os escravos devem submeter-se aos fortes. Abandonam as fazendas em que eram cativos para tornarem-se trabalhadores remunerados de outros fazendeiros que, por sua vez, também já foram donos de escravos.

Com uma argumentação apoiada em oposições – a natureza humana, que busca a vida, a liberdade do indivíduo *versus* a cultura opressora que subjuga os sujeitos, oprimindo-os, conduzindo-os à morte, caso fujam de suas imposições –, o cronista traz à tona o oportunismo que guiava as ações das oligarquias que dominavam o cenário econômico da época da abolição. Acompanhar seu raciocínio implica um leitor que conheça as artimanhas desse narrador, cujos recursos – a reticência, a ironia e a metalinguagem – não desviem o olhar da situação que então viviam, mas apontem as questões importantes dentro do cenário social e econômico brasileiro.

3.1.7 Boa educação

A crônica do dia 1.º de junho de 1888 (Anexo J) apresenta uma estrutura circular evidente: no seu início, há a apresentação do tema, a questão da polidez, da educação; no segundo momento, enumeram-se exemplos evidentes de sua boa índole desde a tenra infância; ao final, retoma-se o assunto tal qual foi feito no começo. Tal composição, porém, apoia-se na tensão entre cronista e leitor, cuja relação é de intimidade, nos momentos de polidez do cronista, ou de distanciamento entre eles, em instantes em que revela a sua crítica mordaz.

A primeira parte inicia-se com o costumeiro “Bons dias!” e, imediatamente, por meio da conversa com o leitor, convoca-o a dizer algo: “Agora fale o senhor, que eu não tenho nada mais que lhe dizer. Já o saudei, graças à boa educação que Deus me deu, porque isso de educação, se a natureza não ajuda, é escusado trabalho humano.” (ASSIS, 2008c, p.123).

A saudação e a debreagem enunciativa dão o tom descontraído e alcançam a proximidade entre narrador e narratário. São indicadores da enunciação enunciada, responsáveis pelo efeito de subjetividade, o emprego do modo verbal imperativo “fale”, o pronome de tratamento “senhor”, os pronomes oblíquos “lhe” e “o” (embora do ponto de vista gramatical sejam formas da 3.ª pessoa, remetem ao **tu**, 2.ª pessoa do discurso), que identificam o narratário, e os pronomes “eu”, do caso reto, e “me”, do caso oblíquo, além das formas verbais em 1.ª pessoa “tenho” e “saudei”, que remetem ao narrador. O tempo verbal presente (“tenho”) aliado ao advérbio de tempo (“Agora”) remetem à enunciação. Já o pretérito perfeito (“saudei” e “deu”) aponta para dois momentos distintos. O primeiro verbo remete a um passado imediatamente anterior ao agora da enunciação, que marca não um tempo remoto em relação ao presente, mas uma ação anterior em uma sequência: o narrador chega, cumprimenta seu leitor e lhe pede que fale algo. Cria-se o efeito de sentido de que leitor e cronista estão frente a frente, o que conforma o simulacro de diálogo que se propõe na crônica. A forma “deu”, por sua vez, conduz a um passado mais distante, ao momento em que o narrador recebe um caráter propenso à polidez, o que foi preservado até o presente. Ambas as ações, apesar de passadas, relacionam-se diretamente com o presente, seja indicando uma ação do narrador, seja caracterizando-o.

O narrador justifica a exigência da presença do leitor com o fato de nada ter a dizer, de não ter assunto para a seção. Aparentemente, coisa nenhuma será narrada, mas o que se tem é o princípio da discussão a respeito da questão da própria polidez seguido de um encadeamento de fatos comentados e criticados pelo cronista. O tema vem recoberto, nessa primeira parte, das figuras “Bons dias!”, “saudei”, “boa educação”, “criação”.

Inicia-se então o segundo momento da crônica. A oposição natureza *versus* civilização é o ponto de partida, pois, ao afirmar que “se a natureza não ajuda, é escusado trabalho humano” (ASSIS, 2008c, p.123), no que diz respeito à polidez, o cronista assinala o fato de que, apesar de a sociedade impor regras para a adequada convivência humana, é a índole, o caráter, enfim a essência do indivíduo que marca o seu convívio.

Seguem, então, os exemplos que caracterizam o cronista como educado. O primeiro deles, mais do que risível – assegura que, desde tenra idade, fora “um primor de educação” e, quando amamentado por uma escrava e ama, embora não soubesse ainda falar, nunca lhe pusera a “boca no seio para mamar, que não pedisse licença. [...] Pedia por gesto, parece que era um gesto de olhos...” (ASSIS, 2008c, p.123) –, constitui uma clara ironia, pois o narrador afiança, no enunciado, ser educado, polido, mas o que se vê, no transcorrer da crônica, é uma crítica, uma agressão ao desejo do ser humano de ser reconhecido socialmente, mesmo que nada tenha feito, ou realizado para merecê-lo. Novamente as figuras surgem para reiterar o tema da polidez: “primor de educação”, “pedir licença”.

O segundo é o relato de um almoço com amigos ocorrido havia poucos dias da redação da crônica:

Podia citar casos honrosíssimos como prova de boa criação. Um deles nunca me há de esquecer, e é fresquinho. Estando há dias a almoçar com alguns amigos, percebi que alguma coisa os amargurava. [...] com um modo delicado, perguntei o que é que tinham.

[...]

Um dos convivas confessou que no meio das festas abolicionistas não aparecia o seu nome, outro que era o dele que não aparecia, outro que era o dele, e todos que os deles. Aqui é que eu quisera ser um homem malcriado. O mesmo que diria a todos é que eles tanto trabalharam para a abolição dos escravos, como para a destruição de Nínive, ou para a morte de Sócrates... (ASSIS, 2008c, p.124).

O advérbio de lugar “Aqui” marca a interrupção da narração do almoço para o acréscimo do ponto de vista a respeito da atitude de seus amigos. A polidez de que o narrador se gaba desde o início se mantém: no seu íntimo, gostaria de ter dito a eles uma frase que configuraria uma agressão; mas não o fez, mas confessou ao leitor. Não se pode julgar o cronista um mentiroso, uma vez que, embora pareça educado, no íntimo, não o é, dada a situação em que os convivas queriam ser reconhecidos por atos que não realizaram; emerge o seu conhecimento das reais intenções de seus convivas e, daí, a crítica: eles seriam os mentirosos, pois aparentavam estar envolvidos nas lutas abolicionistas, mas delas não haviam participado, ou tomado partido.

Simultaneamente, esse espírito crítico que descortina ao leitor vem camuflado pelas frases que emprega para consolar aqueles que se julgavam injustiçados:

Eu [...] respondi que a história era um livro aberto, e a justiça a perpétua vigilante. Um dos convivas, dado a frases, gostou da última, pediu outra e um cálice de Alicante. Respondi, servindo o vinho, que as reparações póstumas eram mais certas que a vida, e mais indestrutíveis que a morte. Da primeira vez fui vulgar, da segunda creio que obscuro; de ambas sublime e bem criado.

Em linguagem chã, todos eles queriam ir à glória sem pagar o *bonde*; creio que fiz um trocadilho³⁰. (ASSIS, 2008c, p.124, grifo do autor).

Não ignora as verdadeiras intenções dos companheiros, e o modo como expõe sua opinião a respeito, diante de todos, é polido. A sua natureza crítica, sagaz, a qual revela ao seu leitor, vem à tona para eles também, mas de forma indireta, por meio da ambiguidade nela implícita. Preocupados que estão com a própria glória, com o próprio bem-estar, mal enxergam a sua real intenção. Por meio do jogo essência *versus* aparência, natureza *versus* civilização, crítica *versus* ignorância, real *versus* ideal, o cronista acaba revelando que desaprova a sociedade construída por homens que forjam suas intenções, seus interesses, que se voltam para o próprio benefício. Coloca-se à margem dessa massa, dela se distanciando e, simultaneamente, aproximando-se do leitor, criando uma relação que propicia a revelação de seu ponto de vista crítico.

Ao responder as queixas de serem ignorados e não reconhecidos com as frases de efeito que emprega, satisfaz aos camaradas e a si mesmo: a justiça existe para todos, se não feita em vida, acontecerá após a morte. Para eles, a certeza de receberem uma homenagem ainda que póstuma; para o cronista, a confiança de que nada se dará a quem nada fez.

O tema da polidez, da cortesia entre as pessoas na sociedade vem revestido de figuras relacionadas aos bons modos e se espalham por toda a crônica. Ainda nessa segunda parte, assim o cronista arremata a série de exemplos que a iniciara: “Podia citar outros muitos casos de boa criação, realmente exemplares. Nunca dei piparotes nas pessoas que conheço, não limpo a mão à parede, não vou bugiar, que é ofício feio, e ando sempre com tal cautela, que não piso os calos aos vizinhos.” (ASSIS, 2008c, p.125). A negação dessas ações figurativizam

³⁰ Quanto ao trocadilho, associa-se glória, com o sentido de reconhecimento, ao bairro da Glória, no Rio de Janeiro, e pagar o bonde, transporte público do final do século XIX, com ter contribuído, pagado por algum serviço. O jogo de sentidos, portanto, trata das pessoas que buscam reconhecimento público sem nunca terem contribuído efetivamente para isso.

a “boa criação” do cronista: dar “piparotes”, “limpar a mão à parede”, “bugiar”, pisar “os calos”³¹ (ASSIS, 2008c, p.125).

A última parte da crônica fecha a sua estrutura circular: tal como a principiara, o narrador volta a convocar o leitor para que ele fale algo, como se o que fora dito a respeito da delicadeza que deve pautar as relações humanas e do egoísmo humano não houvesse emergido de sua narrativa: “Tiro o chapéu, como fiz agora ao leitor; e dei-lhe os *bons dias* do costume. Creio que não se pode exigir mais. Agora o leitor que diga alguma coisa, se está para isso, ou não diga nada, e *Boas Noites*.” (ASSIS, 2008c, p.125, grifo do autor).

A debreagem enunciativa empregada na primeira parte retorna como recurso no final para resgatar o efeito de sentido de uma conversa que supostamente estava ocorrendo entre cronista e leitor: os verbos na 1.^a pessoa “tiro”, “fiz”, “dei” e “Creio” dão o tom subjetivo necessário a esse efeito; o pronome “lhe” e o substantivo “leitor” juntamente com os verbos “diga” e “está”, apesar de formas da 3.^a pessoa, remetem à segunda pessoa do discurso, **tu, o narratário** a quem o narrador se dirige. A debreagem temporal também se soma à actancial por meio do emprego do presente – novamente, o tempo passado não remete a um tempo longínquo, mas a um momento imediatamente anterior ao da fala – e do advérbio **agora**, o qual é usado duas vezes.

A crônica encerra-se como se o cronista apenas tivesse feito observações superficiais a respeito de sua polidez, tal o efeito que alcança por meio da narração rápida de fatos aparentemente exemplares de suas atitudes, mas dos quais emerge um jogo de oposições que caracterizam os homens e a sociedade da época: os indivíduos buscam somente o seu bem de forma egoísta, sem se voltarem para o próximo e, para isso, forjam situações em que aparentam preocupação com a sociedade, mas estão voltados somente para si mesmos; vivem situações por eles idealizadas que em nada correspondem à realidade de seus atos. Enfim a crítica elaborada pelo cronista a uma sociedade superficial e egoísta é agressiva e mordaz na enunciação e, no enunciado, vem de uma maneira polida.

Essa oposição revela-se também na tensão entre cronista e leitor. Por meio da preterição inicial, segundo a qual o narrador informa ao narratário que nada tem a apresentar na sua coluna e inicia uma abordagem a respeito da própria educação, apontando exemplos que comprovam a sua polidez, são reveladas as reais intenções do narrador quando este critica

³¹ Piparote é uma pancada leve com o dedo médio como forma de repreensão (CALDAS AULETE, 2008a); bugiar é “despedir com desprezo ou com raiva uma pessoa importuna” (MICHAELIS, 2009c); pisar no calo de alguém é tocar em um assunto ao qual tal pessoa é particularmente sensível (CALDAS AULETE, 2008b).

os meios que vê serem empregados pelos homens para alcançar seus objetivos. No enunciado, destaca-se a boa formação do cronista; na enunciação a agressão de sua crítica.

O leitor desta crônica deve ser capaz de enxergar através do verniz da polidez, da delicadeza que encobre a crítica aguda presente: trata-se de um discurso em que a proximidade cultivada pelo narrador por meio da sua educação tem como função atrair a confiança de seu leitor para que comungue da crítica agressiva que constrói na enunciação aos relacionamentos humanos e sociais pautados somente no interesse.

3.1.8 À moda de Tchitchikof

O assunto da crônica do dia 26 de junho de 1888 (Anexo K), que dominava os jornais do período, é a indenização aos ex-donos de escravos, após a abolição, proposta por fazendeiros fluminenses mais conservadores³². O objetivo do cronista é menos atrair e manter a atenção do leitor que convencê-lo de que a proposta de indenização seria mais uma forma de enriquecimento ilícito. A fim de persuadir o leitor, apresenta como argumentos duas narrativas: uma delas é uma síntese da obra de Gogol, *Almas mortas*³³, na qual a personagem Tchitchikof negocia os servos falecidos como se estivessem vivos, lucrando com essa operação ilegal; a outra é uma situação hipotética forjada pelo cronista em que o narratário assume a posição de interlocutor do narrador, manifestando-se ambos em discurso direto, a fim de esclarecer a manipulação que ocorreria na sociedade brasileira para se obter mais ganhos do que se poderia adquirir legalmente. A crônica, portanto, narrativiza a ganância por meio da exposição do processo de aquisição de recursos governamentais caso a indenização fosse aprovada para os ex-donos de escravos. Novamente, a crítica emerge de uma oposição: evidencia-se o egoísmo e a ganância humana em detrimento dos interesses de toda uma sociedade; no enunciado, têm-se as fases da transação comercial; na enunciação, os reais interesses de usurpar o dinheiro público.

Após os “Bons dias!” costumeiros, abre a coluna com uma afirmação absurda e, por isso, intrigante, uma fórmula certa para despertar a atenção de seu leitor: “Eu, se tivesse

³² Enquanto projeto submetido à votação, não foi aprovado pela Câmara (GLEDSON apud ASSIS, 2008c).

³³ *Almas mortas*, de Nicolai Gogol, publicada em 1842, relata a corrupção existente no serviço público russo. Gledson (apud ASSIS, 2008c, p.142) afirma que “o resumo que [Machado de Assis] dá do enredo [na presente crônica] é, naturalmente, exato”.

crédito na praça, pedia emprestados a casamento³⁴ uns vinte contos de réis e ia comprar libertos.” (ASSIS, 2008c, p.139). Ao mesmo tempo, trata-se também do início da narrativa em que narrador e narratário apresentam-se como actantes. Ao instaurar a 1.^a pessoa (“eu”, “tivesse”, “ia”), opta pelo tom subjetivo, cultivando a proximidade com o leitor e conquistando a sua adesão ao também se reconhecer obscuro e dispor-se a esclarecer a sua proposição – “Comprar escravos libertos não é expressão clara; por isso continuo.” Esse é o contrato fiduciário estabelecido com o leitor, explicar a frase obscura que empregara, o qual será cumprido com a argumentação que se inicia em seguida e está construída sobre duas narrativas a fim de convencer o leitor de que a indenização proposta pelos ex-donos de escravos não seria uma solução adequada e não deveria ser aprovada.

A primeira delas retoma o percurso da personagem Tchitchikof, da obra de Gogol: “Conhece o leitor um livro do célebre Gogol, romancista russo, intitulado *Almas mortas*? **Suponhamos** que não **conhece**, que é para eu expor a semente da minha ideia. Lá vai em duas palavras.” (ASSIS, 2008c, p.139, grifo nosso). Ao empregar a 1.^a pessoa do plural, o tempo verbal presente e referir-se ao narratário como seu interlocutor, o narrador instaura a si e ao leitor no presente enunciativo. Essa aproximação tem valor persuasivo: o leitor cede espaço para o narrador elaborar a narrativa de Gogol, como se não a conhecesse, a fim de que o cronista explique-se e esclareça seu raciocínio. Vale apontar que a intertextualidade apresenta papel fundamental, pois, por meio da referência a *Almas mortas*, o cronista expõe não somente a corrupção que atinge os órgãos públicos da Rússia e do Brasil do século XIX, mas também, principalmente, a mediocridade do ser humano diante do desejo de poder e da ganância, tema da crônica.

A narrativa de Gogol é exposta por meio da debreagem enunciativa. O foco em 3.^a pessoa instaura a objetividade uma vez que o que é narrado é conhecido e não é da autoria do cronista. Almas eram a denominação dos servos e pelos quais se pagava uma taxa ao Estado; quando da morte delas, podia-se obter empréstimos para cobrir os prejuízos. Tchitchikof, personagem inescrupulosa, comprou nomes de servos vivos e mortos por preços irrisórios, afinal eram somente nomes, para, depois, apresentar-se como suposto proprietário necessitado de empréstimos, os quais obtinha, portanto, ilicitamente. De posse do dinheiro escuso, fugiu.

Simultaneamente ao emprego da 3.^a pessoa, os tempos verbais empregados são o presente e o pretérito. Ao descrever o pagamento dos impostos pelos proprietários dos servos, o tempo usado é o presente, o que provoca um efeito de presentificação dos fatos, uma vez

³⁴ Segundo Gledson (apud ASSIS, 2008c, p.141), a expressão **a casamento** significa “empreender um negócio de parceria com outra pessoa que assume os riscos financeiros.”

que se assemelham em muito à situação brasileira (que será descrita na narrativa seguinte). Simultaneamente há a debreagem enunciativa actancial, a qual, por meio do emprego da 1.^a pessoa (“minha”), o narrador compara a esperteza da personagem de Gogol a si mesmo, pois o que pretende fazer é o mesmo realizado por Tchitchikof.

Chamam-se almas os campônios que **lavram** as terras de um proprietário, e pelos quais, conforme o número, **paga** este uma taxa ao Estado. No intervalo do lançamento do imposto, **morrem** alguns campônios e **nascem** outros. [...] **chamam-se** almas mortas os campônios que **faltam**. Tchitchikof, um espertalhão da minha marca, ou talvez maior, lembra-se de comprar as almas mortas de vários proprietários. (ASSIS, 2008c, p.139, grifo nosso).

O pretérito surge para apontar que as ações de Tchitchikof transcorrem numa época anterior, negando o **agora** enunciativo:

[...] os proprietários [...] **vendiam** defuntos ou simples nomes por dez réis de mel coado. Tchitchikof, logo que **arranjou** umas 1000 almas mortas, **registrou-as** como vivas; **pegou** dos títulos de registro, e **foi** ter a um monte de socorro, que [...] **adiantou** ao suposto proprietário uns 200.000 rublos; Tchitchikof **meteu-os** na mala e **fugiu** para onde a polícia russa o não **pudesse** alcançar. (ASSIS, 2008c, p.139, grifo nosso).

As expressões “logo que arranjou”, “registrou-as”, “pegou dos títulos”, “foi ter a um monte de socorro”, “meteu-os na mala” e “fugiu” evidenciam as fases sucessivas dentro dessa anterioridade. A debreagem enuncia actancial e a temporal organizam os fatos narrados e os actantes implicados num período distante do presente enunciativo. Situados no passado, traçam um perfil de Tchitchikof.

Observa-se, portanto, que, após o efeito de presentificação da cena obtido pelo emprego do presente nas formas verbais, emerge o distanciamento provocado pelo emprego do pretérito. A objetividade instaurada pela debreagem enuncia actancial é o tom que predomina nessa narrativa, aliado também ao distanciamento provocado pelo uso do pretérito e pela debreagem espacial – a referência à moeda e à polícia russa é um indício do espaço em que as ações se desenvolvem. Embora tal recurso situe os fatos em um contexto diferente do brasileiro, a debreagem enunciativa temporal (o emprego do presente do indicativo) traz para o presente enunciativo uma estrutura socioeconômica semelhante à brasileira.

Finda a primeira narrativa, o narrador instaura novamente o instante enunciativo no enunciado – o **eu/aqui/agora** – a fim de efetivamente cumprir o contrato que estabelecera inicialmente: “**Creio** que **entenderam**; **vejam agora** o meu plano, que **é** tão fino quanto esse,

e muito mais honesto. **Sabem** que a honestidade é como a chita; **há** de todo o preço, desde meia pataca.” (ASSIS, 2008c, p.140). A debreagem enunciativa actancial e a temporal (dão-se, respectivamente, pelo emprego da 1.^a pessoa do singular, **eu**, a 3.^a pessoa do plural, **vocês, os leitores** – “Creio”, “meu”, “entenderam” – e das formas verbais no presente e no imperativo – “vejam”, “é”, “há” – além do advérbio “agora”) trazem tanto o narrador quanto o narratário para o presente enunciativo, estabelecendo, novamente, entre eles uma proximidade de valor persuasivo.

Emerge, então, a outra narrativa, a que se iniciara no primeiro parágrafo da crônica. O narrador forja uma situação em que ele e o narratário, que passa a ser seu interlocutor, com o qual dialoga em discurso direto, tornam-se personagens envolvidas em uma transação comercial: o leitor assume o papel de um dono de estabelecimento que perdera seus escravos com o advento da Lei Áurea, e o cronista, o negociante desonesto que, como Tchitchikof, propõe-lhe a compra dos seus ex-escravos. O que se tem, do ponto de vista analítico, é a passagem do nível enunciativo do narrador/narratário para o do interlocutor/interlocutário, ou seja, o narrador e o narratário passam a identificar-se com os actantes da narrativa ³⁵:

Suponha o leitor que possuía duzentos escravos no dia 12 de maio, e que os perdeu com a lei de 13 de maio. Chegava eu ao seu estabelecimento, e perguntava-lhe:

- Os seus libertos ficaram todos?
- Metade só. Ficaram cem. Os outros cem dispersaram-se [...].
- Quer o senhor vender-mos?

Espanto do leitor; eu, explicando:

- Vender-mos todos, tanto os que ficaram quanto os que fugiram.

O leitor assombrado:

- Mas senhor, que interesse pode ter o senhor...
- Não lhe importe isso. Vende-mos?
- Libertos não se vendem.
- É verdade, mas a escritura da venda terá a data de 29 de abril; nesse caso, não foi o senhor que perdeu os escravos, fui eu. [...] eu realmente não dou mais que de dez mil-réis por cada um.

Calcula o leitor:

- Duzentas cabeças a dez mil-réis são duzentos contos. Dois contos por sujeitos que não valem nada, porque já estão livres, é um bom negócio.

Depois refletindo:

- Mas, perdão, o senhor leva-os consigo?
- Não, senhor: ficam trabalhando para o senhor; eu só levo a escritura.
- Que salário pede por eles?
- Nenhum, pela minha parte, ficam trabalhando de graça. O senhor pagar-lhes-á o que já paga.

³⁵ Genette (1983) denomina esse fenômeno de metalepse, termo que Fiorin (1995, p.41) afirma ter sido “tirado da retórica clássica, que designa o fato de dizer que o narrador ou o autor praticam o que está sendo narrado”, além de que, do ponto de vista da semiótica, trata-se de uma embreagem.

Naturalmente, o leitor, à força de não entender, aceitava o negócio. Eu ia a outro, depois a outro, até arranjar quinhentos libertos (ASSIS, 2008c, p.140-141).

Ao iniciar a narrativa com uma forma verbal no modo imperativo, em 3.^a pessoa, “Suponha”, acompanhada de “o leitor”, estabelece-se o novo contrato de veridicção: ambos, narrador e narratário, serão os actantes de uma narrativa a qual ilustrará o início obscuro dado à crônica. Ao empregar a embreagem – emprega-se “leitor”, 3.^a pessoa, em vez de tu, 2.^a pessoa –, elimina-se o seu papel de confidente, de interlocutor do cronista, para torná-lo um ator da nova narrativa que desenvolve e realçar esse novo desempenho. Esse episódico *status* determina-o não mais como o narratário, mas como um interlocutor cuja função é apoiar o narrador em sua argumentação/narrativa.

O final da narrativa vem com o narrador apontando que, de posse de uma boa soma de dinheiro, aguardaria a proposta de a indenização ser aprovada para receber um montante significativo à custa de trapaça.

Ao fazer de um actante de um nível da enunciação um actante de outro nível, produz-se um efeito de sentido de ficção, o que aproxima essa narrativa da de Gogol. Ambas estabelecem com o narratário um contrato fiduciário: propõe-se a apresentação de duas ficções e elas são apresentadas. O tema da ganância atrelado à mediocridade humana, que conduz os indivíduos a ações fraudulentas vulgares vem revestido, em ambas, de figuras que remetem a transações comerciais de mão-de-obra humana, que constitui bens de uma classe abonada.

Em Gogol, os trabalhadores são denominados “campônios”, “almas”; quando mortos, “almas mortas”; as figuras “lavram as terras de um proprietário” revestem seu *status* de servos. O processo de reificação a que esses seres estão sujeitos concretiza-se por meio da indicação da “taxa”, do “imposto” que recai sobre um determinado número deles e que deve ser pago ao “Estado”. A transação comercial ilícita revela-se quando a personagem é tratada de “espertalhão” e comprou “almas mortas”, “defuntos” ou “nomes” por um preço irrisório e “registrou-as como vivas”. “Papéis legais” e “títulos de registro”, bem como “monte de socorro”, “adiantou 200.000 rublos”, “fugiu” e “polícia russa” remetem à ilegalidade da transação, sujeita a penalidades.

A narrativa elaborada pelo cronista apresenta figuras similares: “escravos” e “libertos” correspondem a “almas” e “almas mortas” no texto de Gogol; em “seu estabelecimento” sugere o “proprietário”; “vendem” referindo-se aos escravos e aos libertos e “escritura de venda” remetem à transação de escravos libertos para conseguir a “indenização”.

A crônica se encerra com o tom amistoso com seu leitor, comentando a questão da indenização e as suas consequências. Por meio de uma digressão que aborda a questão dos anúncios sobre escravos, quando da sua venda, com “qualificativos honrosos”, o cronista afirma que eles não seriam capazes de se anunciar de modo positivo e que, diante de um anúncio lido depois de ocorrida a abolição em que uma mulher se apresentava como “*insigne engomadeira*” (ASSIS, 2008c, p.141, grifo do autor), assim se manifesta: “Se é falta de modéstia, eis aí um dos tristes frutos da liberdade; mas se é algum sujeito que já me antecipou... Larga, Tchitchikof de meia tigela! Ou então vamos fazer o negócio a meias.”

A crônica estrutura-se sobre a ironia: no enunciado, afirma-se a vantagem de ser esperto, de se fraudar transações a fim de se obter sucesso financeiro, mas na enunciação, revela-se a mediocridade desse modo ganancioso de agir. Essa mesma ironia encerra-a. Novamente, a série “Bons dias!” mostra, por meio dessa crônica também, a oposição que está em sua base.

3.1.9 Corpo e alma

“Vi, não me lembra onde...” é a frase que inicia a crônica do dia 21 de janeiro de 1889 (Anexo L) e que, por meio da debreagem enunciativa actorial – o emprego da 1.^a pessoa, “vi” e “me” –, dá o tom subjetivo à conversa que se inicia. Ao omitir o complemento do verbo *ver* e, em seu lugar empregar as reticências, desperta a curiosidade do leitor, que segue a leitura em busca do assunto que nortearia a crônica. Em vez disso, depara-se com uma digressão a respeito do modo como o cronista costuma “matar o tempo” (ASSIS, 2008c, p.219): vagando a pé ou de bonde pela cidade do Rio de Janeiro, observando pessoas, acontecimentos, ouvindo conversas, encontra motes sobre os quais pensar.

Ruminar (como o narrador denomina a ação de refletir a respeito dos fatos que flagra), segundo ele, é melhor que conversar, uma vez que, no diálogo, as ideias não são expostas totalmente, vêm carregadas de falsidades, máscaras, véus que as encobrem e as transformam em função de interesses. Somente o pensar, sem ter com quem compartilhar, preserva os pensamentos intactos, inteiros, autônomos, não sujeitos à aprovação e ao julgamento alheio.

A digressão continua por meio da citação de um acontecimento ocorrido no início do mês de janeiro, para comprovar como os seus pensamentos ultrapassam os limites da simples observação e são um mergulho nos sentidos advindos dos fatos:

Ainda anteontem, aproveitando uma meia hora de *bonde* parado, lembrou-me não sei como o incêndio do clube dos Tenentes do Diabo³⁶. Ruminei os episódios todos [...].

Dois episódios, porém, me deram a medida do que valho, quando rumino. Toda a gente os leu separadamente; o leitor e eu fomos os únicos que os comparamos.

Refiro-me, primeiramente, à ação daqueles sócios de outro clube, que correram à casa que ardia, e [...] bradaram [...] “Salvemos os estandartes!” e tê-lo-iam feito, a troco da vida de alguns, se não fossem impedidos a tempo. [...] Os estandartes são para eles o símbolo da associação, representam a honra comum. (ASSIS, 2008c, p.220).

A debreagem enunciativa actorial (o emprego da 1.^a pessoa do singular nas formas verbais “Ruminei”, “valho” e “rumino” e nos pronomes “me” e “eu” e da 1.^a pessoa do plural em “fomos” e “comparamos”) estabelece o tom subjetivo dado à digressão. Ao mesmo tempo, ao referir-se ao leitor, emprega o recurso da embreagem, instituindo um narratário que não é o que lê a crônica, mas aquele que se identifica com o narrador, ou seja, estabelece relações entre os fatos e é capaz de refletir a respeito deles. Diferentemente da maioria das pessoas, inclusive daqueles que o leem, percebem, sob o verniz dos acontecimentos, outro sentido, que não apenas uma sequência de fatos, que a eles subjaz. Ambos constituem, portanto, parceiros na leitura e na construção do mundo que vislumbram.

Embora essa menção a si e ao seu leitor possa parecer uma agressão aos leitores comuns, que não pertencem ao rol daqueles capazes de relacionar os fatos, não o é, pois o narrador, após relatar os acontecimentos, convida os leitores a cotejá-los, a refletir sobre eles e os conduz à conclusão aparentemente restrita a ele e ao seu leitor ideal. A debreagem enunciativa actorial – a 1.^a pessoa do singular e a 2.^a do plural – é o recurso que proporciona a proximidade entre narrador e leitores, tornando possível um vínculo entre eles – “**Comparai** esses dois atos, a salvação dos estandartes e a salvação dos livros, e **tereis** uma imagem completa do homem. **Vós** mesmos que me **ledes sois** outros tantos exemplos da conclusão.” (ASSIS, 2008c, p.220) – que os leva, inclusive, à conclusão a que o narrador chega de que os dois atos revestidos das intenções de salvarem a alma da associação e a sua contabilidade constituem uma metáfora do ser humano.

³⁶ Segundo Gledson (apud ASSIS, 2008c, p.222), Machado de Assis baseou-se em uma notícia publicada no Jornal do Comércio do dia 14 de janeiro de 1889 para redigir a crônica: “Os Tenentes do Diabo e os Fenianos eram clubes carnavalescos [...]. Da longa reportagem sobre esse incêndio, do *JC* de 14 de janeiro, o seguinte trecho ganhou a atenção de Machado: ‘Iam os bombeiros começar o trabalho de extinção quando os Fenianos [...] começaram a gritar: – ‘Salvemos os estandartes!’ e quiseram penetrar no interior do salão [...]. Um empregado da sociedade [...] tentou salvar-se carregando os livros [...] os quais ficaram inteiros, e foram guardados em estabelecimento próximo.’”

Ao convocar os leitores a comparar as duas atitudes durante o incêndio, o narrador também os conduz à conclusão, relacionando e explicando a interpretação que eles próprios (a 3.^a pessoa aí empregada não constitui uma debreagem enunciativa porque o narrador não se afasta desses leitores, mas mantém ainda a proximidade de que necessita; nas expressões “uns” e “outros” há implícito o sentido **uns de vós e outros de vós**) dariam a esses fatos:

Uns dirão que o empregado, salvando o livro, salvou o sólido; o resto é obra de sirgueiro. Outros replicarão que a contabilidade pode ser reconstituída, mas que o estandarte, símbolo da associação, é também a sua alma; velho e chamuscado, valeria muito mais que o que possa sair agora, novo, de uma loja. (ASSIS, 2008c, p.220).

Ao findar a sua exposição, o foco recai sobre esses leitores, os quais explicitamente compõem a 2.^a pessoa do discurso (o uso da 2.^a pessoa do plural, **vós**, constitui a debreagem enunciativa actorial): são simultaneamente o narratório a quem se dirige e os exemplos vivos da ideia que o narrador queria ver demonstrada: “E todos vós tereis razão; sois as duas metades do homem, formais o homem todo...” (ASSIS, 2008c, p.221).

A reflexão, portanto, conduz os leitores não só a encontrar os sentidos implícitos nos fatos, como também a evitar muitos dos conflitos sociais, políticos e humanos se todos mais pensassem que falassem, mais cogitassem sobre os acontecimentos antes de lançar opiniões. A sua introspecção característica deveria ser um exemplo a ser seguido: “Entretanto, isso que aí fica dito está longe da sublimidade com que o ruminei. Oh! Se todos ficássemos calados! Que imensidade de belas e grandes ideias! Que saraus excelentes! Que sessões de câmaras! Que magníficas viagens de *bonde*!” (ASSIS, 2008c, p.221). Os adjetivos “belas e grandes”, “excelentes”. “magníficas” revestem uma sociedade mais equilibrada, na qual sujeitos de olhares e mentes mais atentas construiriam relacionamentos mais saudáveis.

A digressão chega ao seu final. O narrador convoca seus leitores a tomarem a mesma atitude que a dele: refletir sobre os fatos, cotejá-los e, só assim, tirarem conclusões. Para isso emprega a silepse de pessoa (a 1.^a pessoa do plural em vez da concordância lógica, que seria o uso da 3.^a pessoa, que concorda com “todos”) – “Se todos ficássemos” –, realizando a concordância com a ideia implícita de que o narrador se inclui entre as pessoas que deveriam mais pensar que falar.

O retorno ao suposto assunto da crônica ocorre em seguida, por meio de uma pergunta, como se estivesse retomando a conversa travada: “Mas por onde eu havia principiado? Ah! Uma coisa que eu vi, sem saber onde...” (ASSIS, 2008c, p.221). O tom subjetivo, pessoal é mantido ao empregar a debreagem enunciativa, e é com ele que o cronista informa seu

desagrado em relação a esqueletos que vira expostos em poses joviais: “Esqueletos de mostrador, fazendo gaifonas, sejam eles de verdade ou não, é coisa que me aflige.”

Tal como a crônica do dia 1.º de junho de 1888, a estrutura desta crônica também é circular: inicia-se apontando um assunto, mas desvia-se para somente retornar a ele no final. Porém o que se tem aqui é uma falsa digressão, porque o objeto da digressão se torna mais importante e é mais desenvolvido do que o assunto proposto. O narrador indica ter visto algo não se lembrava de onde e faz um corte imediato na narrativa que principia. Emerge, então, uma sequência de figuras (“bairros excêntricos”, “um homem”, “uma tabuleta”, “bonde”, “rua do Ouvidor”, “vias estreitas e atravancadas”) que apontam ao narratário a origem dos temas tratados na seção: é o cotidiano simples observado cuidadosamente por ele e que se torna matéria de reflexão, de onde o cronista extrai um sentido mais profundo para os acontecimentos imediatos e fugazes. Seu “ruminar” – o olhar atento aliado ao matutar sobre as coisas e as pessoas – aponta para os pontos de vista a respeito principalmente do homem que povoa a sociedade em que vive, com seus propósitos, sua índole. O cronista mostra que quer, como parceiros nessa empreitada, os leitores, ao convocá-los diretamente à reflexão acerca da existência humana a partir de um incêndio no qual as perdas foram somente materiais. É um leitor não só atento aos fatos, mas capaz de cotejá-los e estabelecer relações entre eles, que o remetam a pontos de vista sobre a sociedade que está construindo é o parceiro que o cronista aponta para si – tal qual o estandarte e o livro de escrituração, deve ter o corpo atento às ocorrências e o espírito sensível aos seus significados.

3.1.10 Jornal velho

A crônica do dia 14 de junho de 1889 (Anexo M) inicia e termina com a mesma frase – “Ó doce, ó longa, ó inexprimível melancolia dos jornais velhos!” Remete à estrutura circular já empregada pelo cronista, porém com uma diferença. Enquanto as crônicas dos dias 1.º de junho de 1888 e 21 de janeiro de 1889 apresentam início e fim idênticos que se distanciam do tema desenvolvido, esta, desde o princípio, aborda a temática da passagem do tempo e a desenvolve sem digressões, sem rodeios.

O narrador aborda o conteúdo dos jornais velhos, com meio século. Na contramão do pensamento cristalizado de que as notícias duram exatamente o tempo da sua ocorrência, o cronista traz a concepção de que a efemeridade desses fatos é aparente: leem-se as notícias, “a galera que sai, a peça que se está apresentando”, “uma explicação, um discurso” (ASSIS, 2008c, p.273) e uma crônica dentro da aura de perecível que possuem, e isso lhes dá

substância temporal tátil, ou seja, a sensação de poder tocar o instante que se lê, tão nítida a sua representação.

Ciente de que a ideia predominante a respeito de jornal antigo é de morte, pois os fatos ali apresentados já não existem, compara-o aos cemitérios, ressaltando que, neles, tudo aponta para o estático, o findo, como bem elucidam os letreiros sepulcrais – “*aqui jaz, aqui descansam, orai por ele!*” (ASSIS, 2008c, p.273, grifo do autor) –, ao contrário dos jornais em que, apesar de passados, os fatos remetem ao movimento, à vida; aquele é estagnação, figurativizada por “morto”, “letreiros sepulcrais”, “monótonos”, “definitivos”; este é a ação, concretizada por meio de “vida”, “letras variadas”, “as notícias recentes”, de atos apresentados no presente – “sai”, “se está apresentando” – e dos advérbios temporais enunciativos “ontem” e “amanhã”, que dão o efeito de que, mesmo distantes do presente, com ele se relacionam. Portanto articula o conceito de que os fatos passados dão a noção das transformações por que os homens e as sociedades passam, e a analogia com o cemitério retorna, mais tarde, para não mais marcar uma oposição, mas uma semelhança: o jornal antigo assemelha-se ao cemitério de Constantinopla, onde se encontram pessoas que passeiam, conversam e riem³⁷.

Assim, a crônica estrutura o tema da passagem do tempo pelos jornais. Inicialmente, o narrador, empregando a debreagem enunciativa, dá um tom de objetividade e alcança um efeito de sentido de verdade universal ao fato de que, nos jornais velhos, está, assim como nos romances históricos, o homem e o seu tempo: “Não é a saudade piegas, mas a recomposição do extinto, a revivescência do passado, a maneira de Ebers, a alucinação erudita da vida e do movimento que parou.” (ASSIS, 2008c, p.273, grifo nosso). A constituição figurativa aponta para o acontecido (“extinto”, “passado”, “erudito”, “parou”) que se atualiza, pois se trata de fatos que registraram a vida (“recomposição”, “revivescência”) que evolui e se modifica.

Nos jornais também estão os temas: constituem a estrada em que o cronista encontra seus assuntos, personagens e objetos que conformam as suas crônicas. Toma a questão do curandeirismo, matéria tão explorada nos jornais da época como exemplo. Em 3.^a pessoa e com os verbos e advérbio no presente – “Há”, “agora”, “todos”, “parecem”, “lhes”, “é”, “terem”, “Escondem-se”, “vão”, “são”, “escapam” – o recurso da debreagem enunciativa vem para dar o tom objetivo, imparcial e de atualidade ao assunto:

³⁷ Segundo Gledson (apud ASSIS, 2008c, p.275), “os turcos foram os primeiros a ter uma noção ‘moderna’ de cemitério, lugar onde se plantavam árvores, e utilizado como espaço de recreio, espécie de parque.”

Curandeiros, por exemplo. Há agora uma verdadeira perseguição deles. Imprensa, política, particulares, todos parecem haver jurado a exterminação dessa classe interessante. O que lhes vale ainda um pouco é não terem perdido o governo da multidão. Escondem-se; vão por noite negra e vias escuras levar a droga ao enfermo, e, com ela, a consolação. São pegados (sic), é certo; mas por um curandeiro aniquilado, escapam quatro e cinco. (ASSIS, 2008c, p.217).

Esse tom descritivo é interrompido. Do presente, o cronista remete o leitor ao passado por meio de outro plano narrativo que aborda o conteúdo do *Jornal do Commercio* de 1841. Convidado a visualizar as páginas desse periódico, o leitor pode acompanhar o narrador na sua leitura, pois é colocado ao lado dele. São apresentados, então, os anúncios publicados pelos curandeiros ou por pessoas que deles necessitavam:

Vinde agora comigo.

Temos aqui o *Jornal do Commercio* de 10 de setembro de 1841. Olhai bem: 1841; lá vão quarenta e oito anos, perto de meio século. Lede com pausa este anúncio de um remédio para os olhos: “... eficaz remédio, que já restituiu a vista a muitas pessoas que a tinham perdido, acha-se em casa de seu autor, o Sr. Antônio Gomes, Rua dos Barbonos n.º 76”. Era assim, os curandeiros anunciavam livremente, não se iam esconder em Niterói, como o célebre caboclo, ninguém os ia buscar nem prender; punham na imprensa o nome da pessoa, o número da casa, o remédio e a aplicação.

Às vezes, o curandeiro, em vez de chamar, era chamado, como se vê nestas linhas da mesma data: “Roga-se ao senhor que cura erisipelas, feridas, etc., de aparecer na Rua do Valongo, n.º 147”. (ASSIS, 2008c, p.273-274).

O emprego do modo imperativo na 2.^a pessoa do plural – “Vinde” e o advérbio enunciativo “agora” instauram ambos, narrador e narratário no presente enunciativo. O foco em 3.^a pessoa cede espaço para a 1.^a do singular, “comigo”, que provoca um efeito de subjetividade; a 1.^a pessoa do plural, “temos”, é indício da proximidade entre narrador e narratário. A debreagem enunciativa, portanto, cede lugar para a debreagem enunciativa, cujo efeito de sentido alcançado é persuasivo: o emprego do imperativo na segunda pessoa – “Olhai”, “Lede” – coloca o leitor na cena enunciativa como se ele a presenciasse. A posição que assume é de testemunha: parece estar lendo os trechos do *Jornal do Commercio* de quase meio século passado, o que faz com que se sinta não mais um leitor passivo diante dos fatos e opiniões apresentadas, mas alguém que, juntamente com o narrador, pode avaliá-los e examiná-los.

O envolvimento entre narrador e narratário passa a ser, portanto, emocional. Esse vínculo patêmico estabelecido inverte as posições iniciais do narrador e do narratário. Em princípio este surge como mero expectador; aquele, como o detentor dos fatos. Essas imagens

se constroem em função da proposta inicial do narrador em expor os acontecimentos e opiniões de modo impessoal. A nova postura do narrador que esclarece e convoca o leitor a acompanhá-lo na construção do seu discurso leva a uma aproximação entre ambos e transforma o leitor em um interlocutor atento, que crê naquilo que o narrador lhe apresenta, porque se vê também envolvido.

Esse simulacro onde narrador e narratário se encontram como interlocutores no instante enunciativo opõe-se ao passado evocado pelo cronista e apontado no periódico que, supostamente, ele e o leitor tem em mãos: “1841” e “lá” juntamente com os tempos verbais do passado, “Era”, “anunciavam”, “iam”, “ia”, “punham”, “remetem a 1841; o pretérito imperfeito do indicativo dá o tom de hábito no passado, que lhe é peculiar, às ações dos curandeiros, que são muito distintas das que o narrador inicialmente apresenta: procurados pela polícia, tratados como criminosos no presente, são os mesmos que eram procurados pela população para curar seus males; escondidos em becos e ruas, antes publicavam seus endereços para serem encontrados.

O cronista segue citando vários exemplos presentes no jornal que analisa com seu leitor, amalgamando a ideia de que os curandeiros, além de sua prática, traziam consigo drogas tanto “as legítimas como as espúrias” que receitavam. E nesse ponto, o questionamento acerca das habilidades desses “profissionais” e eficácia de seus remédios não encontra apoio, ao contrário: o cronista valoriza-os, pois tiveram sua serventia em um momento, depois envelheceram e expiraram. E é nesse sentido de que as coisas não morrem, mas transformam-se que o cronista encerra a sua abordagem da transitoriedade do tempo.

O tempo passado, nesta crônica, opõe-se ao tempo presente, mas mantém um traço comum: a vida. O pretérito não existe mais, não mais vale; o presente se faz valer. Nos jornais estão os acontecimentos dos quais o cronista retira a sua matéria e constrói sua crônica, a qual, devido à transitoriedade, tem pouca durabilidade material. Com o passar dos anos, também seus textos ficam velhos, mas não estão mortos: há neles a vida, o que há de humano, de característico de um momento: “Tudo passa com os anos, tudo [...]; tudo passa com os anos... ó doce, ó longa, ó inexprimível melancolia dos jornais velhos!” (ASSIS, 2008c, p.275).

A vida e a morte se opõem de modo a revelar que aquela implica movimento, alma, sentido; esta é estagnação, término, fim, monotonia. A vida humana que se constrói no dia a dia das sociedades vem carregada de agitação, de transformações; não é porque já passou que deixou de ter seu valor e representar uma etapa da evolução social, cultural, política, científica do homem que está finda, morta. A vida é construída de sequências: de fatos, de pessoas, de causas e consequências. E é daí que a crônica advém: não está morta em um jornal de meio

século passado; ao contrário, dá a medida do ser humano, em um dado momento, necessária para a compreensão de sua evolução e história.

3.2 “A semana”

Diferentemente de “Bons dias!”, “A semana” não se finca na tensão, na oposição; há, em cada crônica, um tema predominante que se manifesta por meio de assuntos diferentes; podemos dizer que é constituída de discursos pluriisotópicos, nos quais há uma isotopia temática revestida de isotopias figurativas diferentes que mantêm relação entre si. A estrutura é circular, uma vez que o texto termina abordando o mesmo tema. Há, portanto, saltos de um assunto a outro, desvios que são temporários, mas todos estão alinhavados.

Ao elaborar essas crônicas que se sustentam na previsibilidade, na verdade, que conduzem o narratário pelos caminhos da certeza, Machado configura um leitor cuja adesão conquista. Deixa-se levar, aceita e assume o mesmo ponto de vista do narrador. Para esse narratário convergem todas as observações e referências pormenorizadas sobre os fatos, que são um guia para a construção do sentido já estabelecido pelo narrador. Conduzido pela crônica, o leitor abarca os sentidos propostos pelo cronista sem questioná-los; confiante, o cumprimento de contratos promove, na maioria das vezes, uma harmonia entre enunciado e enunciação, poupando o narratário de “armadilhas”; dá assentimento às afirmações, comunga de opiniões e analisa problemas com a mesma lente. Revela, portanto, o seu papel de coautor do texto.

3.2.1 “Tudo pede certa elevação”

No dia 24 de abril de 1892 (Anexo N), Machado inaugurou a nova seção na *Gazeta*, “A semana”. Os fatos focalizados são dois: o centenário da morte de Tiradentes e as eleições do dia 20 de abril. Mas o leitor não encontra tais assuntos expostos no início do texto, nem a menção direta do cronista a esses fatos. Tem-se, nos dois parágrafos iniciais, um preâmbulo no qual o narrador trata de um problema que propusera a si mesmo na semana anterior. Sem revelá-lo, por meio de rodeios, cria no leitor uma expectativa, ou deixa-o curioso, ao mostrar que não se tratava de um problema, mas de uma charada³⁸, o que vale como um atrativo para

³⁸ “1. Espécie de jogo ou passatempo verbal, em que se propõe um enigma que consiste em indicações ou definições vagas de palavras que são, por sua vez, partes ou sílabas da palavra ou frase que se deve adivinhar

a leitura da sua crônica. A charada que propõe só chega ao conhecimento do leitor nas últimas linhas da crônica e constitui uma metáfora de fundo crítico à abstenção significativa dos eleitores na eleição para o Senado brasileiro. Fica à espera da vontade do cronista, que envereda por outros assuntos. Toma como mote a escolha de palavras ou situações que, aparentemente, valorizam as pessoas ou as circunstâncias.

As voltas para chegar aos assuntos efetivos da crônica passam, então, pela afirmação a respeito da escolha das palavras: na nossa cultura, algumas delas, em meio a outras sinônimas, têm o poder de dar mais dignidade ao significado e, portanto, de atrair a atenção dos leitores: “Na segunda-feira da semana que findou, acordei cedo, pouco depois das galinhas, e dei-me ao gosto de propor a mim mesmo um problema. Verdadeiramente era uma charada; mas o nome de problema dá dignidade, e excita para logo a atenção dos leitores austeros.” (ASSIS, 1996, p.45).

O diálogo pressuposto na enunciação entre o enunciador e o enunciatário é projetado, no enunciado: o narrador assume a 1.^a pessoa – “acordei”, “dei-me”, “a mim mesmo”, “sou” – e dirige-se ao narratário. Entre seus leitores, estão também os “austeros” cuja atenção ele também quer captar. Trata-os empregando a 3.^a pessoa em vez da 2.^a, o que constitui uma embreagem, cujo efeito de sentido é ressaltar o gosto desses leitores, seu modo de ser perante todos, criando, aparentemente, uma distância entre ele, o narrador, e esse narratário, pois, ao apontar a sua escolha por um vocabulário diferenciado, a suposta distância aguça a curiosidade desses leitores provocando a leitura do texto. Ao lado dessa aparente incoerência, que na verdade é um atrativo, outra também se apresenta: o cronista afirma a sua opção por uma seleção vocabular imediatamente depois de ter empregado uma expressão coloquial, sem dignidade, como ele a consideraria: “Na segunda-feira da semana que findou, acordei cedo, **pouco depois das galinhas**, e dei-me ao gosto de propor a mim mesmo um problema.” (ASSIS, 1996, p.45, grifo nosso). Esse coloquialismo dá ao seu texto o tom leve de conversa tão característico da crônica, que a torna atraente.

Da preferência por algumas palavras, a digressão passa para a predileção social por títulos, o que adia mais uma vez a abordagem dos acontecimentos:

Tudo pede certa elevação. Conheci dois velhos estimáveis, vizinhos [...]. Um era Cavaleiro da Ordem da Rosa, por serviços *em relação* à Guerra do Paraguai; o outro tinha o posto de tenente da guarda nacional da reserva, a que prestava bons serviços. Jogavam xadrez, e dormiam no intervalo das

2. P.ext. Aquilo que é difícil de entender, situação intrincada; problema, mistério” (CALDAS AULETE, 2008c). Na crônica, charada vem com o sentido de mistério.

jogadas. Despertavam-se um ao outro desta maneira: “Caro *major!*” – “Pronto, *comendador!*” – “Aí vou, *major!*”. Tudo pede certa elevação. (ASSIS, 1996, p.45, grifo do autor).

O uso do discurso direto, uma debreagem interna, traz, para o trecho, um efeito de verdade, corroborando com a tese do cronista de que “Tudo pede certa elevação” na sociedade brasileira daquela época, da escolha das palavras ao título que ostentam. Tiradentes vem, então, aparentemente como exemplo do valor que se dá às pessoas; no entanto é um dos assuntos desenvolvidos na crônica. O tema que emerge é o patriotismo, que é revestido pela valorização da figura de Tiradentes, o mártir da Independência brasileira, que “enforcado”, “esquartejado”, “decapitado” “pagou por todos”. O cronista inicia um discurso em que exalta o papel desse inconfidente o qual, mais que todos, sofreu pela causa libertária que os movia:

Para não ir mais longe. Tiradentes. Aqui está um exemplo. Tivemos esta semana o centenário do grande mártir. [...] O instinto popular, de acordo com o exame da razão, fez da figura do alferes Xavier o principal dos Inconfidentes, e colocou os seus parceiros a meia razão da glória. Merecem, decerto, a nossa estimação aqueles outros; eram patriotas. Mas [...] o enforcado, o esquartejado, o decapitado, esse tem de receber o prêmio na proporção do martírio, e ganhar por todos, visto que pagou por todos. Um dos oradores do dia 21 observou que, se a Inconfidência tem vencido, os cargos iam para os outros conjurados, não para o alferes. Pois não é muito que, não tendo vencido, a história lhe dê a principal cadeira. [...] os outros [...] formam, em torno de Tiradentes, um coro igual ao das Oceânides diante de Prometeu encadeado. (ASSIS, 1996, p.45).

Seus leitores também são brasileiros que, como ele, deram a Tiradentes o reconhecimento merecido (o emprego da 1.^a pessoa do plural – “Tivemos”, “nossa estimação”). Seu leitor também leu Ésquilo, conheceu o mito de Prometeu e tem sensibilidade; a esse o narrador trata por vós (que corresponde, no texto, à 2.^a pessoa do singular), num tom íntimo, de amizade:

Relede Ésquilo, **amigo** leitor. **Escutai** a linguagem compassiva das ninfas, **escutai** os gritos terríveis, quando o grande titão é envolvido na conflagração geral das coisas. Mas, principalmente, **ouvi** as palavras de Prometeu narrando os seus crimes às ninfas amadas: “Dei o fogo aos homens; esse mestre lhes ensinará todas as artes.” Foi o que nos fez Tiradentes. (ASSIS, 1996, p.46, grifo nosso).

As debreagens enunciativas, a actorial com o emprego do vós, e a temporal – “Aqui está um exemplo. Tivemos **esta** semana o centenário do grande mártir” criam o efeito de

subjetividade, de proximidade com o leitor: ambos, narrador e narratário vivenciam a mesma época.

A ideia da dignidade que as palavras e os títulos podem dar às pessoas prossegue – embora mártir, a alcunha “Tiradentes” não soava bem: se fosse chamado de cirurgião-dentista, apesar de o ofício ser o mesmo, com certeza, isso lhe teria trazido certa dignidade. Ressalta tal argumento com um novo fato: a história de um rapaz que adia sucessivamente o casamento porque esperava o título de agrimensor, que lhe traria, conseqüentemente, o de doutor. A família da noiva, antes inquieta com a decisão do rapaz, ao saber do novo título que ele teria, pacientemente espera. Observa-se que, nessa narração e na dos velhos vizinhos, emprega-se o discurso direto (debregagem interna), como forma de garantir a veracidade dos fatos que narra. Esse efeito de verdade tem valor argumentativo, uma vez que o cronista vem, desde o início, repetidamente assumindo a ideia de que alguns nomes podem dar alguma distinção aos seres.

Da narrativa do casamento para as eleições, como o próprio cronista diz, é “menos que um passo” (ASSIS, 1996, p.47). Chega-se ao segundo assunto efetivo da crônica: trata do grande número de abstenções na eleição para senadores, realizada no dia 20 de abril. Sua abordagem do fato é diferente do olhar político que se deu e ainda se dá, a de que o povo, insatisfeito com as medidas tomadas por Floriano Peixoto no final de 1891, com seu perfil autoritário e com o comportamento passivo do congresso, absteve-se como forma de protesto (GLEDSON, 2006), pois Machado afirmou que a ausência dos eleitores seria descrença, alheia à vontade, ou abstenção proposital. Sua visão recai sobre o olhar do povo, que, à margem dos acontecimentos políticos, reage.

Aparentemente desconexa de todos os fatos da crônica, a eleição retoma a charada que citou inicialmente e que só é revelada nesse final: “Discutimos a questão de saber o que é que nasceu primeiro, se a galinha, se o ovo. Era o problema, a charada, a adivinhação de segunda-feira.” (ASSIS, 1996, p.47). Essa adivinhação transcende a interpretação biológica; constitui mais uma relação de causalidade cíclica na qual, quando há dois fatos distintos, eles são, simultaneamente, causa e efeito. Conclui-se, portanto, que ambas, descrença e abstenção, podem ter sido a causa da ausência da população nas votações para o Senado, ao mesmo tempo, o próprio modo de se fazer política, ignorando a vontade do povo, colocando-o à margem é o motivo de o eleitorado ter se ausentado.

A crônica machadiana de “A semana” aparentemente lança o leitor em um mar revolto: em meio a assuntos diferentes, desconexos, vê-se à deriva; mas o cronista hábil o resgata por meio da corda que, sucessivamente, vai prendendo-os, relacionando-os e, enfim,

arrematando-os em um todo de sentido, o qual é a visão subjetiva, crítica dos fatos que constituíram a semana vivida. Seu leitor, além de conhecedor dos fatos semanais, é culto, também versado na arte da conversação, é conduzido pelos fatos e descobre novos sentidos para a realidade focalizada.

3.2.2 São Pedro e São Paulo

A digressão ocupa quase dois terços da crônica do dia 10 de julho de 1892 (Anexo O) e trata da autonomia do cronista a respeito das escolhas que faz ao eleger os assuntos de que trata na sua seção. Apesar de declarar sua preferência pelos fatos corriqueiros e banais do noticiário, o que se tem é um cronista voltado para as decisões políticas do Brasil da segunda metade do século XIX.

Ao iniciar a crônica, apontando que São Pedro e São Paulo dominaram como assunto a semana³⁹, evidenciam-se duas oposições. A primeira, entre indivíduo e sociedade, que se refere ao desejo do cronista de poder optar pelos fatos que terão relevo, pois não gosta de que homens e fatos se lhe imponham e vê a si mesmo como autoridade para escolher o que lhe convier. Comenta que, quando isso ocorre, tem vontade de ignorar a matéria de destaque e sublinhar as corriqueiras. Ao justificar-se, emprega a ironia, pois afirma, no enunciado, ser justo e não suportar que o forte subjuguem o fraco e, em seguida, trata como “orgulho” o fato de não aceitar imposições, mas ele mesmo as fazer:

É que sou justo, e não posso ver o fraco esmagado pelo forte. Além disso, nasci com certo orgulho, que já agora há de morrer comigo. Não gosto que os fatos nem os homens se me imponham por si mesmos. Tenho horror a toda superioridade. Eu é que os hei de enfeitar com dois ou três adjetivos, uma reminiscência clássica e os mais galões de estilo. Os fatos, eu é que os hei de declarar transcendentais; os homens, eu é que os hei de aclamar extraordinários. (ASSIS, 1996, p.85).

O ser justo mascara a sua suposta superioridade, pois confessa estar realmente acima de todos e assumir-se como responsável pela construção do futuro, quem e o quê serão valorizados e permanecerão na memória. Tal ironia evidencia-se pelo emprego repetido da partícula expletiva ou de realce “que” precedida pelo verbo ser na 3.^a pessoa do singular: “Eu

³⁹ A Igreja Católica comemora, no dia 29 de junho, a festa de São Pedro e São Paulo. Ambos são considerados os fundadores da Igreja de Roma. São Pedro, juntamente com Santo Antônio e São João Batista, integra o ciclo das festas juninas brasileiras. (ZILLES, 1996).

é **que** os hei de enfeitar”, “Os fatos, eu é **que** os hei de declarar transcendentales”, “os homens, eu é **que** os hei de aclamar extraordinários”.

A segunda oposição, natureza *versus* cultura, emerge quando anuncia que deseja levar para a sua seção os acontecimentos corriqueiros em vez do relato da festa dos santos – é da natureza humana a inveja, o ciúme, o desejo, a vingança, entre outros sentimentos que movem os indivíduos às ações de furto, matar, brigar, fugir; é cultural a adoração a santos e as festas em sua homenagem:

Eu, quando vejo um ou dois assuntos puxarem para si todo o cobertor da atenção pública, deixando os outros ao relento, dá-me vontade de os meter nos bastidores, trazendo à cena tão somente a arraia-miúda, as pobres ocorrências de nada, a velha anedota, o sopapo casual, o furto, a facada anônima, a estatística mortuária, as tentativas de suicídio, o cocheiro que foge, o noticiário, em suma. (ASSIS, 1996, p.85).

A digressão continua e aparece sob a forma de uma reflexão sobre estilo. Ao abordar o uso de frases feitas, de clichês, o cronista emprega, então, uma metáfora para o tratamento que os fatos devem sofrer na crônica. O fato cotidiano vem despido de originalidade porque é passageiro, comum, vale como acontecimento que não tem consequência social e se repete em quase todas as sociedades; nada acrescenta porque nada tem de novidade, não é grandioso; mas, se o cronista souber dar-lhe novas cores, novos significados, souber expô-lo de modo original, com certeza será atraente, como as chapas a que se refere no trecho seguinte:

Daí o meu amor às chamadas chapas. Orador que me quiser ver, aplaudi-lo, há de empregar dessas belas frases feitas, que, já estando em mim, ecoam de tal maneira, que me parece que eu é que sou o orador. Então, sim, senhor, todo eu sou mãos, todo eu sou boca, para bradar e palmejar. Bem sei que não é chapista quem quer. A educação faz bons chapistas, mas não os faz sublimes. Aprendem-se as chapas, é verdade, como Rafael aprendeu as tintas e os pincéis, mas só a vocação faz a *Madona* e um grande discurso. Todos podem dizer que “a liberdade é como a fênix, que renasce das próprias cinzas”, mas só o chapista sabe acomodar esta frase em fina moldura. Que dificuldade há em repetir que “a imprensa, como a lança de Télefo, cura as feridas que faz”? Nenhum; mas a questão não é de ter facilidade, é de ter graça. E depois, se há chapas anteriores, frases servidas, ideias enxovalhadas, há também (e nisto se conhece o gênio) muitas frases que nunca ninguém proferiu, e nascem já com cabelos brancos. Esta invenção de chapas originais distingue mais positivamente o chapista nato do chapista por educação. (ASSIS, 1996, p.85-86).

Observa-se que, além do emprego da metáfora, o trecho está carregado de intertextualidade, que estabelece com o leitor um jogo: a citação da tela *Madona*, de Rafael,

remete o leitor à habilidade natural do artista; a presença da fênix, ave mitológica que renascia das cinzas, e de Télefo⁴⁰, apontam para a habilidade em tratar de assuntos corriqueiros, dando-lhes sentidos novos.

Retoma, então, o objeto com o qual iniciou a crônica, a festa de São Pedro e São Paulo, os quais, além de fundadores da Igreja Católica, tiveram participações negativas na história, o que não lhes conferia o direito de ter as atenções voltadas para eles; havia outros fatos cujo raio de ação, ínfimo se comparado à fundação da Igreja, não deixavam de merecer atenção também:

Voltemos aos apóstolos. Que direito tinha São Pedro de dominar os acontecimentos da semana? Estava escrito que ele negaria três vezes o divino Mestre, antes de cantar o galo. Cantou o galo, quando acabava de o negar pela terceira vez, e reconheceu a verdade da profecia. Quanto a São Paulo, tendo ensinado a palavra divina às igrejas de Sicília, de Gênova e de Nápoles, viu que alguns a sublevaram para torná-las ao pecado (ou para outra coisa), e lançou uma daquelas suas epístolas exortativas; concluindo tudo por ter levado o conflito a Roma e a Jerusalém, onde os magistrados e doutores da lei estudavam a verdade das coisas. (ASSIS, 1996, p.86).

O rol de acontecimentos que desejava abordar – “a velha anedota”, “o sopapo casual”, “o furto”, “a fachada anônima” – não emerge nesse ponto, nem em outro momento. O que se tem é uma reticência, ou seja, o narrador sugere que tratará de assuntos cotidianos sem nada afirmar no enunciado.

Segue-se, então, a abordagem de dois fatos ocorridos na semana. O primeiro deles são as discussões e divergências sobre a anistia na câmara dos deputados; o segundo é a presença de um governador de estado no sorteio de loteria. Ambos chegaram ao cronista sob um véu: com os olhos inflamados, um amigo lia para ele as notícias do jornal:

Na Câmara dos Deputados, por exemplo, deu-se uma pequena divergência, de que apenas tive vaga notícia, por não poder ler, como não posso escrever; o que os senhores estão lendo, vai saindo a olhos fechados. Ah! meus caros amigos! Ando com *uma vista* (isto é grego; em português diz-se *um olho*) muito inflamada, a ponto de não poder ler nem escrever.

[...]

A falta de olhos é tudo. Quando a gente lê por olhos estranhos, entende mal as coisas. (ASSIS, 1996, p.86, grifo do autor).

⁴⁰ Télefo era filho de Hércules, rei da Mísia, devastada por Agamenon, que a confundiu com Troia. Ferido pela lança de Aquiles, somente poderia ser curado por ele. Ulisses aplica sobre a ferida de Télefo um pouco da ferrugem da lança de Aquiles e o cura. Em troca, Télefo ensina à frota de Agamenon o caminho para Troia. (KURY, 2008).

A informação de que o cronista tem uma inflamação que o impossibilita de ler revela que os fatos trazem sob si significados a que os leitores devem estar atentos. Não se aborda somente o que é apresentado, mas as intenções que subjazem às atitudes humanas.

Ao tratar seus leitores por “meus caros amigos”, o cronista cria o efeito de sentido de proximidade com o leitor e subjetividade. O recurso aí empregado é a debreagem enunciativa actancial e temporal, pois instala no enunciado os actantes enunciativos eu – o emprego da 1.^a pessoa do singular (“tive”, “posso”, “meus caros amigos”), o uso de “a gente”, forma coloquial da 1.^a pessoa do plural (nós) – e tu – “os senhores” –, além do tempo enunciativo, o presente – “posso”, “estão lendo”, “vai saindo”, “ando”, “é”, “lê”, “entende”.

Sua intenção é evidenciar ao narratário que, sob o véu que encobre os fatos, há sempre outro sentido revelador, portanto as ações dos políticos e governantes brasileiros estão carregadas de intenções pessoais.

Nesta crônica, emerge um leitor que, além de ter conhecimento dos fatos realmente importantes para o seu país, como as decisões políticas, deve saber conhecer suas causas e consequências. Envolto em digressões, é dirigido pelo cronista que o conduz pelas ironias, pela intertextualidade, pela reticência, pela subjetividade, pela metáfora a fim de juntos construírem uma crítica à sociedade da época.

3.2.3 Remédio para o mal

No dia 7 de agosto de 1892 (Anexo P), o cronista aborda a eleição ocorrida no dia 31 de julho para a cadeira do Senado ganha por Vicente de Sousa (GLEDSON apud ASSIS, 1996, p.99). Como o pleito anterior, caracterizou-se pelo grande número de abstenções, o que seria, mais do que um sinal de descontentamento, um índice de que um mal assolava o Brasil que entrava em seus primeiros anos de República:

Toda esta semana foi empregada em comentar a eleição de domingo. [...] Uma pequena minoria é que se deu ao trabalho de [...] caminhar para as urnas. Muitas seções não viram mesários, nem eleitores; outras, esperando cem, duzentos, trezentos eleitores, contentaram-se com sete, dez, até quinze. Uma delas, uma escola *pública*, fez melhor, tirou a urna que a autoridade lhe mandara e pôs este letreiro na porta: “A urna da 8.^a seção está na padaria dos Srs. Alves Lopes & Teixeira, à Rua de S. Salvador n...” Alguns eleitores ainda foram à padaria; acharam a urna, mas não viram mesários. Melhor que isso sucedeu na eleição anterior, em que a urna da mesma escola nem chegou a ser transferida à padaria, foi simplesmente posta na rua, com o

papel, tintas e penas. Como pequeno sintoma de anarquia, é valioso. (ASSIS, 1996, p.99, grifo do autor).

Esse primeiro parágrafo é praticamente todo elaborado com o recurso da debreagem enunciativa actancial e temporal. Com o emprego da 3.^a pessoa – “uma pequena minoria”, “Muitas seções”, “Uma delas”, “Alguns eleitores”, “a urna da mesma escola” – e do pretérito perfeito do indicativo –, “se deu”, “viram”, “contentaram-se”, “fez”, “tirou”, “pôs”, “foram”, “acharam”, “viram”, “sucedeu”, “chegou”, “foi” – dá-se o tom de objetividade ao relato, além de que se criar um distanciamento do cronista a respeito deles, apresentando-os somente como observador. Quanto ao aspecto temporal, há dois momentos que se apresentam: o presente marcado pelo pronome demonstrativo **esta** em “esta semana”, a semana que ainda não terminara e que fora toda preenchida com os comentários a respeito da grande abstenção que marcara a eleição ocorrida no domingo anterior, e o passado, o dia do pleito que se comenta.

A crônica passa a ter a seguinte organização: ao dar o seu ponto de vista a respeito das causas do fracasso eleitoral e sugerir uma saída para esse problema, o narrador emprega a debreagem enunciativa actorial e a temporal, por meio do uso da 1.^a pessoa do singular e do plural, o estabelecimento do leitor como seu narratário, tratando-o por vós, e o tempo verbal presente. Esse recurso dá o tom subjetivo requerido para a exposição do seu ponto de vista, além de que estabelece o leitor como seu parceiro nas opiniões que emite. Aproxima-se, dessa forma, do leitor, estabelecendo entre eles um contrato de fidúcia, necessário para que o narrador conduza o narratário pelos meandros de seu texto.

A primeira intervenção em 1.^a pessoa vem logo após a exposição do problema da abstenção e emerge da discussão a respeito das suas causas:

Variam os comentários. Uns querem ver nisto indiferença pública, outros descrença, outros abstenção. No que todos estão de acordo, é que é um mal, e grande mal. Não digo que não; mas há um abismo entre mim e os comentadores; é que eles dizem o mal, sem acrescentar o remédio, e eu trago um remédio, que há de curar o doente. Tudo está em acertar com a causa da moléstia. (ASSIS, 1996, p.99).

A sua argumentação inicia-se com a opinião geral de que se trata de um mal que assola o país; para apontá-la, emprega a debreagem enunciativa actorial (3.^a pessoa); “Uns querem ver”, “outros”, “todos estão”, que distancia o narrador da opinião geral, pois, logo em seguida, irá se opor a ela. As referências temporais (verbos no presente do indicativo) instalam o instante enunciativo: “Variam”, “é”. Vem, então, o discurso do narrador por meio da debreagem enunciativa actorial, que o investe como actante enunciativo: “Digo”, “mim” “eu

trago”. Este, por sua vez, propõe um remédio para o problema, não sem antes apontar-lhe as causas. Está aí o contrato que estabelece com seu narratário: o que se segue é o cumprimento dele, ou seja, o narrador abordará as causas e apontará a saída para o problema do baixo número de eleitores nos pleitos:

Comecemos por excluir a abstenção. Lá que houvesse algumas abstenções, creio; dezenas e até centenas, é possível; mas não concedo mais. Não creio em vinte e oito mil abstenções solitárias, por inspiração própria; e se os eleitores se concertassem para alguma coisa, seria naturalmente para votar em alguém, – no leitor ou em mim. (ASSIS, 1996, p.99).

Ao começar a explanação, vale-se da 1.^a pessoa do plural – “Comecemos” – com a qual finca uma relação estreita com o leitor, convidando-o a segui-lo no raciocínio que desenvolve. Ao assumir o ponto de vista de que o número de abstenções é tão alto que seria impossível tratar-se de coincidência e de que seria um absurdo pensar que o eleitorado brasileiro fosse capaz de se reunir para fazer frente a uma situação, passa à 1.^a pessoa do singular (“concedo”, “creio”). Em seguida, a consciência do eleitorado brasileiro é ridicularizada por meio da ironia: no enunciado afirma que os eleitores são capazes de se mobilizar somente para eleger o narrador ou o narratário, fato absurdo, uma vez que ambos não têm representação política, nem sequer fazem parte do cenário econômico vigente.

A argumentação do narrador continua, e, com ela, persiste também a exigência da participação do leitor conforme se desenrolam as ideias. O parágrafo seguinte vem com a mesma estrutura do anterior: após o tópico frasal que o encabeça iniciado por uma forma verbal na 1.^a pessoa do plural (“Excluamos”), vem uma explanação na 1.^a pessoa do singular (“Conheço”, “me”):

Excluamos também a descrença. A descrença é explicação fácil, e nem sempre sincera. Conheço um homem que despendeu outrora vinte anos de existência em falsificar atas, trocar cédulas, quebrar urnas, e que me dizia ontem, quase em lágrimas, que o povo já não crê em eleições. “Ele sabe – acrescentou fazendo um gesto conspícuo – que o seu voto não será contado.” Pessoa que estava conosco, muito lida em ciências e meias-ciências, vendome um pouco apatetado com essa contradição do homem, restabeleceu-me, dizendo que não havia ali verdadeira contradição, mas um simples caso de “alteração de personalidade”. (ASSIS, 1996, p.99-100).

Em seguida, o narrador chega à conclusão de que a inércia seria a grande responsável pela ausência nas eleições:

Resta-nos a indiferença; mas nem isto mesmo admito. Indiferença diz pouco em relação à causa real, que é a inércia. Inércia. Eis a causa! Estudai o eleitor; em vez de andardes a trocar as pernas entre três e seis horas da tarde, estudai o leitor. Achá-lo-eis bom, honesto, desejoso de felicidade nacional. Ele enche os teatros, vai às paradas, às procissões, aos bailes, aonde quer que há pitoresco e verdadeiro gozo pessoal. Façam-me o favor de dizer que pitoresco e que espécie de gozo pessoal há em uma eleição? Sair de casa sem almoço (em domingo, note-se!), sem leitura de jornais, sem sofá ou rede, sem chambre, sem um ou mais pequerruchos, para ir votar em alguém que o represente no Congresso, não é o que vulgarmente se chama caceteação? Que tem o eleitor com isso? Pois não há governo? O cidadão, além dos impostos, há de ser perseguido com eleições? (ASSIS, 1996, p.99-100).

Da 1.^a pessoa do plural (“Resta-**nos**”), passa-se à 1.^a do singular (“admito”), o que configura a assunção da opinião apresentada. Para convocar o narratário a uma reflexão, o narrador a ele se dirige empregando a 2.^a pessoa do plural e o imperativo (“Estudai”). A fim de melhor guiá-lo pelo raciocínio que desenvolve e conquistar a sua adesão, o mesmo tratamento é dado – “andardes”, “Achá-lo-eis”. Após solicitar do leitor que pondere sobre o eleitorado, a debreagem enunciativa vem como recurso para provocar um distanciamento necessário à observação (“Ele enche”, “vai”, “note-se”). E depois, como se voltasse a uma plateia, não somente ao seu narratário, o narrador emprega a 3.^a pessoa do plural, invocando a opinião geral de que eleição não se casa com diversão (“Façam”).

O fracasso das eleições, portanto, deu-se pela inércia do eleitorado, essa é a conclusão a que chega. Mas nesse ponto, o recurso da ironia é responsável pela crítica à situação em que se encontrava o povo e a nação brasileira. No enunciado, evidencia-se o descaso, a indiferença, a descrença e a inércia que se abatia sobre o eleitorado, voltado para a folga, para o passatempo; na enunciação, está a corrupção, a imposição política e econômica de um governo que dirigia com punhos de ferro um país que estava impossibilitado, portanto, de escolher seus caminhos, pois estava à parte do processo de construção do país. “Que tem o eleitor com isso?” constitui-se o ápice da ironia, pois ao eleitor cabe a escolha dos condutores do processo político, econômico e social do país, e ele se exime de ser representado e ter os interesses da coletividade defendidos. Submete-se, portanto, aos interesses de outrem. No enunciado, o desinteresse do eleitorado; na enunciação a impossibilidade de manifestação, de representatividade.

De um lado, o percurso figurativo que remete à eleição – “eleição”, “eleitorado”, “título”, “cédula”, “urnas”, “seções”, “mesários”, “eleitores”, “votar”, “voto”, “eleitor” – relaciona-se ao desprazer, à insatisfação, uma vez que ir votar significa abrir mão dos prazeres do domingo, o “almoço”, a “leitura de jornais”, o descanso no “sofá ou [na] rede”, o conforto

de vestir “chambre” e a companhia de “um ou dois pequerruchos”. De outro, o percurso da diversão, ir “aos teatros, às paradas, às procissões, aos bailes” apontam para o pitoresco e o gozo que se contrapõem à eleição. Essa oposição assinala o presente enunciativo caracterizado pela estrutura política que valida os interesses pessoais em vez de ideologias e que tem um falso representante da liberdade, que atua como um ditador. Daí emerge o tema da repressão.

Em oposição ao presente, surge a “voz” do leitor a clamar por um passado em que havia a participação maciça do eleitorado:

Ouço daqui (e a voz é do leitor) que eleições se fizeram em que o eleitorado, todo, ou quase todo, saía à rua, com ânimo, com ardor, com prazer, e o vencedor celebrava a vitória à força de foguete e música; que os partidos... Ah! Os partidos! Sim, os partidos podem e têm abalado os nossos eleitores; mas partidos são coisas palpáveis, agitam-se, escrevem, distribuem circulares e opiniões; os chefes locais respondem aos centrais, até que no dia do voto todas as inércias estão vencidas; cada um vai movido por uma razão suficiente. Mas que fazer, se não há partidos? (ASSIS, 1996, p.100).

O narrador, por meio da debreagem enunciativa – em primeira pessoa, instala o espaço e o tempo enunciativos, o aqui/agora – “Ouço”, “daqui” –, anuncia que uma voz se manifesta sobre a questão da empolgação e do envolvimento dos eleitores em eleições passadas; trata-se de seu narratário, que mostra um passado em que as eleições não se contrapunham ao prazer, à alegria; ao contrário, andavam enlaçados, como concretizam as seguintes figuras: “eleições”, “eleitorado, todo, ou quase todo”, “saía à rua”, “com ânimo”, “com ardor”, “com prazer”, “celebrava”, “foguete”, “música”. Toda essa euforia vertia de manifestações partidárias e discussões; quando deixam de ser permitidas, calam-se os partidos e os eleitores. Portanto a culpa continua sendo dos eleitores, e a saída é hilária:

Que fazer? E aqui entra a minha medicação soberana. [...] O eleitor não vai à urna, a urna vai até o eleitor.

Uma lei curta e simples marcaria o prazo de sete dias para cada eleição. No dia 24, por exemplo, começariam as listas a ser levadas às casas dos eleitores. Eles, estendidos na *chaise-longue*, liam e assinavam. Algum mais esquecido poderia confundir as coisas.

– Subscrição? Não assino.

– Não, senhor...

– O gás? Está pago.

– Não, senhor, é a lista dos votos para uma vaga na Câmara dos Deputados; eu trago a lista do candidato Ramos...

– Ah! Já sei... Mas eu assinei ainda há pouco a do candidato Ávila.

[...]

– Pois, sim, senhor; mas V. S. pode assinar esta, e nós provaremos em tempo que a outra lista foi assinada amanhã, por distração de Vossa Senhoria.

[...]

No dia 31 recolhiam-se as listas, publicavam-se, a Câmara dos Deputados somava, aprovava e empossava. (ASSIS, 1996, p.101).

Nesse trecho, narrativiza-se o processo de votação: instaura-se o eleitor e um emissário que se tornam interlocutores. A debreagem enuncia interna de 2.º grau, o discurso direto, cria a ilusão de se ouvir o diálogo havido entre eles, pois as palavras soam como verdadeiras, tal é o efeito de sentido que alcançam. Por meio desse recurso, o narrador apresenta o ridículo da situação proposta. A corrupção que existia continuaria; mudar-se-iam apenas os meios; a participação do eleitorado se efetivaria de modo pacato, passivo, sem manifestações.

O tema desenvolvido nessa primeira parte da crônica é a repressão: não há oposição partidária ao governo, impossibilitadas que estão as manifestações; o clima de opressão desencadeia a aparente indiferença, a descrença, a falta de interesse. A culpa recai sobre o eleitorado, quando este, na verdade, esconde-se por medo.

A crônica não se encerra com as eleições, pois o cronista habilmente passa a outro assunto, que ilustra a questão da repressão dominante no governo de Floriano Peixoto. O deputado Alcindo Guanabara afirmara que tinha receio de falar com liberdade contra o pastor Dr. Miguel Vieira Ferreira, quando se tinha um governo armado e que manipulava as questões relativas ao Estado.

Ao convocar o leitor constantemente, o narrador estabelece um narratário que o acompanha em seu raciocínio, guiando-o pelos sentidos que subjazem ao enunciado. Explica, descreve, relata a fim de apontar-lhe o caminho crítico que engendra. Apesar da ironia, dos desvios, o cronista não deixa de esclarecer o leitor, para que, ao final, comungue de seu ponto de vista.

3.2.4 Greves, déficit e presidencialismo

Vários assuntos constituem a crônica de 21 de agosto de 1882 (Anexo Q): o fechamento das charutarias como protesto pelo aumento do imposto dos charutos, o déficit orçamentário revelado na primeira semana de agosto, provavelmente originário pelo excesso de emissões dos bancos, ao qual o governo queria encampar, a greve dos boiadeiros que acusavam uma dívida do governo, a injustiça das prisões, revelada por um dos presos do movimento de abril de 1892, que também se manifesta contra o presidencialismo. Note-se que

os fatos apresentados são reveladores do estado de tensão provocado pelas imposições de Floriano Peixoto, que exercia a presidência da República sem que tivessem acontecido novas eleições presidenciais, como exigia a Constituição. Em abril de 1892, decretou estado de sítio, após manifestações e divulgação de manifestos na Capital Federal. Prendeu opositores e desterrou outros para a Amazônia (LOPEZ; MOTA, 2008).

“*Ex fumo dare lucem*”⁴¹ encabeça a crônica e se refere à greve dos donos de charutarias, que fecham suas portas como forma de protesto pelas medidas governamentais: “quando eu vi as portas fechadas, na segunda-feira, imaginei que íamos ter uma semana inteira de protesto” (ASSIS, 1996, p.107). Concretizam tal fato as seguintes figuras: “imposto”, “charutos”, “fechamento das portas”, “portas fechadas”, “semana inteira de protesto”. Mas a parede não se mostra tão forte: a greve durara somente vinte e quatro horas, sem obter resultados que beneficiassem o movimento, o que deixa o cronista indignado. Em oposição às manifestações iniciais, vem a falência rápida do movimento, concretizada pelas figuras destacadas a seguir: “**Vinte e quatro horas depois, abriram-se novamente as charutarias**” (ASSIS, 1996, p.107, grifo nosso).

O cronista aborda, então, a questão do déficit orçamentário, mas, aconselhado por um amigo, decide que os negócios do governo não o afetariam, uma vez que não fariam diferença para a sua vida particular. A questão da greve tão fugaz emerge novamente: “E disse adeus ao déficit, que afinal de contas não me amofinou tanto como a **parede das charutarias**, não propriamente a **parede**, mas o contrário, a **abertura das portas**.” (ASSIS, 1996, p.108, grifo nosso).

Toda a crônica é narrada com um tom subjetivo dado pelo emprego da debreagem enunciativa temporal: o narrador, em 1.^a pessoa, assume o foco e apresenta não só os fatos que dominaram a semana, mas o seu ponto de vista, que vem sempre com a instauração também do narratário no presente enunciativo (“eu”, “Prefiro”, “leitor”, “digo”, “Acabemos”). Motivado pelo conselho do amigo de nunca se meter em nenhum assunto público ou particular, o cronista não revela as causas de seu inconformismo diante de uma parede que dura apenas 24 horas, empregando como recurso uma digressão metalinguística na qual aborda o próprio processo de elaboração do discurso:

As causas desta amofinação são tão profundas, que eu prefiro deixá-las à perspicácia do leitor. Não; não as digo. Acabemos com este costume do

⁴¹ O sentido da expressão latina é ambíguo (ver nota 17), mas, considerando o texto todo, não restam dúvidas de que o cronista manifestou que a série de acontecimentos que relataria nada mais era do que o resultado de um governo impositor, daí o melhor sentido para a frase: **Onde há fumaça há fogo**.

escritor dizer tudo, à laia de alvissareiro. A discrição não há de ser só virtude das mulheres amadas, nem dos homens mal servidos. Também os varões da pena, os políticos, os parentes dos políticos e outras classes devem calar alguma coisa. (ASSIS, 1996, p.108).

Ao empregar o imperativo e a 1.^a pessoa do plural, “Acabemos com este costume do escritor dizer tudo”, o narrador impõe ao narratário um argumento que valida a sua opção por calar-se e um contrato: não terá que revelar tudo ao narratário. O “escritor” – aí se tem a embreagem com o tom objetivo que carrega, pois o “eu” cede lugar ao papel do “escritor” – deve pautar-se pela discrição, assim como as mulheres amadas, os políticos e os parentes de políticos. Tais pessoas têm em comum, mais do que a virtude da discrição, a necessidade dela se servirem para não terem revelados segredos que as comprometam. Mas aí não está o motivo pelo qual o cronista não revela o porquê de seu inconformismo. A sua intenção é, por meio da digressão, construir uma ponte que conduza o leitor ao próximo assunto a ser tratado:

No presente caso, por exemplo, vamos ver se o leitor adivinha as causas do meu tédio, quando as charutarias abriram as portas, após um dia de manifestação. Diga o que lhe parecer [...]; diga até que tudo isto não passa de uma maneira mais expedita para acabar um período e passar a outro. Em verdade, aqui está outro; mas, se pensas que vou falar da carne verde, não me conheces. Já bastou a conhecida incumbência feita ao Sr. Deputado Vinhais⁴² para comunicar ao povo a parede dos boiadeiros. Por fortuna recaiu a escolha em pessoa que tomou sobre os interesses e o bem-estar da classe proletária; mas supõe que recaía em mim, cuja repugnância aos estudos sociais é tamanha, que não a pode vencer a natural e profunda simpatia que essa classe merece de todos os corações bons. Talvez eu esteja fazendo justiça a mim próprio; há pessoas (e já me tenho apanhado em lances desses) que levam o empenho de dizer mal ao ponto de maldizer de si mesmas. Outras têm a virtude do louvor, e cometem igual excesso. Pode ser que de ambos os lados haja mentira. A mentira é a carne verde do demônio, abundante e de graça. (ASSIS, 1996, p.108).

A debreagem enunciativa actancial e a temporal, que instauram o cronista e o leitor no instante enunciativo – “vamos”, “meu”, “Diga”, “isto”, “aqui”, “pensas”, “vou”, “conheces” – ainda é empregada para estabelecer a subjetividade, a proximidade de que o narrador necessita para ter o narratário como seu parceiro nos caminhos que traça no seu discurso. E, ao seu lado, por meio da preterição, pois afirma que não tratará da “carne verde” – “se pensas que vou falar da carne verde, não me conheces” –, traça rapidamente uma síntese da greve dos boiadeiros.

⁴² José Vinhais era presidente do Centro do Partido Operário (GLEDSON apud ASSIS, 1996).

Mais uma vez, a digressão surge para que o narrador possa passar a outro acontecimento. Supõe que, em vez do deputado, poderia ter sido ele o escolhido para tratar dos problemas relativos à greve e que não seria uma boa escolha uma vez que tinha aversão a assuntos relativos à sociedade, uma ironia que constrói, uma vez que o assunto de suas crônicas se volta para a sociedade de sua época. O narrador parece indiferente a tudo que ocorre, mas não é. A prova é que continua a abordar temas que fazem parte do cotidiano histórico e social brasileiro da sua época. O mote é uma frase de efeito que remete a uma sátira de Juvenal empregada por Alencar em um ataque ao imperador quando de sua demissão do ministério. É ela que conduz ao assunto que encerra a crônica: a injustiça das prisões no governo de Floriano, a crítica ao presidencialismo e o elogio ao parlamentarismo.

O narrador apresenta vários assuntos encadeados; a passagem de um a outro é sempre feita por meio de digressões que acabam sugerindo o próximo objeto a ser tratado. O leitor não vê dificuldade em acompanhá-lo já que, embora as preterições e as ironias apontem para uma quebra do contrato fiduciário e uma oposição, o cronista elabora seus textos de forma a não criar uma tensão entre narrador e narratário, mas um acordo entre eles. O que se tem, nas palavras do próprio narrador – “diga até que tudo isto não passa de uma maneira mais expedita para acabar um período e passar a outro. Em verdade, aqui está outro” –, é um leitor afeito aos recursos empregados, que conhece seu estilo e que nele confia.

3.2.5 Tempos do papa

No dia 30 de outubro de 1892 (Anexo R), a crônica que se apresentou na *Gazeta de Notícias* apontou para as eleições que ocorriam no mesmo dia e que elegeriam o primeiro conselho municipal do distrito Federal. Além disso, tratou também da revisão constitucional marcada para o ano seguinte, 1893.

Como é característica da seção “A Semana”, seu texto inicia-se com uma digressão temporal; o retorno ao passado resgata o tema das eleições sob o ponto de vista do jornalista F. Otaviano, que denominara o Senador Eusébio e os integrantes do estado-maior do Partido Conservador de papa e cardeais, respectivamente:

TEMPOS DO PAPA! tempos de cardeais! Não falo do papa católico, nem dos cardeais da santa Igreja Romana, mas do nosso papa e dos nossos cardeais. F. Otaviano, então jornalista, foi quem achou aquelas designações para o Senador Eusébio e o estado-maior do Partido Conservador. Era eu pouco mais que menino...

[...]

Um dia, um domingo, havia eleições como hoje. Papa e cardeais tinham o poder nas mãos [...]. Os liberais resolveram lutar com os conservadores [...] e os desbarataram. A multidão seguia, alegre, tumultuosa, levada por sedução, por um instinto vago, por um efeito da palavra [...]. Não me lembra bem se houve alguma urna quebrada; é possível que sim. Hoje mesmo as urnas não são de bronze. Não vou ao ponto de afirmar que não as houve peçadas. Que é a política senão obra de homens? (ASSIS, 1996, p.142).

Da eleição no passado, o cronista passa para a do presente:

Hoje, domingo, não há a mesma multidão, o eleitorado é restrito; mas podia e devia haver mais calor. Trata-se não menos de eleger o primeiro conselho municipal do Distrito Federal, que é ainda e será a capital verdadeira e histórica do Brasil. Não é eleição que apaixone, concordo; não há paixões puramente políticas. Nem paixões são coisas que se encomendem, como partidos não são coisas que se evoquem. Mas (permitam-me essa banalidade) há sempre a paixão do bem e do interesse público.

Por hoje, leitor amigo, vai tranquilamente dar o seu voto. Vai, anda, vai escolher os intendentos que devem representar-nos e defender os interesses comuns da nossa cidade. [...] Não leias mais ainda, porque é bem possível que eu nada mais escreva, ou pouco. Vai votar; o teu futuro está nos joelhos dos deuses, e assim também o da tua cidade; mas por que não os ajudarás com as mãos? (ASSIS, 1996, p.143, grifo do autor).

Passado e presente emparelham-se e são cotejados. O primeiro é apresentado pela debreagem enunciativa temporal e pela actorial, é a infância do cronista, marcada pela agitação e pela empolgação política – “**TEMPOS DO PAPA!**”, “**Um dia, um domingo**”, “**havia eleições**”, “**A multidão seguia**”, “**Papa e cardeais tinham o poder nas mãos**”, “**Os liberais resolveram** lutar com os conservadores”, (as locuções adverbiais, os verbos no pretérito remontam a um ponto do passado do cronista, enquanto o emprego da 3.^a pessoa apresenta as eleições de modo objetivo). A objetividade resultante é necessária, pois o cronista relata que as eleições eram marcadas pela agitação e participação popular, fato distante do leitor no tempo. O presente vem apresentado por meio da debreagem enunciativa temporal – os verbos no presente e os advérbios indicadores de presente–: “**Hoje, domingo, não há** a mesma multidão, **o eleitorado é restrito**”. Marca-se o presente pela tranquilidade, pela ausência de manifestações, em oposição ao passado inflamado, o que leva o cronista a convocar o leitor a expressar-se, agitar-se: “Eia, animai-vos um pouco, se não é tarde; mas, se é tarde, guardai-vos para a primeira eleição que vier. Contanto que não quebreis urnas, nem as fecundeis – a conselho meu –, agitai-vos, meus caros eleitores, agitai-vos um tanto mais.” (ASSIS, 1996, p.143, grifo do autor).

A debreagem enunciativa actancial, temporal e espacial é o recurso que traz como efeito de sentido a proximidade entre narrador e narratário e o tom subjetivo com que aquele se pronuncia e usa para convocar seus leitores.

Em 1.^a pessoa, (“permitam-**me**”, “a conselho **meu**”), o narrador estabelece o diálogo com seu narratário, os leitores, a que se refere por meio de vocativos (“meus caros eleitores”, “leitor amigo”) e de três pronomes pessoais distintos (3.^a pessoa do plural, 2.^a pessoa do plural e 2.^a pessoa do singular) que remetem ao tu: “permitam”, “vos”, “não quebreis”, “vai [...] dar teu voto”, “o teu futuro”, “da tua cidade”, “ajudarás”, “tua intendência”, “ficarás”.

O emprego do presente, do futuro e do imperativo conformam a debreagem enunciativa temporal: “permitam”. “animai-vos”, “guardai-vos”, “quebreis”, “fecundeis”, “agitai-vos”, “vai”, “anda”, “não leias”. Somando-se às formas verbais, têm-se os advérbios do presente: “Hoje”, “Por hoje”, “esta semana” (ASSIS, 1996, 143).

A referência ao espaço manifesta-se em “interesses comuns da nossa cidade”, na qual o pronome possessivo de 1.^a pessoa do plural supõe o local em que cronista e leitores vivem, o Rio de Janeiro.

A ideia de que é importante o voto do seu leitor leva o cronista a empregar a metalinguagem: é melhor o leitor interromper a leitura da crônica, porque possivelmente nada mais será acrescentado a ela, e ir votar. Apesar dessa promessa, ele dá continuidade ao texto; trata-se de uma preterição, a oposição categórica em que se afirma que não dirá algo, mas o faz. Aborda, então, a questão do adiamento da reforma constitucional.

Novamente Machado de Assis apresenta uma crônica em que se destaca, por trás da apresentação de fatos relacionados à política brasileira, a sua visão crítica. O texto do dia 30 de novembro é previsível, tudo ocorre dentro da normalidade e da certeza. Com esse recurso, o cronista convoca seus leitores a assumirem o papel de eleitores que, mais do que escolherem representantes, possam legitimar o papel que estes devem assumir e deles cobrar posturas e ações que contribuam para o interesse público: “há sempre a paixão do bem e do interesse público.” (ASSIS, 1996, p.143).

3.2.6 Revolta e loteria

Em meio à eclosão da Revolta da Armada⁴³, o cronista, no dia 10 de setembro de 1893 (Anexo S), aborda matérias que não se relacionam com essa realidade violenta. Resgata

⁴³ No dia 6 de setembro de 1893, eclodiu a Revolta da Armada, que consistiu em uma rebelião liderada pelo almirante Custódio de Mello, então Ministro da Marinha, contra o governo inconstitucional de Floriano

a data histórica de 6 de setembro, uma quarta-feira à qual se refere, para abordar a questão dos números, assunto dominante na crônica:

Quarta-feira, quando eu descí do bonde que me trouxe à cidade, a primeira voz que ouvi, foi este grito: “Olha o 2573, é a sorte grande para hoje!” Mais de um homem, atordoado pelos graves acontecimentos do dia, não chegaria a ouvir essas palavras; eu ouvi-as, decorei-as, guardei o próprio som comigo. De cinco em cinco minutos, a voz do pequeno (porque era um pequeno o dono da voz) berrava aos meus ouvidos: “Olha o 2357, é a sorte grande para hoje!” (ASSIS, 1996, p.295).

A debreagem enunciativa actorial, o emprego da 1.^a pessoa do singular, “eu”, “me”, “este”, “meus”, “desci”, “ouvi”, “decorei”, “guardei”, proporciona a proximidade entre o cronista e seu leitor, necessária para que possa criar um vínculo fiduciário que proporcione o desenvolvimento de seu diálogo. Ao mesmo tempo, remete o narratário a um tempo passado – é o recurso da debreagem enunciativa temporal, com o emprego dos verbos no pretérito perfeito, que marcam a exata data – “Quarta-feira, quando descí”, “trouxe”, “ouvi”, “foi”, “decorei”, “guardei” –, pois o foco recai sobre o grito do garoto, que continua vivo para o cronista:

Agora mesmo, ao escrever o caso, ouço o mesmo grito, e não pode ser outro pequeno, nem outra loteria, porque a voz é a mesma, e o número é 2537. É a memória que repercute o que a singularidade do momento lhe confiou, é o espectro do Largo da Carioca que me acompanha, para lembrar-me que, no meio da maior agitação do espírito público, há sempre um número para ser apregoado, comprado e premiado. Nunca mais esquecerei esse número. (ASSIS, 1996, p.295).

O cronista, em meio à agitação política, volta seus olhos para um fato sem importância, mas que faz parte do cotidiano carioca, a venda de loterias. É importante ressaltar que se coloca, neste texto, como o cronista das coisas miúdas, do dia a dia, como revelam as figuras “grito”, “Largo da Carioca”, “número”, “apregoado”, “comprado”, “premiado”. Toma o tempo verbal presente e a 1.^a pessoa (debreagem enunciativa actorial e temporal) para instaurar no enunciado o presente enunciativo: tudo se passa como se o leitor estivesse acompanhando-o no processo de escritura da crônica, tal é o efeito que constrói: “Agora mesmo”, “ao escrever”, “ouço”.

Trata do significado que os números têm para as pessoas: estão presentes nas suas vidas com carga emocional, recuperam lembranças, como é o caso da história de um amigo

Peixoto. A cidade do Rio de Janeiro foi bombardeada pelos revoltosos, que foram sufocados com violência pelo Marechal Floriano. (LOPEZ: MOTA, 2008).

dele que guardava o 122 com adoração, porque se tratava do número da calça que trouxera, pela primeira vez, a mulher amada. E acrescenta:

Se entre meus leitores há algum confiado em números, tente o 122 [...] Eu guardo o 2537, mas por outra razão diversa.
Diversa e grave. Esse número é um documento, meio humano, meio carioca. [...] o valor físico e metafísico do número é uma relíquia da velha filosofia. [...] O eventual seduz-nos, como um pedaço de mistério.
(ASSIS, 1996, p.296).

Nesse ponto o cronista revela o objetivo da crônica: ela deve tratar o eventual, aquilo que atrai os seres humanos e os caracteriza como um povo; o texto deve trazer não só os fatos, mas seu sentido, o seu valor, pois “a realidade é seca, a ciência é fria; viva o mistério e a credulidade!” (ASSIS, 1996, p.296)

Nesta crônica, as referências ao narratário são sempre rápidas, mas têm o propósito de trazê-lo para próximo de fatos aparentemente superficiais, mas que revelam a alma e o modo de ser do povo brasileiro, em especial, do carioca. Mais do que ter apenas um observador do que narra, o cronista quer um parceiro com quem dividir a sua forma de ver o mundo.

3.2.7 Constância *versus* inconstância

A crônica do dia 1.º de outubro de 1893 (Anexo T), mais do que qualquer outra, traz massivamente a imagem leitor: ele está presente praticamente em todos os parágrafos e é invocado constantemente. No texto, o narrador se apresenta em 1.ª pessoa, dirige-se ao leitor empregando a 2.ª pessoa ora do singular ora do plural, emprega os verbos no presente do indicativo e situa ambos no mesmo espaço: a debreagem enunciativa actorial, temporal e espacial instaura narrador e narratário no instante enunciativo. Com isso, o narrador objetiva convencer o narratário da inconstância da realidade, das mudanças diárias que ocorrem no mundo. Por meio da própria inconstância no desenvolvimento do tema proposto pelo cronista, por meio das diversas digressões empregadas, este demonstra como tudo é efêmero e, por isso, interessante.

Novamente o cronista “foge” à narrativa voltada para os aspectos políticos que dominavam o momento e opta por outros assuntos que compõem o cenário que ambos povoam.

“Leitor” é a palavra que inicia a crônica e institui imediatamente o contato entre narrador e narratário. O tom amigável com que o trata funda uma proximidade entre ambos.

Estabelece-se um contrato entre eles: o narrador propõe desfazer a ideia que o narratário tem de que o mundo em que acredita caracteriza-se pela constância, pela rigidez, pela imutabilidade:

Leitor, o mundo está para ver alguma coisa mais grave do que pensas. Tu crês que a vida é sempre isto, um dia atrás do outro, as horas a um de fundo, as semanas compondo os meses. Os meses formando os anos, os anos marchando como batalhões de uma revista que nunca acaba. Quando olhas para a vida, cuidas que é o mesmo livro que leram outros homens, – um livro delicioso ou nojoso, segundo for o teu temperamento, a tua filosofia ou a tua idade. Enganas-te, amigo. Eu é que não quero fazer um sermão sobre tal assunto: diria muita coisa longa e aborrecida, e é meu desejo ser, se não interessante, suportável. (ASSIS, 1996, p.307).

O vocativo “Leitor”, os pronomes “Tu”, “teu”, “tua” e “te” apontam para o leitor que, segundo o cronista crê na estabilidade do mundo e das coisas. Para isso, emprega figuras relacionadas à passagem cronológica do tempo, que evidencia a previsibilidade, como característica marcante da vida – “dia atrás do outro”, “horas”, “as semanas compondo os meses”, “os meses formando os anos”. Com o vocativo “amigo”, cria um vínculo de afeição com o narratário para dizer que ele está enganado. Em 1.^a pessoa e no presente – “Eu”, “quero”, “diria”, “meu” – propõe um contrato: não iria construir um sermão longo e aborrecido, mas uma argumentação breve e suportável para apontar o que havia de novo no mundo.

Em vez de apresentar as suas ideias rapidamente, o cronista inicia uma digressão a respeito de ser suportável. Para isso, emprega a 1.^a pessoa do plural, que traz para ambos a obrigação: “Este é, aliás, o dever de todos nós. Sejamos suportáveis, cada um a seu modo” (ASSIS, 1996, p.307). Aí se tem a quebra do contrato anteriormente proposto, que imediatamente é retomado: “Pela minha parte, não farei o sermão. *Esto brevis*. Vamos ao ponto do começo.” Mas, novamente, outra digressão se encarrega de tornar o texto longo e não tratar diretamente do assunto como propusera: “Já notaste como o inverno vai sendo mais longo e mais intenso do que costuma?” Segue uma descrição dos dias e a predileção do cronista pelo frio, a qual ele associa à data de seu nascimento, o dia em que se inicia o inverno. A divagação não para aí: pede ao leitor que lhe envie, nos dias de seus anos, um presente que valha pelo que tem de artístico, não de material. Ironia evidente que desmascara o interesse do cronista:

[...] manda-me nesse dia alguma lembrança. Não quero prendas custosas, uma casa, cem apólices, um cronômetro, nada disso. Um quadro de Rafael,

basta; um mármore grego, um bronze romano [...] objetos em que o valor pecuniário [...] fica a perder de vista do valor artístico. [...] tais objetos [...] na hipótese de não os haver disponíveis, aceito a casa ou as cem apólices. (ASSIS, 1996, p.308).

De novo narrador interrompe a digressão e propõe o retorno ao contrato: “Voltemos ao começo” (ASSIS, 1996, p.308). Porém o que se segue é a abordagem do clima: o frio que se intensifica no Brasil e o calor atípico na Europa. Embora os europeus sofram com as novas condições climáticas, as eleições ocorreram na França, e, na Inglaterra, o parlamento se reuniu. Ao cotejar o clima do Brasil com o europeu, o cronista resgata a proposta inicial: “Comparando os dois fenômenos, lá e cá, repito o que disse a princípio. Leitor, o mundo está para ver alguma coisa mais grave do que pensas. [...] Não me cabe saber de climatologia, nem de geologias; basta-me crer que anda alguma coisa no ar.”

A questão não é climatológica, esclarece o narrador: a oposição entre enunciado e enunciação – no enunciado, há a discussão acerca do clima; na enunciação, fatos que apontam para a inconstância do mundo – e a própria alternância entre as digressões constantes e a lembrança de se retornar ao assunto proposto evidenciam que nada é estático, constante; tudo se alterna a altera-se.

O narrador, ao propor demonstrar ao narratário que estava errado quando considera a vida algo estagnado, uma mesmice, constrói um texto que se movimenta, transforma-se, tem traços inovadores; os fatos sucedem-se, embora existam verdades universais fincadas. A sua argumentação é o próprio texto. Por isso, ao encerrar a crônica, afirma não saber como relacionar a ideia de constância à de novidade, explicando ser um escritor e esparramar suas palavras e ideias, sem relacioná-las: ironia visível, uma vez que, com as palavras, elaborou um exemplo vivo da alternância que há no mundo: “Não peças lógica a uma triste pena hebdomadária. A regra é deixá-la ir, papel abaixo, pingando as letras e as palavras, e, se for possível, as ideias.” (ASSIS, 1996, p.309).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Machado de Assis sempre esteve voltado para o leitor que imaginava e/ou desejava. Em estudos como o de Costa Lima (2002) e o de Nasser (2009), verifica-se que, na maioria de sua obra ficcional, a presença do leitor é uma constante e está materializada na língua. Sua obra, portanto, atesta a atenção que lhe dava e a sensibilidade que demonstra ao referir-se a ele.

Este trabalho abordou essa constante preocupação machadiana com o leitor nas crônicas publicadas nas colunas “Bons dias!”, em 1888 e 1889, e “A semana”, em 1892 e 1893, do jornal *Gazeta de Notícias*. Diferentemente do romance e do conto, a crônica exige, pela característica inerente de ser um texto veiculado pelo jornal e constituir um momento de reflexão em meio à saraivada de acontecimentos reais dispostos pelas notícias e reportagens, um contato mais íntimo com o leitor, pois pressupõe, intrinsecamente, um diálogo com ele estabelecido. Dessa forma, a grande maioria das crônicas machadianas traz o leitor materializado na língua. Neste trabalho, optou-se por considerar somente as crônicas em que a conversa que o cronista estabelece com o leitor estivesse contextualizada e abordasse temas delineados, a fim de se poder traçar o contorno dos leitores desses textos, ou seja, as crônicas selecionadas para a conformação do *corpus* são aquelas em que o narrador estabelece com o leitor uma conversa acerca dos fatos que nelas desenvolve; o narratário não é somente o destinatário, mas uma construção elaborada pelo cronista.

Das análises das crônicas e dos estudos da obra machadiana, o que se conclui é que Machado conformou, quando da elaboração das duas seções, dois leitores diferentes, pois também tinha prismas distintos de abordagem do cotidiano.

Ao elaborar a coluna “Bons dias!”, o cronista estrutura-a em oposições (uma delas é cristalizada no cumprimento inicial e no final): emprega constantemente a ironia e a preterição; estabelece, por meio do texto contraditório, uma tensão com o próprio leitor – dele se aproxima e depois se distancia, alterna agressão, por meio da crítica mordaz, e polidez. Seu texto é um jogo de contrários obscuros, nem sempre de fácil compreensão, uma vez que os contratos estabelecidos são constantemente quebrados; a crônica deixa, portanto, de ser previsível e passa a mostrar-se repleta de surpresas, construída sobre a “falsidade” (o que o enunciado apresenta não corresponde à enunciação). Dessa forma, colabora para que o leitor seja capaz de construir novas verdades, de olhar para os fatos apresentados de modo ímpar. O leitor instituído, portanto, trata-se de alguém que, como o narrador, é capaz de descobrir o véu

que encobre os reais interesses e objetivos políticos daqueles que eram os governantes do país.

Escrita nos anos de 1888 e 1889, a coluna acompanha os acontecimentos políticos, relatando os fatos relacionados à abolição e à Proclamação da República. Emerge do contexto uma crítica aguda ao espírito que conduzia as transformações sociais e políticas no Brasil, marcado pelo interesse pessoal e pelo desprezo pelas reais necessidades da população. Machado de Assis, nas crônicas de “Bons dias!”, mostrou, por meio das oposições, das realidades encobertas, como era o Brasil da segunda metade do século XIX. Seu leitor constituído é crítico, inteligente, conhecedor dos fatos que constituem a história do país, seus personagens, seus papéis. Capaz de vislumbrar os jogos do narrador, constrói, com ele, um painel crítico da época.

Em “A semana”, o cenário político brasileiro é o estabelecimento da república recém-proclamada. Embora seja um período envolto em revoltas provocadas pela inconstitucionalidade de um governo opressor, as crônicas revelam-se com objetivo distinto daquele de “Bons dias!”. Descompromissadas e descomprometidas do momento, não se conformam como denúncias da vida parlamentar, nem desnudam feridas sociais. Abordam os acontecimentos diários com tom mais leve, já que não há uma tensão entre leitor e cronista.

Assemelham-se a conversas, uma vez que um fato inserido em determinado contexto leva a outro acontecimento; nelas se interrompe uma discussão e inicia-se outra; o cronista, ao se dar conta de que se afastou do assunto principal, interrompe o colóquio e retorna ao que deu origem ao suposto diálogo.

As crônicas dessa coluna são alicerçadas em desvios constantes do assunto original, em saltos de um tópico a outro, em desvios temporários. Esse caminho que constrói para o seu leitor é suavizado pelo cronista que estabelece a relação entre eles e acaba, ao final de cada uma delas, retornando ao assunto de origem. O narrador emprega como recurso o estabelecimento de contratos, os quais cumpre sempre: o que propõe no plano da expressão corresponde ao conteúdo. Assim, a harmonia entre enunciado e enunciação conquista a confiança do narratário, que acompanha as indicações do narrador sem questioná-las. Este, por meio do emprego de verbos conjugados no presente, acompanhados de advérbios também indicadores do presente, do modo imperativo e do plural majestático – “nós” –, aproxima o leitor do plano da narração, criando uma cumplicidade forçada pela coincidência do olhar e pela constante tentativa de conduzir o leitor pelos fatos abordados.

O leitor transita, assim, pelo espaço da crônica, e o que parece ser naturalmente apresentado a ele, na verdade, é o resultado do que o narrador descreve e atribui à visão do leitor, que é colocado não só como seu interlocutor, mas também como seu cúmplice.

As reflexões aqui apresentadas não se esgotam, mas contribuem para confirmar o leitor como elemento importante na constituição de sentidos de um discurso, uma vez que o narrador o toma como referente para as escolhas que realiza. Traçar o perfil do leitor das crônicas de Machado de Assis é também contribuir para a compreensão do sentido desses textos, além de também colaborar para delinear o homem – brasileiro e universal – tão presente na obra machadiana.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. de. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: O Estado de São Paulo: Klick, 1997. (Ler é aprender, v.13).

ARNT, H. *A influência da literatura no jornalismo: o folhetim e a crônica*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2002.

ASPERTI, C. M. A vida carioca nos jornais: *Gazeta de Notícias* e a defesa da crônica. *Contemporânea*, Rio de Janeiro, n.7, v.2, p.45-55, 2006. Disponível em: <http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_07/06CLARA.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2012.

ASSIS, M. de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Edições W. M. Jackson, 1938. Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br/images/stories/html/cronica/macr03.htm>>. Acesso em: 24 nov. 2013.

_____. Bons dias! In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994a. v.3. Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/cronica/macr11.pdf>>. Acesso em: 31 jul. 2014.

_____. A semana. In: _____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994b. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/cronica/macr12.pdf> Acesso em: 31 jul. 2014.

_____. *A semana: crônicas (1892-1893)*. Edição, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006. v.3.

_____. *Comentários da semana*. Organização, introdução e notas de Lúcia Granja e Jefferson Cano. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008a.

_____. *Notas semanais*. Organização, introdução e notas de John Gledson e Lúcia Granja. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008b.

_____. *Bons dias!* Introdução e notas de John Gledson. 3.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008c.

_____. *História de quinze dias*. Organização e notas de Leonardo Affonso de Miranda Pereira. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 2009^a.

_____. *O espelho*. Organização e notas de João Roberto Faria. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 2009b.

AUERBACH, E. *Mimêsis*. La representation de la réalité dans la littérature occidentale. Paris: Gallimard, 1968.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Introdução e tradução de Paulo Bezerra. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BARROS, D. L. P. de. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 1990.

BARTHES, R. S/Z. Paris: Seuil, 1970.

BENDER, F. C.; LAURITO, I. B. *Crônica*. História, teoria e prática. São Paulo: Scipione, 1993.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. Tradução de Eduardo Guimarães et al. 2.ed. Campinas: Pontes, 2006.

BILAC, O. *Ironia e piedade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.

BRAYNER, S. Machado de Assis: um cronista de quatro décadas. In: CANDIDO, A. et al. *A crônica*. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Ed. da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p.407-417.

CALDAS AULETE. iDicionário Aulete. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008a. Disponível em: <<http://aulete.uol.com.br/piparote>>. Acesso em: 24 ago. 2013.

_____. iDicionário Aulete. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008b. Disponível em: <http://aulete.uol.com.br/site.php?mdl=aulete_digital&op=loadVerbete&pesquisa=l&palavra=calo>. Acesso em: 24 ago. 2013.

_____. iDicionário Aulete. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2008c. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/charada>>. Acesso em: 24 out. 2013.

CAMÕES, L. de. *Os lusíadas*. Introdução de Antônio Soares Amora. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. (Grandes obras da Cultura universal, v.2).

CANDIDO, A. A vida ao rés do chão. In: CANDIDO, A. et al. *A crônica*. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Ed. da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p.13-22.

_____. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 9.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006. Disponível em: <http://www.fecra.edu.br/admin/arquivos/Antonio_Candido_-_Literatura_e_Sociedade.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2014.

CECULT. Centro de Pesquisa em História Social da Cultura. *Projetos*. Disponível em: <<http://www.cecult.ifch.unicamp.br/projetos/concluidos>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

CHALHOUB, S. A arte de alinhar as histórias. A série “A+B” de Machado de Assis. In: CHALHOUB, S.; NEVES, M. S.; PEREIRA, L. A. M. (Org.). *Histórias em cousas miúdas: capítulos de história social no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2005. p.67-85. (Várias Histórias).

CHALHOUB, S.; NEVES, M. S.; PEREIRA, L. A. M. (Org.). *Histórias em cousas miúdas: capítulos de história social no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2005. (Várias Histórias).

COMPAGNON, A. *O demônio da teoria*. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001.

CORTINA, A. *O príncipe de Maquiavel e seus leitores*. Uma investigação sobre o processo de leitura. São Paulo: Ed. da UNESP, 2000.

COSTA, E. V. da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2007.

COSTA LIMA, Luiz (Org.). *A literatura e o leitor: textos de estética da recepção*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. (Coleção Literatura e Teoria de Literatura, 36).

CRESTANI, J. L. O incenso e o chicote: o perfil editorial da *Gazeta de Notícias*. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS, 1., 2010, Maringá. *Anais...* Disponível em: <<http://www.cielli.com.br/downloads/162.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2012.

CRUZ JUNIOR, D. F. da. *A crônica em Machado de Assis: estratégias e máscaras de um fingidor*. 2001. 222 f. Dissertação (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DANTAS, R. M. M. C.; KUBRUSLY, R. S. A pedra que caiu do céu e foi para a literatura de cordel: considerações sobre o meteorito de Bendegó. In: CONGRESSO DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DAS TÉCNICAS E EPISTEMOLOGIA, 4., Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. p.136-142.

EL FAR, A. *Páginas de sensação*. Literatura popular e pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

FACIOLI, V. A crônica. In: BOSI, A. et al. *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982. p.86-87.

FIORIN, J. L. A pessoa desdobrada. *Alfa*, v.39, p.23-44, 1995.

_____. O sujeito na semiótica narrativa e discursiva. *Todas as Letras*, São Paulo, v.9, n.1, p.24-31, 2007. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/viewFile/649/579>. Acesso em: 28 fev. 2014.

FONTANILLE, J. *Sémiotique et littérature*. Essais de méthode. Paris: PUF, 1999. (Formes Sémiotiques).

_____. *Semiótica do discurso*. Tradução de Jean Cristtus Portela. São Paulo: Contexto, 2007.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, ano 1, n.1, 02 ago. 1875. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf2/103730/per103730_1875_00001.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2012.

_____. Prospecto. Rio de Janeiro, [1875]. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf2/103730/per103730_1875_00001.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2012.

GENETTE, G. *Nouveau discours du récit*. Paris: Seuil, 1983.

GLEDSON, J. *Por um novo Machado de Assis*. Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GRANJA, L. *Machado de Assis – primeiras crônicas: o surgimento do grande ironista*. 1992. 175f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

_____. *Machado de Assis: escritor em formação (à roda dos jornais)*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 2000.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. *Dicionário de semiótica*. Tradução de Alceu Dias Lima et al. São Paulo: Contexto, 2008.

HEINEBERG, I. *La suite au prochain numéro: formation du roman-feuilleton brésilien à partir des quotidiens Jornal do Commercio, Diário do Rio de Janeiro et Correio Mercantil (1839-1870)*. 2004. 2v. 400, 300p. Thèse de Doctorat Études Lusophones (Littérature Brésilienne) – Université de la Sorbonne Nouvelle, Paris III, Paris, 2004.

HJELMSLEV, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. 2.ed. São Paulo: Perspectiva. (Coleção Estudos, 43).

JAKOBSON, R. *Linguística e Comunicação*. Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1974.

KURY, M. G. *Dicionário de mitologia grega e romana*. 8.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LANDOWSKI, E. *A sociedade refletida*. Ensaios de sociosemiótica. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: EDUC: Pontes, 1992.

LOPEZ, A.; MOTA, C. G. *História do Brasil: uma interpretação*. São Paulo: Editora Senac, 2008.

MACEDO, J. M. de. *A moreninha*. 15.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1970.

MARQUES, V. R. B.; LANGE, S. P. Os aprendizes marinheiros no oitocentista. *Asclepio*, v.60, n.2, p.75-94, 2008. Disponível em: <<http://asclepio.revistas.csic.es/index.php/asclepio/article/download/258/>>. Acesso em: 21 jun. 2013.

MARTINS, A. L. Imprensa no Império. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p.47-80.

MEYER. Voláteis e versáteis. De variedades e folhetins se fez a chronica. In: CANDIDO, A. et al. (Org.). *A crônica*. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Ed. da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p.93-133.

_____. *O folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MICHAELIS. Dicionário de português online. São Paulo: Melhoramentos, 2009a. Disponível em:

<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/procissao%20_1027639.html>.

Acesso em: 12 jun. 2013.

_____. Dicionário de português online. São Paulo: Melhoramentos, 2009b. Disponível em:

<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=cretinismo>>. Acesso em: 21 jun. 2012.

_____. Dicionário de português online. São Paulo: Melhoramentos, 2009c. Disponível em:

<<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=bugiar>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

MINÉ, E. Ferreira Araújo, ponte entre Brasil e Portugal. *Via Atlântica*, São Paulo, n.8, p.221-229, 2005. Disponível em:

<<http://www.fflch.usp.br/dlcv/posgraduacao/ecl/pdf/via08/Via%208%20cap14.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2012.

MOISÉS, M. *A criação literária: prosa II*. 18.ed. São Paulo: Cultrix, 2003.

MOREL, M. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. (Org.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008. p.23-40.

NASSER, S. M. G. C. *O leitor dos contos de Machado de Assis*. 2009. 90f. Dissertação (mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2009.

NEVES, M. S. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, A. et al. (Org.). *A crônica*. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Ed. da UNICAMP; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992. p.75-92.

PEREIRA, L. M. *Machado de Assis: estudo crítico e biográfico*. 6.ed.rev. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988. (Reconquista do Brasil, 130).

PEIRCE, C. S. *Semiótica e filosofia*. Tradução de Octanny S. da Mora e Leônidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1972.

POMPEIA, R. *O ateneu*. Crônica de saudades. São Paulo: O Estado de São Paulo: Klick, 1997. (Ler é aprender; v.15).

PUJOL, A. *Machado de Assis*. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1934.

SÁ, J. de. *A crônica*. São Paulo: Ática, 1985. (Série Princípios).

SANT'ANNA, A. R. de. O cronista olha pelo buraco da fechadura: depoimento [fevereiro, 2013]. Curitiba: *Cândido. Jornal da Biblioteca Pública do Paraná*. Entrevista concedida a Márcio Renato dos Santos. Disponível em:

<<http://www.candido.bpp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=329>>.

Acesso em: 23 maio 2014.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27.ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SENIOR, L. Folhetim da *Gazeta de Notícias*. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, p.1, 02 ago. 1875. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf2/103730/per103730_1875_00001.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2012.

SHAKESPEARE, W. *Hamlet*. London: Longman, 1983. (New Swan Shakespeare Advanced Series).

SILVEIRA, D. M. da. A *Gazeta de Notícias* e sua oitava coluna. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. *Anais...* Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308150378_ARQUIVO_textofinal.pdf> Acesso em: 5 nov. 2012.

SIMÕES, A. S. A contribuição de Bilac para a crônica brasileira. *O Eixo e a Roda*, Belo Horizonte, v.9/10, p.235-246, 2004. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/poslit/08_publicacoes_txt/er_9-10/er09_ass.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2013.

SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. 4.ed. 3.reimp. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

SOUSA, J. G. de. *Bibliografia de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1955.

VERÍSSIMO, J. A imprensa. In: ASSOCIAÇÃO do quarto centenário do descobrimento do Brasil. (Org.). *Livro de centenário (1500-1900)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. p.31-71. Disponível em: <<http://archive.org/stream/livrodocentemar02galvgoog#page/n416/mode/1up>>. Acesso em: 06 nov. 2012.

ZILLES, U. *Profetas, apóstolos e evangelistas*. 2.ed. Porto Alegre: EDPUCRS, 1996.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- BARROS, D. L. P. de. *Teoria do discurso: fundamentos semióticos*. São Paulo: Atual, 1988.
- BICCA, L. *Questões persistentes*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2003.
- BOSI, A. *O enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 2003.
- BRANDÃO, O. *O niilista Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1958.
- BROCA, B. *Machado de Assis e a política e outros estudos*. Rio de Janeiro: Org. Simões, 1957.
- CAMPOS, A. S. L. A recepção crítica da série de crônicas “Bons dias!”, de Machado de Assis. *Querubim*, n.12, p.10-15, out. 2010.
Disponível em:
<https://www.academia.edu/822288/A_recepcao_critica_da_serie_de_cronicas_Bons_dias_de_Machado_de_Assis?login=til101062@gmail.com&email_was_taken=true>. Acesso em: 10 jan. 2014.
- _____. Reflexões sobre a memória nas crônicas de Machado de Assis. *Desenredos*, n.11, p.1-16, 2011. Disponível em:
<<http://desenredos.dominiotemporario.com/doc/11-Artigo-Machado-AlexaSander.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2014.
- CASTELLO, J. A. *Realidade e ilusão em Machado de Assis*. São Paulo: EDUSP, 1969. (Coleção Ensaio, v.6).
- CORTINA, A. Semiótica e leitura: os leitores de Harry Potter. In: CORTINA, A.; MARCHEZAN, R. C. (Org.). *Razões e sensibilidades: a semiótica em foco*. São Paulo: Laboratório Editorial/Cultura Acadêmica, 2004. (Série Trilhas Linguísticas, v.6, p.153–189).
- DISCINI, N. *O estilo nos textos: história em quadrinhos, mídia e literatura*. São Paulo: Contexto, 2003.
- EIKHENBAUM, B. et al. *Teoria da literatura: formalistas russos*. Tradução de Ana Mariza Ribeiro Filipouski et al. Porto Alegre: Globo, 1978.
- FIORIN, J. L. *As Astúcias da Enunciação*. São Paulo: Ática, 1999.
- _____. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto/Edusp, 2003.
- _____. Práxis enunciativa. *Nas Trilhas do Texto*, v.5, p.53-73, 2010. Disponível em:
<<http://publicacoes.unifran.br/index.php/colecaoMestradoEmLinguistica/article/view/329/259>>. Acesso em: 20 nov. 2013.
- GLEDSOON, J. *Machado de Assis: ficção e história*. Tradução de Sônia Coutinho. 2.ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GOMES, E. *Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

GRANJA, L. A crônica de Machado de Assis: leituras necessárias para uma leitura possível. In: CONGRESSO DA HISTÓRIA DO LIVRO E DA LEITURA NO BRASIL, 2., 2003, Campinas. *Anais...* Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_antteriores/anais14/Hsemi.html>. Acesso em: 13 dez. 2013.

_____. Machado de Assis, jornalista: o homem, o texto, o tempo. *Olho d'Água*, São José do Rio Preto, n.1, v.2, p.75-81, 2009. Disponível em: <<http://www.olhodagua.ibilce.unesp.br/index.php/Olhodagua/article/viewFile/36/52>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

GRIECO, A. *Viagem em torno de Machado de Assis*. São Paulo: Martins Editora, 1969.

HOUAISS, A. Introdução crítico-filológica. In: ASSIS, J. M. M. de. *Histórias sem data*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975. p.26-41.(Edições Críticas de obras de Machado de Assis, 4).

LANDOWSKI, E. *Presenças do outro*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

MEYER, A. *Machado de Assis*. 2.ed. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.

PONCIONI, C. Machado de Assis e Carlos Drummond de Andrade cronistas. *Verbo de Minas*, Juiz de Fora, n.13, v.7, p.37-48, 2008. Disponível em: <http://www.cesjf.br/revistas/verbo_de_minas/edicoes/2008_1/04_MACHADO_DE_ASSIS_E_CARLOS_DRUMMOND_DE_ANDRADE_CRONISTAS.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2013.

ROCHA, J. C. C. *À roda de Machado de Assis*. ficção, crônica e crítica. Chapecó: Argos, 2006.

SCHWARZ, R. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 4.ed. 2.reimp. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2000. (Coleção Espírito Crítico).

SOARES, M. V. N. Machado de Assis: folhetim e crônica. In: ROCHA, J. C. C. (Org.). *À roda de Machado de Assis*. Ficção, crônica e crítica. Chapecó: Argos, 2006. p.365-394. (Debates).

TATIT, L. *Análise semiótica através das letras*. São Paulo: Ateliê, 2001.

TEIXEIRA, L. A semiótica no espelho. *Cadernos de Letras*, Niterói, n.12, p.33-49, 1996.

TEIXEIRA, N. C. R. B. Imagens urbanas da cena escrita. Machado de Assis e Lima Barreto: um Rio de Janeiro escrito a quatro mãos. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, n.1, v.5, p.1-16, 2008. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF14/Artigo_6_Nincia_Maria_Teixeira.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2014.

ZILBERBERG, C. *Razão e poética do sentido*. São Paulo: EDUC; Pontes, 2006.

ANEXOS

ANEXO C – Página 2 do primeiro número da Gazeta de Notícias

GAZETA DE NOTÍCIAS

O Busto da Triunfado, da cidade de Perth que foi colocado no pedestal...

Não há mais nada a dizer...

Consta-nos que o Sr. Sant'Anna e Yacometti será nomeado conselheiro português no Bahin...

Realiza-se hoje, no salão do Imperial Conservatório de Música...

Consta-nos em Pelotas á autoridade policial que um casarão...

A voz publica formava as mais horribis conjecturas...

São esperados no nosso porto os seguintes vapores...

Vapores a sahir do nosso porto...

A rua do Senhor dos Passos está no centro da cidade...

Teve-se-lhe em vista conservational-neste estado para avistar dos bons desejos da municipalidade?

Deve começar hoje no camera temporaria a discussão do oramento do ministerio das estrangeiras...

Na cidade de Toulouse, em França...

Na cidade de Toulouse, em França...

Na cidade de Toulouse, em França...

Na cidade de Toulouse, em França...

Falleceu no Povo da Panella, em Pernambuco...

Falleceu no Povo da Panella, em Pernambuco...

Falleceu no Povo da Panella, em Pernambuco...

Um milidão consideravel composta de moradores...

O Diario de Noticias da Behu, diz que a actriz Ismenia partirá esse mez para a Europa.

Por chrio e desordeiro, assignou hontem termo de bem viver na subdelegacia da Lagôja J. A. R.

Um caixero da casa da rua de Prainha, armado com um pequeno revolver...

Tanto heroismo é digno de uma recompensa.

A's 9 1/2 horas da noite de ante-hontem, manifestou-se incendio na cozinha da casa n. 35 da ladeira de João Homei...

José Domingos de Carvalho foi encontrado ante-hontem caído na rua...

Orendimento das repartições fiscaes da Corte, durante o mez de Julho foi o seguinte:

Alfandega..... 3.960.218\$887 Recebedoria..... 542.940\$802 Meza Provincial..... 317.936\$103

Ante-hontem foi capturado no Cabupé, no Engenho Novo, o preto Luiz, escravo de Thomaz Lourenço da Silva Castro...

O relógio da escola de S. José esteve hontem todo o dia marcando impassivelmente 10 horas e 10 minutos...

Em consequencia da copiosa chuva que caiu ante hontem, desabou parte do telhado da casa n. 49 da rua de General Caldwell...

Por estarem em desordem ante-hontem á meia noite na praça da Constituição, M. C. de F., de que saíram muitos feridos...

Hontem as 7 1/2 horas da noite o carro n. 39 da linha do Jardim Botânico na rua da Guarda Velha...

A venda avulsa do Diario de Noticias de Lisboa, emprega mais de 200 pessoas, pela maior parte menores...

Teve hontem logar na respectiva igreja, a festa de Nossa Senhora do Carmo.

Apesar do dia estar chuvoso, foi grande o concurso de fideis. A igreja estava ricamente adornada e a musica devia satisfizer mesmo os mais exigentes...

mas mulheres, crianças e mesmo velhos, acenham-se com cheias de curiosidade...

Nessa tarde havia festa na Ancora, festa á boacrieta, sem fogo e sem limão...

O capitão Ursou, o Cabeça de Ferro, um dos mais terríveis bucaneiros da ilha de Tartaruga...

Um jornal francez publica o seguinte anuncio: Rua Jacob, 13. Grande sortimento de espiritos baleares...

Felizmente parece que nos serião d'ouvir em breve uma companhia lyrica. Que venha, mas depressa...

Entre-nos já se acham a prima-dama a Sra. Biancolini e o primeiro barytono o Sr. Spalazzi...

O capitão Luiz de Azevedo, uma montanha de prodigiosa estatura...

Tem de altura 10,229 metros acima do nível do mar...

Diz o Voz national de Metz, que em Longwy acaba de verificar-se um duelo entre dois deputados da assembleia...

Distribuiu-se o n. 307 do jornal O Mosquito.

A loja maçonica Caridade Sant'Anna não tendo podido realizar os festejos maçonicos...

Começamos hoje a publicação em folhetim, do romance de Gustavo Aymard...

Serão gratuitamente distribuídos aos hospites desta corte que o spaliardar...

Lenhos no Diario de Noticias de Lisboa, que vai muito adiantada a construcção...

O andarilho Weston, o campeão da America contra o mundo...

Não conseguem, porém, fazer mais de quarente e trinta milhas...

Apesar de muito curru, a sua historia não sombria e lamentavel...

Apesar de muito curru, a sua historia não sombria e lamentavel...

Apesar de muito curru, a sua historia não sombria e lamentavel...

Apesar de muito curru, a sua historia não sombria e lamentavel...

Apesar de muito curru, a sua historia não sombria e lamentavel...

Apesar de muito curru, a sua historia não sombria e lamentavel...

Apesar de muito curru, a sua historia não sombria e lamentavel...

A esforços das sociedades ethnographicas e dos americanistas da Paris...

Em Pernambuco começou a publicar-se uma folha illustrada, que tem por titulo O Dinlo e Quatro...

O estado de Oajaca, um dos menos importantes da republica mexicana...

O numero de fabricas de papel nos Estados-Unidos é actualmente de 800...

Nos tres annos de 1870, 1871 e 1872 foram feitas concessões no Reino Unido...

Os escravos existentes na Provincia da Bahia sobem a cerca de 177 mil...

Pelo paquete Douro, entrado ante-hontem, chegaram da Europa o Sr. Dr. Henrique Sunico e sua Exma Sra. filha...

Distribuiu-se o n. 307 do jornal O Mosquito.

A loja maçonica Caridade Sant'Anna não tendo podido realizar os festejos maçonicos...

Começamos hoje a publicação em folhetim, do romance de Gustavo Aymard...

Serão gratuitamente distribuídos aos hospites desta corte que o spaliardar...

Lenhos no Diario de Noticias de Lisboa, que vai muito adiantada a construcção...

O andarilho Weston, o campeão da America contra o mundo...

Não conseguem, porém, fazer mais de quarente e trinta milhas...

Apesar de muito curru, a sua historia não sombria e lamentavel...

Apesar de muito curru, a sua historia não sombria e lamentavel...

Apesar de muito curru, a sua historia não sombria e lamentavel...

Apesar de muito curru, a sua historia não sombria e lamentavel...

Apesar de muito curru, a sua historia não sombria e lamentavel...

Apesar de muito curru, a sua historia não sombria e lamentavel...

Consta que da Bahia veio hontem um telegramma particular...

A's 10 1/2 horas da manhã, dá hoje audiencia, o Dr. juiz de direito da vara civil...

O Sr. ministro da marinha mandou expedir uma circular aos presidentes das provincias...

Um nosso amigo que esteve ultimamente em Nova Friburgo...

Hontem um individuo do tamanho de uma torre...

O governo francez abria um credito extraordinario de 2 milhões de francos...

Estão-se publicando ao mesmo tempo duas traducções da Historia Universal de Cesar Cantu...

Os primeiros artistas japozezes da companhia que ultimamente trabalharam no teatro de D. Pedro II...

Ante hontem entraram de semana no Paço Imperial os Srs. caruaristas...

A Vida Fluminense de sabado trouxe um retrato da distincta pianista Ciriya Polonio...

Na cidade de Toulouse, em França...

Na cidade de Toulouse, em França...

Na cidade de Toulouse, em França...

Na cidade de Toulouse, em França...

Na cidade de Toulouse, em França...

Na cidade de Toulouse, em França...

Na cidade de Toulouse, em França...

Na cidade de Toulouse, em França...

Na cidade de Toulouse, em França...

Na cidade de Toulouse, em França...

FOLHETIM OURSON O CABEÇA DE FERRO POR GUSTAVO AYMAR D

ANEXO D – O programa de “Bons dias!”

Bons dias!

Hão de reconhecer que sou bem criado. Podia entrar aqui, chapéu à banda, e ir logo dizendo o que me parecesse; depois ia-me embora, para voltar na outra semana. Mas, não senhor; chego à porta, e o meu primeiro cuidado é dar-lhe os bons dias. Agora, se o leitor não me disser a mesma coisa, em resposta, é porque é um grande malcriado, um grosseirão de borla e capelo; ficando, todavia, entendido que há leitor e leitor, e que eu, explicando-me com tão nobre franqueza, não me refiro ao leitor, que está agora com este papel na mão, mas ao seu vizinho. Ora bem!

Feito esse cumprimento, que não é do estilo, mas é honesto, declaro que não apresento programa. Depois de um recente discurso proferido no Beethoven, acho perigoso que uma pessoa diga claramente o que é que vai fazer; o melhor é fazer calado. Nisto pareço-me com o príncipe (sempre é bom parecer-se a gente com príncipes, em alguma coisa, dá certa dignidade, e faz lembrar um sujeito muito alto e louro, parecidíssimo com o Imperador, que há cerca de trinta anos ia a todas as festas da Capela Imperial, *pour étonner le bourgeois*; os fiéis levavam a olhar para um e para outro, e a compará-los, admirados, e ele teso, grave, movendo a cabeça à maneira de Sua Majestade. São gostos.) de Bismark. O príncipe de Bismark tem feito tudo sem programa público; a única orelha que o ouviu, foi a do finado Imperador, — e talvez só a direita, com ordem de o não repetir à esquerda. O Parlamento e o país viram só o resto.

Deus fez programa, é verdade (E Deus disse: Façamos o homem à nossa imagem e semelhança, para que presida etc. *Gênesis*, I, 26); mas é preciso ler esse programa com muita cautela. Rigorosamente, era um modo de persuadir ao homem a alta linhagem de seu nariz. Sem aquele texto, nunca o homem atribuiria ao Criador, nem a sua gaforinha, nem a sua fraude. É certo que a fraude, e, a rigor, a gaforinha são obras do Diabo, segundo as melhores interpretações; mas não é menos certo que essa opinião é só dos homens bons; os maus creem-se filhos do Céu — tudo por causa do versículo da Escritura.

Portanto, bico calado. No mais é o que se está vendo; cá virei uma vez por semana, com o meu chapéu na mão, e os bons dias na boca. Se lhes disser desde já, que não tenho papas na língua, não me tomem por homem despachado, que vem dizer coisas amargas aos outros. Não, senhor; não tenho papas na língua, e é para vir a tê-las que escrevo. Se as tivesse, engolia-as e estava acabado. Mas aqui está o que é; eu sou um pobre relojoeiro, que, cansado de ver que os relógios deste mundo não marcam a mesma hora, descri do ofício. A única explicação dos relógios era serem iguaizinhos, sem discrepância; desde que discrepam, fica-se sem saber nada, porque tão certo pode ser o meu relógio, como o do meu barbeiro.

Um exemplo. O Partido Liberal, segundo li, estava encasacado e pronto para sair, com o relógio na mão, porque a hora pingava. Faltava-lhe só o chapéu, que seria o chapéu Dantas, ou o chapéu Saraiva (ambos da chapelaria Aristocrata); era só pô-lo na cabeça, e sair. Nisto passa o carro do paço com outra pessoa, e ele descobre que ou o seu relógio está adiantado, ou o de Sua Alteza é que se atrasara. Quem os porá de acordo?

Foi por essas e outras que descri do ofício; e, na alternativa de ir à fava ou ser escritor, preferi o segundo alvitre; é mais fácil e vexa menos. Aqui me terão, portanto, com certeza até à chegada do Bendegó, mas provavelmente até à escolha do Sr. Guaí, e talvez mais tarde. Não digo mais nada para os não aborrecer, e porque já me chamaram para o almoço. Talvez o que aí fica, saia muito curtinho depois de impresso. Como eu não tenho hábito de periódicos, não posso calcular entre a letra de mão e a letra de forma.

Se aqui estivesse o meu amigo Fulano (não ponho o nome, para que cada um tome para si esta lembrança delicada), diria logo que ele só pode calcular com letras de câmbio — trocadilho que fede como o Diabo. Já falei três vezes no Diabo em tão poucas linhas; e mais esta, quatro; é demais.

Boas noites.

Fonte: Assis (1994a).

ANEXO E – O início do jogo

Bons dias!

Leio que o meu amigo Dr. Silva Matos, 1.º delegado de polícia, reuniu os gerentes das companhias de bondes e conferenciou com eles largamente. Ficou assentado isto: que as companhias farão cumprir, com a máxima observância, as posturas municipais e os regulamentos da polícia. Ora, muito bem. Mas agora é sério, não? Desta vez cumprem-se; não é a mesma caçoada da promulgação que fez crer à gente que tais atos existiam, quando não passavam de simples exercícios de filosofia escolástica. Vão cumprir-se com a máxima observância. Se aproveitassem a boa vontade das companhias, para obter também que cumpram o catecismo, as regras de bem viver, e um ou outro artigo constitucional? Seria exigir demais. Contentemo-nos com o bastante.

Nem por isso trepo ao Capitólio, e aqui vai a razão. Hão de lembrar-se da condenação de Pinto Júnior, como autor do crime de Campinas. Quando eu já havia posto esse caso na cesta onde guardo a revolução de Minas e a queda de Constantinopla, surge a polícia da corte e demonstra-me que não, que a carta de um tal Corso, dizendo ser autor do crime, era verídica. Reformo a cesta, e vou dormir; mas aqui aparece a polícia de S. Paulo e afirma o contrário; Corso não foi autor do crime; a carta não passou de um estratagemma de Pinto Júnior.

Vaidoso até à ponta dos cabelos, e não sabendo em qual das duas polícias crer, procurei por mim mesmo a solução do caso, e achei que a carta de Corso talvez não passe de um *calembour*, obra de algum advogado compungido e pilhérico. Quando lhe pedisse notícias do Corso e da carta, ele responderia que já não se dão *cartas de corso*, que os últimos corsários ficaram nos versos de Lorde Byron, e na famosa balada de Espronceda:

Condenado estoy a muerte...
Yo me río!
No me abandone la suerte.
Etc. etc. etc.

Se não é, e se as duas polícias discrepam, então não sei quem me dará a explicação do Corso e da carta. Não será o Sr. Dr. Bezerra de Meneses, porque este distinto homem político, a rigor, precisa ser explicado. Opôs-se à intervenção dos liberais na eleição de 19 do corrente; mas, tendo que cumprir a deliberação da assembleia eleitora, foi pedir candidato ao Sr. Senador Otaviano. Este recusou fazer indicação. Vai o Sr. Dr. Bezerra, a quem não pediram nada, designou um candidato, que não aceitou. É claro que a designação de S. Exa. Vinha grávida de recusa; era só para efeito decorativo. Mas então (e aqui começa o inexplicável) por que não me designou a mim? Eu, para deputado de verdade, não dou absolutamente; mas assim para um *aparte e vai-se*, para um *bout de rôle*, nasci talhado. Alcançava-se a mesma coisa, com realce para mim, porque é certo que eu havia de explorar o ato por todos os lados.

– Estou a ver que reprove o fato de estar o Partido Conservador com ideias liberais...? interrompe-me o leitor.

Respondo que não reconheço em ninguém o direito de interrogar-me, salvo se é para publicar a conversação, porque então a coisa muda de figura. Distingo; nos países velhos, os partidos podem pegar em algumas ideias alheias. Agora mesmo o ministério Salisbury apresentou uma reforma liberal ao parlamento, e o chefe da oposição, Gladstone, declarou em discurso: “O governo dispõe-se de uma grande e difícil tarefa: a oposição o acompanhará com todo o desejo de fazer que a medida saia satisfatória e completa.” (Sessão da Câmara dos Comuns de 19 de março). E o *Daily News* comentou o caso dizendo: “Quando a gente adverte que é um governo *tory* que empreende a reconstrução do governo local em toda a Inglaterra, é impossível não ficar impressionado com o progresso que têm feito” os princípios liberais. Em inglês: “*When we remember that...*”

– Basta; mas por que é que nos países novos não será a mesma coisa?

– Porque nos países novos há em geral poucas ideias. Supunha uma família com pouca roupa; se o Chiquinho vestir o meu rodaque, com que hei de ir à missa?

– Diga-me, porém...

– Não lhe digo mais nada. Resta-me algum papel, e é pouco para fazer uma denúncia ao meu amigo Dr. Ladislau Neto. Com certeza este meu amigo não sabe que há nas obras da nova Praça do Comércio uma pedra, dividida em duas, pedaço de mármore que está ali no chão, exposto às chuvas de todo o gênero. Há nela a inscrição seguinte:

ANO 1783

En Maria prima regnante e pulvere surgit

Et Vasconceli stat domus ista maru.

Ora, arqueólogo como é, o meu amigo há de saber que o Padre Luís Gonçalves dos Santos, nas suas *Memórias do Brasil*, dá esta notícia (*Introd.* Pág. XXV): “Mais adiante está a porta da alfândega, sobre a qual se manifestam as armas reais em mármore com a seguinte inscrição (segue a inscrição acima) que denota que este vice-rei mandou reedificar e aumentar”.

Não parece ao meu amigo que esse mármore deve ser recolhido ao Museu Nacional? Se sim, dê lá um pulo, e verá; se não,

Boas Noites.

Fonte: Assis (2008c, p.85-87).

ANEXO F – Eleições e partidos

... E nada; nem palavra, nada. Ninguém me responde; todos estão com os olhos na eleição do 1.º distrito. Mas, com seiscentas cédulas! Também eu, acabando, lá irei dar o meu recado, por sinal que já o trago de cor; mas cada coisa tem o seu lugar. Quando um homem chega e cumprimenta, parece que os cumprimentados o menos que podem fazer é retribuir o cumprimento; acho que não custa muito. Calaram-se, a pretexto de que vão votar, será político, mas não é político; não sei se me entendem. Enfim, por essas e outras é que eu gosto mais da roça. Na roça a gente vai andando em cima da mula; a dez passos já as pessoas bem educadas estão de chapéu na mão:

- Bons dias, Sr. Coronel!
- Adeus, José Bernardes.
- Toda a obrigação de V. Exa...
- Todos bons, e a tua?
- Louvado seja deus, vai bem, para servir a V. Exa.

Que custa isso? Que custam dois dedos de boa criação? Nada. E note-se que lá fora, mesmo quando há eleição, ninguém se esquece de seus deveres: às vezes até os cumprem com mais galhardia. Esta corte é uma terra de malcriados.

Pois olhem, quando entrei aqui, vinha alegre; tinha lido umas revelações do amigo Dr. Costa Ferraz, me que lavaram a alma das melancolias pecuniárias, únicas que me afligem deveras. As outras não passam de canseiras ridículas. Falta de dinheiro, isso dói; ao menos, para quem não é governo. O governo até parece que quanto mais lhe falta mais lhe dão, e, às vezes, em condições inesperadas, como o caso do nosso recente empréstimo. Quem é que me fia mais, desde outubro do ano passado, um jantarzinho assim melhor? Seguramente, ninguém; mas ao governo fiam tudo; deve muito e emprestam-lhe mais. Por isso, não admira que tanta gente quer ser governo. Só esse gosto de ver chegar o credor, de chapéu na mão, todo zumbaias, com uma bolsa debaixo do braço, tratando o devedor por majestade, palavra que dá vontade de pôr a procissão na rua.

Mas como eu ia dizendo, li umas revelações curiosas do amigo Dr. Costa Ferraz, na ata da última sessão da Real Academia de Medicina. Tratam das rações e da dieta da Armada. S. Exa. Leu as tabelas vigentes e analisou-as. Chama-se ali regímen lácteo a uma porção de coisas em que entra algum leite. “De sorte que (comenta o ilustre facultativo), a passar o princípio, todos os que tomam o seu café com leite e à sobremesa saboreiam um prato de arroz de leite, com o indispensável pó de canela, se devem julgar sujeitos ao regímen lácteo!”

Refletindo bem, por que não? A razão de S. Exa. É só aparente. Eu vou com as tabelas. Nem quero saber se o cirurgião-mor da Armada, como declarou nas bochechas da Academia, não as aprovou, não as viu sequer; porque desta circunstância apenas se pode concluir a perfeita inutilidade dos cirurgiões, mores ou menores – *ce qui est mon opinion*. Vou com as tabelas e vou mais longe, quer em prosa, quer em verso:

Vou com as tabelas,
Vou mais longe que elas.

Não direi até onde vou; vão sendo horas de ir votar. Digo só que o digno acadêmico não viu que o regímen lácteo das tabelas deve ser entendido por um símile. Suponhamos o jogo do solo. Há o solo a dinheiro, que corresponde ao leite de vaca, puro, abundante, exclusivo... Vaca e dinheiro são, como se sabe, expressões correlatas; diz-se *vaca do orçamento*; diz-se também: *o pelintra meteu a boca na teta*, quando se quer deprimir alguém que andou mais depressa que nós, etc., etc. Mas além do solo a dinheiro, ou leite de vaca, há o solo a tentos, que é o que chamamos leite de pato. O regímen da Armada é deste último leite. Mas vão sendo horas de ir votar e ainda não dei conta de uma reclamação que recebi.

Há dias reuniu-se o Banco Predial, para tratar dos escravos, que lá estão hipotecados. Muitos foram os pareceres, duas as propostas, uma destas a aprovada, até que tudo acabou como nos demais bancos e no concílio dos deuses de Camões:

Pelo caminho lácteo...

(outra vez o lácteo!)

Pelo caminho lácteo...
Logo cada um dos deuses se partiu
Fazendo seus reais acatamentos
Para os determinados aposentados.

Ora, entre os discursos proferidos houve um do digno acionista Sr. José Luis Fernandes Vilela, declarando ser tudo aquilo uma discussão vazia de sentido, porque já não existem escravos.

Confesso que estimei ler tão agradável notícia; mas como não há gosto perfeito nesta vida, recebi daí a pouco uma mensagem assinada por cerca de 600.000 pessoas (ainda não pude acabar a contagem dos nomes), pedindo que retifique o discurso do Sr. Fernandes Vilela. Há escravos, eles próprios o são. Estão prontos a jurá-lo e concluem com esta filosofia, que não parece de preto: “As palavras do Sr. Fernandes Vilela podem ser entendidas de dois modos, conforme o ouvinte ou o leitor trouxer uma enxada às costas, ou um guarda-chuva debaixo do braço. Vendo as coisas, de guarda-chuva, fica-se com uma impressão; de enxada, a impressão é diferente”.

Adeus. Já sabem que o Coronel Almeida, deputado provincial pelo 14.º distrito da Bahia, tendo sido acusado de traição ao Dr. César Zama, declarou na assembleia que abandonava o seu partido. Exemplo austero e digno de imitação! Dada uma acusação dessas, botemos o nosso partido fora, como um simples colete de seda enlameado. Mas os princípios, que nos ligam ao partido? Perdão; mas os botões que nos abotoavam o colete?

Boas Noites.

Fonte: Assis (2008c, p.85-87).

ANEXO G – O *cretinismo*

O *cretinismo* nas famílias fluminenses é geral. Não sou eu que o digo: é o Dr. Maximiano Marques de Carvalho. E qual a prova de tão grave asserção? O mesmo facultativo a dá nestas palavras, que ofereço à contemplação dos homens de olho fino: – “Não vedes todos esses indivíduos de pernas inchadas, que se arrastam pelas ruas desta capital? Não vedes que são portadores de enormes sarcoceles e de hidroceles e hematoceles?”

De mim confesso que, na rua, ando sempre distraído. Às vezes é uma ideia, às vezes é uma tolice, às vezes é o próprio tolo que me distrai, de modo que não posso, em consciência, negar nem afirmar. Depois, a minha rua habitual é a do Ouvidor, onde a gente é tanta e tais as palestras, que não há tempo nem espaço... Mas há outras ruas; deixe estar.

Sim, não se imagina como sou distraído. Para não ir mais longe, ainda ontem estive a conversar com alguém, sobre estes negócios de abolição e emancipação. A conversa travou-se a propósito dos vivos ao Partido Liberal, dados por uns escravos de Cantagalo, no ato de ficarem livres, manifestação política tão natural, que ainda mais me confirmou na adoração da natureza.

E dei um viva à natureza. O sujeito deu outro; depois, piscando o olho esquerdo, creio que foi o esquerdo, perguntou-me:

– A quantos de maio nasceu Porto Alegre?

Respondi imediatamente:

– De porta acima.

O sujeito zanga-se, chama-me pedaço d’asno e some-se. Valha-me Deus! Estou com mais esse inimigo.

Entretanto, foi tudo distração. Quando ele piscou o olho, comecei eu a ruminar uma ideia que tenho, para dar emprego aos libertos que não quiserem ficar na agricultura; isto é o meu plano: aumentar o número de criados de servir, de tal maneira que ninguém tenha menos de três, ainda à custa de grandes sacrifícios... aqui, quem supõe que está sendo empulhado é o leitor; e eu digo-lhe que sim, só para ter o gosto de lhe desempulhar logo depois. Costuma ler os volumes da nossa legislação? Leia o de 1824: lá vem um aviso que lhe explicará tudo. Foi expedido em 7 de fevereiro de 1824 ao intendente-geral da polícia, mandando que às pessoas de primeira consideração se não conceda mais que três criados de porta acima, e às de segunda somente um.

Já o leitor começa a entender. Restaurando-se este aviso (aliás não revogado expressamente), não haverá ninguém que não queira ser de primeira consideração, com três criados de porta acima. Por gosto, duvido que uma pessoa se deixe ficar entre as de segunda, menos ainda de terceira, que é a classe a que provavelmente pertencia D. João Tenório, criado de si mesmo.

Há de custar; mas tirando daqui uma vela, dali um par de sapatinhos ao Janjão, sacrificando alguns divertimentos, deixando mesmo de pagar algum credor mais pacato, chega-se à primeira consideração, que é o fim de todos nós.

Eu cá, se vou para as gerais dos teatros, ou para os camarotes de terceira ordem, é porque esses lugares são baratos, e a economia também é um enfeite público.

Mas expeça amanhã algum ministro um aviso, declarando que só irão para ali as pessoas de segunda consideração, e verá onde me sento. Ou não vou mais ao teatro. Lá ver-me de tachado de segunda, em público, não é comigo.

Quanto ao valor histórico do aviso, isso é com gente que possa puxar os colarinhos ao discurso, e dizer coisas de sociologia e outras matérias; não é comigo. Não quero saber se o aviso explica o nosso vezo de tudo esperar do governo, pois que ano e meio depois da Independência até esperávamos os criados. Também não quero saber se é dali que vem a introdução da raça dos credores, filha do diabo que a carregue. Sei que hoje pode ser um modo de empregar libertos, e deixo esta ideia no papel, para uso das pessoas que não tenham outras. Olhem lá, não briguem.

Outra ideia, que também deixo aqui, é a de pedir à sociedade dos Dez Mil que cumpra um dos artigos de seus estatutos. Estabelece-se ali, que uma parte dos fundos seja empregada em bilhetes de loteria.

Faz-se isto? Creio que não. As loterias correm, algumas têm planos excelentes, e em geral os prêmios saem em números bonitos. Não me consta que a sociedade tenha comprado um décimo que seja; ao menos, ultimamente. Era até um meio de resolver a questão entre as duas diretorias: se o bilhete desse, ficava a diretoria A, se não desse, ficava a diretoria B. todas as coisas aleatórias devem reger-se por modo aleatório, como a loteria, algumas convicções e a *buena dicha*.

La bonne aventure, ô gué!

La bonne aventure!

Boas Noites.

Fonte: Assis (2008c, p.95-97).

ANEXO H – Uma pausa

Bons dias!

...Desculpem, se lhes não tiro o chapéu; estou muito constipado. Vejam; mal posso respirar. Passo as noites de boca aberta. Creio até, que estou abatido e magro. Não? Estou; olhem como fungo. E não é de autoridade, note-se; *ex auctoritate qua fungor*, não, senhor; fungo sem a menor sombra de poder, fungo à toa...

Entretanto, se alguma vez precisei de estar de perfeita saúde, é agora, por várias razões. Citarei duas:

A primeira é a abertura das Câmaras. Realmente, deve ser solene. O discurso da princesa, o anúncio da lei de abolição, as outras reformas, se as há, tudo excita curiosidade geral, e naturalmente pede uma saúde de ferro. O meu plano era simples; metia-me na casaca, e ia para o Senado arranjar um lugar, donde visse a cerimônia, deputações, recepção, discurso. Infelizmente, não posso; o médico não quer, diz-me que, por esses tempos úmidos, é arriscado sair de casa; fico.

A segunda razão da saúde que eu desejava ter agora, prende com a primeira. Já o leitor adivinhou o que é. Não se pode conversar nada, assim mais encobertamente, que ele não perceba logo e não descubra. É isso mesmo; é a política do Ceará. Era outro plano meu; entrava pelo Senado, e ia ter com o senador cearense Castro Carreira, e dizia-lhe mais ou menos isto:

— Saberá V. Exa. que eu não entendo patavina dos partidos do Ceará...

— Com efeito... — Eles são dois, mas quatro; ou, mais acertadamente, são quatro, mas dois.

— Dois em quatro.

— Quatro em dois.

— Dois, quatro.

— Quatro, dois.

— Quatro.

— Dois.

— Dois.

— Quatro.

— Justamente.

— Não é?

— Claríssimo.

Dadas estas explicações, pediria eu ao Sr. Dr. Castro Carreira que me desse algumas notícias mais individuais dos grupos Aquirás e Ibiapaba... S. Exa., com fastio:

— Notícias individuais? Homem, eu não sei política individualista; eu só vejo os princípios.

— Bem, os princípios. Sabe que o grupo Aquirás, com um troço liberal, tomaram conta da mesa; mas o grupo Ibiapaba acudiu com outro troço liberal, e puseram água na fervura. Quais são os princípios?

— Os primeiros de todos devem ser os da boa educação, sem os quais não há boa política. Dai-me boa educação, e eu vos darei boa política, diria o Barão Louis. São os primeiros de todos os princípios.

— Os segundos...

— Os segundos são os comuns — ou que o devem ser, a todos os partidários, quaisquer que sejam as denominações particulares; refiro-me ao bem da província. É o terreno em que todos se podem conciliar.

— De acordo; mas o que é que os separa?

— Os princípios.

— Que princípios?

— Não há outros; os princípios.

— Mas Aquirás é um título, não é um princípio; Ibiapaba também é um título.

— Há entre o céu e a terra mais acumulações do que sonha a vossa vã filosofia...

— Pode ser, mas isto ainda não me explica a razão desta mistura ou troca de grupos, parecendo melhor que se fundissem de uma vez, com os antigos adversários. Não lhe parece?

— O que me parece, é que a princesa vem chegando.

Corríamos à janela; víamos que não; continuávamos o diálogo, a entrevista, à maneira americana, para trazer os meus leitores informados das coisas e pessoas. O meu interlocutor, vendo que não era a princesa, olhava para mim, esperando. Pouco ou nenhum interesse no olhar; mas é ditado velho, que quem vê cara não vê corações. Certo fastio crescente. Princípio de desconfiança de que eu sou mandado pelo diabo. Gesto vago de cruces...

— Há os Rodrigues, os Paulas, os Aquirases, os Ibiapas; há os...

— Agora creio que é a princesa. Estas trombetas... É ela mesma; adeus, sou da deputação... Apareça aqui pelo Senado... No Senado, não há dúvidas...

Mas eu pegava-lhe na mão, e não vinha embora sem alguns esclarecimentos. Tudo perdido, por causa de uma coriza! Coriza dos diabos, agora ou nunca, chegaríamos a entender aqueles grupos; e perde-se esta ocasião única, por tua causa, infame catarro, monco pérfido!... Tuah! Vou meter-me na cama.

Boas noites.

Fonte: Assis (1994a).

ANEXO I – À véspera da abolição

Bons dias!

Vejam os leitores a diferença que há entre um homem de olho aberto, profundo, sagaz, próprio para remexer o mais íntimo das consciências (eu, em suma), e o resto da população.

Toda a gente contempla a procissão na rua, as bandas e bandeiras, o alvoroço, o tumulto, e aplaude ou censura, segundo é abolicionista ou outra coisa; mas ninguém dá a razão desta coisa ou daquela coisa; ninguém arrancou aos fatos uma significação, e, depois, uma opinião. Creio que fiz um verso.

Eu, pela minha parte, não tinha parecer. Não era por indiferença; é que me custava a achar uma opinião. Alguém me disse que isto vinha de que certas pessoas tinham duas e três, e que naturalmente esta injusta acumulação trazia a miséria de muitos; pelo que, era preciso fazer uma grande revolução econômica, etc. Compreendi que era um socialista que me falava, e mandei-o à fava. Foi outro verso, mas vi-me livre de um amolador. Quantas vezes me não acontece o contrário!

Não foi o ato das alforrias em massa dos últimos dias, essas alforrias incondicionais, que vêm cair como estrelas no meio da discussão da lei da abolição. Não foi; porque esses atos são de pura vontade, sem a menor explicação. Lá que eu gosto da liberdade, é certo; mas o princípio da propriedade não é menos legítimo. Qual deles escolheria? Vivía assim, como uma peteca (salvo seja), entre as duas opiniões, até que a sagacidade e profundidade de espírito com que Deus quis compensar a minha humildade, me indicou a opinião racional e os seus fundamentos.

Não é novidade para ninguém, que os escravos fugidos, em Campos, eram alugados. Em Ouro Preto fez-se a mesma coisa, mas por um modo mais particular. Estavam ali muitos escravos fugidos. Escravos, isto é, indivíduos que, pela legislação em vigor, eram obrigados a servir a uma pessoa; e fugidos, isto é, que se haviam subtraído ao poder do senhor, contra as disposições legais. Esses escravos fugidos não tinham ocupação; lá veio, porém, um dia em que acharam salário, e parece que bom salário.

Quem os contratou? Quem é que foi a Ouro Preto contratar com esses escravos fugidos aos fazendeiros A, B, C? Foram os fazendeiros D, E, F. Estes é que saíram a contratar com aqueles escravos de outros colegas, e os levaram consigo para as suas roças.

Não quis saber mais nada; desde que os interessados rompiam assim a solidariedade do direito comum, é que a questão passava a ser de simples luta pela vida, e eu, em todas as lutas, estou sempre do lado do vencedor. Não digo que este procedimento seja original, mas é lucrativo. Alguns não me compreenderam (porque há muito burro neste mundo); alguém chegou a dizer-me que aqueles fazendeiros fizeram aquilo, não porque não vissem que trabalhavam contra a própria causa, mas para pregar uma peça ao Clapp. Imagina-se bem se arregalei os olhos.

— Sim, senhor. Saia que o Clapp tinha o plano feito de ir a Ouro Preto pegar os tais escravos e restitui-los aos senhores, dando-lhes ainda uma pequena indenização do seu bolsinho, e pagando ele mesmo a sua passagem da estrada de ferro. Foi por isso que...

— Mas então quem é que está aqui doido?

— É o senhor; o senhor é que perdeu o pouco juízo que tinha. Aposto que não vê que anda alguma coisa no ar.

— Vejo; creio que é um papagaio.

— Não, senhor; é uma República. Querem ver que também não acredita que esta mudança é indispensável?

— Homem, eu, a respeito de governo, estou com Aristóteles, no capítulo dos chapéus. O melhor chapéu é o que vai bem à cabeça. Este, por ora, não vai mal.

— Vai pessimamente. Está saindo dos eixos; é preciso que isto seja, senão com a Monarquia, ao menos com a República, aquilo que dizia o *Rio-Post* de 21 de junho do ano passado. Você sabe alemão?

— Não.

— Não sabe alemão?

E dizendo-lhe eu outra vez que não sabia, ele imitando o médico de Molière, dispara-me na cara esta algaravia do diabo:

— *Es dürfte leicht zu erweisen sein, dass Brasilien weniger eine konstitutionelle Monarchie als eine absolute Oligarchie ist.*

— Mas que quer isto dizer?

— Que é deste último tronco que deve brotar a flor.

— Que flor?

— As

Boas noites.

Fonte: Assis (1994a).

ANEXO J – Boa educação

Bons dias!

Agora fale o senhor, que eu não tenho nada mais que lhe dizer. Já o saudei, graças à boa criação que Deus me deu, porque isto de criação, se a natureza não ajuda, é escusado trabalho humano. Eu, em menino fui sempre um primor de educação. Criou-me uma ama, escrava; e, apesar de escrava e ama, nunca lhe pus a boca no seio para mamar.

— Mas, Policarpo, tu tens direito a ser aleitado, e depois é obrigação da escrava alugada. Em vão chorava, a Florinda corria, desabotoava o corpinho, punha o seio de fora, e eu, por mais fome que tivesse, não lhe pegava sem pedir licença. Pedia por gesto; parece que era um gesto de olhos...

Aos cinco anos (era em 1831), como já sabia ler, davam-nos no colégio A Pátria, pouco antes fundada pelo Sr. Carlos Bernardino de Moura, com as mesmas doutrinas políticas que ainda hoje sustenta. A minha alma, que nunca se deu com política, dormia que era um gosto; mas os olhos não, esses iam por ali fora, risonhos, apreatórios.

Agora mesmo, lendo naquela folha que o governo é que deu o dinheiro com que os jornais fizeram as festas abolicionistas, pensam que, se tivesse de explicar-me, fá-lo-ia como a comissão da imprensa? Não; seria grosseiro. Nunca se deve desmentir ninguém. Eu diria que sim, que era verdade, que o governo tinha pago tudo, as festas e uns alugueis atrasados da casa do Sousa Ferreira; que para isso mesmo é que fora contratado o último empréstimo em Londres; que o Serzedelo, à custa do mesmo dinheiro, tinha reformado o pau moral; que as botinas novas do Pederneiras não tinham outra origem; e que o nosso amigo e chefe José Telha precisando de uma casaca para ir ao Coquelin, é que se meteu naquelas manifestações. O redator ouvia tudo satisfeito; e no dia seguinte começava assim o editorial: “Conforme havíamos previsto” (o resto como em 1844).

Podia citar casos honrosíssimos, como prova de boa criação. Um deles nunca me há de esquecer, e é fresquinho.

Estando há dias a almoçar com alguns amigos, percebi que alguma coisa os amargurava. Não gosto de caras tristes, como não gosto delas alegres; — um meio-termo entre o Caju e o Recreio Dramático é o que vai comigo. Senão quando, com um modo delicado, perguntei o que é que tinham. Calaram-se; eu, como manda a boa criação, calei-me também e falei de outra coisa. Foi o mesmo que se os convidasse a pôr tudo em pratos limpos. Tratando-se de um almoço, era condição primordial.

Um dos convivas confessou que no meio das festas abolicionistas não aparecia o seu nome, outro que era o dele que não aparecia, outro que era o dele, e todos que os deles. Aqui é que eu quisera ser um homem malcriado. O menos que diria a todos, é que eles tanto trabalharam para a abolição dos escravos, como para a destruição de Nínive, ou para a morte de Sócrates... Eu, com uma sabedoria só comparável à deste filósofo, respondi que a História era um livro aberto, e a justiça a perpétua vigilante. Um dos convivas, dado a frases, gostou da última, pediu outra e um cálice de Alicante. Respondi, servindo o vinho, que as reparações póstumas eram mais certas que a vida, e mais indestrutíveis que a morte. Da primeira vez fui vulgar, da segunda creio que obscuro; de ambas sublime e bem criado.

Em linguagem chã, todos eles queriam ir à Glória sem pagar o bonde; creio que fiz um trocadilho. De mim, confesso que lá iria, se pudesse, com a mesma economia; mas, não havendo outro meio, pago o tostãozinho, e paro à porta do Club Beethoven, que anda agora em tais alturas, que já foi citado pela boca de eminente cidadão... Hão de concordar que este período vai um pouco embrulhado, mas não devo desembulhá-lo; seria constipar a minha idéia.

Podia citar outros muitos casos de boa criação, realmente exemplares. Nunca dei piparotes nas pessoas que não conheço, não limpo a mão à parede, não vou bugiar, que é ofício feio, e ando sempre com tal cautela, que não piso os calos aos vizinhos. Tiro o chapéu, como fiz agora ao leitor; e dei-lhe os bons dias do costume. Creio que não se pode exigir mais. Agora, o leitor que diga alguma coisa, se está para isso, o não diga nada, e boas noites.

Fonte: Assis (1994a).

ANEXO K – À moda de Tchitchikof

Bons dias!

Eu, se tivesse crédito na praça, pedia emprestados a casamento uns vinte contos de réis, e ia comprar libertos. Comprar libertos não é expressão clara; por isso continuo.

Conhece o leitor um livro do célebre Gógol, romancista russo, intitulado *Almas Mortas*? Suponhamos que não conhece, que é para eu poder expor a semente da minha ideia. Lá vai em duas palavras.

Chamam-se almas os campônios que lavram as terras de um proprietário, e pelos quais, conforme o número, paga este uma taxa ao Estado. No intervalo do lançamento do imposto, morrem alguns campônios e nascem outros. Quando há déficit, como o proprietário tem de pagar o número registrado, primeiro que se faça outro recenseamento, chamam-se almas mortas os campônios que faltam.

Tchitchikof, um espertalhão da minha marca, ou talvez maior, lembra-se de comprar as almas mortas de vários proprietários. Bom negócio para os proprietários, que vendiam defuntos ou simples nomes, por dez-réis de mel coado. Tchitchikof, logo que arranjou umas mil almas mortas, registrou-as como vivas; pegou dos títulos do registro, e foi ter a um Monte de Socorro, que, à vista dos papéis legais, adiantou ao suposto proprietário uns 200.000 rublos; Tchitchikof meteu-os na mala e fugiu para onde a polícia russa o não pudesse alcançar.

Creio que entenderam; vejam agora o meu plano, que é tão fino como esse, e muito mais honesto. Sabem que a honestidade é como a chita; há de todo o preço, desde meia pataca.

Suponha o leitor que possuía duzentos escravos no dia 12 de maio, e que os perdeu com a Lei de 13 de Maio. Chegava eu ao seu estabelecimento, e perguntava-lhe:

— Os seus libertos ficaram todos?

— Metade só; ficaram cem. Os outros cem dispersaram-se; consta-me que andam por Santo Antônio de Pádua.

— Quer o senhor vender-mos?

Espanto do leitor; eu, explicando:

— Vender-mos todos, tanto os que ficaram, como os que fugiram.

O leitor assombrado:

— Mas, senhor, que interesse pode ter o senhor...

— Não lhe importe isso. Vende-mos?

— Libertos não se vendem.

— É verdade, mas a escritura de venda terá a data de 29 de abril; nesse caso, não foi o senhor que perdeu os escravos, fui eu. Os preços marcados na escritura serão os da tabela da lei de 1885; mas eu realmente não dou mais de dez mil-réis por cada um.

Calcula o leitor:

— Duzentas cabeças a dez mil-réis são dois contos. Dois contos por sujeitos que não valem nada, porque já estão livres, é um bom negócio.

Depois refletindo:— Mas, perdão, o senhor leva-os consigo?

— Não, senhor: ficam trabalhando para o senhor; eu só levo escritura.

— Que salário pede por eles?

— Nenhum, pela minha parte, ficam trabalhando de graça. O senhor pagar-lhes-á o que já paga.

Naturalmente, o leitor, à força de não entender, aceitava o negócio. Eu ia a outro, depois a outro, depois a outro, até arranjar quinhentos libertos, que é até onde podiam ir os cinco contos emprestados; recolhia-me à casa, e ficava esperando.

Esperando o quê? Esperando a indenização, com todos os diabos! Quinhentos libertos, a trezentos mil-réis, termo médio, eram cento e cinquenta contos; lucro certo: cento e quarenta e cinco.

Porquanto, isto de indenização, dizem uns que pode ser que sim, outros que pode ser que não: é por isso que eu pedia o dinheiro casamento. Dado que sim, paga e casava (com a leitora, por exemplo); dado que não, ficava solteiro e não perdia nada, porque o dinheiro era de outro. Confessem que era um bom negócio.

Eu até desconfio que há já quem faça isto mesmo, com a diferença de ficar com os libertos. Sabem que no tempo da escravidão, os escravos eram anunciados com muitos qualificativos honrosos, perfeito cozinheiros, ótimos copeiros, etc. Era, com outra fazenda, o mesmo que fazem os vendedores, em geral: superiores morins, lindas chitas, soberbos cretones. Se os cretones, as chitas e os escravos se anunciassem, não poderiam fazer essa justiça a si mesmos.

Ora, li ontem um anúncio em que se oferece a aluguel, não me lembra em que rua, — creio que na do Senhor dos Passos, — uma insigne engomadeira. Se é falta de modéstia, eis aí um dos tristes frutos da

liberdade; mas se é algum sujeito que já se me antecipou...Larga Tchitchikof de meia tigela! Ou então vamos fazer o negócio a meias.

Boas noites.

Fonte: Assis (1994a).

ANEXO L – Corpo e alma

Bons dias!

Vi, não me lembra onde...

É meu costume, quando não tenho que fazer em casa, ir por esse mundo de Cristo, se assim se pode chamar à cidade de São Sebastião, matar o tempo. Não conheço melhor ofício, mormente se a gente se mete por bairros excêntricos; um homem, uma tabuleta, qualquer coisa basta a entreter o espírito, e a gente volta para casa “lesta e aguda”, como se dizia em não sei que comédia antiga.

Naturalmente, cansadas as pernas, meto-me no primeiro *bonde*, que pode trazer-me à casa ou à Rua do Ouvidor, que é onde todos moramos. Se o *bonde* é dos que têm que ir por vias estreitas e atravancadas, torna-se um verdadeiro obséquo do céu. De quando em quando, para diante de uma carroça que despeja ou recolhe fardos. O cocheiro trava o carro, ata as rédeas, desce e acende um cigarro; o condutor desce também e vai dar uma vista de olhos no obstáculo. Eu, e todos os veneráveis camelos da Arábia, vulgo passageiros, se estamos dizendo alguma coisa, calamo-nos para ruminar e esperar.

Ninguém sabe o que sou quando rumino. Posso dizer, sem medo de errar, que rumino muito melhor do que falo. A palestra é uma espécie de peneira, por onde a ideia sai com dificuldade, creio que mais fina, mas muito menos sincera. Ruminando, a ideia fica íntegra e livre. Sou mais profundo ruminando; e mais elevado também.

Ainda anteontem, aproveitando uma meia hora de bonde parado, lembrou-me não sei como o incêndio do *club* dos Tenentes do Diabo. Ruminei os episódios todos, entre eles os atos de generosidade da parte das sociedades congêneres; e fiquei triste de não estar naquela primeira juventude, em que a alma se mostra capaz de sacrifícios e de bravura. Todas essas dedicações dão prova de uma solidariedade rara, grata ao coração.

Dois episódios, porém, me deram a medida do que valho, quando rumino. Toda a gente os leu separadamente; o leitor e eu fomos os únicos que os comparamos.

Refiro-me, primeiramente, à ação daqueles sócios de outro *club*, que correram à casa que ardia, e, acudindo-lhes à lembrança os estandartes, bradaram que era preciso salvá-los. “Salvemos os estandartes!” e tê-lo-iam feito, a troco da vida de alguns, se não fossem impedidos a tempo. Era loucura, mas loucura sublime. Os estandartes são para eles o símbolo da associação, representam a honra comum, as glórias comuns, o espírito que os liga e perpetua.

Esse foi o primeiro episódio. Ao pé dele temos o do empregado que dormia, na sala. Acordou este, cercado de fumo, que o ia sufocando e matando. Ergueu-se, compreendeu tudo, estava perdido, era preciso fugir. Pegou em si e no livro da escrituração e correu pela escada abaixo.

Comparai esses dois atos, a salvação dos estandartes e a salvação do livro, e tereis uma imagem completa do homem. Vós mesmos que me ledes sois outros tantos exemplos de conclusão. Uns dirão que o empregado, salvando o livro, salvou o sólido; o resto é obra de sirgueiro. Outros replicarão que a contabilidade pode ser reconstituída, mas que o estandarte, símbolo da associação, é também a sua alma; velho e chamuscado, valeria muito mais que o que possa sair agora, novo, de uma loja. Compará-lo-ão à bandeira de uma nação, que os soldados perdem no combate, ou trazem esfarrapada e gloriosa.

E todos vós tereis razão; sois as duas metades do homem, formais o homem todo... Entretanto, isso que aí fica dito está longe da sublimidade com que o ruminei. Oh! se todos ficássemos calados! Que imensidade de belas e grandes ideias! Que saraus excelentes! Que sessões de Câmara! Que magníficas viagens de bonde!

Mas por onde é que eu tinha principiado? Ah! uma coisa que vi, sem saber onde...

Não me lembra se foi andando de bonde; creio que não. Fosse onde fosse, no centro da cidade ou fora dela. Vi, à porta de algumas casas, esqueletos de gente, postos em atitudes joviais. Sabem que o meu único defeito é ser piegas; venero os esqueletos, já porque o são, já porque o não sou. Não sei se me explico. Tiro o chapéu às caveiras; gosto da respeitosa liberdade com que Hamlet fala à do bobo Yorick. Esqueletos de mostrador, fazendo gaifonas, sejam eles de verdade ou não, é coisa que me aflige. Há tanta coisa gaiata por esse mundo, que não vale a pena ir ao outro arrancar de lá os que dormem. Não desconheço que esta minha pieguice ia melhor em verso, com toada de recitativo ao piano: Mas é que eu não faço versos; isto não é verso:

Venha o esqueleto, mais tristonho e grave,
Bem como a ave, que fugiu do além...

Sim, ponhamos o esqueleto nos mostradores, mas sério, tão sério como se fosse o próprio esqueleto do nosso avô, por exemplo... Obrigá-lo a uma polca, habanera, lundu ou cracoviana...

Cracoviana? Sim, leitora amiga, é uma dança muito antiga, que o nosso amigo João, cá de casa, executa maravilhosamente, no intervalo dos seus trabalhos. Quando acaba, diz-nos sempre, parodiando um trecho de Shakespeare: “Há entre a vossa e a minha idade, muitas mais coisas do que sonha a vossa vã filosofia.”

Boas noites.

Fonte: Assis (1994a).

ANEXO M – Jornal velho

Bons dias!

Ó doce, ó longa, ó inexprimível melancolia dos jornais velhos! Conhece-se um homem diante de um deles. Pessoa que não sentir alguma coisa ao ler folhas de meio século, bem pode crer que não terá nunca uma das mais profundas emoções da vida – igual ou quase igual à que dá a vista das ruínas de uma civilização. Não é a saudade piegas, mas a recomposição do extinto, a revivescência do passado, à maneira de Ebers, a alucinação erudita da vida e do movimento que parou.

Jornal antigo é melhor que cemitério, por esta razão que no cemitério tudo está morto, enquanto que no jornal está vivo tudo. Os letreiros sepulcrais, sobre monótonos, são definitivos: *aqui jaz, aqui descansa, orai por ele!* As letras impressas na gazeta antiga são variadas, as notícias aparecem recentes; é a galera que sai, a peça que se está apresentando, o baile de ontem, a romaria de amanhã, uma explicação, um discurso, dois agradecimentos, muitos elogios; é a própria vida em ação.

Curandeiros, por exemplo. Há agora uma verdadeira perseguição deles. Imprensa, política, particulares, todos parecem haver jurado a exterminação dessa classe interessante. O que lhes vale ainda um pouco é não terem perdido o governo da multidão. Escondem-se; vão por noite negra e vias escuras levar a droga ao enfermo, e, com ela, a consolação. São pegados, é certo; mas por um curandeiro aniquilado, escapam quatro ou cinco.

Vinde agora comigo.

Temos aqui o *Jornal do Commercio* de 10 de setembro de 1841. Olhai bem: 1841; lá vão quarenta e oito anos, perto de meio século. Lede com pausa este anúncio de um remédio para os olhos: “... eficaz remédio, que já restituiu a vista a muitas pessoas que a tinham perdido, acha-se em casa de seu autor, o Sr. Antônio Gomes, rua dos Barbonos, nº 76”. Era assim, os curandeiros anunciavam livremente, não se iam esconder em Niterói, como o célebre caboclo, ninguém os ia buscar nem prender; punham na imprensa o nome da pessoa, o número da casa, o remédio e a aplicação.

Às vezes, o curandeiro, em vez de chamar, era chamado, como se vê nestas linhas da mesma data:

“Roga-se ao senhor que cura erisipelas, feridas, etc., de aparecer na Rua Valongo nº 147”.

Era outro senhor que esquecera de anunciar o número da casa e da rua, como o Antônio Gomes. Este Gomes fazia prodígios. Uma senhora conta ao público a cura extraordinária realizada por ele em uma escrava, que padecia de ferida incurável, ao menos para médicos do tempo. Chamado Antônio Gomes, a escrava sarou. A senhora tinha por nome D. Luísa Teresa Velasco. Também acho uma descoberta daquele benemérito para impigens, coisa admirável.

Além desses, havia outros autores não menos diplomados, nem menos anunciados. Uma loja de papel, situada no Rua do Ouvidor, esquina do Largo São Francisco de Paula, vendia licor antifebril, que não só curava a febre intermitente e a enxaqueca, como era famoso contra cólicas, reumatismo e indigestões.

De envolta com os curandeiros e suas drogas, tínhamos uma infinidade de remédios estrangeiros, sem contar as famosas *pílulas vegetais americanas*. Que direi de um *óleo Jacoris Asseli*, eficaz para reumatismo, não menos que o *bálsamo homogêneo simpático*, sem nome de autor nem indicações de moléstias, mas não menos poderoso e buscado?

Todas essas drogas curavam, assim as legítimas como as espúrias. Se já não curam é porque todas as coisas deste mundo têm princípio, meio e fim. Outras cessaram com os inventores. Tempo virá em que o quinino, tão valente agora, envelheça e expire. Neste sentido é que se pode comparar um jornal antigo ao cemitério, mas ao cemitério de Constantinopla, onde a gente passeia, conversa e ri.

Plínio, falando da medicina em Roma, afirma que bastava alguém dizer-se médico para ser imediatamente crido e aceito; e suas drogas eram logo bebidas, “tão doce é a esperança!” conclui ele. O defunto Antônio Gomes e os seus atuais colegas bem podiam ter vivido em Roma; seriam lá como aqui (em 1841) verdadeiramente adorados. Bons curandeiros! Tudo passa com os anos, tudo, a proteção romana e a tolerância carioca; tudo passa com os anos... ó doce, ó longa, ó inexprimível melancolia dos jornais velhos!

Boas Noites.

Fonte: Assis (2008c, p.273-275).

ANEXO N – “Tudo pede certa elevação”

Na segunda feira da semana que findou, acordei cedo, pouco depois das galinhas, e dei-me ao gosto de propor a mim mesmo um problema. Verdaderamente era uma charada; mas o nome de problema dá dignidade, e excita para logo a atenção dos leitores austeros. Sou como as atrizes, que já não fazem benefício, mas festa artística. A coisa é a mesma, os bilhetes crescem de igual modo, seja em número, seja em preço; o resto, comédia, drama, opereta, uma polca entre dois atos, uma poesia, vários ramalhetes, lampiões fora, e os colegas em grande gala, oferecendo em cena o retrato à beneficiada.

Tudo pede certa elevação. Conheci dois velhos estimáveis, vizinhos, que esses tinham todos os dias a sua festa artística. Um era Cavaleiro da Ordem da Rosa, por serviços *em relação* à guerra do Paraguai; o outro tinha o posto de tenente da guarda nacional da reserva, a que prestava bons serviços. Jogavam xadrez, e dormiam no intervalo das jogadas. Despertavam-se um ao outro desta maneira: “Caro *major!*” — “Pronto, *comendador!*” — Variavam às vezes: — “Caro *comendador!*” — “Aí vou, *major!*”. Tudo pede certa elevação.

Para não ir mais longe, Tiradentes. Aqui está um exemplo. Tivemos esta semana o centenário do grande mártir. A prisão do heroico alferes é das que devem ser comemoradas por todos os filhos deste país, se há nele patriotismo, ou se esse patriotismo é outra coisa mais que um simples motivo de palavras grossas e rotundas. A capital portou-se bem. Dos estados estão vindo boas notícias. O instinto popular, de acordo com o exame da razão, fez da figura do alferes Xavier o principal dos Inconfidentes, e colocou os seus parceiros a meia razão da glória. Merecem, decerto, a nossa estimação aqueles outros; eram patriotas. Mas o que se ofereceu a carregar com os pecados de Israel, o que chorou de alegria quando viu comutada a pena de morte dos seus companheiros, pena que só ia ser executada nele, o enforcado, o esquartejado, o decapitado, esse tem de receber o prêmio na proporção do martírio, e ganhar por todos, visto que pagou por todos.

Um dos oradores do dia 21 observou que se a Inconfidência tem vencido, os cargos iam para os outros conjurados, não para o alferes. Pois não é muito que, não tendo vencido, a história lhe dê a principal cadeira. A distribuição é justa. Os outros têm ainda um belo papel; formam, em torno de Tiradentes, um coro igual ao das Oceânides diante de Prometeu encadeado. Relede Ésquilo, amigo leitor. Escutai a linguagem compassiva das ninfas, escutai os gritos terríveis, quando o grande titão é envolvido na conflagração geral das coisas. Mas, principalmente, ouvi as palavras de Prometeu narrando os seus crimes às ninfas amadas: “Dei o fogo aos homens; esse mestre lhes ensinará todas as artes”. Foi o que nos fez Tiradentes.

Entretanto, o alferes Joaquim José tem ainda contra si uma coisa a alcunha. Há pessoas que o amam, que o admiram, patrióticas e humanas, mas que não podem tolerar esse nome de Tiradentes. Certamente que o tempo trará a familiaridade do nome e a harmonia das sílabas; imaginemos, porém, que o alferes tem podido galgar pela imaginação um século e despachar-se cirurgião-dentista. Era o mesmo herói, e o ofício era o mesmo; mas traria outra dignidade. Podia ser até que, com o tempo, viesse a perder a segunda parte, dentista, e quedar-se apenas cirurgião.

Há muitos anos, um rapaz — por sinal que bonito — estava para casar com uma linda moça —, a aprazimento de todos, pais e mães, irmãos, tios e primos. Mas o noivo demorava o consórcio; adiava de um sábado para outro, depois quinta-feira, logo terça, mais tarde sábado; — dois meses de espera. Ao fim desse tempo, o futuro sogro comunicou à mulher os seus receios. Talvez o rapaz não quisesse casar. A sogra, que antes de o ser já era, pegou do pau moral, e foi ter com o esquisito genro. Que histórias eram aquelas de adiamentos?

— Perdão, minha senhora, é uma nobre e alta razão; espero apenas...

— Apenas...?

— Apenas o meu título de agrimensor.

— De agrimensor? Mas quem lhe diz que minha filha precisa do seu ofício para comer? Case, que não morrerá de fome; o título virá depois.

— Perdão, mas não é pelo título de agrimensor, propriamente dito, que estou demorando o casamento. Lá na roça dá-se ao agrimensor, por cortesia, o título de doutor, e eu quisera casar já doutor...

Sogra, sogro, noiva, parentes, todos entenderam esta sutileza, e aprovaram o moço. Em boa hora o fizeram. Dali a três meses recebia o noivo os títulos de agrimensor, de doutor e de marido.

Daqui ao caso eleitoral é menos que um passo; mas, não entendendo eu de política, ignoro se a ausência de tão grande parte do eleitorado na eleição do dia 20 quer dizer descrença, como afirmam uns, ou abstenção como outros juram. A descrença é fenômeno alheio à vontade do eleitor: a abstenção é propósito. Há quem não veja em tudo isto mais que ignorância do poder daquele fogo que Tiradentes legou aos seus patrícios. O que sei, é que fui à minha seção para votar, mas achei a porta fechada e a urna na rua, com os

livros e ofícios. Outra casa os acolheu compassiva, mas os mesários não tinham sido avisados e os eleitores eram cinco. Discutimos a questão de saber o que é que nasceu primeiro, se a galinha, se o ovo. Era o problema, a charada, a adivinhação de segunda-feira. Dividiram-se as opiniões; uns foram pelo ovo outros pela galinha; o próprio galo teve um voto. Os candidatos é que não tiveram nem um, porque os mesários não vieram e bateram dez horas. Podia acabar em prosa, mas prefiro o verso:

*Sara, belle d'indolence,
Se balance
Dans un hamac...*

Fonte: Assis (1994b).

ANEXO O – São Pedro e São Paulo

São Pedro, apóstolo da circuncisão, e São Paulo, apóstolo de outra coisa, que a Igreja Católica traduziu por gentes, e que não é preciso dizer pelo seu nome, dominaram tudo esta semana. Eu, quando vejo um ou dois assuntos puxarem para si todo o cobertor da atenção pública, deixando os outros ao relento, dá-me vontade de os meter nos bastidores, trazendo à cena tão-somente a arraia-miúda, as pobres ocorrências de nada, a velha anedota, o sopapo casual, o furto, a facada anônima, a estatística mortuária, as tentativas de suicídio, o cocheiro que foge, o noticiário, em suma.

É que eu sou justo, e não posso ver o fraco esmagado pelo forte. Além disso, nasci com certo orgulho, que já agora há de morrer comigo. Não gosto que os fatos nem os homens se me imponham por si mesmos. Tenho horror a toda superioridade. Eu é que os hei de enfeitar com dois ou três adjetivos, uma reminiscência clássica, e os mais galões de estilo. Os fatos, eu é que os hei de declarar transcendentais; os homens, eu é que os hei de aclamar extraordinários.

Daí o meu amor às chamadas chapas. Orador que me quiser ver aplaudi-lo, há de empregar dessas belas frases feitas, que, já estando em mim, ecoam de tal maneira, que me parece que eu é que sou o orador. Então, sim, senhor, todo eu sou mãos, todo eu sou boca, para bradar e palmejar. Bem sei que não é chapista quem quer. A educação faz bons chapistas, mas não os faz sublimes. Aprendem-se as chapas, é verdade, como Rafael aprendeu as tintas e os pincéis; mas só a vocação faz a *Madona* e um grande discurso. Todos podem dizer que “a liberdade é como a fênix, que renasce das próprias cinzas”; mas só o chapista sabe acomodar esta frase em fina moldura. Que dificuldade há em repetir que “a imprensa, como a lança de Télefo, cura as feridas que faz”? Nenhum; mas a questão não é de ter facilidade, é de ter graça. E depois, se há chapas anteriores, frases servidas, ideias enxovalhadas, há também (e nisto se conhece o gênio) muitas frases que nunca ninguém proferiu, e nascem já com cabelos brancos. Esta invenção de chapas originais distingue mais positivamente o chapista nato do chapista por educação.

Voltemos aos apóstolos. Que direito tinha São Pedro de dominar os acontecimentos da semana? Estava escrito que ele negaria três vezes o divino Mestre, antes de cantar o galo. Cantou o galo, quando acabava de o negar pela terceira vez, e reconheceu a verdade da profecia. Quanto a São Paulo, tendo ensinado a palavra divina às igrejas de Sicília, de Gênova e de Nápoles, viu que alguns a sublevaram para torná-las ao pecado (ou para outra coisa), e lançou uma daquelas suas epístolas exortativas; concluindo tudo por ser levado o conflito a

Roma e a Jerusalém, onde os magistrados e doutores da lei estudavam a verdade das coisas.

São negócios graves, convenho; mas há outros que, por serem leves, não merecem menos. Na Câmara dos Deputados, por exemplo, deu-se uma pequena divergência, de que apenas tive vaga notícia, por não poder ler, como não posso escrever; o que os senhores estão lendo, vai saindo a olhos fechados. Ah! meus caros amigos! Ando com uma vista (isto é grego; em português diz-se um olho) muito inflamada, a ponto de não poder ler nem escrever. Ouvi que na câmara surdiu divergência entre a maioria e a minoria, por causa da anistia. A questão rimava nas palavras, mas não rimava nos espíritos. Daí confusão, difusão, abstenção. Dizem que um jornal chamou ao caso um beco sem saída; mas um amigo meu (pessoa dada a aventuras amorosas) diz-me que todo beco tem saída; em caso de fuga, salta-se por cima do muro, trepa-se ao morro próximo, ou cai-se do outro lado. Coragem e pernas. Não entendi nada.

A falta de olhos é tudo. Quando a gente lê por olhos estranhos entende mal as coisas. Assim é que, por telegrama, sabe-se aqui haver o governador de um estado presidido à extração da loteria. A princípio, cuidei que seria para dignificar a loteria; depois, supus que o ato fora praticado para o fim de inspirar confiança aos compradores de bilhetes.

— A segunda hipótese é a verdadeira, acudiu o amigo que me lia os jornais. Não vê como as agências sérias são obrigadas a mandar anunciar que, se as loterias não correrem no dia marcado, pagarão os bilhetes pelo dobro?

— É verdade, tenho visto.

— Pois é isto. Ninguém confia em ninguém, e é o nosso mal. Se há quem desconfie de mim!

— Não me diga isso.

— Não lhe digo outra coisa. Desconfiam que não ponho o selo integral aos meus papéis: é verdade (e não sou único); mas, além de que revalido sempre o selo, quando é necessário levar os papéis a juízo, a quem prejudico eu, tirando ao Estado? A mim mesmo, porque o tesouro, nos governos modernos, é de todos nós. Verdadeiramente, tiro de um bolso para meter no outro. Luís XIV dizia: “O Estado sou eu!” Cada um de nós é um tronco miúdo de Luís XIV, com a diferença de que nós pagamos os impostos, e Luís XIV recebia-os... Pois desconfiam de mim! São capazes de desconfiar do diabo. Creio que começo a escrever no ar e...

Fonte: Assis (1994b).

ANEXO P – Remédio para o mal

Toda esta semana foi empregada em comentar a eleição de domingo. É sabido que o eleitorado ficou em casa. Uma pequena minoria é que se deu ao trabalho de enfiar as calças, pegar do título e da cédula e caminhar para as urnas. Muitas seções não viram mesários, nem eleitores, outras, esperando cem, duzentos, trezentos eleitores, contentaram-se com sete, dez, até quinze. Uma delas, uma escola pública, fez melhor, tirou a urna que a autoridade lhe mandara, e pôs este letreiro na porta: A urna da 8ª seção está na padaria dos Srs. Alves Lopes & Teixeira, à rua de S. Salvador n...”. Alguns eleitores ainda foram à padaria; acharam a urna, mas não viram mesários. Melhor que isso sucedeu na eleição anterior, em que a urna da mesma escola nem chegou a ser transferida à padaria, foi simplesmente posta na rua, com o papel, tinta e penas. Como pequeno sintoma de anarquia, é valioso.

Variam os comentários. Uns querem ver nisto indiferença pública, outros descrença, outros abstenção. No que todos estão de acordo, é que é um mal, e grande mal. Não digo que não; mas há um abismo entre mim e os comentadores; é que eles dizem o mal, sem acrescentar o remédio, e eu trago um remédio, que há de curar o doente. Tudo está em acertar com a causa da moléstia.

Começemos por excluir a abstenção. Lá que houvesse algumas abstenções, creio; dezenas e até centenas, é possível; mas não concedo mais. Não creio em vinte e oito mil abstenções solitárias, por inspiração própria; e se os eleitores se concertassem para alguma coisa, seria naturalmente para votar em alguém, — no leitor ou em mim.

Excluamos também a descrença. A descrença é explicação fácil, e nem sempre sincera. Conheço um homem que despendeu outrora vinte anos da existência em falsificar atas, trocar cédulas, quebrar urnas, e que me dizia ontem, quase com lágrimas, que o povo já não crê em eleições. “Ele sabe — acrescentou fazendo um gesto conspicuo — que o seu voto não será contado”. Pessoa que estava conosco, muito lida em ciências e meias ciências, vendo-me um pouco apatetado com essa contradição do homem, restabeleceu-me, dizendo que não havia ali verdadeira contradição, mas um simples caso de “alteração da personalidade”.

Resta-nos a indiferença; mas nem isto mesmo admito. Indiferença diz pouco em relação à causa real, que é a inércia. Inércia, eis a causa! Estudai o eleitor; em vez de andardes a trocar as pernas entre três e seis horas da tarde, estudai o eleitor. Achá-lo-eis bom, honesto, desejoso da felicidade nacional. Ele enche os teatros, vai às paradas, às procissões, aos bailes, aonde quer que há pitoresco e verdadeiro gozo pessoal. Façam-me o favor de dizer que pitoresco e que espécie de gozo pessoal há em uma eleição? Sair de casa sem almoço (em domingo, note-se!), sem leitura de jornais, sem sofá ou rede, sem chambre, sem um ou dois pequerruchos, para ir votar em alguém que o represente no Congresso, não é o que vulgarmente se chama caceteação? Que tem o leitor com isso? Pois não há governo? O cidadão, além dos impostos, há de ser perseguido com eleições?

Ouçõ daqui (e a voz é do leitor) que eleições se fizeram em que o eleitorado, todo, ou quase todo, saía à rua, com ânimo, com ardor, com prazer, e o vencedor celebrava a vitória à força de foguete e música; que os partidos... Ah! os partidos! Sim, os partidos podem e têm abalado os nossos eleitores; mas partidos são coisas palpáveis, agitam-se, escrevem, distribuem circulares e opiniões; os chefes locais respondem aos centrais, até que no dia do voto todas as inércias estão vencidas; cada um vai movido por uma razão suficiente. Mas que fazer, se não há partidos?

Que fazer? Aqui entra a minha medicação soberana. Há na tragédia *Nova Castro* umas palavras que podem servir de marca de fábrica deste produto. *Não quiseste ir, vim eu*. Creio que é D. Afonso que as diz a D. Pedro; mas não insisto, porque posso estar em erro, e não gosto de questões pessoais. Ora, tendo lido lia alguns dias (e já vi a mesma coisa em situações análogas) declarações de eleitores do Estado do Rio de Janeiro, afirmando que votam em tal candidato, creio haver achado o remédio na sistematização desses acordos prévios, que ficarão definitivos. Não quiseste ir, vim eu. O eleitor não vai à urna, a urna vai ao eleitor.

Uma lei curta e simples marcaria o prazo de sete dias para cada eleição. No dia 24, por exemplo, começariam as listas a ser levadas às casas dos eleitores. Eles estendidos na chaise-longue, liam e assinavam. Algum mais esquecido poderia confundir as coisas.

— Subscrição? Não assino.

— Não, senhor...

— O gás? Está pago.

— Não, senhor, é a lista dos votos para uma vaga na Câmara dos Deputados; eu trago a lista do candidato Ramos...

— Ah! já sei... Mas eu assinei ainda há pouco a do candidato Ávila.

A alma do agente era, por dois minutos, teatro de um formidável conflito, cuja vitória tinha de caber ao Mal.

— Pois, sim, senhor; mas V. S. pode assinar esta, e nós provaremos em tempo que a outra lista foi assinada amanhã, por distração de Vossa Senhoria.

O eleitor, sem sair da inércia, apontava a porta ao agente. Mas tais casos seriam raros; em geral, todos procederiam bem.

No dia 31 recolhiam-se as listas, publicavam-se, a Câmara dos Deputados somava, aprovava e empossava. Tal é o remédio; se acharem melhor, digam; mas eu creio que não acham.

Há sempre uma sensação deliciosa quando a gente acode a um mal público; mas não é menor, ou é pouco menor a que se obtém do obséquio feito a um particular, salvo empréstimos. Assim, ao lado do prazer que me trouxe a achada do remédio político, sinto o gozo do serviço que vou prestar ao Sr. deputado Alcindo Guanabara. Este distinto representante, em discurso de anteontem, declarou que temia falar com liberdade, à vista do governo armado contra o Sr. Dr. Miguel Vieira Ferreira, pastor evangélico e acusado de mandante no desacato feito à imagem de Jesus Cristo no júri. Perdoe-me o digno deputado; vou restituir-lhe a quietação ao espírito.

Depois que o Sr. deputado Alcindo Guanabara falou, foi publicada a sentença de pronúncia. Que consta dela? Que havia dois denunciados, o Dr. Miguel Vieira Ferreira, pastor da igreja evangélica, dado como mandante do desacato, e Domingos Heleodoro, denunciado mandatário. A sentença estabelece claramente dois pontos capitais: 1º, que Domingos Heleodoro, embora ninguém visse quebrar a imagem, ao perguntarem-lhe o que fora aquilo, respondera: É a lei que se cumpre; 2º, que o pastor Miguel V. Ferreira, na véspera do desacato, afirmando a algumas pessoas que a imagem havia de sair, acrescentou que, se não acabasse por bem, acabaria por mal. Tudo visto e considerado, a sentença proferiu a criminalidade de Domingos Heleodoro, e não admitiu a do Dr. Miguel V. Ferreira.

Veja o meu distinto patrício a diferença, e faça isto que lhe vou dizer.

Quando houver de discutir matérias espirituais, evite sempre dizer: É a lei que se cumpre, — frase claríssima, a respeito de um certo nariz postiço, vago e obscuro.

Ao contrário, diga: Há de sair por bem ou por mal, — expressão obscura e frouxa, apesar do aspecto ameaçador que inadvertidamente se lhe pode atribuir. Fale S. Ex. como pastor, e não como ovelha.

A verdade é que os desacatos podem reproduzir-se, sem que Deus saia da alma do homem. Ainda ultimamente no senado, tomados de pânico, muitos senadores não tiveram outra invocação. O Sr. senador Ubaldino do Amaral analisara o projeto de um grande banco emissor, em que havia este artigo: “Fica autorizado por antecipação a fazer uma emissão de trezentos mil contos de réis (300.000:000\$000.)”

— Santo Deus! exclamaram os senadores aterrados.

Crede-me. Deus é a natural exclamação diante de um grande perigo. Um abismo que se abre aos pés do homem, um terremoto, um flagelo, um ciclone, qualquer efeito terrível de forças naturais ou humanas, arranca do imo do peito este grito de pavor e de desespero:

— Santo Deus!

Fonte: Assis (1994b).

ANEXO Q – Greves, déficit e presidencialismo

Ex fumo dare lucem. Tal seria a epígrafe desta semana, se a má fortuna não perseguisse as melhores intenções dos homens. Velha epígrafe, mais velha que a sé de Braga, pois que nos veio da poesia latina para a fábrica do gás; mas, velha embora, nenhuma outra quadrava tão bem ao imposto dos charutos e ao fechamento das portas das charutarias. *Ex fumo dare lucem.*

Lucem ou *legem*, não me lembra bem o texto, e não estou para ir daqui à estante, e menos ainda à fábrica do gás. Seja como for, quando eu vi as portas fechadas, na segunda-feira, imaginei que íamos ter uma semana inteira de protesto, e preparei-me para contar as origens do tabaco e do imposto, o uso do charuto e o do rapé, e subsidiariamente a história de Havana e a de Espanha, desde os árabes.

Vinte e quatro horas depois, abriam-se novamente as charutarias, e os fumantes escaparam a uma coisa pior que o naufrágio da Medusa. Os naufragos comiam-se, quando já não havia que comer; mas como se haviam de fumar os naufragos? Vinte e quatro horas apenas; quase ninguém deu pela festa; eu menos que ninguém, porque não fumo. Não fumo, não votei o imposto, não sou ministro. Sou desinteressado na questão. Um amigo meu, companheiro de infância, diz-me sempre que, quando a gente não tem interesse em um pleito, não se mete nele, seja particular ou público; e acrescenta que não há nada público. De onde resulta (palavras suas) que no dia em que vi os jornais darem notícia do déficit, nem por isso as caras andaram mais abatidas. Uma coisa é o Estado, outra é o particular. O Estado que se aguenta.

Quando um homem influi sobre outro, como este amigo em mim, é difícil ou ainda impossível recusar-lhe as opiniões. A própria notícia do déficit, que me afligira tanto, parece-me agora que nem a li. Realmente, se me não incumbe cobri-lo, para que meter o déficit entre as minhas preocupações, que não são poucas? Se houvesse saldo, viria o Estado dividi-lo comigo?

E disse adeus ao déficit, que afinal de contas não me amofinou tanto como a parede das charutarias, não propriamente a parede, mas o contrário, a abertura das portas. As causas desta amofinação são tão profundas, que eu prefiro deixá-las à perspicácia do leitor. Não; não as digo. Acabemos com este costume do escritor dizer tudo, à laia de alvissareiro. A discrição não há de ser só virtude das mulheres amadas, nem dos homens mal servidos. Também os varões da pena, os políticos, os parentes dos políticos e outras classes devem calar alguma coisa. No presente caso, por exemplo, vamos ver se o leitor adivinha as causas do meu tédio, quando as charutarias abriram as portas, após um dia de manifestação. Diga o que lhe parecer; diga que era a minha ferocidade que se pascia no mal dos outros; diga até que tudo isto não passa de uma maneira mais expedita para acabar um período e passar a outro.

Em verdade, aqui está outro; mas, se pensas que vou falar da carne verde, não me conheces. Já bastou a aborrecida incumbência feita ao Sr. deputado Vinhais para comunicar ao povo a parede dos boiadeiros. Por fortuna recaiu a escolha em pessoa que tomou sobre si os interesses e o bem-estar da classe proletária; mas supõe que recaía em mim, cuja repugnância aos estudos sociais é tamanha, que não a pode vencer a natural e profunda simpatia que essa classe merece de todos os corações bons. Talvez eu esteja fazendo injustiça a mim próprio; há pessoas (e já me tenho apanhado em lances desses) que levam o empenho de dizer mal ao ponto de maldizer de si mesmas. Outras têm a virtude do louvor, e cometem igual excesso. Pode ser que de ambos os lados haja muita mentira. A mentira é a carne verde do demônio, abundante e de graça.

Não procures isso em Bourdaloue nem Mont'Alverne. Isso é meu. Quando a ideia que me acode ao bico da pena é já velhusca, atiro-lhe aos ombros um capote axiomático, porque não há nada como uma sentença para mudar a cara aos conceitos.

Também não procures em nenhum grande orador católico, francês ou brasileiro, este pequeno trecho: *Ecce iterum Crispinus*. Nem o aceites no mesmo sentido deprimente com que Alencar o foi buscar ao satírico romano. Crispim aqui é o parlamentarismo, cuja orelha reapareceu esta semana, por baixo de uma circular política. Ainda bem que reapareceu; ela há de trazer o corpo inteiro; vê-lo-emos surgir, crescer, dominar, não só pelo esforço dos seus partidários, mas pelo dos indiferentes e até dos adversos. Não será fácil grudá-lo ao federalismo, é certo; mas basta que não seja impossível, para esperar que o bom êxito coroe a obra. A dissolução da Câmara será necessária? Dissolva-se a Câmara.

Com o parlamentarismo tivemos longos anos de paz pública. Certo é que o imperador, não vendo país que lhe enviasse Câmaras contrárias ao governo, tomou a si alternar os partidos, para que ambos eles pudessem mandar alguma vez. Quando lhe acontecia ser maltratado, era pelo que ficava de baixo; mas, como nada é eterno, o que estava de baixo tornava a subir, transmitia a cólera ao que então caía, e recitava por sua vez a ode de Horácio: “Aplaca o teu espírito; eu buscarei mudar em versos doces os versos amargos que compus”.

Agora, como a opinião há de estar em alguma parte, desde que não esteja nos eleitores, nem no chefe do Estado, é provável que passe ao único lugar em que fica bem, nos corredores da Câmara, onde se

planearão as quedas e as subidas dos ministros, — poucas semanas para tocar a todos, — e assim chegaremos a um bom governo oligárquico, sem excessos, nem afronta, e, natural, como as verdadeiras pérolas.

Fonte: Assis (1994b).

ANEXO R – Tempos do papa

Tempos do papa! tempos dos cardeais! Não falo do papa católico, nem dos cardeais da santa Igreja Romana, mas do nosso papa e dos nossos cardeais. F. Otaviano, então jornalista, foi quem achou aquelas designações para o Senador Eusébio e o estado-maior do Partido Conservador. Era eu pouco mais que menino...

Fica entendido que, quando eu falar de fatos ou pessoas antigas, estava sempre na infância, se é que seria nascido. Não me façam mais idoso do que sou. E depois, o que é idade? Há dias, um distinto nonagenário apertava-me a mão com força e contava-me as vivas impressões que lhe deixara a obra de Bryce acerca dos Estados Unidos; acabava de lê-la, — dois grossos volumes, como sabem. E despediu-se de mim, e lá se foi a andar seguro e lépido. Realmente, os anos nada valem por si mesmos. A questão é saber aguentá-los, escová-los bem, todos os dias, para tirar a poeira da estrada, trazê-los lavados com água de higiene e sabão de filosofia.

Repito, era pouco mais que um menino, mas já admirava aquele escritor fino e sóbrio, destro no seu ofício. A atual mocidade não conheceu Otaviano; viu apenas um homem avelhantado e enfraquecido pela doença, com um resto pálido daquele riso que Voltaire lhe mandou do outro mundo. Nem resto, uma sombra de resto, talvez uma simples reminiscência deixada no cérebro das pessoas que o conheceram entre trinta e quarenta anos.

Um dia, um domingo, havia eleições, como hoje. Papa e cardeais tinham o poder nas mãos, e, sendo o regimen de dois graus, entraram eles próprios nas chapas de eleitores, que eram escolhidos pelos votantes. Os liberais resolveram lutar com os conservadores, apresentaram chapas suas e os desbarataram. O pontífice, com todos os membros do consistório, mal puderam sair suplentes. E Otaviano, fértil em metáforas, chamou-lhes esquifes. Mais um esquife, dizia ele no Correio Mercantil, durante a apuração dos votos. Luta de energias, luta de motejos. Rocha, jornalista conservador, ria causticamente do lencinho branco de Teófilo Otoni, o célebre lenço com que este conduzia a multidão, de paróquia em paróquia, aclamando e aclamado. A multidão seguia, alegre, tumultuosa, levada por sedução, por um instinto vago, por efeito da palavra, — um pouquinho por ofício. Não me lembra bem se houve alguma urna quebrada; é possível que sim. Hoje mesmo as urnas não são de bronze. Não vou ao ponto de afirmar que não as houve pedradas. Que é a política senão obra de homens? Crescei e multiplicai-vos.

Hoje, domingo não há a mesma multidão, o eleitorado é restrito; mas podia e devia haver mais calor. Trata-se não menos de que eleger o primeiro conselho municipal do Distrito Federal, que é ainda e será a capital verdadeira e histórica do Brasil. Não é eleição que apaixone, concordo; não há paixões puramente políticas. Nem paixões são coisas que se encomendem, como partidos não são coisas que se evoquem. Mas (permitam-me esta velha banalidade) há sempre a paixão do bem e do interesse público. Eia, animai-vos um pouco, se não é tarde; mas, se é tarde, guardai-vos para a primeira eleição que vier. Contanto que não quebreis urnas, nem as fecundeis — a conselho meu, — agitai-vos, meus caros eleitores, agitai-vos um tanto mais.

Por hoje, leitor amigo, vai tranquilamente dar o teu voto. Vai anda, vai escolher os intendentes que devem representar-nos e defender os interesses comuns da nossa cidade. Eu, se não estiver meio adoentado, como estou, não deixarei de levar a minha cédula. Não leias mais ainda, porque é bem possível que eu nada mais escreva, ou pouco. Vai votar; o teu futuro está nos joelhos dos deuses, e assim também o da tua cidade; mas por que não os ajudarás com as mãos?

Outra coisa que está nos joelhos dos deuses é saber se a terceira prorrogação que o Congresso Nacional resolveu decretar é a última e definitiva. Pode haver quarta e quinta. Daqui a censurar o Congresso é um passo, e passo curto; mas eu prefiro ir à Constituinte, que é o mesmo Congresso avant la lettre. Por que diabo fixou a Constituinte, em quatro meses a sessão anual legislativa, isto é, o mesmo prazo da Constituição de 1824? Devia atender que outro é o tempo e outro o regimen.

Felizmente, li esta semana que vai haver uma revisão de Constituição no ano próximo. Boa ocasião para emendar esse ponto, e ainda outros, se os há, e creio que há. Nem faltará quem proponha o governo parlamentar. Dado que esta última ideia passe, é preciso ter já de encomenda uma casaca, um par de colarinhos, uma gravata branca, uma pequena mala com alocações brilhantes e anódinas, para as grandes festas oficiais, — e um Carnot, mas um Carnot autêntico, que vista e profira todas aquelas coisas sem significação política. Salvo se arranjarmos um meio de combinar os presidentes e os ministros responsáveis, um Congresso que mande um ministério seu ao presidente, para cumprir e não cumprir as ordens opostas de ambos. Enfim, esperemos. O futuro está nos joelhos dos deuses.

Mas não me faças ir adiante, leitor amado. Adeus, vai votar. Escolhe a tua intendência e ficarás com o direito de gritar contra ela. Adeus.

Fonte: Assis (1994b).

ANEXO S – Revolta e loteria

Quarta-feira, quando eu descí do *bond* que me trouxe à cidade, a primeira voz que ouvi, foi este grito: “Olha o 2537, é a sorte grande para hoje!” Mais de um homem, atordoado pelos graves acontecimentos do dia, não chegaria a ouvir essas palavras; eu ouvi-as, decorei-as, guardei o próprio som comigo. De cinco em cinco minutos, a voz da pequeno (porque era um pequeno o dono da voz) berrava aos meus ouvidos: “Olha o 2537, é a sorte grande para hoje!”

Agora mesmo, ao escrever o caso, ouço o mesmo grito, e não pode ser outro pequeno nem outra loteria, porque a voz é a mesma, e o número é 2537. É a memória que repercute o que a singularidade do momento lhe confiou, é o espectro do largo da Carioca que me acompanha, para lembrar-me que, no meio da maior agitação do espírito público, há sempre um número 2.537 para ser apregoado, comprado e premiado.

Nunca mais esquecerei esse número. Um amigo meu, ora finado, que havia sido poeta romântico, petimetre e pródigo, guardava de memória o número 122. Tinha sempre encomendado um bilhete de loteria com esse número. Não importa que lhe saísse branco; ele teimava em comprá-lo e perdê-lo. Viveu assim anos. Poucos dias antes de morrer, saindo-lhe ainda uma vez branco o bilhete, mandou comprar outro. Como eu lhe dissesse que era melhor comprar bilhete para a viagem do céu (tinha bastante franqueza com ele para lhe falar assim), respondeu-me com ternura e melancolia:

— Sei que lá estarei antes do fim da semana, mas é preciso justamente que leve este número. Se tal pudesse ser o da sepultura que me há de cobrir, a minha felicidade seria completa. Não te espantes, amigo meu. Esse número era o do carro em que recebi pela primeira vez a mulher que amei. Era uma caleça, o cocheiro era gordo, foi no largo da Mãe do Bispo...

Não conto o resto; seria desvendar muitas coisas, e tu, bela dama grisalha, com os teus olhos longos e moribundos, podia ser que acabasses de morrer por uma vez, não de amor, mas de despeito. Descansa; calo o resto. Fica sabendo apenas, se o não sabias até agora, que a caleça tinha o número 122. Era o dos amores, não podia ser o da loteria; mas tanto vale o provérbio com a superstição. Quem perdeu com isso? A loteria teve um freguês, tu uma saudade, ele um lugar no céu. Se entre os meus leitores há algum confiado em números, tente o 122; não sendo o da caleça dos seus primeiros amores, pode ser que lhe dê a sorte grande. Eu guardo o 2537, mas por outra razão diversa.

Diversa e grave. Esse número é um documento, meio humano, meio carioca. Ele prova que há um tanto de Pitágoras na nossa alma. Nem de outro modo se explicaria a generalidade e persistência da polca, senão pela harmonia das esferas. Assim também o valor físico e metafísico do número é uma relíquia da velha filosofia. Não se pode dizer que tenhamos algum dia dançado sobre um vulcão, porque esse verbo é mais extenso e menos característico, além de ser a fórmula incompleta. O que nós alguma vez fizemos, foi polcar e cantar.

O eventual seduz-nos como um pedaço de mistério. O boi Ápis, se aqui viesse, ganharia mais dinheiro que a preta velha ama de Washington, inventada por Barnum. Que nos importariam amas de ninguém? Mas um boi que faria a felicidade ou a desgraça de uma pessoa, segundo aceitasse ou não a erva que ela lhe desse, eis aí alguma coisa que fala ao coração dos homens. O boi Ápis recusou a comida que Germânico lhe ofereceu, quando foi consultado; e Plínio, que não era tolo, observa com seriedade que Germânico morreu pouco depois.

Tu explicarias o suposto oráculo pelo fato evidente da falta de apetite. Há até alguém, cujo nome não me ocorre, que afirma não haver entre o homem e a besta outra diferença senão esta: que o homem come, ainda quando não tem fome; o que melhor explica o oráculo de Ápis. Mas, francamente, que é que lucramos com a explicação? A realidade é seca, a ciência é fria; viva o mistério e a credulidade!

Para não sair do boi, Cincinatti conta alguns grandes ricaços de matadouro, que eram pobres há poucos anos, e ora possuem não sei quantos milhões de dólares. O meu açougueiro — e não é porque venda carne boa nem barata — nunca pôde amuar quatro patacas no fundo da gaveta. Há pouco tempo disse consigo que o melhor era vender a carne ainda mais cara e mais ruim, e com o lucro comprar um bilhete de Espanha. Em boa hora o fez; tirou a sorte grande e vai fechar o açougue, ou dá-lo. Eu, quando soube do caso, ouvi cantar ao longe, com a mesma voz, qual ouvi há um quarto de século, este trecho dos *Bavards*:

C'est l'Espagne qui nous donne
Des bons vins, des belles fleurs.

Vede lá; outro eco da memória. Um dia, daqui a um quarto de século, pode ser que algum açougueiro recorra ao mesmo processo para enriquecer, como os de Cincinatti. Tanto melhor se o número de Espanha for este mesmo 2537, porque eu referirei ambos os casos em uma só crônica, salvo se estiver morto, — o que é possível.

Fonte: Assis (1994b).

ANEXO T – Constância *versus* inconstância

Leitor, o mundo está para ver alguma coisa mais grave do que pensas. Tu crês que a vida é sempre isto, um dia atrás do outro, as horas a um de fundo, as semanas compondo os meses, os meses formando os anos, os anos marchando como batalhões de uma revista que nunca mais acaba. Quando olhas para a vida, cuidas que é o mesmo livro que leram os outros homens, — um livro delicioso ou nojoso, segundo for o teu temperamento, a tua filosofia ou a tua idade. Enganas-te, amigo. Eu é que não quero fazer um sermão sobre tal assunto; diria muita coisa longa e aborrecida, e é meu desejo ser, se não interessante, suportável.

Este é, aliás, o dever de todos nós. Sejam suportáveis, cada um a seu modo, com perdigotos, com charadas, puxando as mangas ao adversário, dizendo ao ouvido, baixinho, todas as coisas públicas deste mundo — que choveu, que não choveu, que vai chover, que chove. Este último gênero é o do homem discreto. Antes mil indiscretos; antes uma boa loja de barbeiro, uma boa farmácia, uma boa rua. Mas, enfim, cada um tem o seu jeito peculiar. Pela minha parte, não farei o sermão. *Esto brevis*. Vamos ao ponto do começo.

Já notaste que o inverno vai sendo mais longo e mais intenso do que costuma. Os últimos três dias foram quentes, é verdade; mas logo o primeiro deu sinal de chuva; no seguinte ventou e choveu; agora venta e chove. Com mais dois ou três dias, tornamos à temperatura de inverno. Quem acorda cedo, quando a Aurora, como na antiguidade, abre as portas do céu com os seus dedos cor de rosa, entenderá bem o que digo. Eu levanto-me com ela, aspiro o ar da manhã, e não me queixo; eu amo o frio. De todos os belos versos de Álvares de Azevedo, há um que nunca pude entender:

Sou filho do calor, odeio o frio.

Eu adoro o frio: talvez por ser filho dele; nasci no próprio dia em que o nosso inverno começa. Procura no almanaque, leitor; marca bem a data, escreve-a no teu canhenho, e manda-me nesse dia alguma lembrança. Não quero prendas custosas, uma casa, cem apólices, um cronômetro, nada disso. Um quadro de Rafael, basta; um mármore grego, um bronze romano, uma edição *princeps*, objetos em que o valor pecuniário, por maior que seja, fica a perder de vista do valor artístico. Sei que tais objetos podem não achar-se aqui, à mão; mas tens tempo de os mandar buscar à Europa. Só na hipótese de não os haver disponíveis, aceito a casa ou as cem apólices. Quanto a retrato a óleo, não aceito senão com a condição de trazer moldura riquíssima, a fim de que se diga que o acessório vale mais que o principal.

Voltemos ao começo. Enquanto o nosso frio tem sido mais prolongado e intenso, noto que os povos da Europa sentem um calor demorado e fortíssimo. Diz-se que os homens andam com o chapéu na mão, bufando, ingerindo gelados, dando ao diabo a estação. Apesar disso, fizeram-se as eleições em França, operação formidável por causa dos inúmeros comícios em que é preciso estar, falar ou ouvir. De Londres referiu-nos o cabo telegráfico, esta semana, que se tinham realizado as corridas de Epsom. Pior que Epsom, pior que as eleições francesas devem ter sido as sessões parlamentares de Inglaterra. O primeiro-ministro deu-se ao trabalho de contar os discursos proferidos na discussão do famoso projeto irlandês, e somou 1.393 (mil trezentos e noventa e três), isto quando ele encetava justamente a última série deles. Verdade é que todos esses discursos gastaram apenas 210 horas (duzentas e dez), número que, dividido pelos discursos, dá a estes uma média muito pequena. Não posso explicar isto. Talvez os ingleses falem depressa; talvez seja uso tratar somente do objeto em discussão, — verdadeira restrição à liberdade da tribuna. Se um homem não pode, a propósito da Irlanda, falar da pesca e da demissão de um carteiro, deem ao diabo o parlamento e o editor dos homens que falam. Ora, nunca os editores dos homens que escrevem, cortam ou riscam o que estes põem nos seus livros, tenha ou não cabida ou relação com o assunto, desde o micróbio até o macróbio. Enfim, são costumes.

Comparando os dois fenômenos, lá e cá, repito o que disse a princípio. Leitor, o mundo está para ver alguma coisa mais grave do que pensas. Que tenhamos de patinar na neve, que cair na rua do Ouvidor, e que os parisienses, os londrinos e outros cidadãos europeus hajam de dormir em redes, na calçada, ou com as portas abertas, é matéria que deixo à ciência. Não me cabe saber de climatologia, nem de geologias; basta-me crer que anda alguma coisa no ar.

Que coisa? Não sei. Qualquer coisa, um feto que está nas entranhas do futuro, — ou cinco fetos para imitar uma senhora de Aracati, estação da estrada de ferro Leopoldina, que acaba de dar à luz cinco criaturas. Todas gozam perfeita saúde. Eis o que se chama vontade de criar. Parecem uns retardatários, munidos de bilhetes, que receiam perder o espetáculo, e entram aos magotes. Não, amiguinhos, não é tarde; qualquer que seja a hora, chegareis a tempo. O espetáculo é semelhante ao panorama do Rio de Janeiro, de Victor Meirelles; está sempre no mesmo pavilhão. Assim pensam espíritos aborrecidos, desde a Judéia até à Alemanha. Um padre do século... Esqueceu-me o século; mas há muitos séculos. Esse padre dizia que o mundo, já naquele tempo, ia envelhecendo. Vedes bem que errava; o padre é que envelhecia. Como os seus cabelos brancos se refletissem nas folhas verdes da primavera, imaginou que a primavera morrera e que as

neves estavam caindo. Boca que perdeu todos os dentes pode descrer da rigidez do coco; mas o coco existe, e não é preciso correr aos grupos de cinco para trincá-lo. Fique isto de conselho às futuras crianças.

Mas como ligo eu esta ideia da constância das coisas à da probabilidade de uma coisa nova? Não peças lógica a uma triste pena hebdomadária. A regra é deixá-la ir, papel abaixo, pingando as letras e as palavras, e, se for possível, as ideias. Estas acham-se muita vez desconcertadas, entre outras que não conhecem, ou são suas inimigas. Não ligo nada, meu amigo. Quem puder que as ligue; eu escrevo, concluo e despeço-me.

Fonte: Assis (1994b).